

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

Rafael Batista Andrade

**CARACTERIZAÇÃO DE UM GÊNERO DE DISCURSO
DIPLOMÁTICO: AS INTERVENÇÕES DOS REPRESENTANTES
PERMANENTES DO BRASIL, DA ESPANHA E DA FRANÇA NO
CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (CSNU)**

BELO HORIZONTE

2018

Rafael Batista Andrade

**CARACTERIZAÇÃO DE UM GÊNERO DE DISCURSO
DIPLOMÁTICO: AS INTERVENÇÕES DOS REPRESENTANTES
PERMANENTES DO BRASIL, DA ESPANHA E DA FRANÇA NO
CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (CSNU)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção de título de doutor em Estudos Linguísticos.

Área de concentração: Linguística do Texto e do Discurso

Linha de pesquisa: 2B - Análise do Discurso

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Glaucia Muniz Proença Lara

Belo Horizonte

2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS



FOLHA DE APROVAÇÃO

**CARACTERIZAÇÃO DE UM GÊNERO DE DISCURSO
DIPLOMÁTICO: AS INTERVENÇÕES DOS REPRESENTANTES
PERMANENTES DO BRASIL, DA ESPANHA E DA FRANÇA NO
CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (CSNU)**

RAFAEL BATISTA ANDRADE

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Doutor em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, área de concentração LINGÜÍSTICA DO TEXTO E DO DISCURSO, linha de pesquisa Análise do Discurso.

Aprovada em 30 de janeiro de 2018, pela banca constituída pelos membros:

gmp Lara
Prof(a). Gláucia Muniz Proença Lara - Orientador
UFMG

Clebson Luiz de Brito
Prof(a). Clebson Luiz de Brito
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

willb's
Prof(a). William Augusto Menezes
UFOP

Ida Lucia Machado
Prof(a). Ida Lúcia Machado
UFMG

Elzimar
Prof(a). Elzimar Goettenauer de Marins Costa
UFMG

Belo Horizonte, 30 de janeiro de 2018.

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Federal de Minas Gerais/*campus* Congonhas pelo benefício de afastamento de docente para Cursos *Stricto Sensu*.

À Fundación Carolina pela concessão da bolsa de estudo no programa Movilidad de Profesores e Investigadores Brasil-España.

À CAPES pela concessão de bolsa no Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE).

Ao Núcleo de Análise do Discurso (NAD) da UFMG por proporcionar o desenvolvimento embrionário da presente pesquisa.

Ao Prof. Dr. Wander Emediato de Souza (UFMG) pelas primeiras pistas que me permitiram adentrar o campo do discurso diplomático e pelas inegáveis contribuições no Exame de Qualificação.

Ao Prof. Dr. William Augusto Menezes (UFOP) pelas valiosas sugestões que trouxe para esta pesquisa durante o Exame de Qualificação.

Ao Prof. Dr. Dominique Maingueneau (Université Paris-Sorbonne - Paris IV), que supervisionou esta pesquisa durante meu doutorado-sanduíche na França, sobretudo pelo valioso auxílio na delimitação do *corpus* e na sugestão de bibliografia.

Ao Prof. Dr. Juan Manuel López Muñoz (Universidad de Cádiz), que supervisionou esta pesquisa durante meu estágio na Espanha, pelas indicações bibliográficas e parcerias de pesquisa.

À Prof^a. Dr^a. Laurance Badel (Université de Paris 1 - Panthéon-Sorbonne) por ter permitido minha participação em seus seminários e por sua inegável contribuição na análise sobre a presença das mulheres na ocupação do cargo de representante permanente no CSNU.

Aos professores doutores Ida Lucia Machado e Dominique Ducard por me proporcionarem a ampliação das minhas atividades na França, na Université Paris-Est Créteil.

À Prof^a. Dr^a Alice Krieg-Planque pela gentil recepção em seu seminário na Université Paris-Est Créteil.

À minha mãe, às minhas irmãs, aos meus ex-alunos e às minhas ex-alunas, aos ex-professores da Graduação (PUC-MG), da Especialização, do Mestrado e do Doutorado (UFMG), enfim, a todos os familiares e amigos.

Por fim, agradeço e dedico este trabalho à Prof^a. Dr^a Glaucia Muniz Proença Lara por inquietar tão diplomaticamente o meu estado de espírito enquanto pesquisador, proporcionando-me, por meio de sua orientação, esta extensão pacífica de novas fronteiras temáticas, teóricas e metodológicas no vasto território da AD.

Mandato de despejo aos mandarins do mundo
Fora tu,
reles
esnobe
plebeu
E fora tu, imperialista das sucatas
Charlatão da sinceridade
e tu, da juba socialista, e tu, qualquer outro
Ultimatum a todos eles
E a todos que sejam como eles
Todos!

Monte de tijolos com pretensões a casa
Inútil luxo, megalomania triunfante
E tu, Brasil, blague de Pedro Álvares Cabral
Que nem te queria descobrir

Ultimatum a vós que confundis o humano com o popular
Que confundis tudo
Vós, anarquistas deveras sinceros
Socialistas a invocar a sua qualidade de trabalhadores
Para quererem deixar de trabalhar
Sim, todos vós que representais o mundo
Homens altos
Passai por baixo do meu desprezo
Passai aristocratas de tanga de ouro
Passai Frouxos
Passai radicais do pouco
Quem acredita neles?
Mandem tudo isso para casa
Descascar batatas simbólicas

Fechem-me tudo isso a chave
E deem a chave fora
Sufoco de ter só isso a minha volta
Deixem-me respirar
Abram todas as janelas
Abram mais janelas
Do que todas as janelas que há no mundo

Nenhuma idéia grande
Nenhuma corrente política
Que soe a uma idéia grão
E o mundo quer a inteligência nova
A sensibilidade nova

O mundo tem sede de que se crie
Porque aí está apodrecer a vida
Quando muito é estrume para o futuro
O que aí está não pode durar
Porque não é nada

Eu da raça dos navegadores
Afirmo que não pode durar
Eu da raça dos descobridores
Desprezo o que seja menos
Que descobrir um novo mundo

Proclamo isso bem alto
Braços erguidos
Fitando o Atlântico

E saudando abstratamente o infinito".
(Álvaro de Campos *apud* Maria Bethânia, 2007)

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi analisar quatro intervenções dos representantes permanentes do Brasil, da Espanha e da França no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) nos anos de 2011 e 2015. A análise foi realizada de modo a evidenciar os processos linguístico-discursivos que caracterizam esse gênero de discurso institucional. Tomamos como base teórico-metodológica a Análise do Discurso francesa e, em especial, os trabalhos desenvolvidos por D. Maingueneau. Nessa perspectiva, examinamos os textos do *corpus* a partir das seguintes categorias: cena englobante, cena genérica, *médium*, vocabulário, *éthos* discursivo, embreante de pessoa, dêixis espaço-temporal, intertexto e intertextualidade. Complementamos tais categorias com outras abordagens teóricas (discursivas), como é o caso do trabalho sobre discurso institucional de A. Krieg-Planque e os estudos de semioticistas brasileiros, principalmente, os de D. L. P. de Barros e J. L. Fiorin, sobre temas, figuras e isotopias, propondo, a exemplo desses dois últimos autores, uma metodologia interdisciplinar entre essas categorias da Semiótica do Discurso (Francesa ou Greimasiana) e problemáticas relacionadas à AD. A análise dos textos do *corpus* mostrou que o discurso das intervenções dos representantes permanentes no CSNU emerge de uma das cenas da comunicação política, mas se propaga e circula conforme as próprias restrições de uma cena de comunicação específica instaurada nas/pelas relações diplomáticas multilaterais em um quadro institucional particular. Em termos mais específicos, a pesquisa revelou: a) a(s)palavra(s)-chave que contribuem para desvelar o sistema de restrições inerente ao discurso em foco; b) a evidência de que a exploração dos temas do discurso diplomático ocorre para demarcar aspectos histórico-sociais de cada um dos três Estados envolvidos; c) o papel do *médium* na constituição e na transmutação desse gênero de discurso; d) a bipartição do enunciador na projeção de seu *status* enquanto membro do CSNU e enquanto membro de um Estado que possui uma história particular; e) por fim, a projeção de um *éthos* individual e de um *éthos* coletivo com diferentes finalidades.

PALAVRAS-CHAVE: discurso diplomático; representante permanente; Estado; temas; figuras; *éthos*.

ABSTRACT

The objective of this paper was to analyze four interventions of the permanent representatives of Brazil, Spain and France in the United Nations Security Council (UNSC) in the years 2011 and 2015. The analysis was carried out so as to highlight the linguistic-discursive process that characterizes this genre of institutional discourse. The French Discourse Analysis and, in particular, D. Maingueneau's researches have made up our theoretic-methodological basis. In this way, we examined the texts from the *corpus* with the following categories: encompassing scene, generic scene, medium, vocabulary, discursive ethos, person *embrayeur*, temporal-space deixis, intertext and intertextuality. These categories were complemented with other theoretical (discursive) approaches, such as A. Krieg-Planque's work about institutional discourse and the Brazilian studies of French Semiotics, mainly those developed by D. L. P. de Barros and J. L. Fiorin about themes, figures and isotopies, so as to propose, in accordance with these two authors, an interdisciplinary methodology among these categories of French Semiotics (or Greimas' Semiotics) and problems related to DA. The analysis of the four interventions of permanent representatives in the UNSC showed that such a discourse emerges from one of the political communication scenes, but circulates according to the very restrictions of a specific communication scene established in/by multilateral diplomatic relations inserted into a certain institutional framework. More precisely, the research revealed: a) the keyword(s) that contribute to unveil the system of restrictions of such a discourse; b) the evidence that the exploitation of diplomatic discourse themes takes place to line off historical and social aspects related to each of three States involved; c) the role of the medium in the constitution and transmutation of this discourse genre; d) the enunciator's status bipartition as a member of the UNSC and as a member of a country with a particular history; e) finally, the projection of an individual *ethos* and a collective *ethos* for different purposes.

KEYWORDS: diplomatic discourse; permanent representative; State; themes; figures; *ethos*.

RÉSUMÉ

Cette recherche a pour objectif d'analyser quatre interventions des représentants permanents du Brésil, de l'Espagne et de la France auprès du Conseil de Sécurité des Nations unies en 2011 et 2015. Le développement de cette analyse a eu pour but d'analyser le processus linguistique et discursif qui caractérise ce genre du discours institutionnel. L'ancrage méthodologique et théorique de notre étude est l'Analyse du Discours Française, plus spécifiquement des travaux développés par D. Maingueneau. Ainsi, nous avons examiné les textes du *corpus* à partir des catégories suivantes : scène englobante, scène générique, *médium*, vocabulaire, *éthos* discursif, embrayeur de personne, déictiques spatiaux et déictiques temporels, intertexte et intertextualité. Nous nous penchons aussi sur les catégories d'autres apports théoriques (discursifs). C'est le cas du travail sur les discours institutionnels chez A. Krieg-Planque et des études sémiotiques brésiliennes, particulièrement ceux de D. L. P. de Barros et J. L. Fiorin, sur les thèmes, figures et isotopies. Nous proposons ainsi une méthodologie interdisciplinaire entre les catégories de la Sémiotique du Discours (Française ou Greimassienne) et celles relevant du champ de l'Analyse du Discours. Notre recherche a montré que le discours des interventions des représentants permanents auprès de CSNU émerge d'une des scènes de la communication politique, mais qu'il se propage et circule conformément aux propres restrictions d'une scène de communication spécifique mise en place dans les relations diplomatiques multilatérales d'un cadre institutionnel particulier. En termes plus spécifiques, notre étude a révélé : a) les mots clés qui contribuent à mettre en évidence le système de contraintes de ce discours ; b) l'évidence en fonction de laquelle l'exploration des thèmes du discours diplomatique est mise en œuvre pour délimiter aspects socio-historiques de chacun des trois États ; c) le rôle du *médium* dans la constitution et dans la transmutation de ce genre du discours ; d) la bipartition de l'énonciateur dans la projection de son statut comme membre du CSNU et comme membre d'un État à qui correspond une histoire particulière ; e) enfin, la projection d'un *éthos* individuel et d'un *éthos* collectif avec différents objectifs.

Mots-clés : discours diplomatique ; représentant permanent ; État ; thèmes ; figures ; *éthos*.

RESUMEN

El propósito de este trabajo ha sido analizar cuatro intervenciones de los representantes permanentes de Brasil, de España y de Francia en el Consejo de Seguridad de Naciones Unidas (CSNU) en los años de 2011 y 2015. El análisis se desarrolló con el fin de mostrar las competencias lingüísticas y las prácticas discursivas que caracterizan ese género de discurso institucional. La investigación se basó en el marco teórico y en el enfoque metodológico del Análisis del Discurso francés y, más particularmente, en los trabajos desarrollados por D. Maingueneau. En esa perspectiva, se estudian los textos del *corpus* a partir de estas categorías: escena englobante, escena genérica, *médium*, vocabulario, *ethos* discursivo, deícticos de persona, de espacio y tiempo, intertexto e intertextualidad. Complementamos esas categorías con otros anclajes teóricos y enfoques metodológicos (discursivos), como el trabajo sobre discurso institucional de A. Krieg-Planque y los estudios de semióticos brasileños, principalmente, los de D. L. P. de Barros y J. L. Fiorin, sobre los temas, figuras e isotopías. Proponemos, siguiendo el ejemplo de esos dos últimos autores, una metodología interdisciplinar entre esas categorías de la Semiótica del Discurso (francesa o Greimasiana) y problemáticas relacionadas con el AD. El análisis de los textos del *corpus* mostró que el discurso de las intervenciones de representantes permanentes en el CSNU emerge de una de las escenas de la comunicación política, pero se propaga y circula en conformidad con las propias restricciones de una escena de comunicación específica instaurada en / por las relaciones diplomáticas multilaterales en un cuadro institucional particular. En esencia, el estudio reveló: a) la(s) palabra(s) clave(s) que contribuye(n) a desvelar el sistema de restricciones inherentes al referido discurso; b) la evidencia de que la explotación de los temas del discurso diplomático tienen como finalidad demarcar aspectos histórico-sociales de cada uno de los tres Estados; c) el rol del *médium* en la constitución y en la transmutación de dicho género de discurso; d) la bipartición del enunciador en la proyección de su estatus como miembro del CSNU y como miembro de un Estado que posee una historia particular y, finalmente, e) la proyección de un *ethos* individual y de un *ethos* colectivo con diferentes objetivos.

Palavras clave: discurso diplomático; representante permanente; Estado; temas; figuras; *ethos*.

LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS NOS TEXTOS DO *CORPUS*

- AOD - Asistencia Oficial para el Desarrollo
- BCAH - Bureau de la Coordination des Affaires Humanitaires
- CICR - Comité Internacional de la Cruz Roja
- DPKO - Departamento de Operaciones de Mantenimiento de la Paz de Naciones Unidas
- ECOSOC - Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
- ERP - Embajador Representante Permanente
- LRA - L'Armée de Résistance du Seigneur
- MINUSCA - Mission Multidimensionnelle Intégrée de stabilisation des Nations unies en Centrafrique
- MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti
- MONUSCO - Missão das Nações Unidas para a Estabilização da República Democrática do Congo
- NNUU - Naciones Unidas
- OCHA - Oficina de las Naciones Unidas para la Coordinación de Asuntos Humanitarios
- OEA - Organização dos Estados Americanos
- OMP - Operaciones de Mantenimiento de la Paz de Naciones Unidas
- ONGs - Organizações Não Governamentais
- ONU - Organização das Nações Unidas
- ONUCI - Opération des Nations Unies en Côte d'Ivoire
- RDC - República Democrática del Congo
- RESG - Representante Especial del Secretario General de Naciones Unidas
- SGNU - Secretario General de las Naciones Unidas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - 70 anos da ONU e 60 anos da Espanha na ONU	34
Figura 2 - Espanha 2015-2016 - Membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas	34
Figura 3 - Representação permanente da França junto às Nações Unidas em Nova York	128
Figura 4 - Intervenções no Conselho de Segurança / Representação permanente da França junto às Nações Unidas em Nova York.....	129
Figura 5 - Imagem da intervenção do representante permanente da França sobre proteção de civis - ANEXO N.....	133
Figura 6 - Missão permanente da Espanha junto às Nações Unidas - Espanha 2015-2016 Membro não permanente do Conselho de Segurança das Organizações das Nações Unidas	134

LISTA DE ESQUEMAS, GRÁFICOS E QUADROS

Esquema 1- Relação interdiscursiva entre intervenção, debate e ata literal no CSNU...	41
Quadro 1 - Lista temática das intervenções que compõem o <i>corpus</i> do trabalho e seus respectivos anexos	42
Quadro 2 - Formato das seções e reuniões relacionadas com o Conselho de Segurança	78
Quadro 3 - Palavras-chave do discurso diplomático das intervenções de representantes permanentes no CSNU.....	137
Quadro 4 - Palavras-chave do discurso diplomático segundo as relações sintagmáticas com o lugar da atividade discursiva.....	138
Quadro 5 - Palavras-chave do discurso diplomático segundo as relações sintagmáticas com o estatuto social do representante permanente no CSNU.....	139
Quadro 6 – (Semi)palavras-chave do discurso diplomático das intervenções de representantes permanentes no CSNU.....	140
Quadro 7 – (Semi)palavras-chave do discurso diplomático segundo as relações sintagmáticas com o lugar da atividade discursiva.....	142
Quadro 8 - Produtividade morfológica do discurso diplomático das intervenções de representantes permanentes no CSNU.....	143
Quadro 9 - Produtividade morfossintática no uso de sintagmas fixos do discurso diplomático das intervenções de representantes permanentes no CSNU.....	144
Quadro 10 - Análise quantitativa de conjunções adversativas nas intervenções de representantes permanentes no CSNU.....	207
Esquema 2 - O gênero de discurso intervenções de representantes permanentes no CSNU	228

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
PARTE I	28
CAPÍTULO 1 – DELIMITANDO O OBJETO: POR QUE BRASIL, ESPANHA E FRANÇA?	28
1.1 O Brasil no CSNU e seus principais aspectos sócio-históricos	29
1.2 A Espanha no CSNU e seus principais aspectos sócio-históricos	33
1.3 A França no CSNU e seus principais aspectos sócio-históricos	36
1.4 A construção do <i>corpus</i> a partir das intervenções dos representantes permanentes do Brasil, da Espanha e da França no CSNU	38
CAPÍTULO 2 - CONTEXTUALIZAÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO E DO DISCURSO DIPLOMÁTICO	44
2.1 Contextualização do discurso político	44
2.1.1 O discurso político como objeto de estudo nas origens da ADF	46
2.1.2 Abordagens contemporâneas do discurso político	47
2.1.2.1 O lugar do discurso político na produção científica contemporânea no Brasil	48
2.1.2.2 O lugar do discurso político na produção científica contemporânea na Espanha	50
2.1.2.3 O lugar do discurso político na produção científica contemporânea na França	53
2.2 Contextualização do discurso diplomático	56
2.2.1 O domínio discursivo das Relações Internacionais e a questão da diplomacia	57
2.2.2 Os Estados e seus representantes diplomáticos	60
2.2.3 Abordagens sobre o discurso diplomático no Brasil	65
2.2.4 Abordagens sobre o discurso diplomático na Espanha	68
2.2.5 Abordagens sobre o discurso diplomático na França	72
2.2.6 Novas perspectivas sobre o discurso diplomático enquanto objeto de estudo	77
CAPÍTULO 3 - CONSTRUÇÃO DO QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO	83
3.1 O lugar da Análise do Discurso no percurso histórico da linguística	83
3.2 As propostas teórico-metodológicas de Dominique Maingueneau	86
3.3 O Conselho de Segurança da ONU e o discurso institucional	89

3.4 As categorias de análise utilizadas no estudo do <i>corpus</i>	92
3.4.1 Cena englobante e cena genérica: caracterização de tipo e gênero de discursos.....	92
3.4.2 <i>Médium</i> e valência genérica.....	94
3.4.3 Vocabulário e posições discursivas.....	97
3.4.4 Temas, figuras e formações discursivas.....	100
3.4.5 <i>Éthos</i> discursivo e embreantes de pessoa.....	102
3.4.6 Dêixis espaço-temporal, dêixis enciclopédica e memória coletiva.....	105
3.4.7 Intertexto e intertextualidade.....	107
PARTE II.....	110
CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DAS INTERVENÇÕES.....	110
4.1 A cena englobante das intervenções de representantes permanentes no CSNU.....	111
4.2 A caracterização das intervenções de representantes permanentes no CSNU enquanto um gênero de discurso institucional autônomo.....	115
4.3 O <i>médium</i> das intervenções de representantes permanentes no CSNU na constituição e transposição das cenas englobante e genérica.....	121
4.4 O emprego do vocabulário segundo as posições discursivas de práticas diplomáticas.....	136
4.4.1 O emprego do vocabulário e as palavras-chave do discurso diplomático.....	136
4.4.2 O emprego do vocabulário e as (semi)palavras-chave do discurso diplomático.....	140
4.4.3 O revestimento discursivo do vocabulário: morfologia e sintagmas fixos no discurso diplomático.....	142
4.4.4 Os referentes instaurados pelo discurso diplomático: nomes próprios e memória discursiva...	145
4.5 Temas, figuras e a projeção do <i>éthos</i> dos representantes permanentes do Brasil, da Espanha e da França.....	151
4.6 Posicionamento e tom discursivos na construção das identidades diplomáticas do Brasil, da Espanha e da França no CSNU.....	167
4.6.1 Identidades diplomáticas do Brasil e da França sobre o Haiti em 2011.....	169
4.6.2 Identidades diplomáticas do Brasil e da França sobre a Síria em 2011.....	171
4.6.3 Identidades diplomáticas do Brasil e da França sobre proteção de civis em 2011.....	174
4.6.4 Identidades diplomáticas do Brasil e da França sobre Mulheres, paz e segurança em 2011.....	178
4.6.5 Identidades diplomáticas da Espanha e da França sobre o Haiti em 2015.....	181
4.6.6 Identidades diplomáticas da Espanha e da França sobre a Síria em 2015.....	183

4.6.7 Identidades diplomáticas da Espanha e da França sobre proteção de civis em 2015	186
4.6.8 Identidades diplomáticas da Espanha e da França sobre Mulheres, Paz e Segurança	188
4.7 Alternância de embreantes de pessoa na projeção do <i>éthos</i> coletivo	193
4.7. 1 <i>Éthos</i> coletivo: embreante de pessoa e a representatividade do Estado	193
4.7. 2 <i>Éthos</i> coletivo: embreante de pessoa e a representatividade integral do CSNU	195
4.7. 3 <i>Éthos</i> coletivo: embreante de pessoa e uma (possível) representatividade parcial do CSNU.....	196
4.7. 4 <i>Éthos</i> coletivo: embreante de pessoa e casos ambíguos na projeção do enunciador.....	198
4.7. 5 A 1ª pessoa do singular e o <i>éthos</i> individual.....	199
4.8 Caráter e corporalidade no <i>éthos</i> dos representantes permanentes do Brasil, da Espanha e da França.....	204
4.8.1 Caráter e corporalidade do enunciador a partir do uso de verbos	205
4.8.2 Caráter e corporalidade do enunciador a partir do uso de enunciados adversativos.....	206
4.8.3 Caráter e corporalidade do enunciador a partir do uso de modalizadores e outros operadores argumentativos.....	212
4.9 Dêixis espacio-temporal, dêixis enciclopédica e memória coletiva.....	215
4.10 A competência discursiva das relações diplomáticas a partir do intertexto e da intertextualidade	220
4.11 Cotejo dos elementos constituintes do gênero de discurso intervenções de representantes permanentes no CSNU	222
CONSIDERAÇÕES FINAIS	229
REFERÊNCIAS	235
ANEXO A.....	246
ANEXO B	248
ANEXO C.....	249
ANEXO D.....	250
ANEXO E	251
ANEXO F	253
ANEXO G.....	254

ANEXO H.....	256
ANEXO I.....	258
ANEXO J.....	260
ANEXO K.....	262
ANEXO L.....	264
ANEXO M.....	266
ANEXO N.....	268
ANEXO O.....	270
ANEXO P.....	272

INTRODUÇÃO

Um pressuposto central das teorias do discurso é o desdobramento de pesquisas com vistas a classificar as diferentes atividades discursivas produzidas em múltiplos domínios da vida social. O domínio político sempre teve um lugar privilegiado no âmbito da Análise do Discurso, desde suas principais abordagens fundadoras até os dias atuais (ver, por exemplo, COURTINE, 2009[1980]; CHARAUDEAU, 2011[2005]; EMEDIATO, 2016; CORCUERA et. al., 2016; DONOT; LE BART; SERRANO, 2017). Nessa perspectiva, a reflexão sobre os efeitos de sentido e de categorizações desse amplo domínio orientou o recorte proposto neste estudo, que tem por foco o discurso diplomático. Assim, nosso objetivo é estudar as intervenções¹ de representantes permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) à luz da Análise do Discurso².

O primeiro fato que constatamos em relação ao nosso objeto de estudo diz respeito ao seu lugar dentro de um repertório de pesquisas sobre o discurso político em âmbito nacional e internacional. Trata-se de um repertório amplo, significativo e contínuo no qual inserimos a presente pesquisa, com o intuito de revelar os diversos mecanismos linguístico-discursivos que engendram o discurso diplomático de representantes permanentes no CSNU, fato que inclusive nos levaria a compreender melhor a própria relação entre esse discurso, o discurso político e o discurso jurídico.

¹ Esclarecemos que o termo “intervenção”/“intervenções” ainda é pouco usado no Brasil, como sinônimo de “discurso” e de “pronunciamento”, para denominar o gênero de discurso que diz respeito à tomada da palavra por uma personalidade política em um encontro/debate. No próprio livro de Viotti, Dunpol e Fernandez (2014), do qual retiramos parte dos textos do *corpus*, usa-se, com mais frequência, os dois últimos termos. Não obstante, preferimos usar “intervenção”/“intervenções”, não apenas por ser o termo mais usual no CSNU, como também, de modo mais geral, na Espanha e na França. Ao longo deste trabalho, retomaremos tal questão.

² Cabe aqui um esclarecimento: o termo/sigla Análise do Discurso (AD) refere-se a um vasto domínio em que caberiam diversas correntes (como a teoria semiolinguística, a semiótica greimasiana, a análise argumentativa do discurso etc.). Já o termo/sigla Análise do Discurso de linha francesa (ADF) consiste em uma disciplina mais específica, fundada em torno da obra de Michel Pêcheux, que tem entre seus representantes atuais Dominique Maingueneau, nosso autor de base, embora ele mesmo prefira falar em “tendências contemporâneas em análise do discurso”. Assim, falar em AD ou em ADF consiste em considerar, respectivamente, o sentido mais amplo ou o mais específico da disciplina.

Para compreender essa relação, assumimos que o discurso diplomático emerge de uma das cenas da comunicação política. Em linhas gerais, Charaudeau (2011, p. 40-41) diferencia três formas de manifestação do discurso político: o discurso político como *sistema de pensamento*, em que se busca fundar um ideal político determinando filiações ideológicas; o discurso político enquanto *ato de comunicação*, o qual está relacionado à participação de atores na cena da comunicação política; e o discurso político como *comentário*, caso em que não há um fim propriamente político.

Na presente pesquisa, tomamos o discurso político como um ato de comunicação e assumimos que os diferentes atores que participam de algumas das cenas da comunicação política, nesse caso, mais particularmente, da geopolítica, sobretudo no que diz respeito às relações diplomáticas, contribuem para a produção de um discurso com restrições próprias. Logo, compreendemos que o discurso diplomático, ainda que emerja do discurso político, propaga-se e circula conforme restrições próprias a uma cena de comunicação específica: as relações diplomáticas. Constatamos, no entanto, que, embora existam algumas pesquisas, sobretudo em nível internacional, sobre o discurso diplomático, ele ainda tem sido um “objeto” pouco explorado no âmbito da Análise do Discurso tanto no Brasil quanto no exterior. A nosso ver, essas (poucas) pesquisas, juntamente com o presente trabalho, poderiam contribuir para a formação/estabilização de um sub-repertório de pesquisas – aquelas sobre o discurso diplomático – no âmbito maior do discurso político.

Aliás, Villar (2006) afirma que, mesmo dentro do próprio domínio das políticas internacionais, a diplomacia tem ocupado, em geral, um lugar ainda marginal, fato que levou a autora a pesquisar o discurso diplomático com o fim de descrever a atividade verbal universal dos diplomatas. Seu estudo objetivou, por meio de uma perspectiva diacrônica, demarcar a especificidade desse discurso a partir da construção da metalinguagem diplomática presente em manuais de diplomacia elaborados por diplomatas. Nesse sentido, sua pesquisa reforça o nosso posicionamento de tomar o discurso diplomático como um subdomínio social das atividades políticas e também justifica a necessidade de outros recortes, principalmente pelo fato de ela ter destacado a existência de estudos que propõem uma distinção básica entre política estrangeira e diplomacia, atribuindo-se à diplomacia os instrumentos da política internacional sob a ótica da seguinte divisão clássica:

(...) de uma parte, a diplomacia bilateral com suas modalidades de funcionamento positivas (abertura de relações, delegação de conselheiros especiais, visita de chefe de Estado, negociação, intervenção de mediadores, condução de diplomatas oficiais) ou negativas (chamada de embaixador, suspensão de relações, protestação, ruptura de negociação, realização de acordos, expulsão de cidadãos estrangeiros...). De outra

parte, a diplomacia multilateral dentro de uma dimensão construtiva (organização de conferências, mediação ou arbitragem por uma organização internacional, resolução em favor de um Estado, mediação, enquete para terceiros, encontros de alto nível, conferências internacionais) ou em situações de crise (boicotagem de conferências, resolução contra um Estado, apoio a personalidades de oposição exiladas) (VILLAR, 2006, p. 32)³.

A título de exemplo, citamos o trabalho de Cohen-Wiesenfeld (2008) que se enquadra em uma perspectiva da diplomacia bilateral com foco no funcionamento discursivo das relações diplomáticas entre França e Alemanha. Tomando como abordagem teórica a Análise do Discurso, a Pragmática e a Análise argumentativa, a autora tomou como *corpus* um conjunto de notas diplomáticas e de relatórios de diplomatas desses dois países, abarcando o período do fim da guerra Franco-Germânica de 1870 até 1914, ano do início da Primeira Guerra Mundial. Evidenciou, assim, duas faces do discurso diplomático, destacando a evolução da interação discursiva entre esses dois Estados. Notamos que o estudo dos dois gêneros de discurso em questão (notas e relatórios) levou em consideração as coerções discursivas de relações diplomáticas entre dois Estados. Ou seja, podemos considerar que esses gêneros de discurso emergiram de uma dimensão diplomática bilateral.

Por sua vez, Duchene (2004) dedicou-se à análise das atas resumidas de debates realizados na Organização das Nações Unidas (ONU) por considerar que esse documento possui a finalidade de prestar contas sobre esses eventos. O autor destaca que esse gênero de discurso constitui um traço textual dos debates que são realizados em diversas sessões da referida instituição. Embora o pesquisador não tenha associado as atas resumidas de debates ao tipo de discurso diplomático, ele ressaltou o perfil da ONU como uma instituição na qual se mesclam diversos tipos de discurso, como o político, o administrativo, o diplomático e o jurídico. No que diz respeito ao discurso diplomático, é preciso ter em conta que a ONU é um órgão de diplomacia multilateral. Logo, comparando o trabalho de Duchene (2004) com o de Cohen-Wiesenfeld (2008), fica evidente a diferença entre diplomacia bilateral e diplomacia multilateral:

³ Tradução livre de: « D'une part, la diplomatie bilatérale avec ses modalités de fonctionnement positives (ouverture de relations, délégation de conseillers spéciaux, visite de chef d'État, négociation, intervention de médiateurs, canal des diplomates officiels) ou négatives (rappel d'ambassadeur, suspension de relations, rupture des relations, protestation, rupture de négociation, réalisation d'accords, expulsion de citoyens étrangers...), d'autre part, la diplomatie multilatérale dans ses dimensions constructives (organisation de conférences, médiation ou arbitrage par une organisation internationale, résolution en faveur d'un État, médiation, enquête par un tiers, rencontres au sommet, conférences internationales) ou en situation de crise (boycottage de conférences, résolution contre un État, soutien à des opposants exilés...) ».

Cada um desses termos possui conotação própria embora em todos esteja implícito o conceito comum de designar relações ou as áreas em que se processam as relações entre dois ou mais países na acepção de pessoas, estado, governo ou nação, conforme o caso, ou entre grupos de países ou conjuntos de países, ou entre seus representantes (LINS, 1987, p. 23).

As relações diplomáticas a que nos referimos aqui são de natureza multilateral, pois dizem respeito ao grupo de Estados que são membros da ONU. Nesse sentido, nosso estudo possui uma relação mais estreita com o trabalho desenvolvido por Duchene (2004). Assim, assumimos com o autor que, nessa instituição, o discurso diplomático possui relação com o discurso político e com o discurso jurídico, uma vez que a ONU é uma organização internacional de onde emergem documentos de jurisdição que são interpostos aos Estados, como é o caso das Resoluções (KRIEG-PLANQUE, 2014).

Apesar dessa proximidade com o estudo de Duchene (2004), nossa proposta de caracterizar as intervenções de representantes permanentes no CSNU diverge do trabalho desse autor em diversos aspectos. A começar pelo nosso foco em estudar, especificamente, o discurso diplomático, razão pela qual distinguimos diplomacia bilateral de diplomacia multilateral. Além dessa distinção, ainda fazemos referência à terminologia empregada na obra organizada por Dahan (2016), uma vez que nela são reunidos relatos de negociações diplomáticas de diferentes domínios da diplomacia. Por isso, foi utilizado nesse livro o termo “negociação multilateral regional” em oposição à “negociação multilateral universal”, sendo que organizações como a ONU foram alocadas na seção de negociação multilateral universal.

Cabe esclarecer que, no presente trabalho, tomamos como equivalentes os termos diplomacia multilateral e negociação multilateral universal para o enquadramento do tipo de discurso diplomático associado ao gênero de discurso que selecionamos. Percebemos que, a partir de documentos como a Carta da ONU, poderíamos perseguir os objetivos dessa classificação, conforme sugere Krieg-Planque (2014, p.32), uma vez que os quatro objetivos maiores dessa instituição possuem uma estreita relação com o discurso diplomático de nível multilateral: a) manter a paz e a segurança internacionais; b) fomentar relações de amizade entre as nações; c) cooperar para a solução de problemas internacionais e para o desenvolvimento do respeito aos direitos humanos; d) servir como centro para que se harmonizem os esforços das nações.

Verificamos que esses objetivos perpassam todos os órgãos da instituição, principalmente, o Conselho de Segurança, que é o órgão mais importante, possuindo inclusive poder de aprovar intervenções militares, o que, em última análise, seria visto como um rompimento de relações diplomáticas. Por essa razão, seria adequado supor que esses

objetivos se refletem nos textos enunciados pelos diversos atores que participam das cenas de comunicação promovidas, especificamente, conforme as regras da ONU. Tal fato evidencia o surgimento de gêneros de discurso específicos dentro desse quadro comunicativo, tanto que a própria existência física de determinados textos está submetida às práticas discursivas de certos sujeitos envolvidos no desempenho de atividades particulares do CSNU.

Tendo em vista esse fato, a delimitação inicial dos textos do *corpus* de nossa pesquisa partiu da observação da composição do CSNU, conforme reza o artigo 23 da Carta da ONU. Nele constatamos que o CSNU possui quinze membros. Desse total, cinco são considerados membros permanentes: Estados Unidos, França, Reino Unido, Rússia e República Popular da China. Os outros dez são classificados como membros não permanentes. Verificamos também que a norma para que um Estado ocupe o lugar de membro não permanente do CSNU é a seguinte: a Assembléia Geral da ONU elege esses dez membros não permanentes para um mandato de dois anos a partir da observação da contribuição de cada Estado membro da ONU à manutenção da paz e da segurança internacionais, de outros propósitos dessa organização e de uma distribuição geográfica equitativa.

Depreende-se, então, que os termos membro permanente e membro não permanente são atribuídos aos Estados que compõem o CSNU. A seguinte lista composta por todos os países que nunca foram eleitos membros não permanentes do CSNU desde 1946 evidencia essa relação e demonstra uma limitação da diplomacia multilateral desses Estados: Afeganistão, Andorra, Antígua e Barbuda, Armênia, Bahamas, Cazaquistão, Barbados, Belize, Butão, Brunei, Camboja, Chipre, Comores, Coreia do Norte, Dominica, El Salvador, Eritreia, Estônia, Fiji, Geórgia, Granada, Guiné-Equatorial, Haiti, Islândia, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Israel, Kiribati, Laos, Lesoto, Letônia, Liechtenstein, Macedônia, Malauí, Maldivas, Micronésia, Moldávia, Mônaco, Mongólia, Montenegro, Moçambique, Myanmar, Nauru, Palau, Papua Nova Guiné, Quirguistão, República Centro-Africana, República Dominicana, Samoa, San Marino, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Santa Lúcia, São Tomé e Príncipe, Sérvia, Seicheles, Sudão do Sul, Suíça, Suriname, Suazilândia, Tadjiquistão, Timor-Leste, Tonga, Turcomenistão, Tuvalu, Uzbequistão, Vanuatu⁴.

A limitação da diplomacia multilateral dos países citados no parágrafo anterior decorre do fato de eles nunca terem sido eleitos membros não permanentes do CSNU. Assim, é preciso ressaltar que um Estado que é membro da ONU, mas não faz parte do CSNU, pode participar de deliberações desse órgão apenas quando este considera que os interesses de tal

⁴ Disponível em: <http://www.un.org/es/sc/members/notelected.asp>. Acesso em: 12 ago. 2016. Tradução livre da versão em Espanhol.

Estado foram atacados ou quando os representantes desse Estado são convidados por membros do Conselho. Além de tal Estado (não participante do CSNU) não ter direito a voto, a sua participação depende do estabelecimento das condições específicas para a sua atuação enquanto Estado não membro do CSNU.

Diferentemente dessa participação esporádica de representantes desses Estados não participantes do CSNU em situações excepcionais, tanto aqueles Estados que são membros permanentes do CSNU como aqueles que são membros não permanentes do CSNU possuem um representante. Conforme o artigo 28 da Carta da ONU, esse representante deve permanecer na sede da organização para garantir o funcionamento contínuo do Conselho de Segurança. Portanto, o termo representante permanente designa o embaixador que tem por função representar um Estado membro ou não membro no CSNU⁵. Reproduzimos a seguir algumas informações sobre o representante permanente (RP) nesse órgão:

A maior parte dos representantes permanentes junto às Nações Unidas em Nova York são diplomatas de carreira, já consolidados. Trata-se de um posto de prestígio, o que explica, sem dúvida, que se encontrem, na sede da ONU, entre os RP, personalidades que tenham feito uma carreira política e, notadamente, ex-ministros das Relações Exteriores. (...) suas atividades [dos representantes permanentes] são compostas de reuniões na sala de consultas, de negociações na sede ou nas missões permanentes, de encontros com o Secretariado e de contatos com a mídia. Eles devem paralelamente dirigir sua equipe, seguir alguns afazeres de importância na Assembleia geral ou em outros órgãos e manter o elo direto com sua capital, essencial nas situações de crise mais graves⁶ (SABLIÈRE, 2015, p. 94-95).

A partir desse excerto, pode-se constatar que o representante permanente é um importante ator diplomático, responsável por parte significativa das produções textual-discursivas desenvolvidas no CSNU. Se anteriormente vimos uma lista de países que jamais foram eleitos membros não permanentes do CSNU e que, portanto, não tiveram um representante permanente junto ao CSNU desde 1946 até o presente momento, com o Brasil ocorreu o inverso: foi eleito dez vezes membro não permanente do CSNU. Para comemorar o seu décimo mandato, cumprido entre 2010 e 2011, foi lançada a obra *O Brasil no Conselho de*

⁵ Ressaltamos que o termo “representante permanente” não é utilizado para designar apenas os embaixadores que representam seus Estados junto ao CSNU, mas também os embaixadores que representam seus Estados em outras organizações internacionais. Kessler (2012, p. 208), por exemplo, constatou que a França possui atualmente dezessete representantes permanentes em diferentes organizações internacionais.

⁶ Tradução livre de: « La plupart des représentants permanents auprès des Nations Unies à New-York sont des diplomates de carrière, déjà confirmés. Il s’agit d’un poste prestigieux, ce qui explique sans doute que l’on rencontre au siège de l’ONU, parmi les RP, des personnalités ayant fait une carrière politique et notamment d’anciens ministres des Affaires étrangères. (...) Leurs journées sont faites de réunions dans la salle de consultations, de négociations au siège ou dans les missions permanentes, de rencontres avec le Secrétariat et de contacts avec les médias. Ils doivent parallèlement diriger leur équipe, suivre quelques affaires d’importance à l’assemblée générale ou dans d’autres organes et maintenir le lien direct avec leur capitale, essentiel dans les situations de crise les plus graves ».

Segurança da ONU 2010-2011 (ver VIOTTI; DUNPOL; FERNANDEZ, 2014). Esse livro foi co-organizado pela própria representante permanente do Brasil no CSNU desse período e nele estão incluídas as intervenções do Brasil de 2010 e 2011 no referido Conselho. Cabe esclarecer que os textos privilegiados na composição dessa obra são as intervenções da representante do Brasil no CSNU, ainda que se encontrem, esporadicamente, intervenções de outros representantes do Governo brasileiro na condição de convidados.

Por essa razão, selecionamos, para o *corpus* desta pesquisa, as intervenções da representante permanente do Brasil no CSNU, no período considerado. Nossa hipótese é a de que tais textos poderiam ser caracterizados como um gênero de discurso que emerge do quadro institucional do CSNU e que poderia ser associado, de forma mais específica, ao tipo de discurso da diplomacia multilateral. Não obstante, percebemos que a produtividade dessa caracterização poderia ocorrer de forma eficiente apenas a partir de um método comparativo com outros membros do CSNU. Isso porque entendemos que o próprio título da obra *O Brasil no Conselho de Segurança da ONU 2010-2011* sugere que poderíamos encontrar, entre os possíveis elementos constitutivos desse gênero de discurso, tanto aspectos oriundos do quadro institucional do CSNU, como aspectos culturais do Brasil e de outros Estados.

Assim, selecionamos também as intervenções de representantes permanentes da França e da Espanha no CSNU. Tal seleção ocorreu pelo fato de a França ser membro permanente do CSNU, fato que nos fez indagar se esse *status* poderia refletir nas intervenções do representante permanente da França no CSNU. Mais dois fatores justificam a escolha desse membro permanente em detrimento dos outros quatro: Estados Unidos, Reino Unido, Rússia e República Popular da China. O primeiro foi a constatação de que a diplomacia moderna teve origem na França, com o Cardeal Richelieu. Logo, esse seria mais um aspecto cultural que poderia se manifestar nos textos do *corpus*. O segundo critério buscou abarcar a diversidade de formas de Governo com o fim de verificar se ela se projetaria, de alguma forma, no gênero de discurso em foco. Desse modo, como o Brasil é uma república presidencialista, escolhemos a França por ser esse país uma república presidencialista e parlamentarista.

No caso da Espanha, o primeiro critério que levamos em consideração foi o de escolher um membro não permanente do CSNU do mandato atual que coincidissem com parte do desenvolvimento desta pesquisa: o ano de 2015. Concomitantemente a esse critério, selecionamos a Espanha por acreditar que, apesar de ela e o Brasil terem sido membros não permanentes do CSNU, o fato de o Brasil ser frequentemente citado como um dos principais candidatos a ser membro semipermanente do CSNU – caso haja uma eventual reforma desse

órgão – contribuiu para problematizarmos três Estados com *status* diferentes no CSNU: um membro não permanente que anseia ocupar a cadeira de membro semipermanente (Brasil); um membro permanente (França) e um membro não permanente que não aparece como um dos Estados mais cotados para assumir uma vaga de membro semipermanente (Espanha) em caso de uma eventual reforma do CSNU.

Também levamos em consideração a semelhança entre Brasil e Espanha no cumprimento de mandatos comemorativos. Vimos que o mandato do Brasil de 2010-2011 era comemorativo, pois se tratava da décima participação do Estado brasileiro como membro não permanente do CSNU. No caso da Espanha, 2015-2016 foi o quinto mandato desse Estado enquanto membro não permanente do CSNU, após um intervalo de dez anos. Além disso, a Espanha atendeu também ao critério que estabelecemos de Governos diferentes, o que a diferenciou de Brasil e França, uma vez que a Espanha é uma monarquia parlamentarista. Por último, notamos que alguns valores da diplomacia brasileira contrastavam justamente com um período da História da Espanha. Segundo Corrêa (2000), valores como *unidade, grandeza e visão de futuro* perpassam a história da diplomacia brasileira e possuem ligação com a experiência histórica do Brasil de não ter sofrido a fragmentação territorial que ocorreu com os Estados da América que foram colônias do Império Espanhol.

Todos os dados arrolados até aqui mostram a relevância de se estudarem as intervenções de representantes permanentes do Brasil, da Espanha e da França no CSNU. A soma das justificativas mais específicas para o desenvolvimento desta pesquisa pode ser assim resumida: acreditamos que vários traços constitutivos das intervenções de representantes permanentes do Brasil, da Espanha e da França no CSNU as diferenciariam de outros gêneros de discurso que também circulam dentro desse mesmo órgão da ONU. Assim, trabalhamos com a hipótese de que tais traços discursivos seriam diferentes daqueles verificados, por exemplo, nas Resoluções do CSNU (KIEG-PLANQUE, 2014, p. 59-61). Eles também seriam distintos das atas resumidas dos debates da ONU, segundo aspectos revelados na investigação de Duchene (2004), e de outros gêneros de discurso com os quais as intervenções de representantes permanentes no CSNU se relacionam, como, por exemplo, os debates do CSNU e as atas literais dos debates/ reuniões do CSNU, que, a nosso ver, mereceriam um estudo à parte.

Para além dessa contribuição de diferenciar as intervenções de representantes permanentes no CSNU de outros gêneros de discurso que emergem do quadro institucional da ONU e que já foram estudados por outros pesquisadores fora do Brasil, buscamos colaborar ainda para a construção de uma espécie de repertório do discurso diplomático. Nossa

contribuição estaria, por exemplo, em tornar esse repertório mais amplo, atual e diversificado em termos de abordagens teórico-metodológicas, a partir da focalização de um gênero de discurso ainda não (ou pouco) estudado, que se somaria a estes outros: manuais de diplomacia, notas diplomáticas, relatórios de diplomatas, atas resumidas de debates da ONU, Resoluções do CSNU, entre outros.

Além disso, um dos fatores centrais no qual nos detivemos foi a observação de que as intervenções de representantes permanentes no CSNU possibilitariam a apreensão de posicionamentos de cada Estado (Brasil, Espanha e França) no âmbito desse órgão. Tal fato pode ser observado no programa do curso *Séminaire de pré-affectation*. Trata-se de um curso que foi oferecido, em 2016, pela *Académie Diplomatique Internationale* a diplomatas e funcionários recentemente designados para missões diplomáticas de organizações internacionais na França. Um dos objetivos do programa foi “compreender a posição da França nos domínios-chave das relações internacionais”⁷. Para nós, o CSNU é – ou deveria ser – um desses domínios. Isso evidencia, mais uma vez, a relevância desta pesquisa, inclusive para se discutir como o gênero intervenção tem sido avaliado nos três países selecionados, levando em consideração que nele projeta-se a posição diplomática assumida por cada Estado no CSNU.

É patente, portanto, que o presente estudo poderá revelar diversos aspectos de particular interesse para a Análise do Discurso, sobretudo ao mobilizar ferramentas teórico-metodológicas que vêm sendo utilizadas por pesquisadores da área, como é o caso das categorias de contrato, jogo, papel, *médium*, cena englobante, cena genérica, unidades lexicais, temas, figuras, identidade, formação discursiva, embreantes de pessoa, *éthos* individual, *éthos* coletivo, dêixis espacio-temporal, dêixis enciclopédica, intertexto e intertextualidade.

Nessa perspectiva, para a construção do quadro teórico-metodológico, recorreremos, primordialmente, às propostas de Maingueneau (2008a; 2008c; 2010a; 2012; 2014; 2015; 2016), articulando-as com abordagens de diferentes autores, em conformidade com as particularidades dos textos do *corpus* e com nossos objetivos. Tais abordagens podem ser visualizadas, basicamente, sob três ângulos. O primeiro é composto por trabalhos sobre o discurso institucional (KRIEG-PLANQUE, 2014; DUCHENE, 2004). O segundo constitui-se de trabalhos sobre o *éthos* discursivo que retomam essa categoria do quadro da AD, sobretudo

⁷ Tradução livre de: « Comprendre la position de la France dans les domaines clés des relations internationales ». Disponível em: <http://www.academiediplomatique.org/fr/pag-769860-Preposting-Seminar.html>. Acesso em: 12 ago. 2016.

das pesquisas de Maingueneau (AMOSSY, 1999; 2010; LABORDE-MILLA, 2015; KERBRAT-ORECCHIONI, 2010). O terceiro trata dos estudos que articularam a essa noção de *éthos* discursivo as noções de temas e figuras (LARA; ANDRADE, 2013; 2014; ANDRADE, 2015a) a partir de abordagens da Semiótica Francesa elaboradas no Brasil, particularmente por Barros (2008), Fiorin (1989) e Lara e Matte (2009). Além desses trabalhos, foram convocadas contribuições de outros autores de forma mais pontual, como se verá nos próximos capítulos.

Após ter feito a apresentação do nosso objeto de estudo, justificando sua pertinência, e a síntese dos pressupostos teórico-metodológicos em que nos apoiamos, listamos a seguir os objetivos que nos movem. Em termos gerais, pretendemos estudar os mecanismos linguístico-discursivos que constituem o gênero de discurso “intervenções de representantes permanentes no CSNU” de três Estados que possuem *status* diferentes nesse órgão, bem como apreender as características socioculturais próprias a cada um deles (Brasil, Espanha e França). Esse objetivo maior desdobra-se em outros mais específicos, a saber:

a) associar as intervenções de representantes permanentes no CSNU ao tipo de discurso diplomático, particularmente no quadro das negociações diplomáticas multilaterais;

b) estudar o sistema de restrições impostas a esse gênero de discurso, tais como as unidades lexicais, os elementos dêiticos de tempo, o uso de verbos, os enunciados adversativos, os modalizadores e outros operadores argumentativos;

c) examinar os posicionamentos dos enunciadores das intervenções de representantes permanentes do Brasil, da Espanha e da França no CSNU com o fim de verificar se a construção e a divulgação de uma identidade diplomática inerente a cada um desses Estados no referido órgão seriam mais um traço constitutivo desse gênero de discurso;

d) analisar os aspectos sócio-históricos do Brasil, da Espanha e da França que poderiam ser refletidos e/ou refratados no discurso de seus representantes permanentes no CSNU, contrastando-os com os princípios constitutivos de outros gêneros de discurso que emergem do quadro institucional da ONU, como as Resoluções do CSNU e as atas de debates da ONU;

e) apreender as formas de manifestações do *status* do Brasil (membro não permanente do CSNU que almeja ser membro semipermanente), da Espanha (membro não permanente) e da França (membro permanente) na produção discursiva de seus representantes permanentes, particularmente na imagem que eles projetam sobre eles mesmos em nome de seus Estados.

Por fim, apresentamos a estrutura do presente trabalho. No [Capítulo 1](#), exporemos as delimitações do nosso objeto de estudo, indicando os principais aspectos sócio-históricos do Brasil, da Espanha e da França e suas relações com o CSNU. O [Capítulo 2](#), por sua vez, será destinado à contextualização do discurso político e do discurso diplomático. Apresentaremos, assim, as origens do nosso objeto de estudo e seu lugar na produção científica atual. A construção do quadro teórico-metodológico será feita no [Capítulo 3](#), no qual descreveremos o lugar que a Análise do Discurso ocupou e ocupa no percurso histórico da Linguística, as contribuições de Dominique Maingueneau no desenvolvimento dessa teoria e as categorias de análise selecionadas para o exame dos textos do *corpus*. Esses três capítulos compõem a Parte I da tese. Na Parte II, constituída do [Capítulo 4](#), analisaremos as intervenções de representantes permanentes do Brasil, da Espanha e da França no CSNU a fim de verificar os aspectos constitutivos desse gênero de discurso institucional em conformidade com os objetivos que elencamos nesta seção.

PARTE I

CAPÍTULO 1 – DELIMITANDO O OBJETO: POR QUE BRASIL, ESPANHA E FRANÇA?

Neste capítulo, são retomadas e expostas, de forma mais detalhada, as razões que nos levaram a selecionar intervenções (discursos/ pronunciamentos) do Brasil, da Espanha e da França para a constituição do *corpus* desta pesquisa. Antes de expor as razões específicas da escolha de cada um desses Estados, tecemos algumas ponderações de forma mais geral, a partir de um conceito-chave da Análise do Discurso com o qual também trabalhamos em nossas análises: trata-se da noção de identidade. Reproduzimos a seguir um trecho no qual Charaudeau (2015) analisa a relação entre identidade linguística e identidade cultural:

Ora, se aceitamos prontamente que há várias sociedades e, portanto, várias culturas, cada grupo social é *sua própria cultura*, da qual ele é herdeiro, contra a qual ele nada pode fazer (fatalidade), que o sobredetermina e à qual ele adere do modo *substancial*. É a época da delimitação dos territórios, da homogeneização das comunidades no interior desses territórios; em suma, da constituição dos Estados-Nação. É em nome dessa concepção de identidade como *essência nacional* que se farão as guerras do século seguinte (CHARAUDEAU, 2015, p. 16-17; grifos do original).

Esse trecho sobre a identidade nacional nos leva a algumas considerações. O fato de ter havido guerras que se originaram em decorrência de concepções identitárias é relevante para o estudo do discurso diplomático, sob o viés que adotamos, uma vez que a criação da ONU refletiu esses acontecimentos históricos. De acordo com Fonseca (2006, p. 24), a “ONU é estabelecida como contraponto à Liga das Nações, para superar as falhas que levaram à II Guerra Mundial (...). Outro dado fundamental: a criação das Nações Unidas é conduzida, com sentido hegemônico, pelos vencedores da II Guerra Mundial”.

Com isso, ao escolher Brasil, Espanha e França, tivemos a pretensão de pôr em evidência os aspectos históricos que contribuíram para a formação da identidade de cada uma dessas nações, além daqueles dados sócio-históricos que desencadearam organizações internacionais como a ONU. Isso porque acreditamos que tais concepções transpareceriam nos discursos proferidos pelos representantes permanentes desses países no CSNU. Tal fato se justifica pela abordagem discursiva que assumimos, na qual o sujeito da enunciação emerge, necessariamente, de um contexto sócio-histórico que delimita os processos languageiros.

Passemos, pois, para as seções em que exporemos os fatos históricos mais relevantes que marcaram esses três Estados em torno da diplomacia, principalmente em termos multilaterais e dentro do CSNU. Muitos desses fatos serão posteriormente retomados na [parte II](#) deste trabalho, mais precisamente em alguns dos dez subcapítulos que compõem o capítulo das análises ([Capítulo 4](#)).

1.1 O Brasil no CSNU e seus principais aspectos sócio-históricos

Uma das razões que nos levou a escolher o Brasil foi o fato de esse Estado ter cumprido o seu décimo – e último – mandato como membro não permanente do CSNU em 2010-2011. Nesse período, a representante permanente foi a embaixadora⁸ Maria Luiza Ribeiro Viotti. Se a décima participação do Brasil no CSNU já era em si um ato significativo, destacamos o gesto da embaixadora de (co)organizar a obra *O Brasil no Conselho de Segurança da ONU 2010-2011*, na qual estão incluídas as intervenções do Brasil durante o período (ver VIOTTI; DUNPOL; FERNANDEZ, 2014).

A descoberta dessa publicação não apenas facilitou nosso acesso às intervenções (e, conseqüentemente, a constituição do *corpus*), mas também colocou em evidência a importância de selecionarmos esse tipo de texto para análise. Como discutiremos mais detalhadamente em [2.2](#), são vários os atores que participam do campo diplomático e nem sempre o papel do embaixador, particularmente, o do representante permanente no CSNU, é o que sobressai frente aos de outros agentes. No entanto, a obra (co)organizada por Viotti mostrou-nos a relevância dessas intervenções dentro da comunidade discursiva em foco, inclusive por reforçar nossa hipótese de que estamos diante de um gênero de discurso que deveria ser diferenciado dos debates no CSNU e das atas integrais dos debates no CSNU, por exemplo.

Tais fatos reforçaram a necessidade de descrevermos, primeiramente, o discurso diplomático que se inscreve no CSNU como um todo, já que se trata de um órgão participante de uma instituição como a ONU que ocupa um lugar relevante na produção desse tipo de discurso. Nessa perspectiva, nossas análises procuram apreender as particularidades de um

⁸ Lembramos que o termo “embaixador(a)” é usado para designar ocupantes de vários cargos (ou funções). Assim, no *site* do Itamaraty, há vários cargos, cujos profissionais são, em geral, denominados embaixadores: por exemplo, recebem essa designação tanto o Ministro de Estado das Relações Exteriores como o Subsecretário-Geral do Serviço Exterior. No caso da presente pesquisa, o termo “embaixador(a)” refere-se, prioritariamente, aos representantes permanentes do Brasil, da Espanha e da França perante o CSNU (cf. KESSLER, 2012).

discurso que emerge de uma instituição até então pouco – ou nada – explorada por discursivistas no Brasil (e mesmo na Espanha e na França). Esse procedimento ocorreu, no caso do Brasil, sob duas perspectivas: primeiramente, procuramos mostrar as restrições institucionais impostas pelo CSNU a um gênero de discurso particular (a intervenção). Em segundo lugar, buscamos verificar os posicionamentos particulares do enunciador desses textos, investigando também o que a inserção dessas intervenções em uma obra publicada suscita, inclusive por exigir a análise de elementos paratextuais.

No que diz respeito à análise do posicionamento do representante permanente do Brasil no CSNU, um estudo que levamos em conta para o desenrolar de nossa pesquisa foi o de Corrêa (2000). O autor analisou a relação entre diplomacia e história, com a finalidade de demonstrar a identidade nacional brasileira em sua política externa. Embora o estudo não seja especificamente sobre a diplomacia multilateral no CSNU, a partir dele levantamos alguns questionamentos. Um deles é se os elementos que perpassam a diplomacia brasileira levantados no referido estudo também poderiam estar presentes nas intervenções que analisamos ou na obra publicada com a compilação desses textos:

Unidade, grandeza e futuro são os três principais elementos que individualizam a experiência histórica brasileira, que nos diferenciam das unidades menores em que se fragmentou à volta do Brasil o Império Espanhol na América e que perpassam a nossa história diplomática desde a resistência às invasões estrangeiras, desde a expansão das fronteiras sul, norte e centro-oeste, desde as décadas de intervenção nas lutas platinas, até a obra de consolidação definitiva empreendida por Rio Branco, cuja essência se mantém até os dias de hoje.

Dessa trindade de valores básicos, *unidade, grandeza e visão de futuro*, decorrem outros que, igualmente informados pela experiência histórica do Brasil caracterizam a sua projeção no mundo: o nacionalismo, a busca da igualdade soberana entre as nações e o pragmatismo (CORRÊA, 2000, p. 27; grifos do original.).

Esses valores foram levados em consideração nas análises do *corpus*. Por ora, descrevemos algumas características da obra *O Brasil no Conselho de Segurança da ONU 2010-2011*, visto que ela foi estudada como um tipo de *médium*⁹ das intervenções de representantes permanentes no CSNU. Acreditamos que essa iniciativa de publicá-las já demonstra esses valores – *unidade, grandeza e visão de futuro* –, pois, ao registrar essas práticas diplomáticas, o Brasil projeta a imagem de um Estado comprometido com o CSNU, que, dessa forma, estaria capacitado a ser um membro semipermanente desse órgão, no caso de uma eventual reforma. A reforma do CSNU é um tema bastante frequente, razão pela qual

⁹ Entende-se por *médium* a manifestação material do discurso com a qual um texto produzido em diferentes modalidades (escrita, oral etc.) é fixado e transportado. Não obstante, seu caráter funcional toma essa fixação e esse transporte como produção de sentidos em conformidade com o contexto sócio-histórico (ver 4.3).

nos debruçamos sobre ele, a partir dos estudos de Fountoura (2005), Amorim (2015), Viotti (2015), Patriota (2015), Sablière (2016), Novosselloff (2016) e Frouville (2016).

O livro faz parte da *Coleção Política Externa Brasileira*. Além disso, apresenta textos em português e em inglês, características que apontam para um público especialista em política externa, o que pode ultrapassar as fronteiras nacionais, chegando a todos aqueles que se interessam pela política externa brasileira. Embora uma versão do livro esteja disponível gratuitamente no site da Fundação Alexandre de Gusmão, há a indicação de que houve o Depósito Legal da obra na Fundação Biblioteca Nacional, conforme a lei nº 10.994, de 14/12/2004. Portanto, a sua circulação ocorre conforme as restrições de qualquer livro publicado no Brasil.

Também destacamos alguns fatos da apresentação do livro. Nessa seção introdutória, fica explícito que a publicação ocorreu em função de um mandato comemorativo, visto que, em 2010-2011, o Brasil cumpriu o seu décimo mandato de membro não permanente do CSNU. Após essa informação, indicam-se as datas dos mandatos anteriores em que o Estado cumpriu essa mesma função junto ao órgão: 1946-1947, 1951-1952, 1954-1955, 1963-1964, 1967-1968, 1988-1989, 1993-1994, 1998-1999 e 2004-2005. Destaca-se ainda que Brasil e Japão foram os países que tiveram o maior número de ocupação desse posto, fato que, mais uma vez, procura realçar os valores de grandeza e de visão de futuro da diplomacia brasileira.

Ainda na apresentação, expõe-se o papel desempenhado pelo Brasil no posto de membro não permanente do CSNU, justificando-se a publicação da obra como um registro da atuação do Estado no referido mandato (2010-2011). Segundo os organizadores, ela evidenciaria, conseqüentemente, “uma contribuição ao estudo da política externa brasileira contemporânea e um testemunho do trabalho da diplomacia nacional em questões centrais para estabilidade e a paz mundiais” (VIOTTI; DUNPOL; FERNANDEZ, 2014). Dados como esse foram associados às análises, mais especificamente à descrição do tipo de discurso (ver [4.1](#)) das intervenções de representantes permanentes no CSNU.

No prefácio, de autoria do então Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, indica-se que a leitura da obra permitirá a compreensão da atuação do Brasil, feita em conformidade com os valores da política externa brasileira e com os princípios das Nações Unidas. O Ministro classifica a atuação diplomática brasileira nesse período como independente e equilibrada, com uma disposição genuína e permanente para contribuir na formação de consensos, formação essa que geralmente é necessária para a eficácia da diplomacia, em geral, e do Conselho de Segurança, em particular.

Como exemplo prático desse trabalho, Machado destaca a atuação brasileira na Declaração Presencial de 2011 do CSNU sobre a Síria, “cuja versão inicial resultou de negociação entre o Brasil e o Reino Unido e acabou constituindo o que viria a ser o único documento adotado pelo órgão naquele ano sobre o conflito sírio” (VIOTTI; DUNPOL; FERNANDEZ, 2014, p. 10). Por fim, para o Ministro das Relações Exteriores, o conjunto de ações por ele exemplificadas no prefácio, em uma relação de metonímia (parte pelo todo), consolidou o papel do Brasil como vetor de paz e de estabilidade internacionais, demonstrando que o país estaria pronto para assumir responsabilidades próprias de membro permanente do CSNU.

Essa conclusão foi de suma importância para as nossas análises. Na realidade, tanto ela como muitos outros dados que contextualizaram as intervenções do Brasil no CSNU e foram concretizados, particularmente, com o gesto de publicação da obra em foco, pareceram apontar não apenas para a finalidade de divulgação da diplomacia brasileira, mas também, como já dissemos, a de evidenciar que o Brasil estaria apto para ser um membro (semi)permanente do CSNU em uma eventual reforma do órgão, fato esse que talvez não seja tão perceptível nas intervenções do representante permanente do Brasil, mas certamente poderia ser visto como reflexo da tríade de valores básicos (unidade, grandeza e visão de futuro) que segundo Corrêa (2000) perpassa as diferentes etapas da história da diplomacia brasileira. Essa questão se integrou, portanto, às nossas análises, principalmente por permitir que indagássemos se haveria outras publicações similares não apenas no Brasil, mas também na Espanha e na França.

Outros dados presentes nessa obra também são relevantes para a compreensão de que a atuação do representante permanente no CSNU é fruto de um trabalho em equipe, como demonstra o capítulo “Delegação do Brasil no Conselho de Segurança 2010-2011” (VIOTTI; DUNPOL; FERNANDEZ, 2014, p. 19-20), sendo essa equipe composta por: uma representante permanente, Embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti; uma representante permanente alterna¹⁰, Embaixadora Regina Maria Cordeiro Dunlop; dois ministros: Noberto Moreti e Leonardo Luis Gorgulho Nogueira Fernandes; um conselheiro, Eugênio Vargas Garcia; treze secretários: Gustavo Sénéchal de Gofreddo Jr., Luís Guilherme Nascentes da Silva, Christiano Sávio Barros Figueirôa, Alexandre Mendes Nina, Daniel Nogueira Leitão, Kassius Diniz da Silva Pontes, Marcelo Böhlke, Juliano Rojas Maia, Leandro Vieira Silva,

¹⁰ Representante permanente alterna é o termo utilizado no referido capítulo. Ressaltamos, contudo, o uso da expressão representante permanente adjunta no título de algumas intervenções (cf. VIOTTI; DUNPOL; FERNANDEZ, 2014, p. 181).

Ricardo Rizzo, Camilo Licks Rostand Prates, João Augusto Costa Vargas, Christina Lamazière.

1.2 A Espanha no CSNU e seus principais aspectos sócio-históricos

Três fatos foram levados em consideração para selecionarmos a Espanha. O primeiro foi o fato de esse país ter sido eleito membro não permanente do CSNU para o período de 2015-2016, como explicaremos mais adiante. O segundo fato foi a diferença de *status* que a Espanha, juntamente com o Brasil, tem no âmbito desse órgão (membro não permanente), distinguindo-se, assim, da França (membro permanente). O último dado que justifica essa escolha foi a diversidade de tipos de governo, quando comparamos Brasil, Espanha e França. Esses três aspectos direcionaram parte de nossa pesquisa, uma vez que trabalhamos com a hipótese de que eles poderiam se revelar de diferentes maneiras no gênero de discurso intervenções de representantes permanentes no CSNU.

Focar o período de 2015-2016, a fim de constituir o *corpus* da presente pesquisa foi relevante pelo fato de selecionarmos textos da atualidade. Além disso, os 193 países que compõem a Assembléia Geral das Nações Unidas decidiram, em 2014, que a Espanha seria um dos membros não permanentes do Conselho durante esse período. A partir dessa decisão, a Espanha pôde comemorar, tendo em vista que sua última participação no CSNU tinha sido dez anos antes. Ressaltamos que a Espanha concorreu com a Nova Zelândia e a Turquia para ocupar uma das duas vagas destinadas ao grupo Europa Ocidental e outros Estados. Tal concorrência deveu-se ao fato de um dos critérios de seleção dos membros não permanentes ser o de distribuir a alocação de assentos desse tipo entre os diferentes grupos regionais que compõem a Assembléia Geral: África, América Latina e Caribe (GRULAC), Ásia e Europa Ocidental e Outros (WEOG).

À justificativa de selecionar textos atuais aliam-se outros fatores relevantes. Por um lado, isso nos permitiu comparar, por exemplo, os temas das intervenções referentes a 2015 com aqueles de 2011, período em que o Brasil cumpriu o seu último mandato no Conselho. Também nos possibilitou indagar se a Espanha tomaria alguma atitude similar à do Brasil em relação ao gesto comemorativo de participar do CSNU por um determinado período. Vimos, na seção anterior, que o Brasil lançou um livro com a recopilação das intervenções realizadas durante o mandato de 2010-2011, em que se comemorava a décima participação do Brasil no órgão. No caso da Espanha, 2015-2016 foi o quinto mandato desse

Estado enquanto membro não permanente do CSNU, após um intervalo de dez anos, como já foi dito.

Se haverá (ou não) uma publicação similar à obra brasileira, será um fato que ainda precisaremos aguardar, visto que o mandato da Espanha encerrou-se em 2016. No caso do Brasil, o livro foi lançado em 2014, isto é, três anos após o fim do seu mandato. Porém, mesmo antes de haver finalizado o seu mandato, a Espanha já havia encontrado uma forma de comemorar a sua participação no Conselho durante o período de 2015-2016. Os “Correos” lançaram dois selos: o primeiro (figura 1) em comemoração aos 70 anos da ONU e aos 60 anos da Espanha enquanto membro dessa organização internacional; o segundo (figura 2) em comemoração ao mandato de membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU no período de 2015-2016:



Figura 1 - 70 anos da ONU e 60 anos da Espanha na ONU



Figura 2 - Espanha 2015-2016 - Membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas

Além desses selos, encontramos a obra *Las Naciones Unidas desde España: 70 aniversario de las Naciones Unidas. 60 aniversario del ingreso de España en las Naciones Unidas* (PONS RAFOLS, 2015). Ainda que ela não tenha contemplado as intervenções de representantes permanentes no CSNU, destacamos que nela foram encontrados alguns artigos que contribuiriam para o nosso estudo. Em seções subsequentes, retomaremos tais textos de

forma mais pontual. Por ora, sublinhamos o fato de se reunirem no referido livro tanto as intervenções do Rei da Espanha quanto as do Presidente do Governo do Reino da Espanha em seções/ debates da Assembléia Geral das Nações Unidas (PONS RAFOLS, 2015, p. 635-703). Isso, por um lado, reforça a nossa opção pelo emprego do termo “intervenção” e, por outro, exemplifica a importância de havermos estabelecido como critério de seleção dos Estados Brasil, Espanha e França a diferença de governo entre eles, como já foi dito na [Introdução](#).

Vale ressaltar que nos deparamos com outras possibilidades igualmente relevantes de organização do *corpus*. Não obstante, consideramos esta que ora apresentamos como a mais produtiva, principalmente tendo em vista os objetivos da pesquisa. Por exemplo, o estudo de Novosselloff (2016) apresenta um quadro, listando todos os membros não permanentes do CSNU entre 1989 e 2015. A partir dele, verificamos que Brasil e Espanha foram, concomitantemente, membros não permanentes desse órgão em 1993-1994 e em 2004 (NOVOSSELOFF, 2016, p. 403-406). Nesse sentido, seria possível formar um *corpus* abarcando um desses períodos, de modo a verificar o posicionamento dos dois Estados sobre temas abordados em reuniões do CSNU em uma mesma época. A título de exemplo, poderíamos selecionar textos referentes ao mandato completo de 1993-1994. Porém, tal opção não contemplaria mandatos comemorativos, nem textos atuais, dois critérios que julgamos relevantes para a formação do *corpus*. Além do mais, nos depararíamos com a questão do acesso a esses textos, fato que problematizamos, sobretudo, a partir da análise do [médium](#) que vem sendo utilizado na constituição e na transposição das intervenções de representantes permanentes no CSNU enquanto gênero de discurso institucional.

A segunda razão de havermos selecionado a Espanha partiu da nossa hipótese em torno de uma semelhança e de uma diferença entre o *status* do Brasil e o da Espanha. Embora os dois países tenham sido eleitos membros não permanentes do CSNU em diferentes ocasiões, destacamos, como já foi anunciado na [Introdução](#), que o Brasil é frequentemente mencionado como um dos principais candidatos a ser membro semipermanente do CSNU. Em geral, não se menciona a Espanha entre esses candidatos, mas sim a Alemanha, o Japão, a Índia, a África do Sul ou a Nigéria. Portanto, essa diferença poderia manifestar-se de duas formas. Na primeira, haveria um comportamento similar dos enunciadores dos textos de Brasil e Espanha, uma vez que os dois assumem o *status* de membro não permanente no CSNU. Na segunda, haveria diferença nesses comportamentos devido à pretensão do Brasil de ser membro semipermanente do CSNU.

O último aspecto que consideramos, ao selecionar a Espanha, foi a sua particular forma de governo. Pecequillo (2012, p. 48) lembra-nos que há duas principais formas de governo: o autoritário e o democrático. Nesse último caso, a autora cita três casos diferentes de governos cujos Estados são democracias: repúblicas presidencialistas, como é o caso do Brasil e dos Estados Unidos; república presidencialista e parlamentarista, caso da França; monarquias parlamentaristas, como ocorre com a Espanha e a Inglaterra. Essas diferenças, a nosso ver, são plausíveis para a constituição do *corpus*, uma vez que acreditamos que elas também poderiam interferir no discurso diplomático, tanto por traços de cada estrutura governamental que poderiam estar presentes nos textos selecionados, quanto pela própria ausência dessas referências.

Além do critério de *status* de membro permanente, de membro não permanente e, nesse último caso, a pretensão (ou não) de ser membro semipermanente no CSNU, tomamos a característica de tipo de governo como um dos elementos culturais que podem ser refletidos (ou refratados) nos discursos dos representantes permanentes. É por essa razão que decidimos trabalhar com categorias de análise como temas, figuras, formação discursiva, intertexto e intertextualidade. A partir delas, buscamos descrever os textos do *corpus* com o objetivo de evidenciar (ou não) se uma das particularidades do gênero de discurso intervenções de representantes permanentes no CSNU é permitir projeções identitárias, diferentemente de documentos oficiais desse órgão, como as Resoluções, as Declarações Presidenciais e as atas resumidas das reuniões do CSNU. No que diz respeito às atas literais dos encontros/ debates do CSNU, problematizaremos alguns aspectos desse gênero de discurso com o fim de ressaltar o papel que as intervenções possuem na sua constituição e também na constituição do próprio debate. Não obstante, defendemos a tese de que cada um desses gêneros deve ser tomado como um objeto de estudo diferente, sobretudo a partir dos objetivos que orientam a presente pesquisa.

1.3 A França no CSNU e seus principais aspectos sócio-históricos

A primeira razão para a escolha da França está relacionada ao fato de esse Estado ser um membro permanente no CSNU, situação que o distingue do Brasil e da Espanha, como vimos. Com isso, priorizamos a constituição de um *corpus* em que as diferentes posições de seus enunciadores poderiam refletir-se no discurso diplomático a partir do quadro institucional da ONU. Dessa forma, lançamos a hipótese de que poderíamos encontrar

diferenças no discurso do Brasil, da Espanha e da França, principalmente em relação: a) ao *status* de membro permanente ou não permanente; b) aos percursos da história diplomática de cada país na construção de sua identidade (diplomática) no CSNU.

Sablière (2015) dedicou um capítulo de sua obra para demonstrar a visão particular de cada membro permanente do CSNU. No que diz respeito à França, ele destacou certa descrença do General de Gaulle na diplomacia multilateral, sobretudo pelo posicionamento da ONU em relação à Guerra da Argélia. Entretanto, o autor ressalta que, posteriormente, a França interessou-se por seu *status* de membro permanente, o que lhe permitiu projetar-se como um ator relevante na cena internacional. Para ele, a França e o Reino Unido tiveram papel de destaque nos últimos vinte anos de atuação do Conselho.

Além do mais, frente aos fatores históricos que contribuíram para uma relativa diminuição do poder da França enquanto potência mundial, o autor sublinha que o país pôde contar com o *status* de membro permanente no CSNU, com o fim de se legitimar entre os demais membros desse órgão. Por último, Sablière (2015) destaca o fato de a França posicionar-se como defensora da Carta da ONU, apesar de, excepcionalmente, exercer o uso da força com maior liberdade, como ocorreu na crise da Síria em 2012. Durante o desenrolar desta pesquisa, percebemos que essa liberdade se reflete nos discursos do representante francês de forma atrelada ao *status* do país no âmbito do CSNU, fato que buscaremos evidenciar no [capítulo 4](#).

Se essa questão, por um lado, direcionou as análises do *corpus*, por outro, possibilitou-nos visualizar outras possibilidades de estudo. No primeiro caso, além do *status* no CSNU, evidenciamos três fatos históricos da França que assumem relevância cultural para o discurso diplomático. Nesse sentido, nós os descrevemos a seguir, com o intuito de observar, ao longo das análises, se alguns desses dados se manifestariam nas intervenções de representantes permanentes no CSNU. Trata-se: a) do desenvolvimento da diplomacia, sobretudo da diplomacia moderna; b) da participação da França nas duas guerras mundiais, fato que está relacionado ao seu *status* de membro permanente no CSNU; c) da sua peculiar forma de governo, quando comparada ao Brasil e à Espanha, uma vez que a França é uma república presidencialista e parlamentarista.

No que diz respeito à possibilidade de outros estudos, ressaltamos que outras organizações de textos para a formação de novos *corpora* poderiam gerar novas investigações. Alguns exemplos seriam: a) a comparação entre dois ou mais membros permanentes – Estados Unidos, França, Reino Unido, Rússia e China – para verificar se, apesar de terem o mesmo *status*, seus discursos poderiam apresentar divergências por razões

sócio-políticas; b) a comparação entre as intervenções de membros permanentes e de (outros) membros não permanentes, que não foram contemplados em nossa pesquisa, a fim de verificar se tais diferenças apontadas entre França, Brasil e Espanha ocorreriam em outros casos.

1.4 A construção do *corpus* a partir das intervenções dos representantes permanentes do Brasil, da Espanha e da França no CSNU

Após a exposição, de forma mais detalhada, das razões que nos levaram a escolher Brasil, Espanha e França, passaremos a explicitar o processo de construção do *corpus* da presente pesquisa. O primeiro ponto de partida para a seleção dos textos foi levar em conta a proposta de estudo sobre os discursos institucionais. De acordo com Krieg-Planque (2014, p. 32), “dentro de toda organização, existem pessoas e/ou serviços que possuem a tarefa de contribuir para a produção de discursos, em particular à luz de regularidade e de normas”¹¹.

Nesse sentido, a primeira restrição para a escolha das intervenções que constituem o *corpus* desta pesquisa foi a de que seu enunciador deveria ocupar necessariamente o papel de representante permanente de cada um dos três países. O *status* da pessoa responsável pela produção de discursos particulares dentro do CSNU está plenamente de acordo com as normas institucionais desse órgão, as quais descrevemos a seguir.

Em 24 de outubro de 1945, foi criada a Organização das Nações Unidas. Nesse momento, surgiu o seu documento fundador: a Carta da ONU, ratificada pela maioria dos 51 Estados signatários. Atualmente, essa organização internacional conta com 193 Estados membros que são representados por um órgão deliberativo, a Assembléia Geral. A mencionada Carta confere legitimidade à organização para adotar medidas em relação aos problemas que a humanidade enfrenta em nível internacional. Os principais órgãos da ONU são: Assembléia Geral, Conselho de Segurança, Conselho Econômico e Social, Conselho de Administração Fiduciária, Corte Internacional de Justiça e Secretaria.

Na presente pesquisa, o órgão com o qual optamos por trabalhar foi o Conselho de Segurança. O Capítulo V da Carta da ONU¹² estabelece as suas normas de funcionamento. Reproduzimos, a seguir, os artigos que julgamos mais relevantes para nossos propósitos.

¹¹ Tradução livre de : « Dans toute organisation, il existe des personnes et / où des services qui sont en charge de contribuer à la production de discours, en particulier sous le jour de régularités et de normes. »

¹² Versão em espanhol disponível em: <http://www.un.org/es/sections/un-charter/chapter-v/index.html>. Acesso em: 07 nov. 2016.

Alguns deles foram reutilizados na análise do *corpus*, principalmente para o estudo daquelas categorias destinadas à caracterização das intervenções de representantes permanentes no CSNU, tomadas como um gênero de discurso institucional particular, no âmbito mais amplo do discurso diplomático.

COMPOSIÇÃO

Artigo 23

1. O Conselho de Segurança será composto por quinze membros das Nações Unidas. A República da China, França, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte e os Estados Unidos da América serão membros permanentes do Conselho de Segurança. A Assembleia Geral elegerá outros dez Membros das Nações Unidas que serão membros não permanentes do Conselho de Segurança, prestando especial atenção, em primeiro lugar, à contribuição dos Membros das Nações Unidas à manutenção da paz e da segurança internacionais e aos demais propósitos da organização, bem como uma distribuição geográfica equitativa.

3. Cada membro do Conselho de Segurança terá um representante.

PROCEDIMENTO

Artigo 28

1. O Conselho de Segurança será organizado de maneira que seu funcionamento possa ocorrer continuamente. Com tal fim, cada membro do Conselho de Segurança terá em todo momento seu representante na sede da organização.

2. O Conselho de Segurança celebrará reuniões periódicas nas quais cada um de seus membros poderá, se desejar, ser representado por um membro de seu Governo ou por outro representante especialmente designado.

Esses artigos da Carta da ONU evidenciam o *status* adquirido pelo representante permanente e podem, portanto, ser relacionados à sua produção discursiva dentro da instituição. A partir de tais regras, vimos que a efetividade da representação dos Estados membros do CSNU ocorre com a permanência do representante na sede desse órgão. Compreendemos, assim, o caráter central da produção discursiva do representante permanente nas reuniões periódicas celebradas pelo CSNU, razão pela qual optamos pela seleção de suas intervenções. Ressaltamos ainda que, de acordo com o exposto no parágrafo 2º do artigo 28, as intervenções de outros representantes do Governo nas reuniões do CSNU seguem uma norma específica, que é a participação opcional. Certamente tal condição enunciativa suscitaria outros enquadramentos teórico-metodológicos que fogem ao escopo de nossa pesquisa.

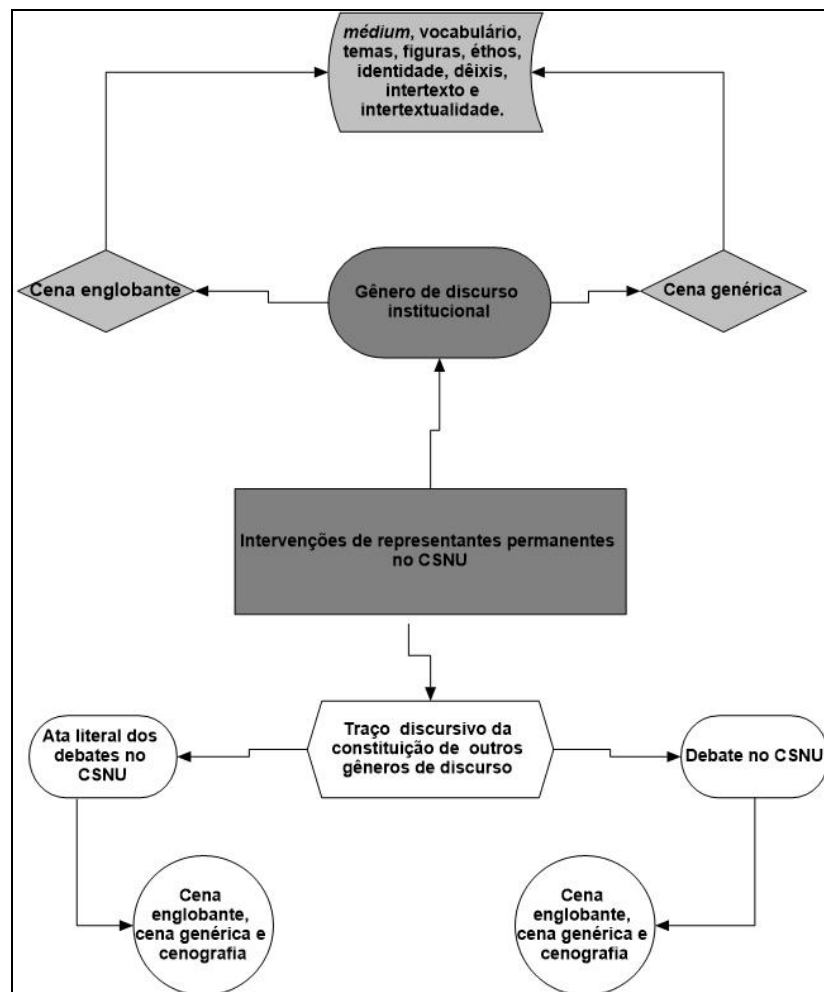
O princípio que adotamos para caracterizar as intervenções dos representantes permanentes do CSNU como um gênero de discurso institucional autônomo está baseado no conceito de contrato (MAINGUENEAU, 2016, p. 66). Assumimos que, a partir dos artigos da

Carta da ONU aqui expostos, é possível visualizar pelo menos dois contratos distintos. No primeiro, há a delimitação dos parceiros que possuem o estatuto de representante permanente do CSNU. Por isso mesmo, elaboramos a seção [Os Estados e seus representantes diplomáticos](#) na qual exporemos o percurso histórico dos diplomatas. No segundo, julgamos que há outros parceiros cujo estatuto de sujeito enunciador é variável. O fato de a participação desse representante ser facultativa seria, nesse caso, avaliado de uma forma muito mais pontual. Logo, julgamos que essas outras pessoas que participam apenas eventualmente das reuniões celebradas pelo CSNU contribuem para a produção de outros discursos, diferentes daqueles que tomamos como objeto de estudo.

Além dessa delimitação, o conceito de contrato também permitiu-nos evidenciar a independência desse gênero de discurso em relação tanto ao debate quanto às atas integrais do CSNU. Assim, propomos uma diferença básica entre os três casos apenas com o intuito de demarcar mais claramente nosso objeto de estudo. Para isso, levamos em conta a abordagem de Charaudeau (1983) que defende a expedição como uma etapa do contrato. Trata-se de um aspecto intencional concebido por um projeto global de comunicação. Para nós, o fato de estarmos trabalhando na esteira do discurso institucional deveria supor, no mínimo, a imposição de dois projetos globais de comunicação para dois agrupamentos de gêneros de discurso cujos traços distintivos se originariam em sua expedição. O primeiro seria aquele em que o projeto de comunicação é determinado pela própria instituição (Conselho de Segurança da ONU). Acreditamos que este seria, por exemplo, o caso dos debates e das atas integrais do CSNU. O segundo caso seria o de gêneros de discurso nos quais o projeto global de comunicação seria associado a um sujeito específico que, embora pertença à instituição, atrela a seu discurso um aspecto intencional próprio.

Ao longo do presente estudo, percebemos que essa distinção seria essencial para compreendermos as intervenções de representantes permanentes do Brasil, da Espanha e da França no CSNU como um gênero de discurso autônomo associado ao discurso diplomático. Aliás, vimos que a própria escolha desses três Estados foi realizada com base nessa hipótese. Nesse sentido, esclarecemos que não estamos desconsiderando o papel dessas intervenções na constituição dos gêneros debate e atas integrais do CSNU. Ao contrário, reforçamos essa função no esquema a seguir. No entanto, nele destacamos o escopo de nossa pesquisa. Interessa-nos estudar as características que, segundo nossas hipóteses, evidenciarão a (relativa) estabilidade dessas intervenções enquanto um gênero específico de discurso institucional, não enquanto traço discursivo da constituição de outros gêneros de discurso cujo projeto global de comunicação seria vinculado às finalidades da instituição (CSNU).

Em outras palavras, o esquema a seguir mostra nosso objeto de estudo, contrastando-o com as intervenções de representantes permanentes no CSNU enquanto traço discursivo da constituição de outros gêneros de discurso. Desse modo, ressaltamos nosso objetivo de examinar os mecanismos linguístico-discursivos que constituem o gênero de discurso "intervenções de representantes permanentes no CSNU" (parte superior), sem perder de vista que ele participa da constituição tanto dos debates no CSNU quanto das atas literais desses debates (parte inferior).



Esquema 1- Relação interdiscursiva entre intervenção, debate e ata literal no CSNU

O último critério para a seleção dos textos do *corpus* foi o tema das intervenções dos representantes permanentes no CSNU. Nesse sentido, elaboramos o quadro a seguir com os quatro temas que escolhemos. Em decorrência da extensão desses textos, também informamos nesse quadro o número do anexo em que eles foram reproduzidos com a finalidade de não sobrecarregar a composição tipográfica deste trabalho.

Tema das intervenções	Brasil-França (2011)	Espanha-França (2015)
Haiti	20/01/2011 - ANEXOS A/ B	08/10/2015 - ANEXOS I/ J
Síria	27/04/2011 - ANEXOS C/ D	16/11/2015 - ANEXOS K/ L
Proteção de civis	10/05/2011 - ANEXOS E/ F	30/01/2015 - ANEXOS M/ N
Mulheres, paz e segurança	28/10/2011 - ANEXOS G/ H	15/04/2015 - ANEXOS O/ P

Quadro 1 - Lista temática das intervenções que compõem o *corpus* do trabalho e seus respectivos anexos

Em relação à escolha desses quatro temas, utilizamos alguns critérios. O primeiro foi eleger temas que foram objeto das intervenções dos representantes permanentes em dois mandatos diferentes. O fato de haver um intervalo de cinco anos entre as intervenções de Brasil-França (2011) e Espanha-França (2015) exigiu a escolha de temas que tivessem sido abordados pelos três Estados. Isso porque, apesar de esse tempo ser relativamente curto, ele foi suficiente para que houvesse algumas restrições temáticas. A título de exemplo, temas como Guiné Bissau, Sudão, Timor-Leste, Irã etc. não tiveram a mesma produtividade nos dois mandatos. O segundo critério foi a diversidade de temas. Elegemos: a) um país da América (Haiti); b) um país da Ásia (Síria); c) proteção de civis; e d) mulheres, paz e segurança. Por último, coube-nos restringir esses temas apenas às intervenções feitas por representantes permanentes. Desse modo, as intervenções que atendiam aos dois primeiros critérios, mas haviam sido feitas por outros representantes do Governo (ver artigo 28 da Carta da ONU) não foram contempladas.

É preciso ressaltar que a escolha do critério temático para a construção do *corpus* desempenha um papel relevante também no próprio lugar que a presente pesquisa visa ocupar. Ao trabalharmos com a hipótese de que as intervenções de representantes permanentes no CSNU constituiriam um gênero de discurso institucional autônomo, a imposição temática como parte das restrições discursivas ganha uma dimensão relevante no próprio desenvolvimento do repertório dos gêneros de discurso no quadro institucional onusiano. Nesse caso, acreditamos que o presente estudo contribuirá para desvelar as particularidades temáticas impostas por um dado gênero de discurso do Conselho de Segurança da ONU. Com isso, a pesquisa fornecerá dados linguístico-discursivos concretos que poderiam direcionar outros estudos, por exemplo, sobre os aspectos distintivos dos gêneros de discursos oriundos do Conselho de Segurança em contraposição àqueles provenientes da Assembleia Geral das Nações Unidas. Essa questão, aliás, já vem sendo debatida, ainda que sem um rigor analítico-discursivo: “recentemente, os Estados em desenvolvimento criticaram o CS por tratar temas

como o terrorismo, a mudança climática ou as armas de destruição em massa, que consideram dentro do âmbito de competência da AG” (PÉREZ HERRANZ, 2014, p. 53)¹³.

Por fim, acreditamos que todos os dados reunidos neste capítulo contribuem para a compreensão da delimitação do *corpus* do presente estudo. Nele aprofundamos os diversos aspectos que nos levaram a selecionar o Brasil, a Espanha e a França, a partir de um *corpus* multifacetado. Ao lançar o objetivo de examiná-lo, por meio das ferramentas teórico-metodológicas da Análise do Discurso francesa, procuramos evidenciar o aspecto interdisciplinar desse *corpus* (e da própria teoria). Essa interdisciplinaridade encontra-se estreitamente aliada aos estudos do discurso político e do discurso diplomático, razão pela qual nos dedicaremos à contextualização desses dois discursos no próximo capítulo ([Capítulo 2](#)).

¹³ Tradução livre de: “recientemente, los Estados en desarrollo han criticado al CS por tratar temas como el terrorismo, el cambio climático o las armas de destrucción masiva, que consideran dentro del ámbito competencial de la AG.” (PÉREZ HERRANZ, 2014, p. 53).

CAPÍTULO 2 - CONTEXTUALIZAÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO E DO DISCURSO DIPLOMÁTICO

Dois tópicos são propostos aqui para a contextualização, respectivamente, do discurso político (2.1) e do discurso diplomático (2.2). Tal divisão foi feita com o principal fim de se obter uma maior clareza no que tange aos diferentes aspectos que envolvem esses discursos. Passemos, pois, para a contextualização do discurso político.

2.1 Contextualização do discurso político

Dedicamo-nos aqui à contextualização do discurso político, em sentido amplo, por assumirmos que o representante permanente é um dos diversos atores que participam de diferentes cenas da comunicação política (CHARAUDEAU, 2011). Ao longo deste trabalho, sempre procuramos explicitar o fato de termos escolhido um objeto de estudo de caráter interdisciplinar, o que subjaz tanto a seus pressupostos teórico-metodológicos quanto a seus objetivos. Por essa razão, acreditamos ser válido iniciar este capítulo com a definição de discurso político, encontrada em um dicionário de Ciências Políticas, para posteriormente voltarmos-nos para os estudos desse objeto no domínio da AD.

Em um segundo sentido, mais restrito, o adjetivo “político” qualifica não apenas o conteúdo do discurso, mas também as suas condições de produção: considera-se como político uma tomada de posição pública sobre um ou outro aspecto do mundo social, emanando de um ator que porta um mandato com reconhecimento institucional para governar a vida coletiva e/ou para exprimir uma posição sobre a cena governamental (representante do poder executivo, ou legislativo, de um partido político ou de uma organização não governamental, representantes do governo local, especialistas em políticas públicas etc.)¹⁴ (ACHIN; BERENI, 2013, p. 168).

¹⁴ Tradução livre de: « Dans un second sens qui en restreint la portée, l'adjectif 'politique' qualifie non seulement le contenu du discours mais aussi des condition de production: est politique une prise de position publique sur tel ou tel aspect du monde social émanant d'un acteur institutionnellement mandaté pour gouverner la vie collective et / ou exprimer un avis sur ces enjeux de gouvernement (représentant du pouvoir exécutif, ou législatif, d'un parti politique ou d'une organisation non gouvernementale, élu local, expert des politiques publiques, etc.) ».

Nesse verbete, são encontrados aspectos essenciais que interessam a vários pesquisadores dos mais diversos domínios das Ciências Humanas e Sociais, inclusive aos analistas do discurso. Em relação a esses últimos, ressaltamos o fato de o termo político não se referir apenas ao conteúdo do discurso, mas sim às suas condições de produção. Poderíamos dizer, em outras palavras, que, conforme os autores do verbete, o discurso político emerge de um ator social que é institucionalizado, a fim de governar a vida coletiva e/ou exprimir opiniões sobre o quadro governamental em suas diferentes esferas – executivo, legislativo, judiciário etc.

Apesar de essa definição nos oferecer a essência da noção de discurso político, é preciso nos aprofundarmos em alguns aspectos mais específicos desse objeto no seio da AD. Para isso, observamos alguns aspectos históricos do discurso político, levando em consideração o seu caráter interdisciplinar, razão pela qual estudamos, em primeiro lugar, alguns dados relacionados ao campo disciplinar das Relações Internacionais.

Verificamos que o objetivo dessa disciplina é estudar “os atores, acontecimentos e fenômenos que existem e interagem no sistema internacional, ou seja, além das fronteiras domésticas das sociedades” (PECEQUILO, 2012, p. 14). A partir dessa constatação, realizamos uma análise para compreender, de forma mais precisa, o valor conceitual daqueles que atuam dentro desse campo disciplinar. No trabalho de Menezes (2006), compreendemos que, em Relações Internacionais, os atores possuem a característica de exercer funções específicas no sistema internacional. Essa categoria é dividida em dois grupos: os atores estatais e os atores não estatais.

Os primeiros são os Estados. Em relação aos segundos, há maior diversidade; por isso, eles são subdivididos em públicos e privados. Estes não possuem ligação formal com os Estados, enquanto aqueles possuem. Um exemplo de atores públicos são as organizações internacionais cuja criação depende dos Estados, como é o caso da ONU. Vemos, portanto, que o discurso diplomático que tomamos como objeto de estudo emerge de uma das cenas políticas, particularmente da geopolítica. É por essa razão que nos dedicamos a contextualizar o discurso político neste capítulo, pois ele nos possibilita visualizar a(s) transformação(ões) sofrida(s) por um dos principais objetos de estudo da AD.

Dividimos a presente seção, em duas outras para uma melhor visualização dos aspectos relacionados aos desdobramentos do discurso político no seio da AD. Em [2.1.1](#) evidenciamos a relação entre o discurso político e a origem da Análise do Discurso de linha francesa (ADF). Em [2.1.2](#) tratamos das abordagens contemporâneas do discurso político,

vistas em subitens com a finalidade de contextualizar alguns dos principais trabalhos desenvolvidos atualmente no Brasil ([2.1.2.1](#)), na Espanha ([2.1.2.2](#)) e na França ([2.1.2.3](#)).

2.1.1 O discurso político como objeto de estudo nas origens da ADF

Em 2009, publicou-se no Brasil o livro *Análise do discurso político*. Trata-se de uma tradução atualizada da tese de doutorado de Jean-Jacques Courtine, defendida na França em 1980. De fato, como é dito na própria apresentação, trata-se de uma obra clássica na área de Análise do Discurso. No entanto, também ressaltamos a sua importância pelo fato de o discurso político estar na base dos *corpora* de muitos trabalhos em ADF, uma vez que tais investigações não o esgotam. Ao contrário, apontam para a necessidade de outras pesquisas sobre o tema, como é o caso do presente estudo.

Iniciamos a exposição sobre o discurso político por meio dessa obra, não apenas porque se trata de uma obra clássica, inclusive em termos dos próprios fundamentos da ADF, mas também porque evidencia o lugar que pretendemos ocupar com a presente pesquisa ao elegermos os textos específicos (intervenções de representantes permanentes no CSNU) na sua relação com os pressupostos teórico-metodológicos que assumimos.

Vimos que o conceito de discurso político está relacionado à noção de atores sociais. Esse dado aparece de forma explícita no trabalho de Courtine (1980/2009). O autor selecionou o *corpus* de seu trabalho da seguinte forma: delimitou os atores sociais, o período histórico de sua produção entre 1936 e 1976 e formou o *corpus* a partir de um conjunto de discursos do Partido Comunista Francês dirigido aos cristãos. O prefácio da obra foi escrito originalmente por Pêcheux, que considerou o livro como mais uma comprovação de que a então recentemente criada disciplina assumia, desde suas origens, a tendência que vigorava na França nas primeiras décadas da segunda metade do século XX: a de estudar os discursos políticos, sobretudo os de esquerda, “para auscultar suas especificidades, alianças e demarcações” (PÊCHEUX *apud* COURTINE, 1980/2009, p. 21-22).

No referido trabalho de Courtine (1980/2009), deparamo-nos com algumas características que se consolidaram enquanto princípios basilares da ADF. Uma delas é a relação entre o linguístico e o extralinguístico. Ainda que essa abordagem tenha variado de acordo com a evolução da disciplina, a partir das propostas de diferentes teóricos, encontra-se, em Courtine, uma acentuada preocupação com o sujeito, no sentido de caracterizar sua

emergência por meio de seu discurso. Esse tipo de procedimento ocorreu em conformidade com o que se denominava, então, *análise automática do discurso*. Trata-se de uma metodologia para o estudo de *corpora* discursivos que vinha sendo praticada desde 1969.

É preciso ressaltar que os elementos teóricos selecionados por Courtine estavam baseados na obra de Pêcheux (*Les vérités de la Palice*)¹⁵. Na própria exposição dos pressupostos teóricos de seu trabalho, Courtine (1980/2009) mostra a oposição entre logicismo e sociologismo dentro da história da Linguística, afirmando que “os analistas de discurso geralmente representam o processo de autonomia do domínio da AD sobre o da Linguística: substituir o formal pelo empírico, o sincrônico e estrutural pelo social e histórico, substituir Saussure por Voloshinov” (COURTINE, 1980/2009, p. 42).

Em síntese, a análise realizada por Courtine (1980/2009) diferenciava-se da análise harrissiana de enunciados, visto que ele utilizou um método de análise enunciativa. Para desenvolver o *tema de discurso*, o autor baseou-se em frases que poderiam explicar a produção do texto pelos atos, escolhas e decisões do sujeito enunciador. A título de exemplo, ele partiu da análise de formas sintáticas como *O QUE P É X / X É O QUE P / X QUE P* para classificar os enunciados que respondiam a essas formas sintáticas como *frases introdutórias de temas de discurso*.

Embora haja muitas diferenças dos métodos atuais em relação aos adotados por Courtine e por aqueles que praticavam a *análise automática do discurso* (como o próprio Pêcheux), o importante é mostrarmos que o discurso político teve lugar relevante na própria constituição da ADF. Mais de três décadas depois do surgimento da obra de Courtine, o discurso político continua despertando o interesse de diferentes analistas do discurso. Nosso estudo insere-se nessa tradição científica, razão pela qual esta breve contextualização fez-se necessária.

2.1.2 Abordagens contemporâneas do discurso político

Depois de ter abordado, em linhas gerais, o lugar do discurso político nas origens da ADF, contextualizaremos algumas pesquisas que compõem, mais recentemente, essa tradição de estudos. Pelo fato de levarmos em conta três países diferentes, nossas investigações procurarão contemplar trabalhos desenvolvidos nos três. Temos, com isso,

¹⁵ *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1988), na tradução brasileira.

principalmente, o intuito de promover um diálogo mais consistente entre a presente pesquisa e outros trabalhos que se dedicaram ao estudo do discurso político na contemporaneidade, para além daqueles que já foram citados anteriormente. Esclarecemos, porém, que não temos qualquer pretensão à exaustividade. Antes, nosso objetivo é traçar um rápido panorama de trabalhos sobre o discurso político, com vistas a demonstrar a estabilidade desse campo de estudo ao longo do tempo e em diferentes países.

2.1.2.1 O lugar do discurso político na produção científica contemporânea no Brasil

Para termos uma visão a partir do nosso próprio círculo acadêmico-científico, elaboramos uma breve exposição de alguns trabalhos desenvolvidos sobre o tema “discurso político” na linha de Análise do Discurso (aqui tomada em sentido amplo) do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da FALE/UFMG.

Mendes (1999), por exemplo, analisou o discurso político eleitoral, enquanto Lessa (2009) investigou o gênero de discurso ensaios, de autoria de intelectuais brasileiros de esquerda. Por sua vez, Furtado (2010), além de selecionar outro gênero de discurso, os editoriais dos jornais *Folha de S. Paulo* e *Estado de Minas*, focou a temática da eleição presidencial de 2006. Silva (2012) dedicou-se às restrições impostas pela era neoliberal ao discurso político. Por fim, em 2015, destacaram-se dois trabalhos. Um sobre a interface entre debates políticos e discurso jornalístico (ASSIS, 2015) e outro sobre narrativas de vida na entrevista política (MAIA, 2015).

Esses exemplos mostram a relevância que o discurso político possui enquanto objeto de estudo de dissertações e teses no quadro institucional (pós-graduação) da UFMG, nas últimas décadas. Além disso, a publicação de obras mais recentes sobre o tema reforça o lugar do discurso político na produção científica brasileira, revelando resultados importantes em relação a pesquisas anteriores, mas também mostrando que tal objeto ainda ocupa o centro de diversas pesquisas de discursivistas brasileiros. O discurso político foi ainda o tema central da obra de Emediato (2016), além de ter sido abordado por diferentes autores nos trabalhos de Lara & Limberti (2015; 2016). Percebemos, assim, que esse objeto de estudo revela-se como um tema tradicional e relevante na produção científica brasileira.

Além desses trabalhos, escolhemos três artigos de pesquisadores brasileiros publicados no livro *Discours, identité et leadership présidentiel en Amérique latine* (DONOT; LE BART; SERRANO, 2017), com o fim mostrar a estabilidade do discurso político enquanto objeto de pesquisa de diversos analistas de discursos a partir de temas atuais que se renovam e colocam em questão diferentes problemáticas de relevância social.

O primeiro é de autoria de Lara (2017, p. 83-99), que se dedicou ao estudo da imagem discursiva (*éthos*) da então Presidente da República, Dilma Rousseff, construída a partir de enunciados destacados (aforizados) pelas mídias brasileiras em relação à Copa do Mundo de Futebol, realizada em nosso país, em 2014. Seu objetivo maior foi verificar se os atributos comumente associados à figura de um líder tinham sido associados (ou não) ao *éthos* de Rousseff, por meio do conjunto de “fragmentos éticos” (aforizações) a ela atribuídos.

No segundo trabalho que selecionamos, Piovezani (2017, p.101-117) analisou quatro declarações do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, baseando-se em estudos de prosódia e de análise do discurso. O *corpus* do trabalho foi constituído de declarações de dois momentos distintos: declarações feitas no *Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral* (HGPE) em 2002, quando Lula era candidato à Presidência da República; textos midiáticos publicados quando Lula corria risco de perder sua voz em razão de um câncer de laringe. O autor teve como objetivo verificar o papel da voz de Lula no sucesso de sua eloquência, bem como na construção de seu carisma e de sua carreira política.

Por último, selecionamos o artigo de Sá (2017, p. 209-223). O autor constatou que Brasil, Argentina, Chile e Uruguai possuem um aspecto político comum: são democracias recentes que tiveram no passado governos militares. A partir dessa constatação, mostrou que a transição entre ditadura e democracia ocorreu de forma diferente em cada país, influenciando a produção de suas memórias, de acordo com especificidades históricas, políticas e linguísticas. No que diz respeito ao Brasil, o autor tomou como ponto de partida o fato de a transição ter sido negociada pelos militares. Propôs-se, assim, a focalizar o período pós-ditatorial do Brasil, com o objetivo de estudar parte da produção de suas memórias, de modo a compreender como essas memórias contribuem para a construção da figura de líderes políticos, a partir da investidura dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995) e de Dilma Rousseff (2011).

2.1.2.2 O lugar do discurso político na produção científica contemporânea na Espanha

Uma atividade científica que demonstra a relevância de estudos em torno do discurso político na Espanha na qual, inclusive, tivemos a oportunidade de apresentar uma análise prévia de parte da problemática que direcionou a presente pesquisa¹⁶, foi o *XI Congreso Internacional de Lingüística Francesa (CILF)*. Desse congresso, realizado na Universidad de Zaragoza, nos dias 4, 5 e 6 de novembro de 2015, originou-se o livro *Les discours politiques: regards croisés* (CORCUERA et. al., 2016). Nele, selecionamos quatro trabalhos de pesquisadores espanhóis, vinculados a diferentes universidades, com o propósito de evidenciar diferentes abordagens desse multifacetado objeto de estudo.

O primeiro deles, de autoria Donaire (2016, p. 55-68), da *Universidad de Oviedo*, tomou como *corpus* os discursos do presidente da República e do Primeiro Ministro da França publicados na imprensa escrita durante a campanha para as Eleições Europeias de 2014. A autora teve como objetivo explicitar os diferentes pontos de vistas que certas palavras podem revelar, a partir do conceito de polifonia desenvolvido por Ducrot.

Sobre innovaciones discursivas en el relato político español actual (BURGUERA-SERRA, 2016, p. 103-113), por sua vez, é uma análise linguístico-discursiva do tema conhecido midiaticamente, na Espanha, como *Questão catalã*¹⁷. Em termos metodológicos, o autor propôs uma relação entre semântica, análise de discurso e conceitos tradicionalmente vinculados à comunicação política, como *framing* e *storytelling*. O *corpus* dessa pesquisa, que foi realizada na *Universitat de Barcelona* reuniu textos jornalísticos, entrevistas televisivas, programas eleitorais, intervenções parlamentares¹⁸, *spots* eleitorais e leis. Em síntese, o autor procurou evidenciar como o tema em foco foi desenvolvido a partir de práticas consolidadas na/da narrativa política.

¹⁶ Ver Andrade (2016a).

¹⁷ Tradução livre de *questión catalana*. De acordo com Burguera-Serra (2016), esse termo foi empregado e difundido pela mídia espanhola para fazer referência ao projeto de independência proposto pelo “Gobierno de la Generalitat de Cataluña”.

¹⁸ Este trabalho sobre as intervenções parlamentares evidencia a estabilidade terminológica no processo de repertoriar e classificar os gêneros de discurso da esfera política. O uso do termo “intervenções” foi igualmente constatado na obra de Pons-Rafols (2017, p. 635-709) para diferentes atores sociais, como podemos ver em: “Intervención de su Majestad el Rey Don Juan Carlos I de España en el debate general del cuadragésimo primero período de sesiones de la Asamblea General de las Naciones Unidas”; “Intervención del Presidente del Gobierno del Reino Unido de España, Sr. Mariano Rajoy Brey en el debate general del sexagésimo octavo período de sesiones de la Asamblea General de las Naciones Unidas”.

O terceiro trabalho produzido para a obra mencionada foi o de Gaspar-Galán (2016, p. 135-150), da *Universidad de Zaragoza*. A partir da teoria semiolinguística de Patrick Charaudeau, o autor dedicou-se à análise da mensagem de Natal proferida pelo rei da Espanha no dia 24 de dezembro de 2015. A justificativa para essa escolha deve-se ao fato de se tratar do único discurso anual, desde 1976, que o rei profere para a população espanhola. No entender do pesquisador, esse discurso institucional da monarquia parlamentar possui dois contratos de comunicação: o de discurso político e o de carta de Feliz Natal, havendo uma alternância entre congratulações e reflexões políticas. Isso mostra que o papel político do rei da Espanha é limitado: exige neutralidade e, além disso, não lhe imputa responsabilidade face à situação social e econômica do país, ainda que o referido discurso tenha como eixo temático a unidade nacional.

O último trabalho da referida obra é o de López Muñoz (2016, p. 470-482), da *Universidad de Cádiz*. Considerando que a atuação política depende também da competência tecnológica dos atores dessa esfera social, o autor analisou um conjunto de *twitters* produzidos pelo Presidente da França, François Hollande, entre outubro de 2014 e outubro de 2015, a partir da abordagem teórico metodológica do tecnodiscurso, desenvolvida por autores como Julien Longhi, Rachel Panckurst e Marie-Anne Paveau. Nesse sentido, o *twitter* político foi tomado como um conjunto de discursos: discurso político, discurso midiático e discurso da rede social. López Muñoz (2016) mostrou, em síntese, que as competências em twittescritura de François Hollande são limitadas e que esse campo de estudos é bastante fértil.

A nosso ver, a fertilidade desse campo de estudo também poderia contemplar o discurso diplomático. Por isso, verificamos se havia alguma relação entre o *corpus* do presente trabalho e a twittescritura. Ainda que não tenhamos encontrado um aspecto que se enquadrasse diretamente no escopo de nosso estudo, ressaltamos a existência da conta twitter da Missão Permanente da França¹⁹, a qual poderia ser explorada por outros trabalhos científicos, que certamente dialogariam com muitos dados revelados aqui, como, por exemplo, a maior interação explícita com o discurso político. Notamos que um dos seguidores desse twitter é Manuel Valls, político francês do Partido Socialista que ocupou o cargo de Primeiro Ministro no governo de François Hollande e foi um dos candidatos às eleições presidenciais francesas de 2017.

¹⁹ La France à l'ONU. @franceonu. Compte twitter de la Mission permanente de la France auprès de l'ONU / Official. Disponível em: <https://twitter.com/franceonu>. Acesso em: 05 ago. 2017.

Para além desse livro, de onde extraímos as quatro produções acadêmico-científicas descritas anteriormente, observamos outro fenômeno relevante. Se privilegiamos até aqui a diversidade de temas e autores em torno do discurso político, a partir de um livro resultante de um único evento científico, não podemos perder de vista outros trabalhos que mantiveram o tema debate/eleições no contexto político espanhol, nos últimos 15 anos. Mencionamos, primeiramente, o trabalho de Fernández García (2000), intitulado *Estrategas del diálogo: la interacción comunicativa en el discurso político-electoral*. Também é preciso lembrar a abordagem feita por Fuentes Rodríguez (2011) sobre as interações comunicativas no discurso político-eleitoral, em *El debate entre Zapatero/Rajoy: estudio argumentativo*. Por último, destacamos o trabalho de Cortés Rodríguez (2015) ao qual dedicaremos um maior espaço por termos nele encontrado algumas contribuições para a presente pesquisa.

Cortés Rodríguez (2015) desenvolveu sua pesquisa a partir dos “debates em torno do estado da nação” (DEN²⁰). De acordo com o autor, em 1983, originou-se na Espanha o então denominado “Debate sobre a comunicação do Governo”. Tratava-se de uma experiência nova com o fim de promover um debate sobre a situação geral do país. Nesse mesmo ano, Fraga Iribarne fez uma alusão ao referido debate, consagrando o termo que prevalece até os dias de hoje: “debate sobre o estado da Nação”. O *corpus* foi formado por discursos iniciais dos presidentes Aznar e Rodríguez Zapatero, em contrapartida aos dos líderes de oposição Rodríguez Zapatero e Rajoy nos “debates sobre o estado da nação” realizados entre 2001 e 2011.

Para a análise do *corpus*, o autor assumiu o posicionamento de que, em qualquer discurso, confluem dois tipos de peculiaridades, os *condicionantes* e as *realizações*. Assim, de um lado, ele utilizou os seguintes *condicionantes* (CORTÉS RODRÍGUEZ, 2012) associados à variação externa: condicionantes letais; condicionantes do meio ou de modalidade; condicionantes de grau de consciência linguística; condicionantes funcionais; condicionantes situacionais e ideológicos. De outro lado, analisou as *realizações* associadas à *variação interna* que são apresentadas através de *formas* (advérbios, marcadores de discurso, entonações, gestos etc.), *mecanismos* (ordem das palavras, repetições, ausência/ presença etc.) e *unidades* (unidades do plano sequencial e unidades do plano enunciativo e de processamento). De acordo com Cortés Rodríguez (2015), tais categorias de análise possibilitariam a descrição de uma série de *efeitos: efeitos discursivo-interpretativos* (humor,

²⁰ Tradução livre de: “Debates en torno al estado de la nación” (cf. CORTÉS RODRÍGUEZ, 2015).

ironia, cortesia, racismo, machismo etc.) e *efeitos discursivo-resultantes* (ordenação do discurso, correção, eficácia, disposição dos elementos etc.).

A partir desse trabalho, nos indagamos se haveria similaridades ou diferenças de determinados efeitos discursivos entre os “debates sobre o estado da nação” e as intervenções de representantes permanentes do Brasil, da Espanha e da França no CSNU. Nesse sentido, o estudo contribuiu para o foco que passamos a dar aos usos de advérbios, modalizadores e outros operadores argumentativos nos textos do *corpus*. Além disso, a noção de cortesia ganhou um lugar de destaque no desenvolvimento da nossa pesquisa bibliográfica, uma vez que começamos a trabalhar com a hipótese de que ela poderia auxiliar as análises dos textos do *corpus* (ver [4.7.5](#))

2.1.2.3 O lugar do discurso político na produção científica contemporânea na França

Obra de grande relevância para as abordagens contemporâneas sobre o discurso político, não apenas na França, mas também em diversos países em que a AD tem sido estudada, é o livro de Charaudeau (2011), *O discurso político*, publicado originalmente em 2005. O autor inicia seu trabalho a partir da constatação de que há vários setores de ação social, como o jurídico, o econômico, o midiático e o político. Define esse último, em sentido restrito, como o setor cujo desafio é estabelecer regras governamentais a partir da distribuição de tarefas e responsabilidades em conformidade com as instâncias legislativas e executivas.

De acordo com o teórico francês, no interior desse campo de práticas, haveria uma organização da linguagem em uso com efeitos psicológicos e sociais específicos desse setor social. Esta é, em última instância, a definição de discurso político para o autor. Isso porque no seio da AD, espera-se uma análise dos “discursos que tornam possíveis tanto a emergência de uma racionalidade política quanto à regulação dos fatos políticos” (CHARAUDEAU, 2011, p. 37). Esses aspectos são encontrados nas diferentes formas de manifestação do discurso político: como sistema de pensamento, como ato de comunicação e como comentário.

Como vimos anteriormente, o discurso político como *sistema de pensamento* implica a manifestação desse discurso com o fim de fundar um ideal político, determinando filiações ideológicas. No que diz respeito ao discurso político enquanto *ato de comunicação*, sua manifestação está relacionada à participação de diferentes atores nas cenas da comunicação política. Por fim, a última forma de manifestação do discurso político proposta

pelo autor é tomá-lo como *comentário*, caso em que não há um fim político. A partir dessa classificação, o autor evidencia as duas orientações que se destacaram na primeira década do século XXI. De um lado, um viés que leva em conta o sistema de pensamento com foco: a) no conteúdo das proposições apresentadas por políticos; b) no valor dos argumentos em relação a um sistema de crenças; c) nos efeitos do *logos*. Por outro lado, observa-se um deslocamento progressivo desses elementos para I) os procedimentos encenados; II) as estratégias persuasivas; III) os efeitos do *páthos* e do *éthos*.

Um dado, em especial, dessa obra foi de suma importância para o desenvolvimento da presente pesquisa. Reproduzimos a seguir o terceiro círculo do discurso político proposto pelo autor:

Um terceiro círculo seria constituído pelos organismos supranacionais (parlamento europeu), internacionais (Gatt e depois OMC, FMI) e não governamentais (ONU, Unesco), que também se encontram em posição de dependência em relação às instâncias governamentais (eles reúnem os representantes de diversos países e procuram entender-se para regular o mercado global, a cultura e a tecnologia), mas também em posição de autonomia, quando fazem pressão sobre esses mesmos países, impondo regras de funcionamento e evocando para si um poder de controle (regulamentação do direito internacional, da economia agrícola etc.) (CHARAUDEAU, 2011, p. 46).

A abordagem de Charaudeau (2011) permitiu-nos ver, de forma mais clara, o objeto que elegemos para esta pesquisa. Nessa perspectiva, o trabalho de Courtine (1980/2009) poderia ser visto como incidindo sobre o discurso político enquanto sistema de pensamento, uma vez que se privilegiou a caracterização do discurso comunista. No caso do presente estudo, integramos o discurso político enquanto ato de comunicação ao terceiro círculo constituído pelos organismos sociais²¹. Com essa integração, percebemos que o setor de ação sócio-política teria que ser visto a partir do campo disciplinar das Relações Internacionais, razão pela qual separamos metodologicamente a contextualização do discurso político da contextualização do discurso diplomático.

²¹ Essa integração pareceu-nos a mais produtiva, uma vez que o representante permanente exerce uma função técnica. Assim, seu caso difere, a nosso ver, de outros atores como o Ministro das Relações Exteriores e o Presidente da República que, mesmo procurando neutralizar os seus discursos diplomáticos, encontram-se filiados, por exemplo, a partidos políticos. Nesses últimos casos, acreditamos que o discurso político enquanto sistema sobressairia de forma mais nítida. Durante a comunicação individual de Andrade (2015b), discutimos o fato de o representante permanente ser indicado por Presidentes da República e/ou Ministros das Relações Exteriores, fato que poderia deixar transparecer em seu discurso posicionamentos ideológicos relacionados ao discurso político enquanto sistema (partidos políticos, base aliada do Governo etc.). Não obstante, tal fato foge ao escopo do presente trabalho. Por isso, em alguns momentos, nos limitaremos a propor questões que exigem outras abordagens teórico-metodológicas.

Outro trabalho que citamos aqui demonstra justamente o lugar que esses organismos supranacionais vêm ocupando enquanto objeto de estudo de analistas do discurso. Trata-se do estudo sobre os relatórios das organizações internacionais, no qual Maingueneau (2008b) buscou verificar se esse tipo de discurso se enquadraria no campo dos discursos constituintes.

Para encerrarmos esta seção, falaremos de dois artigos publicados na revista francesa *MOTS*. Trata-se de um periódico de grande relevância para o estudo do discurso político na França, tendo inclusive um importante papel na difusão da Análise de Discurso em âmbito internacional. Para isso, tomamos como base o número 94 da *Mots. Les lagages du politique* pelo fato de seu (sub)título revelar um aspecto comemorativo que demonstra a importância do discurso político enquanto objeto de estudo: “Trinta anos de estudo das linguagens do político (1980-2000)”.²²

O primeiro deles é *Le discours politique et son «environnement»* (MAINGUENEAU, 2010b). Nesse trabalho, o autor busca a mostrar a relação entre um “interior” e um “exterior” dos textos associados ao discurso político, dentro do quadro evolutivo da ADF. Lembra que, no início dessa disciplina, o único grupo de pesquisa que estudava o discurso político era aquele do laboratório de lexicometria de Saint-Cloud, no qual a noção de exterior era compreendida como visão de mundo. Em seguida, evidencia o surgimento de termos para tratar do “exterior” do texto e sua relação com o “interior”: interdiscurso, primado do interdiscurso, formação discursiva, condição de enunciação, instituição discursiva, cena de enunciação. À guisa de conclusão, propõe três dimensões do discurso político: a) uma rede de dispositivos segundo a qual os indivíduos se constituem enquanto atores legítimos; b) um arquivo em que a atividade política é instaurada dentro de uma memória; c) uma dimensão midialógica que trata dos suportes materiais dos gêneros de discurso do campo político.

Diferentemente desse viés teórico-metodológico, o artigo *Le discours de la révolution française. Aperçu d'ensemble d'un trajet de recherche (1980-2009)* (GUILHAUMOU, 2010), apresenta diversos trabalhos produzidos sobre esse tema, desde a formação da equipe « 18e-Révolution » nos anos 1970, no laboratório de lexicologia política da « École normale supérieure de Saint-Cloud ». A título de exemplo, destacamos a contextualização de: a) estudos sobre iniciativas político-linguísticas de gramáticos patriotas

²² Tradução livre de: « Trente ans d'étude des langages du politique (1980-2010) ». Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-mots-2010-3.htm>. Acesso em: 23 ago. 2017.

ou de escritores revolucionários; b) métodos conceituais de antônimos políticos; c) produção de dicionários de usos sociopolíticos do francês; c) estudos sobre os porta-vozes republicanos.

Procuramos, ao longo dessas últimas seções, demonstrar nossa inserção na tradição do discurso político (ampliada) que se estuda no domínio atual da AD. Dialogamos com os trabalhos citados, a fim de evidenciar que as intervenções de representantes permanentes no CSNU enquadram-se nessa tradição de pesquisa e, embora possam apresentar objetivos distintos de outras abordagens/outras pesquisas, articulam-se, de uma forma ou de outra, às grandes problemáticas lançadas por diferentes analistas do discurso.

2.2 Contextualização do discurso diplomático

Vimos, no tópico anterior, que são vários os sujeitos que participam das cenas da comunicação política, fato que inclusive repercute na produção científica relacionada a essa instância. Após observarmos tal fato, notamos que seria necessário elaborar um percurso histórico sobre a diplomacia para que ocorresse uma efetiva compreensão do discurso diplomático enquanto discurso emergente de uma dessas cenas. Isso porque nos deparamos com a trajetória de um objeto cujo estudo ocorre em um campo interdisciplinar. Portanto, partimos do princípio que ele seria mais bem compreendido por meio da exposição de conceitos e propostas dentro de diferentes domínios, como o das Relações Internacionais, o da Diplomacia e o do próprio campo da Linguística.

Este tópico encontra-se dividido em seis seções. Tal organização foi feita com o intuito de alcançarmos a clareza de informações que advêm de diferentes domínios científicos. Trata-se, portanto, de um recorte de conceitos e percursos históricos que são estudados de forma autônoma no seio de diferentes abordagens (campos/ciências). Aqui eles foram expostos segundo uma ótica contextual, sem nenhuma pretensão de exaustividade, mas, sim, a de colocar em evidência os traços interdisciplinares do discurso que estudamos.

Assim, em [2.2.1](#), abordaremos a questão diplomática no seio do campo disciplinar das Relações Internacionais. Posteriormente, verificaremos a trajetória histórica do embaixador, a partir da relação entre Estados e seus representantes diplomáticos ([2.2.2](#)). Em [2.2.3](#), [2.2.4](#) e [2.2.5](#), falaremos de trabalhos sobre o discurso diplomático, respectivamente, no Brasil, na Espanha e na França. Por fim, na seção [2.2.6](#), buscaremos apontar novas possibilidades para o estudo do discurso diplomático no campo da AD. Isso porque, ao longo de nossa pesquisa, apreendemos várias facetas do discurso diplomático que, por um lado,

exigiu-nos uma delimitação precisa e, por outro, fez com que enxergássemos outras possibilidades de pesquisa.

2.2.1 O domínio discursivo das Relações Internacionais e a questão da diplomacia

Ao adotarmos as ferramentas teórico-metodológicas de uma disciplina que nasce e persiste com o objetivo de tomar o discurso como um objeto inter/multidisciplinar, deparamo-nos com a necessidade de expor alguns pontos-chave do domínio a que a diplomacia está vinculada de forma mais direta. Essa contextualização procurou atender a dois aspectos essenciais para o desenvolvimento de nossa pesquisa. O primeiro foi o fato de que nos servimos deles para a compreensão dos aspectos sociais atrelados ao discurso diplomático. O segundo foi a possibilidade de delimitarmos nossos objetivos, de modo a permitir que a pesquisa dialogasse com outros campos de estudo, mas sem perder o vínculo privilegiado com os Estudos Linguísticos (Discursivos), ainda que os resultados obtidos possam interessar a pesquisadores de diferentes áreas de investigação.

Pecequilo (2012) inicia sua obra de introdução às Relações Internacionais colocando em evidência os fatos que exigem a alocação da origem dessa disciplina no seio das Ciências Sociais ou das Ciências Humanas. Tais fatos são resumidos por uma finalidade comum a todas as ciências desse campo: o estudo que focaliza o homem a partir de uma “visão interpretativa e subjetiva do sujeito que gera, existe e transforma as sociedades e seus espaços domésticos e internacionais” (PECEQUILO, 2012, p. 16). Para ela, o surgimento dessa disciplina ocorreu em razão da necessidade de se estudar a forma como uma sociedade se relaciona com o “mundo de fora”, principalmente tendo em vista a evolução dos relacionamentos além-fronteiras, ou seja, a ampliação das relações internacionais. Vejamos:

Assim, define-se como o objetivo de estudo das Relações Internacionais os atores, acontecimentos e fenômenos que existem e interagem no sistema internacional, ou seja, além das fronteiras domésticas das sociedades. Trata-se de uma disciplina dedicada à análise do que acontece “no mundo de fora” destas sociedades, avaliando suas interações, o surgimento de novos atores internacionais e os fluxos diversos do cenário mundial. As Relações Internacionais consistem em uma forma organizada de pensar as relações sociais que se estabelecem além das fronteiras dos Estados, fornecendo-nos parâmetros e instrumentais para interpretar e compreender este campo de ação externo (...). As guerras, a paz, a diplomacia, as interações econômicas e culturais entre diferentes povos, os fluxos naturais, as comunicações são alguns dos elementos que compõem a esfera do internacional e que têm implicações e efeitos sobre os homens (PECEQUILLO, 2012, p. 15).

A autora aponta dois tipos de atores que atuam no cenário das Relações Internacionais: os atores estatais e os não estatais. Os primeiros referem-se aos Estados, enquanto os segundos dizem respeito a dois subgrupos: a) as Organizações Internacionais Governamentais ou Intergovernamentais (OIG); b) as Forças Transnacionais (FTs). A autora afirma ainda que, até o século XX, os Estados eram praticamente os únicos agentes desse cenário, lembrando que a concepção de Estado teve origem no Tratado de Vestfália, em 1648. Foi a partir dele que um território passou a ser considerado Estado, tendo em vista os princípios clássicos que determinavam a sua soberania e a sua autonomia com base jurídica no direito internacional. Além disso, também há os aspectos de território, população e governo que devem ser levados em conta na composição de um Estado.

No que diz respeito ao governo, é importante considerar a divisão entre regimes democráticos e autoritários. Nos primeiros, tem-se a participação da sociedade na escolha de seus representantes. Já no segundo há uma monopolização nas decisões por parte das camadas sociais dirigentes. A forma de governo pode, porém, variar dentro de um regime democrático. Por exemplo, “o Brasil e os Estados Unidos são repúblicas presidencialistas, a França é uma república presidencialista e parlamentarista, enquanto a Espanha e a Inglaterra são monarquias parlamentaristas” (PECEQUILO, 2012, p. 48).

Vimos no [capítulo I](#) que esses dados foram utilizados como justificativa para a formação do *corpus* do presente trabalho. Aqui, apresentamos, de forma mais detalhada, algumas considerações sobre esse fato. De acordo com Pecequilo (2012, p. 50-51), as práticas diplomáticas são vistas geralmente como políticas de Estado: “políticas que são elaboradas a partir de uma visão abrangente do que é o interesse nacional, nascidas de uma burocracia especializada e estável, não sujeitas a alterações bruscas de governo”. Nesse contexto, indagamos, novamente, se as diferenças de governo já apontadas entre Brasil, Espanha e França poderiam se projetar nos discursos/intervenções de seus representantes permanentes no CSNU. Essa possibilidade pode ser pensada a partir da própria origem do termo Estado.

O surgimento do conceito de *raison d'état* e a instauração de uma forma moderna no tratamento das relações internacionais têm origem na França do século XVII, com o cardeal Richelieu. Foi a partir de então que tais relações passaram a ser baseadas na concepção de estado-nação, tomando como objetivo permanente os próprios interesses nacionais. Aliás, é por essa razão que Richelieu é considerado o pai do moderno sistema de Estados.

De acordo com Kissinger (2012, p. 42), Richelieu tomou partido dos príncipes protestantes “seguinto o que hoje chamaríamos interesse da segurança nacional [que] foi então rotulado – pela primeira vez – de *raison d'état*”, contrariando, assim, os interesses do Sacro Imperador Romano, o Habsburgo Fernando II, na sua tentativa de (re)estabelecer a universalidade católica e eliminar o protestantismo na Europa Central. Dava-se origem, assim, à Guerra dos Trinta Anos, em 1618. Essa guerra chegou ao fim com o já citado Tratado de Vestfália (1648). A França não apenas se tornou o país dominante na Europa, mas, no século seguinte, “a *raison d'état* passou a ser o princípio orientador da diplomacia europeia” (KISSINGER, 2012, p. 47).

Assim, quando apresentamos a possibilidade de manifestação das diferenças entre governos na representatividade do Estado, estamos considerando fatos históricos como este. Isso porque acreditamos que eles podem implicar modulações culturais diferentes. De qualquer forma, o predomínio do Estado sobre o Governo nas práticas diplomáticas é ainda verificado a partir do seguinte dado apontado no trabalho de Pecequilo (2012): cada Estado possui regras internas próprias e uma Constituição Nacional. Nesta são determinadas, por exemplo, questões relacionadas à competência no campo das Relações Internacionais. Conforme a autora, “no caso do Brasil, os responsáveis pelas questões internacionais são o Executivo, o Presidente da República e o Ministério das Relações Exteriores, subordinado à presidência” (PECEQUILO, 2012, p. 49).

Aqui é preciso levar em conta o conceito de Estado enquanto unidade administrativa de um território. Tal unidade é formada por um conjunto de instituições públicas. Uma dessas instituições é o Governo, de caráter transitório, que tem por função administrar o Estado. Depreende-se da posição de Pecequilo (2012) que as práticas diplomáticas tenderiam a neutralizar alguns aspectos governamentais. No entanto, a própria autora ressalta as ponderações de especialistas sobre um perfil próprio da política externa em cada um dos diferentes governos (FHC, Collor, Itamar Franco e Lula). A título de exemplo dessa perspectiva de análise, citamos o artigo *Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula*, no qual Almeida (2004) estudou a relação entre a política externa do governo Lula e as propostas e as posições tradicionais do Partido dos Trabalhadores.

Para nós, no caso dos representantes permanentes, não há indícios de que seus posicionamentos majoritários seriam de um governo específico. Assim, assumimos, nesta pesquisa, que o representante permanente age no CSNU, sobretudo, em nome de seu Estado, o que não nos impede de trabalhar com a hipótese de que as três diferentes formas de governo de Brasil, Espanha e França poderiam se refletir, de alguma maneira, nos textos do *corpus*.

Por isso voltaremos a essa questão em outros momentos da pesquisa. Afinal, ainda que o discurso diplomático tenha a finalidade de neutralizar as diferentes formas de governo, acreditamos que elas podem aparecer por razões culturais.

Levamos ainda a hipótese de que, se elas não se manifestassem nos textos do *corpus*, talvez aparecessem em outros textos, uma vez que o emprego das noções de Estado e de governo democrático parece ocorrer em situações muito diferentes. Nesse sentido, seria necessário fazer uma comparação mais abrangente em termos sócio-políticos entre os três Estados, orientada por outros objetivos que fogem ao escopo central desta pesquisa.

Tratamos, então, por ora, das semelhanças entre os três Estados aqui contemplados. Vimos, no início desta seção, que disciplinas como as Relações Internacionais se interessam pelo estudo do homem, com o fim de interpretar os sujeitos que fazem a sociedade emergir e se transformar em espaços nacionais e internacionais. Um desses sujeitos, cuja função é representar o seu Estado diante de outros Estados ou diante de organizações internacionais, é o embaixador. Por isso, na próxima seção, abordaremos a evolução, no âmbito da História, de um dos principais atores do campo da diplomacia: o embaixador, assim como a sua relação com o Estado. Tudo isso para compreendermos o *status* desse sujeito, o que nos permitirá, posteriormente, associá-lo ao estudo dos textos do *corpus*

2.2.2 Os Estados e seus representantes diplomáticos

De acordo com Kessler (2012), o embaixador pode ser visto como a própria reencarnação do Estado, uma vez que ele o simboliza em nível internacional. No caso específico das Organizações Internacionais, tipo de instituição com a qual trabalhamos, o embaixador é denominado “representante permanente”. Algumas de suas atribuições são: “saber dominar diversos mecanismos e agir em prol da criação de normas internacionais”²³ (KESSLER, 2012, p. 19-20). Não obstante, essa relação entre embaixador e instituição só ocorreu no século XIX, razão pela qual faremos a seguir uma exposição a partir dos principais aspectos da origem e das transformações do corpo diplomático.

²³ Tradução livre de: « Savoir maîtriser les divers rouages et opérer à la création de normes internationales ».

A função de embaixador remonta ao Antigo Regime, e sua origem está relacionada à necessidade de o rei ser representado por personalidades que ele escolhia no exército, nos tribunais ou na igreja. “Esse longo período ligado à reputação desse representante e esse gesto iluminado funda, portanto, a reputação da diplomacia”²⁴ (KESSLER, 2012, p. 37). De qualquer forma, durante todo esse período, não havia um corpo diplomático, tampouco uma administração de prestígio. Foi a partir de 1879 que a diplomacia ganhou estrutura, a ponto de se poder falar em sua profissionalização. Um exemplo da profissionalização do embaixador encontra-se na chamada Terceira República da França. Foi nesse momento que ele ganhou o *status* de “haut fonctionnaire” e passou a ser membro de um grande corpo do Estado. A importância desse *status* encontrou respaldo inclusive na própria forma de seleção do embaixador. Por isso, passamos a abordá-la sob um viés geral.

Um aspecto consensual sobre essa forma de seleção notada na leitura da obra de Kessler (2012) é que todos os países possuem a tendência de seguir os métodos de seleção adotados pela Grã-Bretanha e pela França, às vezes incorporando o mesmo sistema diplomático de um desses países em seus Estados, outras vezes misturando aspectos dos dois sistemas. Nesse sentido, a compreensão desses dois princípios traz uma visão geral do processo de seleção em diversos países. No caso da Grã-Bretanha, faz-se um concurso inicial para que, em seguida, os novos diplomatas recebam uma formação mais especializada em seu ofício. No que se refere à França, tem-se um longo período de formação geral e formal, cujas etapas são demarcadas por concursos de admissão, antes da efetiva inclusão do embaixador no corpo diplomático.

Esse processo de admissibilidade ilustra, portanto, um dos aspectos formais dessa função social. Fato relevante é que a política é uma etapa chave na carreira diplomática. Reproduzimos a seguir uma citação que demonstra a influência dos fatos políticos no desenvolvimento das práticas diplomáticas, particularmente nas do representante permanente, visto que sua função é considerada um cargo de prestígio.

As biografias dos grandes personagens da diplomacia atual, sobretudo aqueles provenientes do corpo [diplomático] do Oriente, mostram que há, geralmente, uma série de engajamentos constantes junto a personalidades de alto nível. Elas demonstram uma permanência junto ao Presidente da República ou ao Ministro das Relações Exteriores, por cerca de sete a oito anos de serviço, e um retorno mais tarde como diretores de gabinetes, conselheiros diplomáticos, membros que ocupam

²⁴ Tradução livre de: « Le lustre attaché à cet honneur et à cette tâche fonde donc la réputation de la diplomatie ».

postos relevantes como o de embaixador (União Européia, ONU, Washington) ²⁵ (KESSLER, 2012, p. 65).

Aliás, esse fato político é tão importante que alguns embaixadores não são diplomatas profissionais. Isso foi evidenciado em nível mundial por Clark (1973). Seu estudo mostrou que muitos deles são enviados diretos de um determinado governo. Um exemplo fornecido pelo próprio autor é o caso dos Estados Unidos, em que cabe ao presidente a nomeação de embaixadores, com a devida aprovação do congresso. Para sermos mais precisos, sua pesquisa demonstrou que uma média de 30% dos postos de embaixadores eram direcionados especialmente àqueles indivíduos que apoiaram o presidente durante sua campanha eleitoral.

Na obra de Kessler (2012), esse fato também foi ressaltado. A autora afirma que o embaixador não é considerado apenas um agente do Estado, mas também um agente do governo, visto que sua função resulta das políticas estrangeiras dos governos envolvidos. Para ilustrar esse fato, recorreremos à reabertura, no governo de Barack Obama, da Embaixada dos Estados Unidos, em Havana, e a de Cuba, em Washington, após cinquenta e quatro anos do rompimento das relações internacionais entre os dois Estados. Ora, tal fato ocorreu apenas em virtude das negociações entre os dois governos no período em questão.

No que tange à institucionalização da diplomacia, é preciso considerar que, em 1945, a ONU declarou que todos os Estados fossem considerados iguais, consagrando-os, assim, como atores da sociedade internacional. A partir da convenção de Viena sobre as relações diplomáticas, em 1964, destacou-se o papel da diplomacia para a manutenção da segurança internacional e para o desenvolvimento de relações internacionais entre as nações. “Com esse objetivo, ela define o quadro jurídico universal no qual se inscrevem as funções e os deveres dos embaixadores e os tipos de proteção que lhes são de direito” ²⁶ (KESSLER, 2012, p. 128.).

Assim, vimos com Kessler (2012) que o embaixador é um dos atores que fazem parte de um bloco institucional constituído por um aparelho administrativo e político cuja função é executar ações diplomáticas. Tal institucionalização, para a autora, estabeleceu-se progressivamente a partir do século XIX, quando o direito internacional clássico atribuiu ao

²⁵ Tradução livre de: « Les biographies des grands personnages de la diplomatie actuelle, issus du corps d’Orient, montrent généralement une série d’engagements répétés auprès de personnalités de très haut niveau. Elles permettent de voir un passage auprès du président de la République ou du ministre des Affaires étrangères, après sept à huit ans de service et un retour plus tard comme directeurs de cabinets, conseiller diplomatique, ‘sherpa’ avec des passages dans de beaux postes d’ambassadeurs (Union européenne, ONU, Washington). »

²⁶ Tradução livre de: « À cette fin, elle définit le cadre juridique universel dans lequel s’inscrivent les fonctions et devoirs des ambassadeurs et les protections qui leur sont dues. »

Estado a característica de personalidade jurídica. O embaixador passou a ser visto como parte integrante do Estado, com legitimidade própria, segundo os poderes que lhe são outorgados. Tal fato evidenciou a disposição de um capital institucional e social relativo a esse sujeito e intrinsecamente ligado à sua função de representante de Estado, o que sempre foi a sua própria razão de ser.

A obra de Kessler (2012) mostra ainda que a produção de informações delegadas ao embaixador não se restringe ao governo, estendendo-se também à opinião pública, aos diferentes grupos constituídos pela sociedade civil, no âmbito do próprio país, bem como na esfera internacional. Nesse sentido, um aspecto de particular importância no que diz respeito ao exercício do diplomata é a negociação. Ainda que as decisões em relações internacionais não possam ser tomadas sem o consentimento efetivo dos governos, o ator diplomático desempenha um papel relevante, visto que possui um conhecimento específico e especializado sobre os adversários e sobre a evolução dos processos. Trata-se de um aspecto central da diplomacia por meio do qual o diplomata pode ter acesso a um poder direto.

Entretanto, há uma diferença relevante entre a negociação dentro de um quadro de relações bilaterais comparada àquela que se engendra no âmbito das relações multilaterais. Por isso, passamos a focalizar a segunda forma de negociação, visto que, neste trabalho, nos ocupamos de um gênero de discurso particularmente originado em um quadro multilateral de negociação: as intervenções de representantes permanentes no CSNU.

Conforme Kessler (2012, p. 208), o ano de 1945 foi o momento em que a diplomacia multilateral generalizou-se, permitindo uma verdadeira expansão que pode ser facilmente atestada nos dias de hoje. A pesquisadora toma como exemplo a França, mostrando que esse Estado possui atualmente dezessete representantes permanentes em diferentes organizações internacionais. A partir desse fato, explica que o poder político dos embaixadores varia de acordo com a missão e a atualidade de cada organização. No que diz respeito à ONU, trata-se da primeira e principal organização com vocação política, cujo objetivo é a segurança coletiva, segundo a carta de 24 de outubro de 1945. Nesse mesmo ano, a França ocupou a vaga de membro permanente da instituição por ter sido considerada uma das cinco grandes potências mundiais.

É preciso ressaltar a seguinte consideração da autora: como instituições do tipo da ONU são marcadas por um quadro de discussão cujas abordagens centrais estão relacionadas ao equilíbrio das relações internacionais e às questões de paz, segurança e direitos do homem, a função de representante permanente seria “reservada aos embaixadores considerados ‘os

mais talentosos” (KESSLER, 2012, p. 209). Na seguinte citação, podemos compreender o que a autora considera como “talentoso”:

As recomendações da Assembléia Geral, e mesmo as do Conselho de Segurança, não são juridicamente obrigatórias para os Estados, que não sofrem pressões a não ser das reações posteriores da opinião pública. Uma resolução não tem chance de contribuir para a regulamentação de uma situação ou de um conflito sem que seja aceita por todas as partes interessadas. Um resultado como este não pode ser obtido senão por um trabalho de persuasão, de conciliação, anterior às discussões públicas, obra dos diplomatas presentes na instituição. Os debates públicos são, em grande escala, encenações que corroboram as posições adotadas anteriormente pelos diversos países. Os embaixadores franceses não os consideram, entretanto, como negligenciáveis: eles se gabam frequentemente de ter, por seu talento oratório, captado a atenção da comunidade diplomática em favor das teses francesas²⁷ (KESSLER, 2012, p. 209-210).

Todavia, do ponto de vista da ADF, não seria suficiente apontar esse tipo de classificação, de forma tão ampla e subjetiva, em relação ao sujeito-enunciador e, além disso, sem uma ancoragem analítica na/da materialidade discursiva. Ao assumir o posicionamento de analistas do discurso, precisamos considerar, por exemplo, que o discurso do representante permanente emerge de um quadro institucional específico. Assim, tanto o seu *status* histórico-social quanto a sua inserção em uma dada instituição devem ser consideradas para se descrever e problematizar seu discurso.

Por isso, tomamos, nesta pesquisa, as intervenções dos representantes permanentes no CSNU como principal objeto de estudo. Acreditamos que a análise desse gênero de discurso, inscrito nesse quadro institucional particular, pode evidenciar não o talento oratório de embaixadores franceses (brasileiros ou espanhóis), mas, sim, os seus (do gênero) traços constitutivos, entre eles, o *éthos* que os representantes permanentes do Brasil, da Espanha e da França no CSNU devem construir para enunciar seu discurso *comme il faut*. Esse objetivo maior e suas principais ramificações, a partir do quadro teórico-metodológico que assumimos, fazem com que a presente pesquisa se insira no – ainda incipiente – repertório de estudos sobre o discurso diplomático, como se poderá conferir nas seções seguintes.

²⁷ Tradução livre de: « Les recommandations de l'Assemblée général et même du Conseil de sécurité ne sont pas juridiquement obligatoires pour les États qui ne sont contraints que par les réactions ultérieures de l'opinion publique. Une résolution n'a de chances de contribuer au règlement d'une situation ou d'un différend que si elle est acceptée par toutes les parties intéressés. Un tel résultat ne peut être obtenu que par un travail de persuasion, de conciliation, antérieur aux discussions publiques, œuvre des diplomates présents sur place. Les débats publics sont largement des jeux de rôle corroborant les positions adoptées antérieurement par les divers pays. Les ambassadeurs français ne les estiment pourtant pas négligeables: ils se vantent souvent d'avoir, pour leur talent oratoire, attiré l'attention de la communauté diplomatique sur les thèses françaises ».

2.2.3 Abordagens sobre o discurso diplomático no Brasil

Ao longo de nossa investigação, deparamo-nos com trabalhos realizados no Brasil sobre o discurso diplomático. Apresentaremos alguns deles a seguir, com a finalidade de evidenciar o atual estágio das pesquisas sobre esse objeto em âmbito nacional e compreender o lugar que a presente pesquisa procura ocupar no campo científico brasileiro. Privilegiamos as produções científicas que mantêm algum nível de interdisciplinaridade com a área de Letras ou com o *corpus* constituído para o nosso estudo. Nesse sentido, não nos restringimos apenas ao domínio da Linguística, particularmente ao da AD, pois notamos a produtividade de considerar trabalhos também de campos de investigação afins.

O primeiro trabalho que mencionamos é o de Lins (1987). Embora sua área de atuação seja as Relações Internacionais, o autor, na referida obra, traça um panorama de questões relacionadas à diplomacia intercaladas ao campo da Linguística. Notamos, em sua produção, por exemplo, a utilização metodológica de conceitos da teoria referencial da linguagem, da teoria ideacional e da teoria comportamental. Tais categorias foram empregadas com a finalidade de mostrar algumas recorrências de uso na linguagem diplomática. A partir da leitura desse livro, nossa proposta de pesquisa consolidou-se, pois constatamos que os objetivos de Lins (1987) eram diferentes daqueles que perseguimos ao escolher o gênero de discurso intervenções de representantes permanentes no CSNU, à luz do viés teórico-metodológico da ADF.

Há também um artigo científico, publicado recentemente, que possui ligação com o tema do presente estudo. Trata-se do trabalho de Garcia, Abrahão e Sousa (2016), que partiram dos pressupostos teóricos da Análise de Discurso pecheutiana, incluindo os seus desdobramentos no Brasil, para analisar a página inicial do UNRIC (Centro Regional das Nações Unidas), uma postagem da ONU na rede social *Facebook*, bem como os comentários de internautas sobre ela.

Os autores problematizaram a imagem dessa instituição enquanto representante de diferentes nações, a partir do critério de escolha de seis línguas oficiais (inglês, chinês, francês, espanhol, russo e árabe). Isso porque, segundo eles, dos discursos da ONU emerge um enunciador cuja posição é a de representar diferentes nações, mas, pelo não dito, há outros sentidos que reverberam. O primeiro deles é a opressão linguística no caso dos povos/países que não utilizam uma das seis línguas oficiais, o que contribuiria para o seu silenciamento. O

segundo sentido são as relações de poder que se instauram, visto que o inglês, o francês, o russo e o chinês são idiomas de países com poder de veto no CSNU. Por último, os autores demonstram que a ONU imprime determinados sentidos ao inglês e ao francês por serem consideradas “línguas de trabalho”, estabelecendo-se, assim, uma hierarquia tanto na imposição das seis línguas como na seleção de duas línguas de trabalho.

Esse artigo mostra o espaço que o discurso diplomático vem ganhando nos estudos realizados por analistas do discurso no Brasil. Revela aspectos importantes para o desenvolvimento das ciências da linguagem, inclusive apontando dados de interesse interdisciplinar na promoção de debates sociais sobre o papel de uma das mais importantes organizações internacionais – a ONU. Tais resultados dialogam com os objetivos de nossa pesquisa, em caráter de complementaridade com a tradição dos estudos sobre o discurso político. Nesse sentido, os dois trabalhos convergem, apesar das especificidades de cada um, a começar pela delimitação do *corpus* (no nosso caso, intervenções de representantes permanentes no CSNU do Brasil, da Espanha e da França em 2011 e 2015) e pelas categorias de análise escolhidas.

Citamos, por fim, o trabalho de Ziemath (2014). Ao contrário dos dois estudos precedentes, essa dissertação de mestrado não possui uma relação explícita com o campo da Linguística. Apesar disso, sua contiguidade com o *corpus* de nossa investigação constituiu um fator determinante para que o considerássemos, inclusive com o fim de evidenciar as contribuições particulares que a Análise do Discurso pode oferecer para o estudo do discurso diplomático oriundo do principal órgão da ONU. Assim, dedicamos um maior espaço a essa obra, pois certos dados abordados pelo autor foram interpretados por nós como possíveis traços constitutivos das intervenções de representantes permanentes no CSNU.

O trabalho teve como título *A participação do Brasil no Conselho de Segurança: 1945-2011* e seu objetivo foi verificar continuidades e discontinuidades nos posicionamentos desse Estado, a partir de análises factuais tomadas em uma perspectiva metodológica histórica. O estudo encontra-se dividido em três capítulos. No primeiro, são abordados os princípios norteadores da política exterior brasileira. No segundo, apresenta-se a análise do Brasil no Conselho de Segurança, no período de 1946 a 1968, contemplando os cinco primeiros mandatos de membro não permanente nesse órgão: os biênios 1946-1947; 1951-1952; 1954-1955; 1963-1964; 1967-1968. No terceiro capítulo, procede-se à análise dos últimos cinco mandatos: os biênios 1988-1989; 1993-1994; 1998-1999; 2004-2005; 2010-2011.

Vamos nos deter em alguns aspectos desse trabalho que dialogam com a nossa pesquisa, a começar pela observação de certos traços do objeto de estudo de Ziemath (2014) que nos recordam a constituição de um *corpus*, fator determinante dentro da perspectiva da Análise de Discurso, como afirma Maingueneau (2014). É o que se pode constatar no seguinte trecho, no qual vemos textos que certamente poderiam ser classificados como diferentes gêneros de discurso institucional: telegramas, despachos telegráficos, resoluções, votos, discursos proferidos pelas delegações justificando o voto.

No tocante às fontes primárias, as pesquisas foram feitas *in loco* no arquivo histórico do Itamaraty em Brasília, que compila os telegramas e os despachos telegráficos trocados entre a SERE (Secretaria de Estado) e os postos, desde 1946. Além disso, foi utilizada com recorrência a base de dados virtual das Nações Unidas. Nela se pode encontrar não apenas os textos das resoluções aprovadas no CSNU e os respectivos votos, mas também boa parte dos discursos proferidos pelas delegações justificando o voto. Cabe ponderar que os discursos disponibilizados, apesar de sua enorme valia, pois marcam as posições dos países, não revelam todo o processo negociador da resolução, uma vez que várias propostas não aprovadas foram objeto de discussão prévia. Essas discussões prévias nem sempre estão disponibilizadas e, quando encontradas e consideradas importantes para os fins da dissertação, são apresentadas com as devidas referências (ZIEMATH, 2014, p. 14).

Contatamos que o autor trabalhou com o que poderíamos entender como diversos gêneros de discurso no âmbito do CSNU. Eles serviram, porém, estritamente como fontes de análises factuais; ou seja, elementos linguístico-discursivos não foram tomados como objeto de estudo conforme os parâmetros adotados pelas teorias do texto e do discurso. Apesar dessa divergência, que advém do próprio escopo investigativo de nosso estudo, o trabalho de Ziemath (2014) revelou dados que reforçaram algumas de nossas hipóteses. Um deles é a questão da posição de um Estado no Conselho de Segurança da ONU, o que mantém clara relação com a noção de posicionamento discursivo com a qual trabalhamos. Nesse caso, embora estejamos de acordo com o autor de que as posições são parciais, assumimos que esse tipo de posicionamento seria uma das características das intervenções de representantes permanentes no CSNU, podendo ser desveladas por meio de mecanismos linguístico-discursivos apreendidos em um momento relevante do processo da negociação diplomática multilateral.

Se, por um lado, a posição à qual o autor se refere no âmbito de sua abordagem histórico-arquivística não encontra um respaldo em fatores linguístico-discursivos como requer uma metodologia inscrita no domínio da Análise do Discurso, por outro, a evocação do conceito de identidade, ainda que sob outro viés teórico-metodológico, deixou ainda mais evidente a produtividade da nossa proposta e o necessário diálogo entre os dois estudos,

inclusive em termos conceituais. Logo, a nossa hipótese de que as intervenções dos representantes permanentes do Brasil, da Espanha e da França teriam como característica não só a projeção da imagem desse órgão, mas também a de cada um desses Estados, de acordo com seus traços históricos e culturais, teve forte respaldo de uma pesquisa dentro do próprio campo da diplomacia, como demonstra a seguinte citação:

Além dessa característica geográfica natural – que inculcava na identidade internacional brasileira a perspectiva de possuir uma “*world view*” –, o Brasil possui a especificidade geográfica de estar na América do Sul, o que o deixaria afastado da linha de frente das tensões internacionais prevalentes no campo estratégico-militar. Consequência desse afastamento geográfico dos grandes *quid pro quos* globais seria a tradição pouco belicosa que acompanha a identidade internacional do país, a qual se reflete na incessante busca pela solução pacífica de controvérsias. Não por acaso, verifica-se esse aspecto da identidade internacional do país expresso já no preâmbulo da Constituição Federal, quando o poder constituinte afirma o comprometimento da República Federativa do Brasil com a solução pacífica de controvérsias, tanto na ordem interna quanto na internacional. Além disso, como será analisada ao longo dos próximos capítulos, essa concepção pacifista de busca da solução pacífica de controvérsias norteará vários dos posicionamentos brasileiros no Conselho de Segurança, objeto central da pesquisa (ZIEMATH, 2014, p. 20).

Em suma, os três trabalhos aqui apresentados evidenciam um repertório de estudos sobre o discurso diplomático ainda muito modesto no que diz respeito ao Brasil. Na verdade, constatamos que nem mesmo houve o emprego do termo “discurso diplomático” em algum deles. Trata-se, todavia, de estudos que dialogam com a nossa pesquisa e reforçam os princípios basilares de se estudarem as intervenções dos representantes permanentes do Brasil, da Espanha e da França no CSNU, enquanto um gênero de discurso institucional associado ao discurso diplomático multilateral. Passaremos, agora, à exposição dos trabalhos sobre o discurso diplomático na Espanha, com o fim de verificar o estágio das pesquisas que se voltam para esse objeto e suas contribuições para nosso estudo.

2.2.4 Abordagens sobre o discurso diplomático na Espanha

De forma similar ao caso do Brasil, encontramos um estudo que merece maior destaque. Trata-se da obra de Pérez Herranz (2014), intitulada *La lógica de la fuerza y la legitimidad de la acción: un estudio multidimensional y discursivo de los debates del Consejo de Seguridad en la guerra de Irak de 2003*. Essa obra foi uma das principais pesquisas a que tivemos acesso no âmbito da produção acadêmica contemporânea na Espanha. Seu objetivo foi analisar a constituição do uso da força nas relações internacionais contemporâneas,

levando em consideração os elementos que o definem e sua evolução entre as últimas décadas e a guerra do Iraque em 2003. A autora utilizou como arcabouço teórico-metodológico propostas de autores como David Beetham, Ian Clark e Andrew Hurrell, buscando uma aproximação entre uma análise conceitual da legitimidade aplicada ao uso da força e uma análise discursiva da evolução de seu significado.

O que nos levou a destacar esse trabalho foi a constatação de que seu *corpus* constituiu-se de debates do Conselho de Segurança da ONU. Pérez Herranz (2014) trabalhou, por exemplo, com textos de fontes primárias dos debates realizados em diferentes momentos da guerra do Iraque, em 2003: antes (5 de fevereiro de 2003, 7 de março de 2003 e 19 de março de 2003), durante (26 de março de 2003) e depois (22 de julho de 2003) das operações militares da coalizão encabeçada pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, na guerra do Iraque, em 2003. Embora não tenhamos constatado uma preocupação por parte da autora em diferenciar os textos do *corpus* com base na noção de gêneros de discurso, salientamos que ela selecionou: atas dos debates citados mais acima, resoluções do Conselho de Segurança, informes e documentos oficiais da ONU, do governo dos Estados Unidos e de organizações independentes.

Esse estudo reafirma a relevância das pesquisas contemporâneas com um viés interdisciplinar, envolvendo o campo científico da linguística e o Conselho de Segurança, em particular, bem como a ONU e as relações internacionais, em geral. No entanto, a autora não toma como objeto central de sua pesquisa o gênero de discurso com o qual trabalhamos: as intervenções de representantes permanentes no CSNU; refere-se a ele em algumas seções, mas não estuda os seus traços distintivos, principalmente em relação às atas literais dos referidos debates e os próprios debates do CSNU. Além disso, no que diz respeito às categorias de análise do âmbito da linguística, Pérez Herranz toma o discurso como um processo social de argumentação que teria a capacidade de promover mudanças sociais. A principal proposta metodológica utilizada por ela foi elaborada pelo sociólogo Albert O. Hirschman em *Retóricas de la intransigencia* (HIRSCHMAN, 1991). Em síntese, a pesquisadora se propôs a analisar

a argumentação nos debates do Conselho de Segurança, destacando sua dimensão material – quer dizer, o conteúdo dos argumentos relativos ao uso legítimo da força segundo a orientação de uma vertente legal, normativa ou institucional – e sua dimensão pragmática – seus padrões retóricos destinados a promover a transformação ou a preservação das bases que definem o uso legítimo da força,

aplicando-se a proposta metodológica da taxonomia da reação de Albert O. Hirschman (PÉREZ HERRANZ, 2014, p. 20)²⁸.

Logo, é possível constatar que tal análise distancia-se de nossos objetivos em diversos aspectos: na constituição do *corpus*, na construção do quadro teórico-metodológico e no foco na noção de gênero e tipo de discurso. Aliás, a pesquisadora não teve como finalidade, por exemplo, classificar o discurso dos textos de seu *corpus* como um tipo de discurso diplomático. A despeito de ter consagrado um capítulo de sua obra à “dimensão institucional do uso legítimo da força” (PÉREZ HERRANZ, 2014, p. 129-159), não emprega explicitamente o termo “discurso diplomático” ou mesmo “diplomacia”. Ainda assim, o estudo citado ofereceu-nos dados relevantes para a compreensão da produção discursiva que se constrói no seio do Conselho de Segurança da ONU, principalmente no que concerne a algumas características do debate realizado nessa instituição, mesmo que ele não tenha sido tomado como um gênero de discurso ou sido relacionado, de forma mais direta, com as intervenções.

Além desse trabalho, faremos uma breve alusão a três pesquisas. A primeira delas trata do estudo de Jalón (2005) sobre o discurso político-diplomático. O ator principal de sua pesquisa foi o intérprete, e sua abordagem focalizou a relação entre interpretação e comunicação política. A partir desse estudo, encontramos mais uma justificativa para a nossa pesquisa. Quando nos propusemos a tomar as intervenções de representantes permanentes no CSNU como objeto de estudo, partimos da hipótese de que tais textos poderiam ser estudados como um gênero de discurso institucional associado ao tipo de discurso diplomático. Por essa razão, o papel do intérprete não foi estabelecido como um dos nossos objetos de pesquisa. Não obstante, acreditamos que a tradução seria um fato a ser estudado no debate do CSNU e nas atas integrais desses debates. Nesses casos, nós, analistas de discurso, deveríamos examinar a língua empregada pelo representante permanente durante o debate e a publicação original (ou não) com suas respectivas traduções. Isso porque a reunião de todas as intervenções dos representantes permanentes que participaram de um dado debate, acrescidas de estratégias discursivas próprias, forma as atas integrais dos debates do CSNU publicadas no site da ONU como documento nas seis línguas oficiais da instituição.

²⁸ Tradução livre de: “la argumentación en los debates del Consejo de Seguridad destacando su dimensión material – es decir, el contenido de los argumentos relativos al uso legítimo de la fuerza según destaquen su vertiente, legal, normativa o institucional – y su dimensión pragmática – sus patrones retóricos encaminados a promover el cambio o la preservación de las bases que definen el uso legítimo de la fuerza – aplicando la propuesta metodológica de la taxonomía de la reacción de Albert O. Hirschman”.

O segundo trabalho ao qual tivemos acesso foi o de Belandria Cerdeira *et al.* (2011). Nele os autores analisaram o discurso para a paz da *Declaração e Programas de ação sobre uma Cultura de Paz* da Assembléia Geral das Nações Unidas. Em termos teórico-metodológicos, utilizaram categorias advindas dos trabalhos de Van Dijk, no domínio da Análise Crítica do Discurso (ACD). Citamos, em terceiro lugar, a pesquisa de Carrera de la Red (2006), que toma como objeto de estudo o discurso diplomático no período colonial espanhol, a partir de uma abordagem pragmatolinguística.

Vemos, assim, que o discurso diplomático também tem sido pouco estudado na Espanha. Ressaltamos o fato de se tratar de produções recentes, cujo foco varia em conformidade com os objetivos de cada trabalho. No que diz respeito aos atores discursivos, constatamos, mais uma vez, que o representante permanente ainda não ocupa o centro das investigações a partir de objetivos similares aos perseguidos em nosso estudo. No caso da obra de Pérez Herranz (2014), ressaltamos que a autora trabalhou com as intervenções dos representantes permanentes, porém, como vimos anteriormente, o seu foco não foi estudar tais intervenções como um gênero de discurso específico, no âmbito do discurso diplomático, como é o nosso caso. Some-se a isso o fato de que, apesar de encontrarmos alguns aspectos que coincidem com os elencados em nossa pesquisa, o estudo discursivo proposto pela autora se limitou à dimensão argumentativa, como fica claro no trecho a seguir. Isso vem reforçar a necessidade de novos estudos discursivos não apenas do gênero “intervenção”, mas também de outros, como o debate no CSNU e as atas integrais desses debates.

Será analisada a idoneidade de uma concepção multilateral da legitimidade para captar a complexidade do uso legítimo da força através do estudo da dimensão material da argumentação a favor e contra o uso da força nos debates selecionados. Assim, será estudado, em primeiro lugar, como aparece a dimensão legal do uso legítimo da força. Em outras palavras, partindo da análise do regime jurídico do uso jurídico do uso da força realizado na parte teórica desta investigação, serão estudadas as intervenções dos representantes permanentes dos Estados a favor e contra o uso da força e que tipo de justificativas jurídicas utilizam para apoiar suas posturas. Em segundo lugar, dar-se-á atenção à compreensão da dimensão normativa do uso legítimo da força. Assim, levando em conta que a concepção do que é uma ameaça à paz e à segurança internacionais foi ampliada de maneira considerável durante a pós-guerra fria, serão destacados os valores necessários à defesa do uso da força nos debates do CS. Em terceiro lugar, analisar-se-á em parte a dimensão institucional do uso legítimo da força no discurso, dando atenção à concepção da autoridade do CS como responsável pela manutenção da paz e da segurança internacionais e a importância que se dá ao seu consentimento na forma de autorização para usar a força contra o Iraque²⁹. (PÉREZ HERRANZ, 2014, p. 183-184).

²⁹ Tradução livre de: "se analizará la idoneidad de una concepción multidimensional de la legitimidad para captar la complejidad del uso legítimo de la fuerza a través del estudio de la dimensión material de la argumentación a favor y en contra del uso de la fuerza en los debates seleccionados. Así, se estudiará, en primer lugar, cómo aparece la dimensión legal del uso legítimo de la fuerza. Es decir, partiendo del análisis del régimen jurídico del uso jurídico del uso de la fuerza

Por fim, destacamos que os recortes propostos em relação aos *corpora* dos trabalhos aqui apresentados não tiveram, por exemplo, o objetivo de investigar um gênero de discurso no qual se possa perceber a projeção de diferentes Estados (Brasil, Espanha e França) em uma organização internacional. Apesar de se investigar a ONU, tanto em Belandria Cerdeira *et al.* (2011) quanto, no Brasil, em Garcia, Abrahão e Sousa (2016), analisa-se a imagem da instituição, o que diverge do nosso trabalho que se centra no discurso (e na imagem correlata) do representante permanente e de seu Estado no CSNU.

2.2.5 Abordagens sobre o discurso diplomático na França

No que diz respeito às pesquisas sobre o discurso diplomático desenvolvidas na França, o primeiro estudo ao qual nos referimos é o de Pascual (2004). Apesar de o autor não ter trabalhado com teorias do discurso (como é o nosso caso), destacamos o fato de ele ter-se dedicado à comunicação escrita na diplomacia. Pascual utilizou a teoria da comunicação de Jakobson, a noção de enunciação de Benveniste e noções mais amplas do domínio da Linguística – argumentação, sintaxe, tempo, aspecto, discurso direto, discurso indireto, léxico – com o intuito de assinalar essas particularidades nos diversos textos selecionados para o *corpus*.

O segundo trabalho que encontramos na França sobre o discurso diplomático é a pesquisa de Nabert (1999): *Les réseaux d'alliance en diplomatie aux XIV^e et XV^e siècles. Étude de sémantique*. Ao justificar a seleção do *corpus* de seu estudo, a autora cita três razões: a) a escolha de uma língua técnica, que é a diplomacia; b) o vocabulário enquanto categoria de análise de uma disciplina específica no campo dos Estudos Linguísticos; c) o eixo diacrônico, tendo em vista o recorte temporal em foco. Um fato que nos interessa de forma mais direta aqui é o destaque conferido pela pesquisadora ao discurso diplomático. No entanto, a natureza de sua pesquisa é lexicográfica, distanciando-se, pois, a exemplo da

realizado en la parte teórica de esta investigación, se estudiarán las intervenciones de los representantes de los Estados a favor y en contra del uso de la fuerza y qué tipo de justificaciones jurídicas utilizan para apoyar sus posturas. En segundo lugar, se prestará atención a la comprensión de la dimensión normativa del uso legítimo de la fuerza. Así, teniendo en cuenta que la concepción de lo que es una amenaza a la paz y a la seguridad internacionales se ha ampliado de manera considerable durante la posguerra fría, se prestará atención a qué valores cuya defensa hace necesario el uso de la fuerza se destacan en los debates del CS. En tercer lugar, se analizará cómo parte la dimensión institucional del uso legítimo de la fuerza en el discurso, prestando atención a la concepción de la autoridad del CS como responsable del mantenimiento de la paz y seguridad internacionales y la importancia que se da a su consentimiento en forma de autorización para usar la fuerza contra Irak".

pesquisa de Pascual, das exigências postuladas pela Análise do Discurso, domínio em que se inscreve a presente pesquisa.

A última obra que descreveremos brevemente nesta seção é a de Villar (2006). Trata-se da pesquisa com a qual dialogamos de forma mais profunda, pois a autora se debruçou sobre o discurso diplomático, a partir de uma abordagem histórica e dentro de um quadro teórico-metodológico que nos serviu de parâmetro. Por essa razão, de todos os trabalhos apresentados nesta seção, o livro *Le discours diplomatique* ocupou um lugar de destaque, visto que vários dados nele abordados possuem uma relação mais estreita com o presente estudo.

Antes de abordar as suas contribuições, apontamos alguns dados biográficos da autora que julgamos relevantes para a compreensão do “lugar” de onde ela fala. Constanze Villar participa do Centro de Análise Política Comparada, de Geoestratégia e Relações Internacionais (CAPCGRI) da Université Montesquieu, de Bordeaux. Também é mestre de conferências em Ciências Políticas e se dedica ao ensino da Semiótica do Discurso Político, da diplomacia e do sistema político alemão.

Tomando o discurso diplomático como objeto de estudo, Villar (2006) explica que ele exige um viés analítico interdisciplinar entre Ciências Políticas e Linguística (no caso dessa última disciplina, sua proposta abarca, de forma mais específica, a teoria semiótica de Greimas). Apesar de tais disciplinas pertencerem a campos diferentes, foram tomadas na referida pesquisa como complementares. Além da exigência interdisciplinar, a autora destaca o modesto número de trabalhos sobre diplomacia, referindo-se ao posicionamento de Doris A. Graber sobre a negligência em relação ao comportamento verbal do discurso diplomático por este ser considerado por alguns estudiosos como algo menos importante do que sua realidade empírica.

A título de exemplo, Villar (2006) observa que grande parte dos dicionários franceses de referência não dá lugar de destaque para o verbete “diplomacia”. Mesmo em dicionários especializados há problemas. No de Pascal Chaigneau, por exemplo, falta a definição do objeto; no de Charles Debbasch, o autor explica alguns termos da diplomacia, mas sem mencionar sua dimensão discursiva.

O trabalho em questão teve como foco o gênero de discurso “manual”. A autora verificou que, em grande parte dos manuais analisados, a diplomacia não era vista como um campo discursivo próprio, sendo confundida com Política Estrangeira e, inclusive, em alguns casos, relegada a um papel de aplicabilidade de decisões de autoridades de Estado.

Ao confrontar diplomacia bilateral e diplomacia multilateral, Villar (2006) constatou que os diplomatas passaram a ver seu papel como algo que vem se reforçando, se modernizando e se complexificando, a partir do momento em que começaram a se deparar com situações de negociação multilateral permanente. A autora evoca o estudo de Jean-Jacques Roche para mostrar o resumo proposto pelo autor das cinco etapas da diplomacia enquanto prática moderna, evidenciando as principais mudanças ocorridas ao longo do século XX. São elas: 1) o desenvolvimento da diplomacia parlamentar; 2) a diplomacia diretamente estabelecida entre os chefes de Estados; 3) a diplomacia técnica com a criação de múltiplas organizações internacionais; 4) a diplomacia econômica; 5) a diplomacia não oficial desenvolvida por novos atores, como, por exemplo, ex-presidentes americanos.

A obra de Villar (2006) encontra-se dividida em cinco capítulos. No primeiro, a autora aborda a dimensão discursiva da diplomacia em sentido amplo. No segundo, analisa manuais redigidos por diplomatas, a fim de pôr em evidência os traços históricos dessa instituição discursiva. Com o fim de esclarecer o funcionamento simbólico da diplomacia e evidenciar a estrutura do discurso diplomático, a autora se dedica, no terceiro capítulo, aos aspectos sociológicos do seu objeto de estudo e à análise semiótica. No quarto capítulo, a partir de trabalhos heurísticos de origem anglo-saxã, a autora verifica as possíveis interpretações do discurso diplomático enquanto elemento estrutural do sistema internacional. Por fim, propõe a construção de um modelo semiótico da discursividade diplomática (capítulo 5).

A autora toma a linguagem diplomática como uma linguagem especializada, demarcada tanto por recursos de uma língua natural (português, espanhol, francês etc.) como por particularidades de uma comunidade cujos locutores se posicionam a partir de um campo profissional, funcional, socioeconômico, ideológico etc. Isso segundo a hipótese de que, se a diplomacia possui traços de suas práticas discursivas delimitadas institucionalmente, a enunciação de diplomatas é atravessada por sistemas de valores que orientam os seus atos de fala. Assim, Villar ocupa-se da demonstração das especificidades gerais do discurso diplomático, com o objetivo de apreender a atividade verbal universal dos diplomatas.

A pesquisadora recorre a um trecho do velho testamento do século VII a.C para mostrar a identificação de um comportamento diplomático. Segundo ela, percebe-se, em um trecho de Deuteronômio, um princípio fundamental para a diplomacia: o de fronteira. Isso pelo fato de a passagem estabelecer certas condições para as relações internacionais ao fixar as regras de conduta entre a nação de Israel (espaço interno) e outros Estados (espaço externo). Embora não se possa visualizar uma prática de negociação diplomática, a autora

comenta que o trecho pode ser visto como o primeiro discurso diplomático da Bíblia, pois postula que, antes de atacar uma cidade ou um Estado, deve-se propor a paz.

Depois da análise desse texto bíblico, Villar (2006) afirma que foi na China e na Grécia que se encontraram as primeiras manifestações do discurso diplomático enquanto práticas decodificadas. No entanto, ela se debruça, principalmente, sobre o conceito de fronteira, já que a significação desse termo depende de cada comunidade em determinado momento da História. Durante a Idade Média, o termo não estava relacionado com a diplomacia, mas sim com a guerra. Mais tarde, foi utilizado para delimitar o Estado enquanto símbolo da soberania. No entanto, correlativamente, a divisão política e jurídica do espaço criou o fato internacional, e a fronteira surgiu como parte constitutiva das relações internacionais.

É a partir daí que se percebe a mudança de fronteira instável (guerra) para fronteira estável (paz). Com efeito, a diplomacia passou a ser vista como instrumento da paz. Surgiu, então, o direito internacional com seus tratados bilaterais e multilaterais (Convenção de Viena, Carta das Nações Unidas etc.). Nesse momento, tem-se a fronteira instituída pelo direito internacional, o que foi ritualizado por tradições e protocolos diplomáticos. Esses fatos históricos demarcaram notadamente o discurso diplomático. É o que a autora procura demonstrar, quando diz que a comunicação se transformou em uma “encenação” em que os atores exibem uma imagem deles próprios em face de outro(s) ator(es) internaciona(is).

Após essas considerações que tomam o discurso diplomático de forma geral, Villar (2006) trata, especificamente, do discurso referencial dos manuais diplomáticos. A justificativa para essa análise é de base etnometodológica, uma vez que se assume a perspectiva de que todo grupo social é capaz de compreender a sua própria prática, comentá-la e analisá-la. No entanto, no que diz respeito ao discurso diplomático, em sentido mais específico, constata que, desde o Renascimento até a época contemporânea, os manuais o contemplam quase sempre em uma seção dedicada às qualidades do embaixador. Por essa razão, a autora passa a investigar o aspecto sociológico e linguístico do discurso diplomático. No primeiro caso, a partir de estudos da sociologia clássica de autores como Kingston de Leusse, lança mão da noção de cultura diplomática como sistema simbólico estruturado hierarquicamente a partir de três dimensões que permitiriam compreendê-lo de forma mais exata: a dimensão temporal, a espacial e a modal. Desse ponto de vista, segundo a autora, o discurso diplomático emerge de um dado contexto de produção construído em três níveis: história, instituição e terreno.

No que tange ao aspecto linguístico, Villar (2006) descreve as estruturas semióticas do discurso diplomático, com a finalidade de complementar a descrição sociológica que fez desse objeto. Orientando-se pelas pesquisas desenvolvidas pela Escola Greimasiana de Paris, cita o trabalho do diplomata de carreira Yves Delahaye, no qual foi trabalhada a interação entre os atores, na produção de um discurso marcado pela “internacionalidade”. A autora vê nessa abordagem uma significativa contribuição para a área pelo fato de haver nela uma transposição da “semiótica da significação” para a diplomacia, ou, mais precisamente, uma descrição das estruturas elementares e narrativas da significação das relações internacionais.

Villar (2006) baseia-se, pois, nessa abordagem para elaborar a semiótica do discurso diplomático. Partindo da oposição entre conflito e cooperação, lembra que esse critério havia sido utilizado em um número significativo de obras dedicadas à classificação de diplomacia. Ainda que admita que esse critério de oposição semântica não pertença apenas à diplomacia, a pesquisadora, a partir dessa categoria semiótica, propõe uma relevante distinção entre diplomacia coercitiva e diplomacia preventiva. A primeira emerge de uma situação de conflito em que um actante vale-se da intimidação para que seu destinatário aja em conformidade com seu (do actante/destinador) desejo. A segunda origina-se em um contexto de cooperação entre ambos os actantes.

Em seguida, a autora volta-se para o exame das estruturas elementares em manuais de diplomacia, elaborando um quadrado semiótico que permite visualizar, de forma mais clara, as estruturas básicas de sentido desse discurso. Além disso, procura mostrar a diferença entre os posicionamentos dos diferentes autores dos manuais analisados: eles revelam diferentes concepções de discurso diplomático, o que permite sua classificação em quatro tipos: empiristas, idealistas, normativistas ou realistas. Apesar de tais diferenças, a pesquisa conclui que essas classificações não modificam o conceito mais profundo de discurso diplomático.

Essa tese dialoga estreitamente com a nossa pesquisa. Diferentemente de todos os trabalhos apresentados em relação à produção científica no Brasil, na Espanha e na França, a pesquisa de Villar (2006) foi a que explorou de forma mais explícita a noção de discurso diplomático. Por essa razão, ela se sobressai em relação aos trabalhos anteriores e serve como elemento conclusivo para essa seção. Isso porque se, de um lado, seu estudo revelou que diferentes posicionamentos de autores de manuais de diplomacia não foram suficientes para alterar o conceito mais profundo de discurso diplomático; de outro, essa revelação coloca em evidência uma das principais questões de nossa pesquisa: que dimensões do discurso

diplomático os representantes permanentes do Brasil, da Espanha e da França revelariam a partir de seus posicionamentos? No final do presente estudo acreditamos que poderemos responder a essa pergunta e a outras. Por ora, destacaremos na próxima seção outros dados relevantes para ampliar o repertoriamento de estudos sobre o discurso diplomático.

2.2.6 Novas perspectivas sobre o discurso diplomático enquanto objeto de estudo

Durante o percurso para formação definitiva do *corpus* desta pesquisa, deparamo-nos com várias situações de manifestação do discurso diplomático, razão que nos levou a elaborar esta seção. Em primeiro lugar, os fatos aqui expostos reforçam as justificativas já apresentadas na [Introdução](#) e no [capítulo 1](#) sobre o recorte proposto para a constituição do *corpus*. Em segundo lugar, eles apontam para outras possibilidades de se estudar o discurso diplomático no campo da AD, uma vez que tais perspectivas não são dedutíveis dos poucos trabalhos que descrevemos neste capítulo. Por fim, esta exposição ressalta o caráter inter e multidisciplinar da Análise do Discurso.

A primeira possibilidade seria estudar o próprio CSNU (seu papel, sua estruturação, seu funcionamento etc.). Apesar de haver aqui uma relação muito próxima com a nossa pesquisa, trata-se de outro estudo, cujos aspectos teórico-metodológicos ultrapassam o escopo do presente trabalho. A segunda possibilidade, já no domínio do discurso, seria examinar os debates e outros gêneros de discurso produzidos nas seções e reuniões do CSNU, como mostra o quadro 2, a seguir:

Nome das seções		Participação de não membros	Atas oficiais	
Seções do Conselho de Segurança	Seções públicas	<i>Debate aberto</i>	Podem-se convidar para participação do debate aqueles países não membros do conselho que solicitarem.	São publicadas.
		<i>Debate</i>	Podem-se convidar os países não membros do Conselho quando o assunto examinado afetá-los diretamente ou quando houver especial interesse no assunto por parte deles.	São publicadas.
		<i>Exposição</i>	Apenas os membros do Conselho podem formular declarações após as exposições.	São publicadas.
		<i>Aprovação</i>	Os países não membros do Conselho podem ser convidados para participar do debate se solicitarem.	São publicadas.
	Seções privadas	<i>Seção privada</i>	Podem-se convidar para participação no debate os países não membros do Conselho que solicitarem.	Elabora-se apenas uma cópia, que é conservada pelo Secretário Geral.
		<i>Reuniões com os países que aportam contingentes</i>	São convidadas para participação no debate as partes indicadas na resolução 1353 (2001).	
Reunião dos membros do	<i>Consultas oficiais do pleno (§20 a 27 da nota).</i>	Não se convidam países não membros do Conselho.	Não se elaboram atas oficiais.	

Conselho de Segurança		
Diálogo oficioso (§59 da nota).	Unicamente por convite.	Não se elaboram atas oficiais.
Reunião conforme a regra da “Fórmula Arria” (§ 65 da nota).	Unicamente por convite.	Não se elaboram atas oficiais.

Quadro 2 - Formato das seções e reuniões relacionadas com o Conselho de Segurança³⁰

Nesses casos, o objeto de estudo não seriam (ou não seriam apenas) as intervenções de representantes permanentes no CSNU. Porém, um pesquisador que se dedicasse a investigar esses outros gêneros poderia, por exemplo, esbarrar na acessibilidade a determinadas seções, que são restritas. Em outros casos, não há publicações, o que poderia, novamente, dificultar o trabalho. Essas questões, entre outras, levaram-nos a optar pelo gênero intervenção de representantes permanentes no CSNU, visto que se trata de documentos publicados, divulgados e, portanto, de fácil acesso.

Além do mais, o estudo que propomos em torno das intervenções de representantes permanentes no CSNU poderá orientar outras pesquisas sobre os gêneros de discurso que apresentamos no Quadro 2. Isso porque, apesar de perseguirmos o objetivo de caracterizar o referido gênero de discurso ao longo deste trabalho, ressaltamos o seu papel na produção dos debates e das atas oficiais no seio da ONU. Por essa razão, apresentaremos, a seguir, uma breve definição desses dois gêneros de discurso, apontando algumas características que supomos ser as mais adequadas em relação ao quadro institucional de onde emergem. Esclarecemos que não é nossa intenção fazer uma exposição exaustiva, mas apenas evidenciar algumas características que demonstram a relação entre as intervenções de representantes permanentes e esses dois gêneros de discurso.

Em relação ao debate, julgamos que, a partir do quadro 2, seria mais produtivo falar de hipergênero, ainda que, em um estudo aprofundado sobre, por exemplo, o debate aberto e o debate, a noção de gênero de discurso seria indispensável. Segundo Bonini (2011, p. 679-704), o hipergênero é um agrupamento de gêneros de discurso que compõem uma unidade maior de interação. Em outras palavras, trata-se de um gênero de discurso de nível superior a outros. Escolhemos a proposta desse autor³¹, pois ela nos permite esclarecer, de forma mais pontual, a relação entre debate do CSNU e intervenção de representantes permanentes no CSNU. Esse gênero de discurso que buscamos caracterizar na presente

³⁰ Quadro adaptado de: <<<http://www.un.org/es/sc/pdf/methods/meetings.pdf>>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

³¹ Embora o conceito de hipergênero de Bonini (2011) se diferencie da definição proposta por Maingueneau (2004, p. 43-58), ele nos permitirá estabelecer um diálogo com o estudo das valências genéricas (MAINGUENEAU, 2014).

pesquisa faria, então, parte de um gênero de nível superior: o hipergênero debate no CSNU, que mereceria um estudo à parte.

No que diz respeito às atas dos debates do conselho de segurança, primeiramente precisamos diferenciar atas resumidas de atas literais. As primeiras foram estudadas por Duchene (2004). Vimos que o autor tomou esse gênero de discurso como uma parte importante do funcionamento da Organização das Nações Unidas pelo fato de ele constituir um “traço” importante dos debates realizados nesse órgão. Algumas de suas características constitutivas foram apontadas, a partir dos manuais de redação das atas resumidas como, por exemplo, o fato de ela (a redação) ser de responsabilidade dos departamentos de linguística (seção francesa e inglesa). Destacamos esse aspecto porque ele mostra as restrições impostas pelo quadro institucional no qual o referido gênero de discurso está inscrito. Não obstante, em relação às atas literais não encontramos um estudo específico dentro do quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso.

Isso nos levou a consultar a lista de documentos oficiais da ONU. Vimos que uma ata literal é um relato completo de determinada seção, escrito em primeira pessoa. Cada ata é identificada com as iniciais PV, em contraste com as atas resumidas cuja identificação é feita com as iniciais SR. A partir dessas informações, direcionamos nossa busca para os estudos sobre o gênero de discurso atas *lato sensu*. Mellet e Sitri (2013) iniciaram o seu estudo destacando a grande variedade formal desse objeto de estudo em função de sua instância de produção, seu estatuto e sua função, além da natureza do redator. Para nós, a análise de dados como esses são indispensáveis para uma definição, no âmbito da Análise do Discurso, das atas integrais do CSNU.

Por ora, nos contentaremos com a sinalização de alguns dados que dizem respeito às intervenções de representantes permanentes no CSNU. Para isso, utilizamos a versão em espanhol da Ata integral S/PV. 6471 na qual estão incluídas as intervenções do Brasil e da França sobre o Haiti. Do ponto de vista formal, destaca-se a presença de um sumário que identifica o presidente da seção (debate no CSNU) e todos os membros que participaram dela listados em ordem alfabética: Alemanha, Brasil, China, Colômbia, Estados Unidos da América, Rússia, França, Gabão, Índia, Líbano, Nigéria, Portugal, Reino Unido, Sudáfrica. No que tange aos aspectos textuais, lançamos a hipótese de que seria necessário diferenciar pelo menos dois níveis de enunciação: o interenunciador³² (destacado em itálico no original) e os enunciadorees (o presidente e os respectivos membros).

³² De acordo com Maingueneau (2016, p. 157), o termo interenunciador designa a instância única que representa um grupo (o CSNU), mas que é o resultado de uma negociação entre diversas posições (presidente e membros).

Se abre la sesión a las 11.10 horas.

Aprobación del orden del día

Queda aprobado el orden del día.

La cuestión relativa a Haití

El Presidente (*habla en inglés*): De conformidad con el artículo 37 del reglamento provisional del Consejo, invito al Representante Permanente de Haití a participar en esta sesión (...)

Sra. Viotti (Brasil) (*habla en inglés*): Doy las gracias a los Secretarios Generales Adjuntos Alan Le Roy y Valerie Amos por sus amplias exposiciones informativas de hoy. Un año después del terremoto y sus devastadores efectos, exacerbada por la trágica pérdida de vidas a causa de la epidemia del cólera, la situación en Haití sigue siendo sumamente difícil. Estamos siguiendo de cerca los últimos acontecimientos en Haití, en particular los relacionados con el proceso político y la situación humanitaria.

Sr. Araud (Francia) (*habla en francés*): Doy las gracias al Sr. Alain Le Roy, a la Sra. Valerie Amos y al Encargado de Negocios de Haití por sus declaraciones.

Desde el terremoto que tuvo lugar en enero de 2010, Haití ha sufrido otras tribulaciones: el huracán Tomás y la epidemia del cólera. Esa serie de catástrofes explica por qué es necesario prestar asistencia humanitaria con carácter urgente. Por consiguiente, somos muy conscientes de la importancia de la coordinación, sobre todo dado el número excepcionalmente elevado de organismos y organizaciones no gubernamentales que trabajan en Haití³³.

Vemos, portanto, que, a partir de uma perspectiva discursiva, as intervenções de representantes permanentes no CSNU não se confundem com as atas integrais. Acreditamos que se trata de uma problemática que pode ser estudada, por exemplo, a partir de uma abordagem do discurso reportado (ver, por exemplo, DESOUTTER; MELLET, 2013) e da valência genérica (Ver MAINGEUNEAU, 2014). De qualquer forma, finalizamos com duas ponderações. De um lado, acreditamos que muitas características que apontaremos relacionadas às intervenções de representantes permanentes no CSNU também estariam presentes nas atas integrais, visto que elas contêm uma versão literal dos discursos pronunciados em uma dada seção. Aliás, no estudo de Pérez Herranz (2014), debate, intervenção e atas integrais se misturam, uma vez que a autora centrou-se no estudo da argumentação sem focalizar essa distinção. De outro lado, vários outros traços constitutivos no quadro institucional do CSNU serão impostos ao gênero discursivo “atas integrais”: a tradução, as línguas oficiais, as línguas minoritárias (DUCHENE, 2008) etc.

³³ Disponível em: http://www.un.org/french/documents/view_doc.asp?symbol=S/PV.6471. Acesso em: 09 nov. 2017.

A terceira possibilidade de pesquisa decorreria da relação que estabelecemos, ao longo deste estudo, entre o manual sobre o discurso institucional (KRIEG-PLANQUE, 2014) e a obra de Kessler sobre o embaixador (2012). No que diz respeito às negociações bilaterais, verificamos que a embaixada pode ser estudada como organização. Segundo Kessler (2012), certas embaixadas podem ser vistas como “organizações”, dentro do campo sociológico, na medida em que são constituídas por um conglomerado de serviços, com hierarquias e diferentes pressões, determinadas pelo meio social. Ainda que a autora ressalte que esse aspecto burocrático e institucional possa não ser muito significativo em razão de um número limitado de atores, ele poderia ser considerado pelos analistas de discurso, por exemplo, com o fim de descrever a relação entre a instituição e as possibilidades de restrição do discurso diplomático que podem surgir de relações diplomáticas bilaterais.

Mais um aspecto possível de estudo refere-se ao percurso histórico da diplomacia no Brasil. O estudo da obra de Pecequillo (2012) possibilitou-nos a visualização de dois momentos cruciais para a diplomacia brasileira do século XX. O primeiro abrangeu o período entre 1902 e 1961, iniciando-se com Rio Branco no MRE e terminando com Juscelino Kubitschek. Segundo a autora, esse momento diplomático foi marcado pela priorização do eixo bilateral hemisférico e políticas de alinhamento com os Estados Unidos. O segundo período indicado foi o de 1961 até o presente momento. Esse período caracteriza-se pela substituição do eixo bilateral por um processo multilateral com o qual se procurou minimizar o papel periférico da diplomacia tradicional que vigorou durante o primeiro momento do século XX.

Dados históricos como esses e ainda outros sobre o século XXI – já que a autora também evidenciou ponderações de especialistas sobre a era FHC, Collor, Itamar Franco e Lula – poderiam constituir objetos de estudo para os analistas de discurso. Pesquisas com tal foco se inseririam nessa mesma tradição de análise à qual nos filiamos, ainda que a partir de objetivos distintos. Evidentemente, uma problemática para essas pesquisas seria a qual gênero de discurso recorrer, inclusive com a já citada preocupação quanto ao acesso aos textos produzidos, visto que se trataria, em alguns casos, de documentos históricos nem sempre disponíveis.

Por último, mencionamos o trabalho de Jeannesson (2016) que propõe algumas questões teórico-metodológicas com base no gênero biografia. O historiador evidenciou como a biografia de diplomatas pode contribuir para o estudo da História e das Relações Internacionais. Para isso, assume o posicionamento de que a biografia se caracteriza por uma reconstrução intelectual, que tem por objetivo a seleção de eventos julgados pelo biógrafo

como significativos, sendo organizados, de forma coerente, por meio de sua memória (do biógrafo). Destaca ainda que uma das finalidades da biografia consiste na incorporação do itinerário do biografado à própria história de sua profissão. Um exemplo dessa situação é a biografia do diplomata Jacques Seydoux, que permitiu uma melhor compreensão sobre a diplomacia da França durante sua atuação diplomática.

Nessa perspectiva, a biografia mostra-se como um objeto de estudo relevante para o discurso diplomático. Esse gênero de discurso já vem sendo investigado por analistas do discurso no Brasil, porém, acreditamos que ele ainda não alcançou o domínio da diplomacia. Por isso tecemos essas considerações, tendo em vista que, neste momento, não apenas a biografia, mas, sobretudo, o conceito de narrativa de vida têm delineado parte de pesquisas dos analistas de discurso brasileiros (ver ANDRADE, 2016b; MACHADO, 2015).

Vemos, pois, que dado o caráter multi e interdisciplinar da AD, muitas “entradas” seriam possíveis para o estudo do discurso diplomático. Reconhecemos, no entanto, que, quando escolhe uma determinada “entrada”, o pesquisador delimita seu objeto de estudo, sabendo que este permanecerá aberto para novas investigações e que o caminho escolhido não é “a”, mas “uma” leitura possível.

CAPÍTULO 3 - CONSTRUÇÃO DO QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Dividimos este capítulo em quatro grandes seções. A primeira foi dedicada ao percurso histórico da Análise do Discurso no campo da linguística. Na segunda, contextualizamos as propostas teórico-metodológicas de Dominique Maingueneau. A terceira foi elaborada para relacionar o Conselho de Segurança com o discurso institucional. Por fim, na última seção, apresentamos as categorias de análise selecionadas para o exame do *corpus*.

3.1 O lugar da Análise do Discurso no percurso histórico da linguística

Ao propor uma análise das intervenções de representantes permanentes do CSNU com o fim de caracterizar o discurso diplomático que emerge desse quadro particular de enunciação, selecionamos um tipo específico de objeto pelo qual diversas disciplinas se interessam. Uma das teorias científicas que se volta para o estudo de fenômenos como esse é a Análise do Discurso. Nascida de uma perspectiva transdisciplinar, a AD ocupa um lugar de destaque no âmbito dos Estudos Linguísticos, razão que nos leva a expor os fatos históricos mais relevantes da Linguística, a fim de que se possa vislumbrar a origem e o desenvolvimento da perspectiva teórico-metodológica que assumimos neste trabalho. Isso, principalmente, porque acreditamos que o presente trabalho, devido à temática que aborda, pode interessar a outros pesquisadores, não necessariamente familiarizados com a AD.

Na obra elaborada por Sarfati e Paveau (2014) sobre os momentos cruciais da Linguística, constata-se que o estudo da gramática comparativa, desenvolvido entre 1810 e 1875, forneceu uma base relevante para a conversão dessas investigações em uma Linguística histórica. Com isso, a partir de 1860, assistimos à origem de um programa explícito de reconstituição detalhada dos intervalos e das linhas de evolução entre idiomas. Essa perspectiva de comparação conjuntural de línguas particulares foi, contudo, rechaçada pela perspectiva saussuriana. Ocorreu, assim, a primeira ruptura epistemológica no âmbito da Linguística. Com ela, houve a delimitação do objeto de estudo (a língua enquanto sistema) e a dita Linguística moderna ganhou o *status* de ciência.

Sendo o “novo” objeto de estudo a língua enquanto sistema, foi necessário que se postulassem as clássicas divisões entre língua/fala, significado/significante etc. para que ocorresse a descrição das relações internas desse sistema em contraposição ao método adotado pelos antecessores de Saussure. Estes haviam proposto descrever tal sistema de forma isolada e diacrônica. Um fato importante a ser destacado aqui é que, ao longo do desenvolvimento dessa perspectiva, deparamo-nos com alguns conceitos que serviram de base para outras construções teóricas. A título de exemplo, a própria noção de estrutura foi utilizada nas propostas teóricas de Ducrot e de Bally. Ela também foi relevante nos trabalhos da Escola de Praga, os quais tiveram a participação de Benveniste e Jakobson. Aliás, a tese de que a estrutura da língua é determinada pela função social, pela função de comunicação e pela função poética foi amplamente difundida.

De acordo com Sarfati e Paveau (2014), há um consenso de que até 1970 desenvolveu-se e aprofundou-se uma teoria da língua, fundamentada no princípio do estruturalismo. A partir dessa década, entretanto, emergiram trabalhos que se concentraram em aspectos da enunciação, embora a existência de interesses voltados para tal fenômeno possa ser constatada já entre 1910 e 1920, na Europa (particularmente na Rússia). Nesse último caso, os autores citam a concepção de linguagem de Bakhtin-Voloshinov.

Porém, o desenvolvimento da linguística enunciativa durante esse período não ocorreu de forma efetiva por causa da rápida expansão do modelo estruturalista. Foi apenas nos estudos de Benveniste que se encontrou, de fato, uma definição original para a enunciação, noção que se tornou canônica e estabeleceu a segunda ruptura epistemológica no domínio da Linguística.

Na perspectiva teórica de Benveniste, a enunciação ocupou um lugar de destaque, ao lado da semântica. Entende-se que sua proposta fundou um segundo programa para a Linguística contemporânea porque a frase, então unidade de análise, passou a ser estudada enquanto realização de um locutor, método oposto à análise de frases-modelo utilizada em abordagens estruturalistas e gerativistas. Todavia, o estudo da dimensão transfrástica dos enunciados ocorreu de forma efetiva apenas no que se denominou Linguística Discursiva, termo que abarca três principais teorias: Linguística Textual, Semântica de Textos e Análise do Discurso (SARFATI; PAVEAU, 2014). Na sequência, ocupamo-nos da contextualização dessa última teoria na qual se inscreve a presente pesquisa.

No final dos anos 1960, originou-se um campo disciplinar autônomo dentro das Ciências da Linguagem que tomou como objeto de estudo o discurso. Essa autonomia pode ser verificada pelo conjunto de noções, ferramentas e métodos específicos que reúne os traços fundamentais dessa nova abordagem transdisciplinar cujo resultado é a fundação do que hoje denominamos, em sentido amplo, Análise do Discurso. De acordo com Sarfati e Paveau (2014), o termo utilizado para definir essa disciplina é uma tradução da expressão elaborada por Harris – *discourse analysis* – para o estudo da dimensão transfrástica.

Tradicionalmente, usa-se o termo Análise do Discurso associado à Escola francesa – ou, simplesmente, Análise do Discurso Francesa (ADF) – com o objetivo de definir essa disciplina de forma mais específica. Isso para diferenciá-la da corrente anglo-saxã e também da própria Linguística Textual. A primeira corrente dedica-se a uma análise linguística voltada para a hierarquização dos textos conversacionais e assume uma abordagem etnometodológica, enquanto a segunda tem como objetivo maior estudar a coesão e a coerência dos textos dentro de uma perspectiva textual-pragmática que perpassa aspectos microestruturais e macroestruturais (sequências, gêneros de discurso etc.). Já a ADF – ou a corrente da AD (tomada em sentido amplo) que praticamos aqui – é uma disciplina de origem francesa que estuda as produções verbais no seio de suas condições sociais de produção, sendo que tais elementos são tomados como partes integrantes da significação e do modo de formação dos discursos.

Essa definição permite-nos perceber a razão pela qual se diz que a ADF apoia-se em outros campos disciplinares das Ciências Humanas, como História, Filosofia, Sociologia, Psicanálise, Literatura etc. Fato particularmente importante é que essa ocorrência transdisciplinar foi marcada inclusive do ponto de vista institucional. Por um lado, podemos ver o desenrolar da ADF sob o ângulo de estudos linguísticos na *École Normal Supérieure de Saint-Cloud* por meio da aplicação do método de lexicometria política; por outro, na *Université de Paris VII*, associada ao *Laboratoire de Psychologie Sociale du CNRS*, onde Pêcheux elaborou uma teoria da linguagem fortemente marcada pelo marxismo e pela psicanálise.

De fato, o discurso já havia sido objeto de dois filósofos que fundamentaram o quadro teórico da nova disciplina: Althusser e Foucault. O primeiro defendia a ideia de que os mecanismos da ideologia contribuíam para a reprodução dos meios sociais e, conseqüentemente, dos modos de dominação que os fundavam. Por meio desses estudos, a ADF pôde ser vista como uma prática que permitia uma análise crítica da ideologia. Já para Foucault, o discurso deveria ser visto como um conjunto de fenômenos que possibilitaria

escrever uma história discursiva das ideias. Ele se perguntava quais eram as condições que permitiriam denominações como o discurso dos médicos, o da economia, o da gramática etc. Para responder a tais questionamentos, o filósofo propôs o estudo dos objetos, do tipo de enunciação, dos conceitos e das escolhas temáticas, com o fim de apreender um conjunto de regularidades que ele denominou “formação discursiva”.

Em 1984, Maingueneau retomou o termo “formação discursiva” para mostrar como um discurso emerge, estrutura-se em um conjunto coerente e em um espaço cultural homogêneo que perdura para além das fronteiras impostas por variações individuais e temporais. A partir desse momento, a ADF evoluiu e as pesquisas desenvolvidas dentro desse quadro teórico-metodológico diversificam-se por meio de propostas de diferentes analistas de discurso. Na próxima seção, descreveremos as propostas teórico-metodológicas de Maingueneau, autor com quem dialogamos mais de perto neste trabalho.

3.2 As propostas teórico-metodológicas de Dominique Maingueneau

O desdobramento da ADF ocorreu de forma relativamente rápida e sob diferentes enfoques. Nesta seção, dedicamo-nos à contextualização das propostas de Maingueneau, que tiveram grande repercussão na França, no Brasil e em vários outros países. Essa contextualização tem por objetivo permitir uma melhor visualização das categorias de análise utilizadas para caracterizar o discurso diplomático, por meio do estudo do gênero de discurso intervenções de representantes permanentes no CSNU.

De acordo com Angermuller e Philippe (2015), as contribuições de Maingueneau para a Análise de Discurso estão representadas por categorias que ultrapassaram o caráter de questionamento teórico e alcançaram o teor de ferramentas metodológicas. Alguns exemplos dados pelos autores são: aforização, comunidade discursiva, competência discursiva, *éthos*, gênero discursivo, hiper-enunciador, cenografia etc. Essas categorias vêm sendo (re)elaboradas pelo autor desde o início de sua trajetória, razão pela qual faremos uma exposição cronológica de suas propostas por meio do estudo da referida obra de Angermuller e Philippe (2015).

O primeiro aspecto que orienta a compreensão das teorias desenvolvidas por Maingueneau é o seu vínculo institucional. Em 1970, ele integrava o grupo de trabalhos do Laboratório de Lexicometria Política da Escola Normal Superior de Saint-Cloud (*École Normal Supérieure de Saint-Cloud*). A importância desse vínculo refletiu-se no contato do

autor com a análise lexical mediada por computador e na redução desse projeto analítico à dimensão ideológica. Tratou-se de uma etapa-chave que marcaria questões basilares das propostas de Maingueneau, uma vez que havia dois principais círculos no desenvolvimento dessas pesquisas. Do primeiro, participava Michel Pêcheux. Do segundo, Michel Foucault. De acordo com Argermuller e Philippe (2015), Maingueneau aproximou-se mais dos estudos de Michel Foucault e essa aproximação refletiu-se em suas propostas.

Os primeiros trabalhos de Maingueneau foram *Introduction aux méthodes de l'analyse du discours* (1976) e *Sémantique de la polémique* (1983). Neles sobressai o estudo sobre a semântica dos discursos e sobre os dispositivos pelos quais eles (os discursos) se legitimam. O fato de o trabalho de 1983 ter sido sobre o discurso religioso do século XVII evidencia o distanciamento que Maingueneau assume em relação ao objeto de estudo inicial da ADF, o discurso político, o que também se refletiu em alguns trabalhos posteriores do autor voltados para os discursos constituintes: o discurso religioso, o literário e o filosófico, em um primeiro momento. Posteriormente, foram incluídos os discursos científico e jurídico.

Em 1984, Maingueneau publicou uma obra de cunho mais teórico: *Genèses du discours*, na qual encontramos uma relação com elementos estruturais e influências da obra de Michel Foucault, mais precisamente da obra *L'archéologie du savoir*. Tal fato está marcado, sobretudo, pela defesa do autor de que os enunciados devem ser compreendidos dentro de sua dimensão interdiscursiva. Para isso, Maingueneau propõe que a descrição do ato enunciativo seja feita a partir de suas forças extradiscursivas (sujeito falante, comunidade de origem, realidade social e inscrição institucional).

Esse aspecto já estava presente em outra obra do autor: *Les livres d'école de la République, 1870-1914, Discours et idéologie* (1979). Nela se verificam tanto algumas metodologias que já vinham sendo utilizadas, desde os seus estudos sobre o discurso religioso, quanto novas perspectivas sobre a atividade enunciativa:

De uma parte, como no trabalho sobre o discurso religioso, Maingueneau esforça-se para construir um sistema de categorias semânticas, assegurando a coesão e a eficiência do discurso escolar republicano. De outra parte, ele coloca em relevo a dimensão reflexiva da atividade enunciativa: o discurso da escola republicana sobre o mundo é também um discurso sobre o mundo dessa escola, uma legitimação do dispositivo e da instituição que o torna possível³⁴. (ARGERMULLER; PHILIPPE, 2015, p. 10).

³⁴ Tradução livre de: « D'une part, comme dans les travaux sur le discours religieux, Maingueneau s'y efforçait de construire un système de catégories sémantiques assurant la cohésion et l'efficacité du discours scolaire républicain, d'autre part il mettait l'accent sur la réflexivité de l'activité énonciative: le discours de l'école républicaine sur le monde est aussi un discours sur le monde de cette école, une légitimation du dispositif et institutionnel qui le rend possible ».

A trajetória do autor pode ser observada também a partir de sua preocupação em (re)elaborar sucessivamente manuais da ADF, como o de 1976: *Initiation aux méthode de l'analyse de discours*. Nessa obra, encontramos abordagens lexicológicas, sintáticas, enunciativas e textuais que serviram como base para a aparição posterior de noções como hiper-enunciador, paratopia e *éthos*. Em 1987, Maingueneau lançou o livro *Nouvelles tendances en analyse du discours*, no qual contemplou categorias relacionadas à instituição, à heterogeneidade enunciativa e à inter(in)compreensão. Essa abordagem evidenciou notadamente a renúncia ao método harrissiano, utilizado por ele até então. Em 1991, Maingueneau reafirmou os aspectos basilares da obra de Foucault em sua teoria, a partir da publicação de *L'Analyse du discours. Introduction aux lectures de l'archive*. Foi também nessa ocasião que apresentou a noção de cenografia.

A aceção desse termo, na teoria de Maingueneau, necessita de alguns esclarecimentos. Possenti (2015, p. 117-123) lembra que a cena de enunciação possui três dimensões. A cena englobante corresponde ao domínio em que o texto é situado pelo autor, pelo leitor e por toda a comunidade discursiva: literatura, religião, ciência etc. A segunda dimensão é a cena genérica com a qual se verifica a materialização de uma cena englobante, por exemplo, a política, em um determinado gênero de discurso: um manifesto, um programa eleitoral etc. A última dimensão é a cenografia com a qual o enunciador determina o seu lugar, a partir de sua enunciação. A cenografia é, pois, aquilo com que se confronta o leitor diretamente, o que leva ao deslocamento, para o segundo plano, do quadro cênico (cena englobante + cena genérica).

Desde 2005, Maingueneau tem demonstrado particular interesse pelo estudo de enunciados destacados (ou aforizações). Uma demonstração desse viés investigativo foi a publicação de *Les phrases sans texte* (2012). Nela, o autor divide as aforizações entre aforizações por natureza (provérbios, slogans etc.) e aforizações destacadas (*a posteriori*) de um determinado texto. Esse interesse não excluiu outras abordagens, como a noção de discurso constituinte, abordada em *La Philosophie comme institution discursive* (2015). A proposta de estudo sobre as aforizações foi integrada ao último manual de Análise de Discurso (2014) publicado pelo autor, no qual ele estuda, entre outros domínios, o universo da Web, constatando que esse domínio exige da AD uma revisão de certo número de conceitos até então utilizados para outros objetos de estudo.

Percebe-se pelo exposto o processo contínuo de (re)construção de ferramentas teórico-metodológicas estabelecido por Maingueneau. Nesse processo de teorização e experimentação dos métodos da AD (ou daquilo que o próprio autor prefere chamar de “tendências contemporâneas em análise do discurso”), com a consolidação e a renovação de seus princípios, o autor mantém um diálogo constante com os seus próprios trabalhos e com as contribuições de diversos pesquisadores dessa disciplina. Evidenciamos esses aspectos em [3.4](#), seção na qual apresentaremos separadamente as categorias de análise que utilizamos no estudo do *corpus* da presente pesquisa. Ressaltamos que, na referida seção, além das categorias propostas pelo autor, incluímos contribuições de outros analistas do discurso. Nesse sentido, buscamos manter a linha dialógica assumida pelo próprio Maingueneau, o que nos permitirá descrever nosso objeto de estudo, contemplando as suas características multifacetadas. Antes, porém, abordaremos questões relacionadas ao discurso institucional.

3.3 O Conselho de Segurança da ONU e o discurso institucional

A delimitação dos textos do *corpus* da presente pesquisa originou-se da leitura que fizemos da obra de Krieg-Planque (2014), na qual a autora se dedica ao estudo do discurso institucional. Alguns exemplos de discursos que se constituíram como objeto de sua pesquisa foram aqueles tipos de discurso que se engendram na/da enunciação de sujeitos engajados em partidos políticos, sindicatos, fundações, organizações públicas e privadas, instituições políticas e públicas nacionais, internacionais e transnacionais.

No que diz respeito às políticas internacionais, a autora cita inclusive a própria Organização das Nações Unidas para demonstrar que certas instituições existem justamente por produzir determinados discursos. Ilustra esse fato com a demanda de produção de textos como atas de debates, proposições de lei, resoluções, declarações etc., associada à referida instituição. Essa associação lhe permite retomar a noção de comunidade discursiva, com o fim de designar os grupos sociais que não existem independentemente da enunciação dos textos que eles produzem e difundem, segundo normas reiteradamente codificadas.

Um dos trabalhos citados por Krieg-Planque (2014), para ilustrar uma abordagem da Análise do discurso institucional, é o de Duchene (2004), professor de Sociologia da Linguagem e Plurilinguismo da Universidade de Friburgo (Suíça), que inclusive já foi citado por nós anteriormente. Sua pesquisa girou em torno de um documento típico das Nações Unidas: a ata resumida dos debates da ONU. O autor observa, primeiramente, que os

documentos que emergem no seio dessa instituição são de natureza diversa: textos legislativos (instrumentos internacionais), resoluções, atas e os discursos de especialistas, ressaltando que a grande maioria desses documentos está disponível ao público.

Duchene (2004) justifica sua análise das atas resumidas de debates da ONU pelo fato de elas fazerem parte de um funcionamento importante dessa organização. Segundo o autor, esse documento constitui um traço textual (escrito) importante dos debates realizados em diferentes sessões de comissões da ONU. Além de estar submetido a regras de elaboração estritas, conforme um manual de redação de responsabilidade dos departamentos de Linguística (seção francesa e inglesa) da instituição, a finalidade desse gênero de discurso é ser um reflexo objetivo dos discursos aos quais faz referência. Isso permite compreender a imagem que a instituição projeta dela mesma, fato que estaria em conformidade com os discursos da ONU no sentido que lhes atribuiu Maingueneau (2002; 2008b).

No estudo que faz – e que foi (re)publicado em uma coletânea organizada no Brasil (MAINGUENEAU, 2008b) –, o autor examinou o discurso das organizações internacionais, questionando se ele seria um discurso constituinte. Sua análise voltou-se para o gênero relatório. A partir dela, Maingueneau verificou que as organizações projetam representações de si mesmas para o mundo exterior. Isso porque os relatórios possuem a finalidade de falar dos problemas da humanidade, mas sua elaboração é feita localmente. Por isso, tais lugares institucionais restritos não são apagados de sua produção. Para ele, “os gêneros de discurso específicos dessas organizações não surgem como um ‘complemento’ que manifestaria os conteúdos do pensamento que já estão lá; eles são, ao mesmo tempo, seu produto e a condição de sua identidade” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 142).

No caso da presente pesquisa, trabalhamos com um gênero de discurso diferente daqueles focalizados em Duchene (2004) e Maingueneau (2008b). Por acreditarmos que as análises das intervenções dos representantes permanentes no CSNU revelariam traços discursivos de sua constituição diferentes daqueles apreendidos nesses dois trabalhos, lançamos mão das categorias de análise expostas em [3.4](#), com o fim de evidenciar, de um lado, as coerções linguístico-discursivas impostas pelo quadro institucional do CSNU a esse gênero de discurso; de outro, a projeção de uma imagem não apenas desse órgão, mas, sobretudo, de enunciadores que representam três Estados diferentes: Brasil, Espanha e França. Dessas imagens, projetadas em seus respectivos discursos, emergiriam suas faces diplomáticas multilaterais, demarcando posicionamentos particulares no seio desse organismo internacional.

Para isso, assumimos o posicionamento de Krieg-Planque (2014) de que, dentro de toda organização, nos deparamos com pessoas e/ou serviços que contribuem para a produção do discurso, particularmente em relação às regularidades e às normas estabelecidas por/para determinados gêneros. De acordo com a autora, os pesquisadores que tomam o discurso institucional como objeto de estudo podem, por exemplo, focalizar o papel que os atores desempenham no desenvolvimento de uma “linguagem comum”, com o fim de identificar os documentos que são regidos em sintonia com determinadas normas. É o que pretendemos verificar em relação às intervenções dos representantes permanentes no CSNU.

Essa proposta, não obstante, exigiu-nos repensar a própria noção de discurso institucional. Vimos que Duchene (2004) propôs uma descrição para as atas resumidas da ONU, ressaltando que a finalidade desse gênero de discurso é ser um reflexo objetivo dos discursos aos quais faz referência. Nesse sentido, o termo discurso institucional parece neutralizar certas características do estatuto dos sujeitos que contribuem para a produção desse discurso. A partir do momento que trabalhamos com a hipótese de que os representantes permanentes projetariam não apenas a imagem do CSNU, mas também a de seus Estados, algumas características advindas do estatuto do sujeito ganham maior relevância. Por essa razão, pretendemos também propor uma revisão terminológica por meio da qual a classificação de gêneros como as intervenções de representantes permanentes no CSNU revelaria, de forma mais explícita, algumas de suas características. Assim, acreditamos que seria mais produtivo falar em gênero de discurso estatutário-institucional.

A produtividade desse termo depende, evidentemente, das análises que realizaremos. Ela está ligada a algumas das categorias de análise que serão expostas na seção subsequente e será retomada em [4.11](#). Nessa subseção, proporemos um cotejo das análises realizadas de [4.1](#) a [4.10](#) com o fim de apresentarmos uma definição do gênero de discurso intervenções de representantes permanentes no CSNU. Se a nossa hipótese de que esse gênero porta características linguístico-discursivas advindas de uma projeção enunciativa bidimensional – I) a do sujeito que manifesta elementos socioculturais de seu Estado; II) a do sujeito que se concentra na instituição em foco (Conselho de Segurança das Nações Unidas), buscando ater-se a suas normas e recomendações – seja confirmada, passaremos a defender o conceito de gênero de discurso estatutário-institucional para a classificação de tais casos.

3.4 As categorias de análise utilizadas no estudo do *corpus*

Apresentaremos, a seguir, as categorias de análise selecionadas para o exame do *corpus*. Embora haja a mobilização das contribuições de diferentes autores, todas elas estão, de alguma forma, ancoradas nos princípios básicos da Análise do Discurso, princípios esses que sempre estão articulados aos conceitos fundadores da Pragmática e que dialogam, sobretudo, com as propostas teórico-metodológicas de Dominique Maingueneau. Como temos afirmado ao longo deste trabalho, partimos das propostas desse autor para selecionar as categorias de base para análise do *corpus*. Contudo, acabamos sendo confrontados com a necessidade de coconstrução do quadro teórico-metodológico maingueneuniano, de modo a propor um dispositivo de análise que fosse mais produtivo para contemplar nossos objetivos.

Esse teor coconstrutivo, que se deveu, principalmente, às especificidades do *corpus* e as nossas hipóteses de trabalho, deve ser compreendido pelo viés interpretativo que damos às diversas categorias de análise elaboradas e reelaboradas por diferentes analistas de discurso no Brasil e no exterior, particularmente, na França. Assim, exporemos a seguir, não apenas parte da teoria desenvolvida por Dominique Maingueneau e autores cujas abordagens dialogam com as dele, mas uma articulação com outras categorias de análise – não necessariamente do autor ou de seus seguidores – que compõem o quadro teórico-metodológico da presente pesquisa. Sua elaboração ocorreu a partir das seguintes estratégias: contextualizar, interpretar, ordenar e recategorizar diferentes abordagens unidas pelo objetivo comum de se estudarem os mecanismos linguístico-discursivos de um dado *corpus*: as intervenções de representantes permanentes no CSNU.

3.4.1 Cena englobante e cena genérica: caracterização de tipo e gênero de discursos

Vimos rapidamente em [3.2](#) que Maingueneau (1991) apresenta a noção de cenografia como uma das três cenas que constituem a cena de enunciação. A perspectiva discursiva proposta pelo autor (ver MAINGUENEAU, 2014; 2016) parte da necessidade metodológica de se distinguir cena englobante de cena genérica.

A primeira categoria está relacionada aos diversos tipos de discursos associados a setores de atividades. Assim, setores como a televisão, o rádio, a imprensa escrita são responsáveis pela produção de discursos denominados midiáticos. Além dessa descrição por meio dos setores de atividade, o autor evidencia a possibilidade de se descrever um dado

discurso a partir do lugar social (escola, empresa etc.), do estatuto dos participantes (enfermeiras, jovens etc.) e de posicionamentos ideológicos (discurso socialista, discurso católico etc.).

A segunda categoria diz respeito à noção de gêneros de discurso, compreendidos como dispositivos de comunicação delimitados por características constitucionais, algumas das quais são: os papéis sociais de seus participantes, *o médium*, o momento de enunciação etc. O princípio metodológico de Maingueneau (2014; 2016) para descrever a cena genérica de um dado discurso é a tríade contrato, jogo e papel. Logo, um gênero de discurso é um contrato porque ele possui um funcionamento cooperativo originado em suas normas de constituição e de manifestação. Para comprovar o atendimento a essas regras, verifica-se a admissibilidade do jogo proposto no contrato, incluindo-se o papel social assumido pelo enunciador a partir de sua própria enunciação. Embora as regras do contrato discursivo não sejam rígidas, se elas não forem atendidas dentro de seu padrão de relatividade, haverá ou uma transgressão ou mesmo uma nulidade do contrato por se evidenciar outro jogo/contrato.

No que diz respeito ao conceito de contrato, levaremos em conta também a abordagem de Charaudeau (1983), visto que certos aspectos sociodiscursivos do *corpus* serão examinados, de forma mais detalhada com a mobilização das categorias propostas pelo autor como traços constituintes desse contrato. Essa noção no quadro teórico-metodológico da Semiolinguística advém do pressuposto de que os indivíduos fazem parte de um mesmo corpo de práticas sociais cujas representações linguageiras estariam suscetíveis a um acordo. Nós trabalharemos com esse conceito de contrato, a fim de descrever o aspecto intencional das intervenções de representantes permanentes do Brasil, da Espanha e da França no CSNU:

De fato, pode-se dizer razoavelmente que um ato de linguagem sempre participa de um projeto global de comunicação concebido pelo sujeito comunicante (EUc); o que implica, para esse último, que ele organize o que está disponível no âmbito de sua competência, em função das liberdades e restrições de ordem relacional de que ele dispõe, e que tenha um desejo de ser bem-sucedido quanto ao impacto desse ato, cuja garantia é a de que o sujeito interpretante (TU_i) se identificará completamente ao destinatário (TU_d) (CHARAUDEAU, 1983, p. 50)³⁵.

³⁵ Tradução livre de: « En effet, on peut dire raisonnablement qu'un acte de langage participe toujours d'un projet global de communication conçu par le sujet communicant (JEc); ce qui implique, pour ce dernier, qu'il organise ce qui est disponible dans sa compétence en fonction des libertés et des contraintes d'ordre relationnel dont il dispose et qu'il ait un désir de réussite quant à l'impact de cet acte, dont la garantie est que le sujet interprétant (TU_i) s'identifiera complètement au destinataire (TU_d). ».

O “diálogo” teórico-metodológico aqui proposto servirá para estudarmos as características do gênero de discurso em foco a partir de um *continuum* estabelecido por nós entre essas categorias de análise e outras propostas teóricas que abordam a problemática dos gêneros de discurso. Trata-se, sobretudo, do trabalho de Bakhtin (2003) ao qual remeteremos principalmente nas seções destinadas à análise dos elementos constitutivos das intervenções dos representantes permanentes do Brasil, da Espanha e da França no CSNU.

Por último, como também mencionamos em [3.2](#), Maingueneau (2014; 2016) denomina cenografia a cena com a qual o leitor se confronta diretamente. Trata-se da imposição de marcas discursivas pelo posicionamento do enunciador, que pode ater-se às coerções genéricas (cenografia endógena) ou recorrer a um outro gênero, importado de outro universo (cenografia exógena), havendo, portanto, a superposição de outra cena genérica (MAINGUENEAU, 2014, p. 124-125). Um exemplo desse último caso seria o de um programa eleitoral, cuja cenografia é a de uma correspondência privada. Não obstante, a análise da cenografia depende das especificidades do gênero de discurso analisado. No caso das intervenções de representantes permanentes no CSNU, percebemos que a análise da cenografia seria de baixa produtividade, razão que nos levou a privilegiar a cena englobante e a cena genérica.

Em síntese, nossas análises colocarão em destaque, na terminologia maingueneuniana, a cena englobante e a cena genérica das intervenções dos representantes permanentes no CSNU. Tais categorias perpassam toda a nossa pesquisa. Assim, apesar de nos dedicarmos à análise dessas categorias, respectivamente, em [4.1](#) e em [4.2](#), vários dados descritos nessas seções serão retomados durante as análises das outras categorias selecionadas para o exame do *corpus*. Finalmente, faremos um cotejo de todas as características do gênero de discurso ([4.11](#)) que buscamos descrever, com o fim último de propor uma definição mais concisa e rigorosa para as intervenções de representantes permanentes no CSNU no quadro da AD.

3.4.2 Médium e valência genérica

As propostas teórico-metodológicas de Maingueneau (2016) reservam um lugar de destaque para o exame da manifestação material do discurso, envolvendo tanto o seu suporte como o seu transporte. Ao tratar dessa questão, o autor nos lembra de que atualmente não devemos considerar o *médium* apenas com o objetivo de fixar ou de transportar

determinado discurso. Assim, tal categoria deve ser tomada, sobretudo como um elemento discursivo que pode impor conteúdos e dirigir seus usos, tanto que uma alteração do *médium* pode acarretar a modificação do conjunto de um gênero de discurso. Um exemplo disso é a transformação da reunião eleitoral da França do século XIX em uma campanha feita no rádio e na televisão décadas mais tarde.

Para a análise do *corpus*, recorreremos às características dos textos escritos apontadas pelo autor. Segundo ele, um texto escrito

pode circular longe de sua fonte, encontrar públicos imprevisíveis sem ser, no entanto, modificado a cada vez. Como o escritor não pode controlar a recepção de seu enunciado, ele é obrigado a estruturá-lo de forma compreensível, a fazer dele um texto no sentido mais pleno. (...) pode também ser *copiado, arquivado, classificado*; o estoque permite confrontar textos variados e estabelecer princípios de classificação (por temas, por gêneros, por autores, por datas...). (...) permite também associar a ele elementos *icônicos* variados (esquemas, desenhos, gravuras, fotos...) e um *paratexto*. Denomina-se “paratexto” o conjunto de fragmentos verbais que acompanham o texto propriamente dito. Pode se tratar de unidades vastas (prefácio, texto de capa...) ou de unidades menores: título, assinatura, data, intertítulo etc.³⁶ (MAINGUENEAU, 2016, p. 77-79; grifos do original).

Tomaremos essas características como categorias de análise do *corpus* associadas a outras problemáticas discursivas abordadas no próprio quadro teórico-metodológico que vem sendo proposto e reelaborado por Maingueneau. Ao centrarmos nosso estudo nas características apresentadas, não estamos relegando outros aspectos da complexidade do *médium* do gênero de discurso em foco, mas insistindo na necessidade de se estudarem as intervenções dos representantes permanentes do Brasil, da Espanha e da França no CSNU como um gênero de discurso institucional particular cuja estabilidade está relacionada intrinsecamente com seu *médium*.

Por essa razão, articularemos o estudo do *médium* à abordagem da valência genérica proposta por Maingueneau (2014, p. 69-74). O teórico francês propõe uma perspectiva bidimensional com objetivo de descrever a configuração histórica dos gêneros de discurso: valência genérica interna e valência genérica externa. A primeira é definida como um conjunto de modos de existência comunicacional de um texto, sendo que tais modos são historicamente variáveis. A título de exemplo, o próprio autor evidencia as transformações do

³⁶ Tradução livre de: « Il peut circuler loin de sa source, rencontrer des publics imprévisibles sans être pour autant modifié à chaque fois. Comme le scripteur ne peut contrôler la réception de son énoncé, il est obligé de le structurer pour le rendre compréhensible, d'en faire un *texte* au sens le plus plein (...); peut aussi être *recopié, archivé, classé*; le stockage permet de confronter des textes variés et d'établir des principes de classement (par thèmes, par genres, par auteurs, par dates...); (...) permet aussi de leur associer des éléments *iconiques* variés (schémas, dessins, gravures, photos...) et un *paratexte*. On appelle ‘paratexte’ l'ensemble des fragments verbaux qui accompagnent le texte proprement dit; il peut s'agir d'unités vastes (préfaces, texte de couverture...) ou d'unités réduites: un titre, une signature, une date, un intertitre, etc. »

modo de existência do sermão católico, desde o século XVII até os dias atuais. Inicialmente, um texto escrito a ser memorizado pelo pregador, o sermão transformou-se em uma performance oral; em seguida, passou a circular por meio de cópias do manuscrito dentro de um círculo mais ou menos restrito; houve, por fim, com o advento da imprensa, uma circulação mais ampla de publicações piratas e originais.

Ao constatar fatos como esse, Maingueneau (2014) propõe o detalhamento da valência interna. Primeiramente, distingue o núcleo de seus avatares, a partir do exemplo do sermão católico. Assim, considera a apresentação oral como núcleo da valência genérica interna do sermão e suas cópias, como avatares de três tipos, conforme as peculiaridades de seus processos metamórficos: a) avatares prescritos; b) avatares previsíveis; c) avatares não desejados. Enquanto o primeiro termo designa um conjunto de textos que circulam como publicação obrigatória, o segundo se refere a publicações facultativas e o terceiro, a publicações piratas. O autor, porém, não se restringe a essa classificação e passa a problematizar as modalidades das valências genéricas internas a partir da renovação tecnológica, principalmente em relação à internet.

Diante dessa preocupação de Maingueneau de relacionar e atualizar sua teoria com a evolução dos meios tecnológicos, cremos que os analistas de discurso podem dispor de tais categorias, apoiando-se, no entanto, em interpretações impostas pelo próprio *corpus*. De um lado, pensamos que, embora o exemplo fornecido por Maingueneau tenha evidenciado efeitos históricos em uma perspectiva diacrônica, fatos similares poderiam também ser percebidos em uma perspectiva mais sincrônica. É o que julgamos poder ocorrer com os textos do *corpus* desta pesquisa. De outro, concordamos com o autor que todo tipo de texto escrito ou oral produzido dentro de uma situação informal está suscetível de ser deslocado para a Web. As intervenções dos representantes permanentes no CSNU parecem complexificar ainda mais fatos como esse. Isso porque se trata de textos escritos em registro formal, que seguem parâmetros institucionais e cujo *médium* parece ser um elemento fundamental para demonstrar sua (das intervenções) estabilidade enquanto gênero de discurso. Voltaremos a essa questão no capítulo das análises.

Estudaremos, pois, o *médium* dos textos do *corpus* atrelado à noção de valência genérica interna. Por fim, complementaremos nossas análises com uma referência à valência genérica externa, entendida como uma rede de gêneros de discurso, na qual se insere um dado gênero proveniente da mesma esfera ou lugar de atividade. Nesse caso, contudo, nos limitaremos a evidenciar a relação entre o gênero de discurso que tomamos como objeto de estudo (as intervenções) e alguns dos gêneros de discurso com os quais ele se relaciona dentro

de uma sequencialidade. Para isso, aplicaremos a abordagem sequencial proposta por Maingueneau (2014) que leva em consideração o processo de irradiação de um dado gênero de discurso:

Retomemos o nosso exemplo do relatório de defesa de tese. Quando ele é inserido em outro gênero de discurso (por exemplo, um dossiê de candidatura para a obtenção de uma bolsa ou de um posto de trabalho), ele não é mais um gênero autônomo, mas um gênero *incluído* em um gênero de nível superior, onde ele entra em relação de complementaridade com outros gêneros: curriculum vitae, lista de publicações, cartas de recomendação... ele se transforma, então, em um *gênero textual*, não um *gênero de discurso*. Enquanto um gênero de discurso é uma atividade comunicacional autônoma, um “gênero textual” é um componente de um gênero de discurso³⁷ (MAINGUENEAU, 2014, p. 73; grifos do original).

Vemos, portanto, que a referência à valência genérica será bastante produtiva em relação ao estudo do *corpus* desta pesquisa. Aliás, ao delimitá-lo em [1.4](#), já havíamos elaborado o Esquema 1 no qual apresentamos graficamente a nossa principal hipótese de trabalho. Consideramos as intervenções de representantes permanentes do Brasil, da Espanha e da França no CSNU como um possível gênero de discurso, apesar de não desconsiderarmos a sua função de traço discursivo na constituição de outros gêneros. Acreditamos que o estudo da valência genérica nos fornecerá alguns mecanismos para sustentar a nossa principal tese. Em termos maingueneauianos, julgamos que poderemos evidenciar traços da valência genérica interna que comprovariam, de forma complementar, a atividade comunicacional autônoma das “intervenções” sem desconsiderar o seu papel de “gênero textual”, principalmente, no que tange aos debates e às atas integrais do CSNU.

3.4.3 Vocabulário e posições discursivas

Ao constatar que a palavra em si não constitui uma unidade de análise pertinente, Maingueneau (2008a) propõe uma análise por meio da qual são apreendidas suas dimensões paradigmáticas e sintagmáticas em uma combinação do aspecto quantitativo com o qualitativo. Esse método permite revelar um ou mais lexema(s) chave do discurso. No caso da

³⁷ Tradução livre de: « Revenons à notre exemple du rapport de soutenance. Quand il est inséré dans un autre genre de discours (par exemple un dossier de candidature pour obtenir une bourse ou un poste), il n'est plus un genre autonome, mais un genre *inclus* dans un genre d'un niveau supérieur, où il entre en relation de complémentarité avec d'autres genres: curriculum vitae, liste de publications, lettres de recommandation... il devient alors un *genre textuel*, non un *genre de discours*. Alors qu'un genre de discours est une activité communicationnelle autonome, un 'genre textuel' est une composante d'un genre de discours. ».

presente pesquisa, pretendemos estudar a(s) palavra(s)-chave que contribui(em) para desvelar o sistema de restrições que rege o discurso diplomático materializado nas intervenções de representantes permanentes no CSNU.

Além disso, Maingueneau (2008a, p. 81) destaca, no que se refere ao estudo do vocabulário, que: “as unidades lexicais tendem a adquirir o estatuto de signos de pertencimento”. Nesse sentido, procuraremos verificar, em nossas análises, se e como determinadas unidades lexicais são associadas a posições discursivas mais específicas desse gênero (intervenções) do discurso diplomático.

Ao estudar os diferentes tipos de designação, Maingueneau (2016) afirma que há várias formas de se identificar um referente. Nesse sentido, ao examinar os textos do *corpus*, acreditamos ser produtivo analisar os nomes próprios usados nas intervenções de representantes permanentes no CSNU, de acordo com a proposta do autor. Segundo ele, a ocorrência dessa categoria depende da atribuição de um nome a um referente. Uma vez que ela ocorra, ainda é necessário que sua referência mantenha-se estável no seio de uma comunidade. É por isso que sua ativação depende da competência enciclopédica do destinatário modelo. Analisaremos essa categoria nos textos do *corpus*, pois compreendemos que os nomes próprios evidenciam um processo de “referenciação em termos de construção de objetos de discurso e de negociação de modelos públicos no mundo” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 48), o que, no gênero de discurso com o qual trabalhamos, faz parte das restrições institucionais, a partir do *status* de representante permanente do CSNU.

A escolha desse foco (tipos de designação) possui, aliás, um respaldo empírico: existe um “Glossário do Manual do Conselho de Segurança”, que é disponibilizado no site oficial da ONU. Tal fato reforça a tese maingueneuniana de que certas unidades lexicais possuem uma tendência a adquirir o estatuto de signos de pertencimento. Diferentemente do caso que analisaremos, o glossário foi confeccionado tendo em vista o órgão (Conselho de Segurança) e não um gênero específico de discurso. A título de ilustração, destacamos uma parte desse glossário que acreditamos ter uma relação próxima com alguns dados que estudaremos, a partir do vocabulário do gênero de discurso em foco:

Ata literal

Transcrição completa de todas as declarações formuladas durante uma seção pública do Conselho, publicada como documento oficial do Conselho de Segurança nos seis idiomas oficiais. Não se publicam as atas literais das seções privadas, mas elas podem ser consultadas caso se solicitem.

Grupo de amigos

Vários Estados Membros, sejam ou não Membros do Conselho, que se organizam para tomar a iniciativa em relação com um tema específico do programa do Conselho de Segurança.

Membros eleitos (membros não permanentes)

Em conformidade com o Artigo 23 da Carta das Nações Unidas, a Assembléia Geral elege 10 dos quinze membros do Conselho para períodos de dois anos.

Missões de manutenção da paz

As missões de manutenção da paz das Nações Unidas são executadas por meio de mandato do Conselho de Segurança para oferecer segurança e apoio político e em matéria de consolidação da paz a países que se encontram em situação de conflito ou que acabam de sair dessa situação. Guiam-se pelos princípios do consentimento do país de acolhida, a imparcialidade e o não uso da força, salvo em caso de legítima defesa, defesa do mandato ou proteção dos civis, se assim for autorizado pelo Conselho.

Missões do Conselho de Segurança

Viagens dos 15 membros do Conselho de Segurança ou de alguns deles a regiões relacionadas com os assuntos que o Conselho está examinando.³⁸

Propomos também uma articulação entre as abordagens anteriores e o estudo de Paveau (2011) sobre o lugar da memória discursiva, o nome próprio e o contexto histórico. A autora evidenciou a necessidade de repensarmos a noção de contexto à luz de noções como distribuição, memória, saberes e crenças compartilhados. Segundo ela, seria mais adequado o uso do termo “meio cognitivo” para abarcar também agentes não humanos, como as instituições ou os artefatos, não se restringindo, portanto, apenas à situação de enunciação. Aliás, de certa forma, os “verbetes” que acabamos de apresentar colocam em evidência o “meio cognitivo” da instituição em foco, o Conselho de Segurança da ONU. Supomos, então, que parte do vocabulário do gênero de discurso “intervenções de representantes permanentes” sofreria coerções como estas, mas levando em consideração aspectos específicos de sua constituição.

Por último, articulamos a essas propostas a abordagem do vocabulário de Krieg-Planque (2014). Lembrando o lugar de destaque da análise de “palavras” no domínio da Análise do Discurso, a autora pontua a ênfase dada à alteração de sentido das palavras conforme o seu emprego, uma vez que seu sentido se constrói em um dado contexto, em uma dada situação. Após a sinalização desse aspecto, dedica-se mais especificamente à demonstração de exemplos de análises morfológicas, levando em consideração o contexto em que as palavras em questão foram empregadas. Mostra que alguns modos de formação de palavras estão relacionados a aspectos discursivos nos domínios dos discursos políticos e

³⁸ Disponível em: <http://www.un.org/es/sc/about/methods/glossary.shtml>. Acesso em: 11 set. 2017. Tradução livre da versão em Espanhol.

institucionais. Por isso, abordaremos esse aspecto na análise do vocabulário das intervenções de representantes permanentes no CSNU.

3.4.4 Temas, figuras e formações discursivas

A abordagem proposta por Maingueneau (2008a) sobre os temas destaca que a relevância dessa categoria de análise é o seu tratamento semântico. O autor retoma uma parte relevante das problemáticas representacionais da ADF, ao citar Pêcheux (1975), mostrando que o sentido de uma palavra não é dado a priori, mas se constitui em cada formação discursiva (FD) de que ela participa. Uma FD pode ser definida, em linhas gerais, como:

(...) O que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes (PÊCHEUX; FUCHS, , 1990, p. 166-167).

No entanto, ressaltamos que o termo “formação discursiva” não tem o mesmo significado nos estudos de Maingueneau e de outros autores convocados para o desenvolvimento deste estudo, pois o sujeito, para o primeiro, não é completamente assujeitado, embora respeite o sistema de restrições de uma dada FD, ao abordar determinados temas. Por isso, ao falar dos temas, o autor retoma a noção de FD proposta por Pêcheux e Fuchs, mas ressignificando-a no âmbito das três dimensões seguintes³⁹:

- 1) Um discurso integra semanticamente todos os seus temas; ou seja, eles estão todos de acordo com seus sistemas de restrições.
- 2) Esses temas se dividem em dois subconjuntos: *os temas impostos* e *os temas específicos*.
- 2') Esses próprios temas impostos se dividem em *temas compatíveis* e em *temas incompatíveis*. Os primeiros convergem semanticamente com o sistema de restrições; os segundos, não, mas mesmo assim estão integrados, em virtude da proposição (1).
- 2'') Os temas específicos são próprios a um discurso. Sua presença se explica por sua relação semântica privilegiada com o sistema de restrições. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 83-84).

³⁹ Lembramos, no entanto, que, em seus trabalhos mais recentes (ver, por exemplo, MAINGUENEAU, 2014), o autor passa a falar em unidades tópicas (aquelas, de alguma forma, pré-recortadas pelas práticas sociais) e as unidades não tópicas (aquelas que são construídas pelo pesquisador a partir de unidades tópicas). É para essas últimas que Maingueneau reserva o nome de “formações discursivas”. Não entraremos no mérito dessa discussão, que se mostra pouco produtiva para este trabalho.

Acreditamos que a análise dessas dimensões contribuirá para a caracterização do discurso diplomático relativo às intervenções de representantes permanentes no CSNU. Isso porque a exploração de temas deve ocorrer de acordo com o sistema de restrições próprias a esse discurso. Além dos temas, julgamos necessário apreender as figuras (mesmo que ocasionais) que permeiam esse discurso. Nesse caso, buscaremos o auxílio da Semiótica Francesa, visto que as noções de temas e figuras são fundamentais no escopo dessa teoria. Não propomos, assim, uma abordagem ampla da teoria semiótica, mas apenas a mobilização de certas categorias que podem, sem incompatibilidades teóricas, ser atreladas a problemáticas da ADF, como comprova o estudo de Lara e Andrade (2013; 2014) e Andrade (2015a) que propuseram articular a análise dos temas, figuras e isotopias⁴⁰ da Semiótica Francesa a categorias propostas pela ADF, como, por exemplo, a releitura da noção aristotélica de *éthos* discursivo e o estudo sobre os gêneros de discurso.

As intervenções de representantes permanentes no CSNU são textos predominantemente temáticos (ou de figuração esparsa), mas constatamos que não poderíamos desconsiderar as figuras ocasionais que aparecem nesses textos, visto que elas ajudam a desvelar posicionamentos específicos do enunciador, conforme os aspectos sócio-históricos de cada um dos Estados representados por eles: Brasil, Espanha e França.

A compreensão das categorias de temas e figuras no escopo da teoria Semiótica (francesa) depende, primeiramente, da percepção binária de um mundo natural criado pelo discurso. Assim, todo termo que cria ou representa uma realidade concreta desse mundo será tomado como figura. Já os termos com as quais categorizamos ou ordenamos a realidade são considerados temas, sendo, pois, elementos abstratos, porque não indicam algo presente no mundo natural. Quando assumimos que as intervenções de representantes permanentes no CSNU são textos predominantemente temáticos (ou de figuração esparsa), queremos dizer que nelas “um grande tema abarca os temas parciais, disseminados ao longo do texto, e dá coerência a eles” (FIORIN; PLATÃO, 2001, p. 91). Formam-se, assim, percursos temáticos, ou seja, encadeamentos de temas que chamam uns aos outros.

Isso não implica, porém, que as figuras ocasionais presentes nesses textos sejam irrelevantes. Ainda que os textos do *corpus* sejam predominantemente temáticos, supomos que algumas figuras – e, eventualmente, alguns percursos figurativos – poderiam ajudar a desvelar aspectos culturais nas intervenções de cada representante permanente do Brasil, da

⁴⁰ Em Semiótica Francesa, *isotopia* é um tipo de plano de leitura que confere ao texto uma unidade de sentido a partir de um conjunto de recorrências sêmicas. Para uma descrição mais precisa dessas noções, ver Barros (2008); Fiorin (1989) e Lara & Matte (2009).

Espanha e da França no Conselho de Segurança. Lembramos que uma figura (ou um percurso figurativo) para ser compreendida(o) implica que apreendamos o tema que lhe é subjacente e que lhe dá sentido. Daí, muitas vezes, usarmos preferencialmente o termo percurso temático-figurativo.

A título de ilustração, diremos que termos como “chefe de Estado”, “Presidente da República”, “parceiros” são tomados como figuras, pois representam aspectos da realidade do discurso diplomático. Já os termos “justiça”, “paz” e “negociação” são considerados temas, uma vez que indicam categorizações dessa realidade. Esses elementos devem ser analisados de acordo com certos percursos temáticos (e/ou figurativos), como faremos em [4.5](#).

3.4.5 *Éthos* discursivo e embreantes de pessoa

De acordo com Grinshpun (2015, 261-270), no grande campo das Ciências Humanas e Sociais, o conceito de *éthos* é utilizado em dois principais domínios. Em Sociologia, essa categoria pode ser encontrada nos trabalhos de autores como Max Weber, Norbert Elias e Pierre Bourdieu. Nesse caso, o *éthos* é apreendido por meio do comportamento de um grupo. Em Análise do Discurso, o *éthos* é estudado a partir da tradição retórica, sendo considerado, primordialmente, um fenômeno individual.

No que diz respeito à tradição retórica, na Grécia antiga, destacava-se a representação de si como uma prática de influência. Essa perspectiva abarcava a prática oratória inscrita em situações públicas, examinando como um orador agia frente a seu público. Desse modo, o *éthos* era estudado como parte dos elementos da tríade aristotélica *logos*, *éthos* e *páthos*. Ao analisar uma prática oral dentro de um tribunal, por exemplo, centrava-se, respectivamente, a) nos argumentos válidos utilizados pelo orador; b) na projeção de sua imagem para inspirar confiança; c) nas emoções suscitadas no auditório.

Segundo Amossy (2010), Aristóteles defendia três aspectos na composição do *éthos*: *phrónesis* (prudência, competência), *areté* (sinceridade) e *eúnoia* (benevolência). Na análise realizada pela autora sobre essas características do *éthos* aristotélico, verificou-se que o que estava em jogo não era o orador ser, de fato, prudente, sincero ou benevolente, mas mostrar-se como tal. Essa abordagem de Aristóteles passou despercebida durante séculos, mas, finalmente, foi retomada por diferentes pesquisadores, como, por exemplo, Goffman, que influenciou a teoria do *éthos* nos estudos discursivos.

Segundo Amossy (2010), apesar de o foco dos estudos de Goffman serem os elementos extraverbais, a exploração da categoria “*presentation de soi*”, em termos interacionais, levando em consideração a construção identitária, forneceu material de suma importância para o estudo do *éthos* discursivo. Isso porque as propostas teórico-metodológicas desse autor não trataram apenas de uma abordagem sobre a identidade, mas fizeram emergir uma concepção contemporânea da identidade como construção da/na interação de um sujeito com outros, parcialmente condicionada por forças sociais. Esse foi um aspecto central para o surgimento da noção de *éthos* discursivo.

Grinshpun (2015, 261-270) ressalta que, no campo das Ciências da Linguagem, a noção de *éthos* foi reelaborada por Ducrot em 1984, a partir de uma perspectiva pragmático-linguística. A autora ressalta, contudo, que foi Maingueneau (1984; 1987) quem propôs o estudo dessa categoria de forma sistemática no quadro teórico-metodológico da AD. Constata ainda que foi a obra coletiva organizada por Amossy (1999) que consagrou definitivamente o retorno do *éthos* nas abordagens dessa disciplina.

A teoria do *éthos* discursivo na proposta de Maingueneau ultrapassa os estudos sociológicos e as propostas de analistas conversacionais, casos em que a análise era direcionada exclusivamente aos textos de interação face a face. Segundo Amossy (2010), o teórico francês mostrou a eficácia da categoria de *éthos* discursivo em todas as práticas do registro escrito oriundas de diversas cenas englobantes, como o domínio político, literário, publicitário etc. A construção da imagem de si passou a ser o centro dos discursos que circulavam no âmbito do espaço social. Logo, essa noção começou a ser estudada como um fenômeno sociodiscursivo unificado dentro de dimensões plurais, que vão do problema da eficácia à construção da identidade (AMOSSY, 2010, p. 15).

Laborde-Milaa (2015, p. 165-176) retomou a noção de *éthos* discursivo de Maingueneau⁴¹ para estudar as campanhas institucionais. Por instituição a autora entende toda coletividade socioprofissional que possa ser tomada como organização em diferentes esferas: empresas privadas, administração, organismo público, associação, partido político etc. Um dos aspectos relevantes apontados em sua pesquisa foi a classificação dos pronomes de 3ª e de 1ª pessoa (singular e plural). A partir do uso da 3ª pessoa, a organização pode falar de si mesma, utilizando seu nome e retomando-o de forma anafórica, o que gera um efeito de objetivação enunciativa. O uso de “nós” constitui a identidade da comunidade no momento da

⁴¹ Lembramos que, mais recentemente, o autor postula a existência de um *éthos* efetivo, subdividido em um *éthos* pré-discursivo (a imagem que se tem do locutor antes mesmo que ele “abra a boca”) e um *éthos* discursivo, que pode ser dito (nível do enunciado) ou mostrado (nível da enunciação). Para maiores detalhes, ver Maingueneau (2008c).

enunciação, promovendo um efeito de grupo. Por fim, para autora, o emprego da primeira pessoa do singular, “eu”, promove uma fala individual de um locutor autêntico, que constitui uma autoridade reconhecida por terceiros.

A partir desse trabalho, percebemos que a categoria de *éthos* discursivo teria um papel relevante na presente pesquisa. Por isso, articularemos essa categoria com os embreantes de pessoa em 4.7. Esse termo foi utilizado por Maingueneau (2016) para analisar pronomes como “nós”, “tu/você”, “eu”, de forma indissociável da cena enunciativa correspondente aos textos de um *corpus*. Nossa proposta de análise ainda encontrou forte respaldo nas duas citações seguintes, oriundas, respectivamente, do domínio da Análise do Discurso e do domínio das Relações Internacionais:

O pronome pessoal “nós” pode portar, segundo diferentes contextos, valores flutuantes que o transformam em um precioso vetor de indeterminação do ponto de vista da enunciação. O representante de um partido político em uma campanha eleitoral que proclama à tribuna de um encontro “nós temos um grande projeto para a França”, refere-se de uma só vez ao “nós” do aparelho do partido (“o Partido tem um grande projeto”) e ao “nós” que ele forma juntamente com a platéia de participantes do encontro (“todos nós que estamos aqui temos um grande projeto”). Os membros do público que participam do encontro têm a possibilidade de privilegiar a primeira interpretação (por exemplo, aqueles que vieram por curiosidade) ou a segunda (por exemplo, os que manifestam adesão ao partido e são seus fervorosos apoiadores)⁴² (KIEG-PLANQUE, 2014, p. 7).

(...) se alguém declara em termos de uma negociação multilateral: *nós obtivemos um bom resultado*. Quem é esse nós? A França, a União Européia, o conjunto de participantes?⁴³ (FOUCHER, 2016, p. 22; grifos do original.).

Com isso, a própria estrutura da seção dedicada ao estudo do *éthos* discursivo foi moldada tendo em vista esses aspectos, o que direcionou a análise do *éthos* para a proposta (mais ampla) de Kerbrat-Orecchioni (2010), para quem o *éthos* pode caracterizar: a) um indivíduo que interage com outro indivíduo; b) uma coleção de indivíduos que partilha as mesmas normas comunicativas. Logo, de 4.7.1 a 4.7.4, nos dedicaremos ao exame dos casos de *éthos* coletivo e em 4.7.5 estudaremos particularmente o *éthos* individual do representante brasileiro, francês ou espanhol, a partir de embreantes de primeira pessoa do singular.

⁴² Tradução livre de: « Le pronom personnel ‘nous’ peut être porteur, selon les contextes, de valeurs fluctuantes qui en font un précieux vecteur d’indétermination du point de vue de l’énonciation. Le représentant d’un parti politique en campagne électorale qui proclame à la tribune d’un meeting ‘*Nous avons un grand projet pour la France*’, renvoi tout à la foi au ‘nous’ de l’appareil du parti (‘le Parti a un grand projet’), et au ‘nous’ qu’il forme avec la foule des participants au meeting (‘nous tous ici, nous sommes porteurs d’un grand projet’). Les membres du public qui participent au rassemblement gardent la possibilité de privilégier la première interprétation (par exemple pour ceux qui sont venus en curieux) ou la seconde (par exemple pour les adhérents et fervents soutiens de ce parti) ».

⁴³ Tradução livre de: « (...) si on déclare au terme d’une négociation multilatérale: *nous avons obtenu un bon résultat*: qui est-ce nous? La France, l’Union européenne, l’ensemble des participants? »

Finalmente, recorremos a duas características que marcam o *éthos* discursivo na proposta de Maingueneau (2016). Para ele, em todo texto oral ou escrito, o ato de fala está marcado por um enunciador encarnado. Esse sujeito mostra, por meio de sua própria enunciação (sua maneira de dizer), a sua personalidade, o seu caráter (sua maneira de ser). O enunciador torna-se, assim, o fiador (*garant*) dessa imagem. Ao termo caráter são reservadas todas as feições psicológicas manifestadas textualmente para que o leitor interprete a personalidade projetada pelo fiador. Além dessa dimensão, há a corporalidade, a partir da qual são apreendidas as manifestações físicas dessa projeção enunciativa: movimentos do corpo, maneiras de se vestir, de andar etc. Ressalte-se que essas características não se manifestam apenas em textos orais, mas também em textos escritos, como aqueles que analisaremos (ver, especialmente, a seção [4.8.](#)).

3.4.6 Dêixis espaço-temporal, dêixis enciclopédica e memória coletiva

A dêixis enunciativa trata da instauração, via ato enunciativo, de uma dêixis espaço-temporal, constituída em função do próprio universo do discurso. Define-se, assim, uma instância de enunciação legítima e delimitam-se a cena e a cronologia que o discurso constrói para autorizar sua própria enunciação. A análise dos textos do *corpus* será direcionada, sobretudo, pelos casos de dêiticos temporais. Maingueneau (2016, p. 114; grifos do original) enumera essas categorias a seguir:

(...) as marcas do presente, passado e futuro ligadas ao radical do verbo, ou as palavras ou grupo de palavras que portam um valor **temporal**, como *ontem*, *amanhã*, *hoje*, *há dois dias*, *dentro de um ano* etc. que têm como referência o momento de sua enunciação. Com efeito, *dentro de um ano* designa o tempo de um ano a partir do momento em que se fala, o advérbio *ontem* designa um dia anterior, *hoje* designa o dia mesmo da enunciação (grifos do original) ⁴⁴.

Nessa abordagem, levamos em conta também o estudo de Paveau (2006) para aprofundar essa questão, uma vez que a autora defende que a dêixis configura um elemento central de acesso ao quadro pré-discursivo. Isso porque tal categoria constitui um dispositivo que assegura, de uma só vez, a referência e a construção enunciativa do discurso. A

⁴⁴ Tradução livre de: « (...) les marques de présent, passé, futur attachées au radical du verbe, ou les mots ou groupes de mots à valeur **temporelle** comme *hier*, *demain*, *aujourd'hui*, *il y a deux jours*, *dans un an*, etc., qui ont pour repère le moment de leur énonciation. En effet, *dans un an* désigne une durée d'une année à partir du moment où l'on parle, l'adverbe *hier* désigne le jour antérieur, *aujourd'hui* désigne le jour même de l'énonciation. »

pesquisadora baseou-se nos conceitos de competência enciclopédica, competência discursiva e competência situacional, com o fim de elaborar parte de sua proposta. Segundo ela, as duas últimas categorias de análise não permitem um acesso direto ao conhecimento, às crenças e aos discursos anteriores que constituem os quadros pré-discursivos. Vejamos então alguns aspectos centrais de sua teoria para contextualizarmos o estudo da dêixis enciclopédica.

Paveau (2006) define o pré-discurso como um conjunto de quadros pré-discursivos compostos por saberes, crenças e práticas que condicionam a produção e a interpretação do discurso. Além de esses quadros possuírem seis propriedades específicas (coletividade, imaterialidade, transmissibilidade, experimentabilidade, intersubjetividade e discursividade), eles “são temporalmente anteriores ao discurso no eixo diacrônico de sua produção (quer essa anterioridade seja real, como um saber pré-existente, ou resulte de um efeito de discurso, como o efeito de evidência), mas são localizados nas relações entre o sujeito e seu meio social, cultural, histórico e tecnológico”⁴⁵ (PAVEAU, 2006, p. 128). Esses dados evidenciam, portanto, um maior grau de detalhamento teórico-metodológico do conceito de saber enciclopédico (MAINGUENEAU, 1996) e nos interessará particularmente no estudo da dêixis.

Paveau (2006) retoma a noção de “dêixis memorial” proposta por T. Fraser e A. Joly e verifica que a dêixis ativa o compartilhamento de saberes e crenças pré-discursivas. Porém, enquanto o método utilizado por esses autores ancora-se na categoria de análise “dêixis memorial” para o estudo exclusivo de construções nominais, Paveau (2006) propõe uma metodologia mais ampla a partir do termo “dêixis enciclopédica” com o qual se analisam duas formas da materialidade do enunciado, que a autora classifica desta forma:

- Caso ela se inscreva por meio de categorias dêíticas tradicionais na teoria enunciativa (pronomes pessoais, desinências verbais, possessivos, demonstrativos, advérbios de lugar e de tempo) que permitem o acesso a uma memória coletiva pressuposta pelo locutor, eu a denomino *dêixis enciclopédica marcada*.
- Caso ela se inscreva de maneira mais abrangente, através de certas formas lexicais ou sintáticas que não se enquadram no estoque habitual das formas dêíticas e que convocam os dados culturais e memoriais compartilhados pelos protagonistas da enunciação e por seu grupo de referência; tem-se, então, um fenômeno de dêixis indireta, que faz referência a um conjunto de saberes e crenças manifestadas de forma mais difusa. Eu a denomino *dêixis enciclopédica não marcada*⁴⁶ (PAVEAU, 2006, p. 174, grifos do original.).

⁴⁵ Tradução livre de: «sont temporellement antérieurs aux discours sur l'axe diachronique de leur production (que cette antériorité soit réelle, comme un savoir préexistant, ou résulte d'un effet des discours, comme l'effet d'évidence) mais sont localisés dans les relations entre le sujet et son environnement social, culturel, historique et technologique.»

⁴⁶ Tradução livre de: « - soit elle s'y inscrit à travers les outils déictiques traditionnels dans la théorie énonciative (pronoms personnels, désinences verbales, possessifs, démonstratifs, adverbes de lieu et de temps) qui permettent l'accès à une mémoire collective présupposée par le locuteur; je l'appelle *deixis encyclopédique*

Nesse sentido, procuraremos estudar os dêiticos temporais segundo a perspectiva de Maingueneau (2016), articulando essa abordagem à noção de *dêixis encyclopédica marcada*. Isso porque, ao nos defrontarmos com esses elementos que julgamos ser relevantes para a análise do *corpus*, será necessário verificar se eles se referem apenas à cena de enunciação ou se, por tabela, tais marcas dêiticas poderiam também revelar aspectos da memória coletiva pressuposta pelo enunciador das intervenções dos representantes permanentes do Brasil, da Espanha e da França no CSNU, particularmente os saberes, as crenças e as práticas anteriores ao referido discurso (textos do *corpus*).

Por fim, o estudo em torno dessa noção também será desenvolvido em consonância com o guia de análise elaborado por Krieg-Planque (2014), uma vez que a autora dedicou-se ao estudo do discurso institucional, ou seja, justamente aqueles discursos que se engendram na/da enunciação de sujeitos engajados em partidos políticos, sindicatos, fundações, organizações públicas e privadas, instituições políticas e públicas nacionais, internacionais e transnacionais.

3.4.7 Intertexto e intertextualidade

A última categoria de análise que selecionamos para o exame dos textos do *corpus* foi a intertextualidade. Trata-se de um conceito amplamente utilizado no âmbito das teorias do texto/do discurso. Krieg-Planque (2014) recorda, por exemplo, que essa categoria foi desenvolvida nos trabalhos de Julia Kristeva e Gérard Genette. A autora também ressalta a sua aplicação no estudo sobre paródia e pastiche. Maingueneau (2008a), por sua vez, propõe uma distinção entre *intertexto* e *intertextualidade*. Para ele, a primeira evidencia o conjunto de fragmentos que o discurso analisado cita efetivamente. Já a segunda incide sobre os tipos de relações intertextuais que a competência discursiva define como legítimas.

Ao ler o manual de Krieg-Planque (2014), verificamos a relevância dessas noções para a descrição do nosso objeto de estudo. A autora analisou a produção de performativos no quadro institucional, ilustrando essa ocorrência a partir das resoluções e das declarações do

marquée. - soit elle s'y inscrit de manière plus large à travers certaines formes lexicales ou syntaxiques qui n'appartiennent pas au stock habituel des formes déictiques, et qui convoquent les données culturelles et mémorielles partagées des protagonistes de l'énonciation et de leur groupe de référence. On a alors des phénomènes de deixis indirecte, qui font appel à un ensemble de savoirs et croyances plus confusément allégués; je l'appelle *deixis encyclopédique non marquée*. »

CSNU. Nesses gêneros de discurso, são feitas menções a textos como cartas, acordos, códigos, textos normativos diversos, outras declarações e resoluções do mesmo Conselho etc. É, pois, através desse plano intertextual que o Conselho de Segurança forma sua autoridade e se legitima com o fim de agir no mundo.

Isso mostra, em última análise, que a apreensão do intertexto e/ou da intertextualidade nas intervenções de representantes permanentes no CSNU seria uma etapa relevante no processo de descrição desse gênero de discurso, principalmente porque notamos que os exemplos mencionados pela autora nos serviriam como ponto de partida para examinar um outro gênero de discurso (as intervenções) alocado no mesmo quadro institucional. Indagamo-nos, assim: se nas declarações e resoluções do CSNU, o plano intertextual legitimou a autoridade do Conselho, nas intervenções de representantes permanentes no CSNU essa legitimação ocorreria também? De que forma(s)?

Em síntese, de [3.4.1](#) a [3.4.7](#), vimos as categorias de análise com as quais construímos o arcabouço teórico-metodológico desta pesquisa. Na primeira subseção, destacamos a distinção e a relação entre cena englobante e cena genérica, fato que consideramos primordial para realizar a descrição do gênero de discurso em foco. Na segunda subseção, abordamos as principais características do *médium* em conformidade com algumas hipóteses sobre os textos do *corpus*. Na terceira subseção, evidenciamos algumas abordagens sobre o vocabulário, supondo que poderíamos encontrar palavras-chave, nomes próprios e composições morfológicas de acordo com as restrições institucionais das intervenções de representantes permanentes no CSNU. Na quarta subseção, apresentamos as categorias de temas e de figuras por acreditarmos que elas poderiam auxiliar o estudo dos posicionamentos específicos do enunciador dos textos do *corpus*, segundo aspectos sócio-históricos do Brasil, da Espanha e da França. A quinta subseção foi dedicada à apresentação do *éthos* discursivo, uma vez que outra hipótese lançada por nós é a de que a imagem que o enunciador projeta sobre ele mesmo seria atribuída a um *éthos* coletivo, mas também a um *éthos* individual, a partir, principalmente, da análise dos embreantes de pessoa. A sexta subseção foi elaborada a partir da exposição da dêixis espaço-temporal, destacando-se que o papel dos dêiticos temporais pode ser um elemento relevante na análise dos textos do *corpus*. Por fim, na sétima subseção, apresentamos as categorias de intertexto e de intertextualidade mediante a exemplificação de seu funcionamento nas resoluções do CSNU, com o fim de prever semelhanças e diferenças em sua (das categorias) produtividade nas intervenções de representantes permanentes no CSNU.

PARTE II

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DAS INTERVENÇÕES

No presente capítulo, apresentaremos a análise dos textos que compõem o *corpus*. As razões que nos levaram à escolha do gênero de discurso “intervenções” no CSNU, dos três países (Brasil, Espanha e França), das temáticas e dos períodos (anos) focalizados, bem como da forma de coleta das intervenções já foram suficientemente explicadas, sobretudo no [Capítulo 1](#). Resta-nos, pois, descrever os procedimentos que adotaremos para a referida análise.

Havia duas alternativas principais: 1) analisar as intervenções de cada país separadamente, para, só então, cotejá-las em busca de semelhanças e diferenças; 2) separar as intervenções por temática e período e já fazer uma análise comparativa entre Brasil, França e Espanha. Considerando que a segunda alternativa dinamizaria e agilizaria a exposição, optamos por ela, de modo que a apresentação das análises, no presente capítulo, se fará em onze seções, como segue.

Primeiramente [\(4.1\)](#), descreveremos a cena englobante das intervenções de representantes permanentes no CSNU. Em segundo lugar [\(4.2\)](#), mostraremos as características constitutivas desse gênero de discurso. Em terceiro lugar [\(4.3\)](#), estudaremos o *médium* dos textos do *corpus*. A quarta seção [\(4.4\)](#) será dedicada à análise do vocabulário e a quinta [\(4.5\)](#), ao exame dos temas e figuras dos textos em questão. Na sexta seção [\(4.6\)](#), estudaremos a identidade diplomática do Brasil, da Espanha e da França. Na sétima seção [\(4.7\)](#), analisaremos o *éthos* discursivo, enquanto na oitava [\(4.8\)](#) evidenciaremos a relação entre caráter e corporalidade no *éthos* dos representantes permanentes no CSNU. Em [4.9](#), examinaremos a dêixis espaço-temporal e, em seguida, apresentaremos [\(4.10\)](#) as análises sobre intertexto e intertextualidade. Por fim, faremos um cotejo de todos os dados analisados nas dez seções anteriores para definir, em suas grandes linhas, o gênero de discurso em foco [\(4.11\)](#).

4.1 A cena englobante das intervenções de representantes permanentes no CSNU

Ao selecionar os textos que constituíram o *corpus* de nossa pesquisa, partimos da concepção de texto de Maingueneau, particularmente da tríade texto-estrutura, texto-produto e texto arquivo. Isso porque, com essa divisão, o autor coloca em evidência as “visadas textuais” pelas quais nós, os analistas de discurso, nos interessamos: o texto-produto, que “é apreendido como um traço de uma atividade discursiva – oral, escrita ou visual – que se refere a dispositivos de comunicação, a gêneros de discurso”, sendo que estes são descritos de forma articulada com a noção de tipos de discurso (MAINGUENEAU, 2014, p. 33-34). Nesta seção, dedicamo-nos, sobretudo, a essa última categoria. Não estamos, com isso, abrindo mão desse caráter articulado da análise. Apenas consideramos essa separação metodológica como forma de sermos mais precisos (e mesmo mais didáticos).

Ao perseguir essa precisão, tivemos como objetivo expor os fatos que nos levaram a classificar nosso objeto de estudo no âmbito de um tipo específico de discurso: o diplomático. O primeiro aspecto com o qual nos deparamos foi decidir qual dos critérios de associação entre gênero e tipo de discurso propostos pelo autor (MAINGUENEAU, 2016, p. 55-66) seria o mais adequado para a presente pesquisa.

Maingueneau (2014) apresenta quatro relações não excludentes dessas categorias: a) gêneros de discurso que emergem de uma atividade social no seio de diferentes setores da sociedade (administração, lazer, ensino, pesquisas científicas etc.); b) gêneros de discurso associados a um lugar institucional (hospital, escola, empresa, família etc.); c) gêneros de discurso relacionados com o estatuto dos participantes do discurso (crianças e adultos, homens e mulheres etc.); d) gêneros de discurso que se apóiam em posicionamentos ideológicos (discurso socialista, discurso católico de determinada época ou lugar, entre outros). No caso deste trabalho, julgamos que a principal associação entre o gênero intervenção dos representantes permanentes no CSNU e o discurso diplomático emerge de um lugar institucional.

Vimos em, no [Capítulo 1](#) (em [1.4](#)), que, desde 1945, foi conferida legitimidade às Nações Unidas, por meio de um documento de direito internacional – a Carta da ONU –, que lhe permite adotar medidas em relação aos problemas que a humanidade enfrenta em nível internacional. Nesse capítulo, também apontamos que o Conselho de Segurança foi o órgão escolhido por nós para o desenvolvimento desta pesquisa. Tal delimitação se impôs em decorrência da escolha de um ator específico, pois, como explicamos, cada membro do CSNU

faz jus a um representante permanente na sede dessa organização, fato que nos levou a considerar o caráter central desse sujeito na produção discursiva do referido órgão, uma vez que ele é o principal responsável pela realização das reuniões periódicas.

Antes de examinar, mais de perto, as especificidades do CSNU e do representante permanente, é preciso levar em conta uma consideração feita por Duchene (2004). Vimos em [3.3](#) que o autor buscou compreender a imagem que a instituição projeta sobre ela mesma a partir da análise da ata resumida dos debates realizados na ONU. Para ele, nessa organização internacional, podemos encontrar um conjunto de discursos como o político, o administrativo, o diplomático e o jurídico. Ao longo de nossa investigação, verificamos diversos fatores que justificavam a necessidade de descrever a cena englobante – termo utilizado por Maingueneau para designar cada tipo ou domínio de discurso – dos pronunciamentos de representantes permanentes no CSNU como um tipo/domínio de discurso diplomático (que, por sua vez, se enquadraria no domínio mais amplo do discurso político, como já expusemos). Essa ideia encontrou forte respaldo teórico-metodológico, pelas razões que passamos a expor.

No artigo 4º da Carta das Nações Unidas, observa-se uma condição para que os Estados sejam membros dessa organização: aceitar as obrigações estabelecidas pela referida Carta, um documento de diplomacia multilateral. Algumas delas podem ser ilustradas pelo conteúdo do artigo 1º da Carta, que trata dos Propósitos das Nações Unidas: manter a paz e a segurança internacionais; fomentar relações de amizade entre as nações; realizar a cooperação internacional na solução de problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário; servir de centro para a harmonização dos esforços das nações para alcançar esses propósitos comuns.

Na definição de discurso diplomático, encontrada, por exemplo, no estudo de Cohen-Wiesenfeld (2008, p. 6), todas essas características que apontamos a partir da Carta da ONU podem ser percebidas. Para a autora, o discurso diplomático consiste em conciliar a defesa de interesses nacionais com compromissos constantes em defesa da paz. Essa característica emerge em particular nas negociações, sendo que a negociação diplomática não procura evitar ou ignorar os conflitos de interesses, inerentes às relações internacionais, mas, em última análise, evitar o fracasso das relações de paz. Embora essas características estejam presentes em todos os órgãos da ONU, no caso do Conselho de Segurança, suas funções e poderes, tais como são descritos no artigo 24, mostram uma relação direta com essa definição de discurso diplomático:

Artigo 24

1. A fim de assegurar ação rápida e eficaz por parte das Nações Unidas, seus Membros conferem ao Conselho de Segurança a responsabilidade primordial de manter a paz e a segurança internacionais, e reconhecem que o Conselho de Segurança atua em nome deles ao desempenhar as funções que lhe impõe aquela responsabilidade⁴⁷.

Como se pode comprovar por meio dessa citação, uma das atividades discursivas que predomina no CSNU é a prática diplomática, o que é condizente com o quadro institucional da ONU. Além disso, no que diz respeito a fatos históricos, encontramos mais uma justificativa relevante para esse enquadramento discursivo: os membros do Conselho de Segurança são os Estados. A origem desse termo está intrinsecamente relacionada com o domínio discursivo em foco, como expusemos com mais detalhes em [2.2.1](#). Lembramos que, ao contextualizar o conceito de *raison d'état*, constatamos a sua origem na França do século XVII, a partir das relações estabelecidas por Richelieu, que é considerado o pai do sistema de Estados, tendo essa noção papel fundamental na diplomacia moderna.

Outro fato histórico que nos levou a classificar a cena englobante das intervenções dos membros permanentes do CSNU como discurso diplomático foi o próprio percurso do diplomata. Em [2.2.2](#)., relatamos alguns acontecimentos que marcaram o lugar social desse sujeito. Um deles foi o processo de generalização da diplomacia multilateral, iniciado em 1945. Por meio do estudo de Kessler (2012, p. 208), evidenciamos igualmente a variabilidade do poder político dos embaixadores, conforme a missão e a atualidade de cada organização internacional na qual eles desempenham suas funções. Comentamos, inclusive, que sua própria denominação foi recategorizada institucionalmente por meio do termo “representante permanente”. No que diz respeito ao *status* desse ator social, vimos que a ONU foi a primeira e principal organização com vocação política, cujo objetivo foi/é a segurança coletiva, segundo a Carta de 1945.

O último dado que reafirmou nossa classificação da cena englobante das intervenções dos representantes permanentes do CSNU como discurso diplomático, foi a publicação do livro *O Brasil no Conselho de Segurança da ONU 2010-2011*(VIOTTI; DUNPOL; FERNANDEZ, 2014, p. 1- 398). Nessa obra, da qual retiramos parte dos textos do *corpus* do presente estudo, está incluída a recopilação das intervenções realizadas pelo Brasil sobre os temas mais relevantes abordados pelo CSNU, durante esse mandato. Aqui é preciso

⁴⁷ Disponível em: <http://www.un.org/es/sections/un-charter/chapter-v/index.html>. Tradução livre da versão em espanhol. Acesso em: 18 nov. 2016.

levar em consideração, sobretudo, um dos objetivos da fundação responsável pela publicação da obra, a FUNAG: “levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira” (VIOTTI; DUNPOL; FERNANDEZ, 2014, p. 2). Julgamos que o cumprimento desse objetivo aponta para o domínio discursivo diplomático, fato reforçado pelo vínculo institucional estabelecido entre o CSNU e a FUNAG.

Se esse objetivo institucional já é, em si próprio, um traço essencial para a delimitação do tipo de discurso (diplomático) em que se insere nosso objeto de estudo, acrescentamos ainda uma análise sobre o nome da referida fundação. O fato de essa instituição ser denominada Fundação Alexandre de Gusmão levou-nos a um estudo biográfico com o qual constatamos outros dados sócio-históricos que reforçam a classificação de discurso diplomático que propomos para a cena englobante das intervenções de representantes permanentes no CSNU. A partir da abordagem de Jeannesson (2016), para quem uma das finalidades da biografia consiste na incorporação do itinerário do biografado à própria história de sua profissão, verificamos que alguns dados biográficos de Alexandre Gusmão entrelaçam-se à história diplomática do Brasil, como demonstramos no seguinte trecho:

Alexandre de Gusmão, nascido em Santos, São Paulo, em 1695, foi, sem dúvida, o principal responsável pela conformação geral do território brasileiro, assim como o homem que ajudou a formar e deu firmeza a nossa tradição de buscar soluções negociadas e legais, sob a forma de tratados, sobretudo para o estabelecimento dos nossos limites. Homem vivaz e irreverente, secretário particular de Dom João V, rei de Portugal, despertou a atenção, na metrópole e na colônia, para a necessidade de desenvolver conhecimentos geográficos que possibilitassem o deslinde de nossas fronteiras.

Sua grande obra foi a negociação do Tratado de Madri, concluído em 1750, com a Espanha, o qual, embora nunca tenha tido existência jurídica continuada, constituiu a base mais sólida para a nossa extensão territorial. Foi ele também o articulador do princípio do *uti possidetis*, que na definição de Houaiss, reconhece a legalidade e a legitimidade do poder estatal que de fato exerce controle político e militar sobre uma região em litígio (VIEGAS FILHO, 2015, p. 24-25).

Ainda em relação ao referido livro, ressaltamos o fato de ele ser uma publicação bilíngue: *Brazil in the United Nations Security Council 2010-2011* (VIOTTI; DUNPOL; FERNANDEZ, 2014, p. 399-784). A versão em inglês enfatiza o caráter diplomático da obra, uma vez que essa língua é uma das seis línguas oficiais da ONU (árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol). Na realidade, essa escolha ainda possui relação com um dado abordado no trabalho de Garcia, Abrahão e Sousa (2016). Mostramos em [2.2.3](#) que um dos resultados obtidos nesse estudo foi a demonstração de que a ONU imprime determinados sentidos ao inglês e ao francês por serem línguas de trabalho, estabelecendo-se, assim, uma hierarquia tanto na imposição das seis línguas como na seleção de duas línguas de trabalho.

Logo, a publicação dessa versão em inglês procura seguir a hierarquia estabelecida no/pelo domínio em que as intervenções se situam, qual seja: o domínio diplomático.

4.2 A caracterização das intervenções de representantes permanentes no CSNU enquanto um gênero de discurso institucional autônomo

Embora a seção anterior tenha sido dedicada à descrição do tipo de discurso das intervenções de representantes permanentes no CSNU, enfatizamos que a abordagem teórico-metodológica à qual recorreremos insiste no caráter recíproco da análise entre essa categoria e a de gênero de discurso. O fato de apresentarmos o estudo separado dessas categorias decorreu do nosso objetivo de detalhar as principais características que estudamos ao longo desta pesquisa em torno da noção de gênero de discurso (MAINGUENEAU, 2016). No entanto, a reciprocidade analítica entre tipo e gênero de discurso foi mantida, tanto que em vários momentos nos referimos aqui a categorias analisadas em seções anteriores, mas sob uma nova ótica de análise, cujo fim é a descrição minuciosa desse gênero de discurso (intervenções).

Maingueneau (2016) oferece-nos métodos adequados para estudar os gêneros enquanto atividades verbais ou dispositivos de comunicação que possuem características próprias. Essa descrição leva-nos a recorrer a três categorias de diferentes domínios utilizadas pelo autor com o fim (pedagógico) de desvelar o funcionamento de determinado gênero de discurso: contrato, papel e jogo (ver [3.4.1](#)). Em seguida, exporemos os valores discursivos relacionados a essas categorias pelo próprio Maingueneau e descreveremos, concomitantemente, o gênero de discurso intervenções de representantes permanentes no CSNU.

O autor afirma que o gênero de discurso é um contrato, colocando em evidência o seu funcionamento cooperativo, segundo normas próprias. Nesse sentido, cada gênero de discurso impõe a seus participantes um número relativamente estável de regras. Estas não são necessariamente explicitadas, como ocorre nos contratos jurídicos, mas são aceitas e compartilhadas por esses participantes, uma vez que sua transgressão está sujeita a sanções. Ao longo de nossa pesquisa, buscamos delimitar as regras do contrato das intervenções de representantes permanentes no CSNU. Todas elas estão intrinsecamente relacionadas com as categorias de análise aqui propostas. Listamos essas regras, de forma mais geral, ressaltando, porém, que suas especificidades serão abordadas em cada uma das seções que constituem o presente capítulo.

Muitas regras determinantes do gênero de discurso “intervenções de representantes permanentes no CSNU” podem ser observadas nos próprios documentos da ONU, conforme sugere Krieg-Planque (2014). Em outras seções, já nos referimos, por exemplo, ao artigo 28 da Carta da ONU, no qual vimos que o Conselho de Segurança realiza reuniões periódicas nas quais estão presentes os representantes permanentes de cada Estado membro desse órgão, sendo ainda facultativo o convite a outros representantes do Governo. Esse aspecto da periodicidade e da autoria da intervenção encontra-se frequentemente no título de cada intervenção, seguindo, a nosso ver, uma regra que coloca em evidência o caráter institucional do gênero de discurso em pauta:

(a) *Debate sobre o Haiti*
 Nova York, 20 de janeiro de 2011
 Embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti
 Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas (ANEXO A)

(b) 10 mai 2011 - Conseil de Sécurité - Protection des civils dans les conflits armés - Intervention de M. Gérard Araud, président du Conseil de sécurité (ANEXO F)

(c) **Intervención del ERP de España en el debate abierto del Consejo de Seguridad sobre la Protección de Civiles, 30 enero 2015** (ANEXO M)⁴⁸

Em (b), além disso, podemos observar a expressão “presidente do Conselho de Segurança”, que precisa ser acrescentada conforme as regras do gênero em foco. Diz o artigo 30 da Carta da ONU:

ARTIGO 30

O Conselho de Segurança ditará seu próprio regulamento, o qual estabelecerá o método de eleger seu Presidente.

Com base nesse artigo, o CSNU aprovou em 1946 o seu regulamento interno⁴⁹ cuja última revisão foi feita em 1982. Nesse documento, está determinado que a presidência desse órgão seja feita de forma alternativa a cada mês, sendo que o representante de cada Estado-membro exerce essa função de forma rotativa, de acordo com a ordem alfabética do nome de cada Estado em inglês. Além disso, o artigo 19 do referido regulamento destaca o papel do presidente do CSNU de dirigir as seções organizadas por esse órgão. Nas análises de

⁴⁸ Optamos por manter as intervenções no idioma em que foram originalmente produzidas porque acreditamos que a tradução, por melhor que fosse, implicaria a perda de efeitos de sentido relevantes para a análise. Com isso, também agilizamos a exposição, impedindo que ela se alongue desnecessariamente.

⁴⁹ Disponível em: <http://www.un.org/es/sc/about/rules/>. Acesso em: 22 nov. 2016. Versão em espanhol.

outras categorias, retomaremos a alusão a esse papel de forma mais pontual. Há, ainda, outros dados no regulamento interno do CSNU que auxiliam na descrição do gênero em foco.

Por exemplo, um fato relevante para a descrição das intervenções de representantes permanentes no CSNU é este dado retirado do artigo 12 do regimento interno: “a ordem do dia provisória de cada reunião periódica será distribuída aos membros do Conselho de Segurança pelo menos vinte um dias antes da abertura da reunião”. Essa é uma regra relevante na constituição desse gênero de discurso, já que ela indica uma elaboração prévia da intervenção que cada representante permanente fará nessas reuniões periódicas. Essa característica é ainda reforçada em outro documento do CSNU: o Manual sobre os métodos de trabalho⁵⁰. Nele se determina a publicação de um programa de trabalho mensal e diário em comum acordo entre os quinze membros do Conselho, contendo as seções e consultas que serão celebradas ao longo de cada mês, incluindo os temas abordados.

Vemos, portanto, que as intervenções de representantes permanentes no CSNU possuem um contrato específico. Sua elaboração prévia é uma regra a partir da qual várias coerções linguístico-discursivas foram observadas e descritas em diferentes seções deste trabalho. Esse contrato não se confunde com o contrato de outros gêneros de discurso que emergem do mesmo quadro institucional. Aqui alguns esclarecimentos fazem-se necessários. Embora as intervenções de representantes permanentes no CSNU ocorram em debates, o gênero de discurso debate não foi tomado como nosso objeto de estudo. O contrato desse gênero de discurso, ou, como preferimos, desse hipergênero, não deve ser confundido com o contrato que descrevemos até aqui. Para ele, há outras regras, muitas das quais, acreditamos, encontrarão respaldo no regimento interno: Capítulo I - Sessões; Capítulo IV: Presidência; Capítulo VI: Direção dos debates; Capítulo VII: Votação; Capítulo IX: Publicidade das ações, atas.

No que diz respeito ao capítulo IX, destacamos a existência de outro gênero de discurso: as atas das reuniões do Conselho de Segurança. Trata-se aqui de outro contrato. Embora sua descrição não faça parte de nossos objetivos, reproduzimos, a seguir, a título de ilustração, dois artigos do regimento interno que evidenciam os principais aspectos distintivos entre esse gênero de discurso e as intervenções dos representantes permanentes:

Artigo 49

Salvo o disposto no artigo 51, a ata taquigráfica de cada sessão do Conselho de Segurança estará à disposição dos representantes no Conselho de Segurança e dos representantes dos demais Estados que tenham participado da sessão, ao mais tardar, às 10 horas do primeiro dia útil posterior à sessão.

⁵⁰ Disponível em: <http://www.un.org/es/sc/about/methods/>. Acesso em: 23 nov. 2016. Versão em espanhol.

Artigo 50

Dentro do prazo de dois dias úteis seguintes a hora indicada no Artigo 49, os representantes dos Estados que tenham participado na sessão comunicarão ao Secretário Geral as retificações que desejam fazer na ata taquigráfica⁵¹.

A partir desses dados, podemos ver que a ata das reuniões do CSNU não é de autoria dos representantes permanentes do CSNU (como são as intervenções), sendo o seu papel apenas o de sugerir modificações (“os representantes dos Estados (...) comunicarão ao Secretário Geral as retificações que desejam fazer...”). Na descrição da segunda categoria de análise proposta por Maingueneau (2016) – a de papel – perceberemos outros dados que justificam a classificação das intervenções de representantes permanentes do CSNU como um gênero (específico) de discurso institucional. Antes, contudo, recorreremos à noção de contrato de Charaudeau (1983) para exemplificar o principal traço distintivo entre o debate e as intervenções de representantes permanentes no CSNU.

Vimos, anteriormente, que Charaudeau (1983) propõe uma etapa do contrato denominada projeto global da comunicação. Caberia, assim, ao analista de discurso descrever a finalidade sociocultural do gênero de discurso com o qual trabalha. Acreditamos que, no debate do CSNU, a finalidade esteja vinculada, de forma mais ampla, a essa instituição. O projeto global do debate derivaria, assim, do objetivo desse órgão de materializar discursivamente a representatividade coletiva que servirá como indício de que as medidas tomadas por essa instituição são democráticas, transparentes, coletivas e representativas da comunidade internacional. Nessa materialidade linguístico-discursiva, encontram-se elementos subjetivo-psicológicos sobre a própria crença nesse marco flexível de regulação global em termos institucional e normativo, uma vez que o CSNU emerge da composição desta comunidade: organizações internacionais, direito internacional, atores e organizações transnacionais, sociedade civil global e princípios normativos compartilhados (ver PÉREZ HERRANS, 2014; COICAUD; HEISKANEN, 2001).

No que diz respeito ao projeto global das intervenções de representantes permanentes no CSNU, sua descrição está mais associada ao papel de um sujeito específico. Essa categoria será analisada em seguida, mas por ora salientamos que a partir dessa relação chegamos a seguinte finalidade do gênero de discurso em foco: representar um Estado cujo posicionamento diplomático acerca de diversos temas possa formar um simulacro⁵² de um

⁵¹ Disponível em: <http://www.un.org/es/sc/about/rules/chapter9.shtml>. Acesso em: 23 nov. 2016. Tradução livre da versão em Espanhol.

⁵² O termo "simulacro", tal como está sendo usado neste trabalho, equivale a imagem ou a representação.

órgão coletivo (CSNU) que tem por função a manutenção da paz e da segurança internacional. Nesse caso, o foco está nas contribuições de cada Estado na constituição do CSNU. Em várias obras da literatura diplomática às quais tivemos acesso, notamos que essa finalidade é reforçada, apesar de nem sempre se fazer uma distinção clara entre debate, intervenção, ata etc., como é o caso do estudo de Pérez Herrans (2014).

Voltemos a Maingueneau e a suas duas outras noções – a de papel e a de jogo. Ao discorrer sobre a noção de papel, Maingueneau (2016) ressalta que há uma longa tradição, originária da Antiguidade, segundo a qual as interações sociais podem ser interpretadas como um imenso teatro. É a partir dessa perspectiva que o autor propõe essa categoria de análise como ferramenta para descrever os gêneros de discurso, levando em consideração o princípio de que cada gênero de discurso implica determinado estatuto para seus parceiros. Recorremos, mais uma vez, ao regimento interno do CSNU para descrever o estatuto social dos parceiros do/no gênero “intervenção”:

Artigo 13

Cada membro do Conselho de Segurança estará representado nas reuniões do Conselho de Segurança por um representante acreditado. As credenciais de cada representante no Conselho de Segurança serão comunicadas ao Secretário Geral ao menos vinte quatro horas antes que o representante ocupe seu assento no Conselho de Segurança. As credenciais serão expedidas pelo Chefe do Estado ou do Governo interessado, ou por seu Ministro de Relações Exteriores. O Chefe do Governo ou o Ministro de Relações Exteriores de cada membro do Conselho de Segurança terão direito a ocupar um assento no Conselho de Segurança sem apresentar credenciais⁵³.

Vemos, portanto, que o estatuto social de representante permanente no CSNU é essencial na constituição desse gênero de discurso. Ao longo de nossa investigação, demarcamos várias características peculiares advindas desse estatuto social, que, em conjunto com os dados mobilizados a partir da análise das categorias de “contrato” e de “jogo”, justificam a classificação das intervenções dos representantes permanentes no CSNU como um gênero de discurso institucional particular.

Na abordagem sobre o contrato desse gênero de discurso, vimos que há regras específicas impostas ao representante permanente. Este deve, portanto, respeitá-las, ou seja, “jogar” segundo as regras do “jogo”. Por meio dessa metáfora, Maingueneau (2016) mostra que não basta estar ciente das regras do contrato de um gênero de discurso, é preciso que se verifique o respeito a elas.

⁵³ Disponível em: <http://www.un.org/es/sc/about/rules/chapter3.shtml>. Acesso em: 23 nov. 2016. Tradução livre da versão em Espanhol.

Em [2.2.2](#) expusemos alguns dados históricos que demarcaram aspectos relevantes do Estado e de seus representantes no campo da diplomacia. Vimos, por exemplo, que Kessler (2012) defende um lugar privilegiado para as relações diplomáticas no âmbito de instituições como a ONU. Segundo a autora, a função de representante permanente exige talento oratório, visto que, em debates públicos, os representantes de um determinado Estado – no caso citado pela autora, os franceses – deveriam chamar a atenção da comunidade diplomática para aderir à(s) tese(s) defendida(s) por eles. Interpretamos esse aspecto como uma das formas de “jogar as regras do jogo” no gênero intervenções dos representantes permanentes no CSNU.

Aliás, no que diz respeito, por exemplo, ao estudo do *éthos* discursivo, podemos supor que essa categoria tem um papel relevante na demonstração dos aspectos singulares do gênero de discurso intervenções de representantes permanentes no CSNU. Isso porque, com ela, podemos descrever a imagem do enunciador/representante de cada um dos três países, evidenciando suas (do país) particularidades histórico-culturais e seus (dos representantes) posicionamentos discursivos.

Retomando as atas dos debates do CSNU, observamos que nelas tais aspectos não são evidenciados, pois, embora o estatuto do enunciador seja o mesmo, as regras impostas a esse gênero são de outro “jogo”, que implica um contrato diferente. Por exemplo, ainda que os representantes permanentes possam sugerir alterações em um texto escrito por profissionais do Departamento de Linguística da ONU, as particularidades de sua enunciação são apagadas.

Esse comportamento discursivo dos enunciadores de documentos como as atas dos debates do CSNU pode ser visto sob uma ótica particular, proposta por Maingueneau (2016). O autor cunhou um termo específico para casos como esse, que contêm aspectos distintivos em relação ao gênero de discurso que investigamos:

Pode-se falar de **interenunciador** para os textos que são atribuídos a uma instância única (o nome de um grupo: comissão, partido, sindicato, assembléia...), mas que são o resultado de uma negociação entre diversas posições. Nesse caso, o autor é uma entidade coletiva indivisível que apresenta um texto cujo objetivo é neutralizar as marcas de divergência. Este “interenunciador” não coincide, de fato, com as opiniões de nenhum membro do grupo de redatores: ele emerge da colaboração de posições mais ou menos divergentes (MAINGUENEAU, 2016, p. 157; grifos do original) ⁵⁴.

⁵⁴ Tradução livre de: « On parlera d'**interénonciateur** pour les textes qui sont attribués à une instance unique (le nom d'un groupe: commission, parti, syndicat, assemblée...) mais qui sont le résultat d'une négociation entre diverses positions. Dans ce cas, l'auteur est une entité collective indivise qui présente un texte qui s'efforce de gommer les marques de divergence. Cet 'interénonciateur' ne coïncide en fait avec les opinions d'aucun membre du groupe des rédacteurs: il émerge de la collaboration de position plus ou moins divergentes ».

4.3 O *médium* das intervenções de representantes permanentes no CSNU na constituição e transposição das cenas englobante e genérica

Maingueneau (2016) reserva um lugar de destaque para a manifestação material do discurso, envolvendo tanto o seu suporte como o seu transporte. Conforme já afirmamos, no seu entender, não se deve, atualmente, considerar o *médium* apenas como o dispositivo que fixa ou transporta determinado discurso, mas, sobretudo, como um elemento discursivo que pode inclusive impor conteúdos e dirigir seus usos, tanto que, para ele, uma alteração do *médium* pode acarretar a modificação do conjunto de um gênero de discurso.

O primeiro aspecto que abordamos, a partir do estudo das intervenções de representantes permanentes no CSNU, partiu da análise do Guia de Investigação da Documentação da ONU⁵⁵. Nele são listados os documentos oficiais elaborados pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Segurança e pelo Conselho Econômico e Social. No que diz respeito ao CSNU, reproduzimos o seguinte trecho:

Os **Documentos Oficiais do Conselho de Segurança** constam dos seguintes elementos:

- **Atas das seções**
- **Suplementos**, entre os seguintes:
 - Listas de verificação de documentos.
 - Documentos escolhidos.
 - Última publicação correspondente ao quinquagésimo terceiro ano (1998)
- **Suplementos especiais:**
 - Informes de outros órgãos ou órgãos subsidiários solicitados pelo Conselho de Segurança.
 - Última publicação correspondente ao quadragésimo sétimo ano (1992).
- **Resoluções**, decisões e declarações da Presidência⁵⁶ (grifos do original).

A partir dessa citação, constatamos, como já foi dito, a existência de vários gêneros de discurso que emergem do CSNU. No entanto, demarcamos as intervenções dos representantes permanentes nesse órgão como um gênero de discurso autônomo, tendo em vista que uma de suas especificidades é justamente não ser caracterizado como um documento oficial, mas como um documento que testemunha as posições diplomáticas multilaterais dos Estados membros no CSNU. Nesse sentido, quisemos destacar o fato de esse gênero de discurso ser disponibilizado pelos Estados membros, conforme ilustram os textos do *corpus* do Brasil, da Espanha e da França aos quais tivemos acesso, e não pelo próprio Conselho.

⁵⁵ Disponível em: <http://research.un.org/es/docs/sc/or>. Acesso em: 24 nov. 2016. Versão em língua espanhola.

⁵⁶ Disponível em: <http://research.un.org/es/docs/sc/or>. Acesso em: 24 nov. 2016. Tradução livre da versão em espanhol.

Ao analisar as diferentes formas de *médium* que as intervenções de representantes no CSNU ganharam nos mandatos de Brasil e França (2011) e de Espanha e França (2015), verificamos alguns fatos relevantes na constituição e na transposição desse gênero de discurso. Antes, porém, relembremos que esse gênero emerge das reuniões dos representantes permanentes no CSNU, mas não se confunde com essas reuniões, nem com os debates que nelas ocorrem. Além do mais, vimos que, a partir desses encontros, originam-se outros gêneros de discurso como a ata, as resoluções, as declarações presidenciais. No entanto, como temos sugerido, as intervenções de representantes permanentes no CSNU possuem contrato, papel e jogo específicos.

Embora não tenhamos o objetivo de estudar com profundidade a questão da diversidade do *médium* e sua relação com a emergência de diferentes gêneros no seio do CSNU, passaremos a descrever os principais eixos relacionados com a rede de gêneros de discurso na qual se inserem as intervenções dos representantes permanentes no CSNU. Conforme expusemos em [3.4.2](#), a articulação entre as categorias de *médium* e de valência genérica nos servirá para apreendermos a relação entre o *médium* e as intervenções de representantes permanentes no CSNU. Assim, a nossa reiteração de que os textos do *corpus* não devem ser confundidos com outros gêneros de discurso que emergem de um mesmo lugar de atividade, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, encontra respaldo teórico-metodológico na noção de valência genérica externa (MAINGUENEAU, 2014).

Vimos que esse conceito (o de valência genérica externa), na abordagem discursiva que adotamos, foi cunhado com o objetivo de que os discursivistas dispusessem de um mecanismo para descrever uma rede de gêneros de discursos. Para isso, é preciso partir da esfera ou do lugar de atividade de onde eles se originam. No nosso caso, o lugar de atividade em questão é o Conselho de Segurança da ONU. Sem o intuito de mostrar toda a complexidade da(s) rede(s) de gêneros de discursos oriunda(s) desse órgão de diplomacia multilateral, apresentamos os dados a seguir que nos permitirão visualizar uma parte significativa da valência externa na qual se inserem as intervenções de representantes permanentes no CSNU.

Cabe esclarecer que a compreensão dessa rede de gêneros de discurso está vinculada ao entendimento de alguns objetivos do Conselho de Segurança. Vimos que cabe a esse órgão o papel de manter a paz e a segurança internacionais. Para que isso ocorra, dentre muitas outras atribuições, o CSNU precisa realizar reuniões periódicas com os seus membros. Recorremos ao artigo 36 da Nota da Presidência do Conselho de Segurança [S/2010/507] para expormos essa função dos membros do CSNU.

A fim de avançar na solução dos assuntos que estejam examinando, os membros do Conselho de Segurança acordam utilizar diversas opções para suas reuniões e escolher a forma mais adequada para facilitar debates concretos. Reconhecendo que o regulamento provisório do Conselho de Segurança e sua própria prática lhes permite atuar com uma flexibilidade considerável para determinar a melhor maneira de estruturar suas seções⁵⁷.

Vemos, assim, que um dos principais gêneros de discurso institucional que emerge desse lugar de atividade são as reuniões do Conselho de Segurança. De acordo com o artigo citado, podemos supor que o projeto global (CHARAUDEAU, 1988) desse gênero de discurso seria promover avanços na solução dos assuntos analisados pelo órgão. No entanto, também depreendemos que essas reuniões podem ocorrer em diferentes formatos. Logo, cada formato seria provavelmente um gênero de discurso, hipótese, aliás, que havíamos apresentado em [2.2.6](#): debate aberto, debate, exposição, aprovação, seção privada, reuniões com os países que aportam contingentes, consultas oficiosas do pleno etc. Destacamos que em todos esses casos sempre está em evidência uma finalidade institucional, provavelmente em correlação com o projeto global que propusemos para as reuniões do CSNU.

Uma parte importante dessa rede de discursos são os documentos oficiais: atas das seções, listas de verificação de documentos, documentos escolhidos, última publicação correspondente ao quinquagésimo terceiro ano (1998), última publicação correspondente ao quadragésimo sétimo ano, resoluções, decisões e declarações da Presidência. Ao que tudo indica, esses gêneros também seriam governados por um projeto global institucional, pois para todos os casos que citamos até aqui sempre se percebe um nexos direto com o Conselho de Segurança, o que leva a crer que o próprio órgão seria o enunciador de tais textos. Não obstante, é preciso notar que todo esse encadeamento de gêneros de discursos emerge de um acordo dos membros do Conselho de Segurança. Nesse sentido, as deliberações desse órgão são coletivas. Ele toma decisões em nome de um grupo de Estados. Julgamos, pois, oportuno contemplar um componente específico dessa rede de discursos, como exporemos a seguir.

Para que o Conselho de Segurança projete uma imagem coletiva com credibilidade, ele necessita demonstrar que suas decisões são amparadas em uma representatividade democrática da comunidade internacional. Para nós, um simulacro discursivo desse caráter representativo está nas intervenções dos representantes permanentes no CSNU. Isso porque acreditamos que, nesse gênero de discurso, cada membro do Conselho emite o seu posicionamento no que concerne aos assuntos examinados pelo referido órgão,

⁵⁷ Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/2010/507>. Acesso em: 16 set. 2017. Tradução livre da versão em espanhol.

durante seus respectivos mandatos. Isso justifica inclusive as formas do *médium* que esse gênero de discurso vem assumindo, por exemplo, no caso do Brasil, da Espanha e da França.

Uma vez compreendido o lugar das intervenções de representantes permanentes no CSNU enquanto parte de uma rede de discursos desse órgão, estudaremos o seu *médium*. A noção de valência interna nos pareceu um mecanismo bastante eficaz para apreender o *médium* do gênero de discurso em foco, inclusive como um elemento discursivo que reforça a sua estabilidade no domínio do discurso diplomático. Ao abordar essa categoria de análise proposta por Maingueneau (2014), expusemos que a valência genérica interna diz respeito a um conjunto de modos de existência comunicacional de um texto. A variabilidade desses modos pode ser analisada a partir da distinção entre núcleo e avatares prescritos, previsíveis e não desejados.

Nosso estudo revelou que o núcleo das intervenções de representantes permanentes no CSNU deve ser compreendido como um texto escrito para ser oralizado durante as reuniões desse órgão. A nosso ver, um estudo mais aprofundado desse núcleo implicaria outros dados que não foram enquadrados no escopo da presente pesquisa, como, por exemplo, a questão da língua empregada pelo representante permanente e sua respectiva tradução em certos casos. De qualquer forma, vimos que uma das regras das intervenções é a sua elaboração prévia. Isso evidencia que o texto oralizado pelo representante permanente não é produzido espontaneamente.

Nesse caso, se o núcleo das intervenções é uma apresentação oral, ainda que baseada em um texto escrito, não é com esse núcleo que formamos o *corpus* de nossa pesquisa, e sim com o seu avatar. Cabe-nos agora verificar que tipo de avatar seria esse: avatar prescrito, avatar previsível ou avatar não desejado. Não poderíamos considerar as cópias às quais tivemos acesso e foram publicadas em um *médium* como um avatar prescrito, pois esse termo foi empregado por Maingueneau (2014) para designar publicações obrigatórias das cópias de um núcleo. No início dessa seção, expusemos que o CSNU possui uma lista de documentos oficiais e constatamos que as intervenções não fazem parte dela. Da mesma forma, tais cópias não podem ser classificadas como avatares não desejados, visto que não se trata de uma circulação pirata. Logo, julgamos que o termo avatares previsíveis seria o mais adequado para os textos do *corpus*. Isso porque se trata de uma publicação facultativa, fato que passaremos a analisar em seguida a partir da “publicação” realizada por Brasil, Espanha e França de suas respectivas intervenções no CSNU.

No caso do Brasil, reproduzimos a seguir um trecho da apresentação da obra de Viotti, Dunpol e Fernandez (2014), já citada anteriormente. Lembramos que uma das coorganizadoras foi a representante permanente do Brasil no período de 2010-2011: Maria Luiza Ribeiro Viotti. A partir desse excerto, foram feitas reflexões que nos possibilitaram estudar diversas características do gênero de discurso em foco e nos levaram às descrições de seu *médium*, através da relação intrínseca desse componente discursivo com a própria constituição e transposição desse gênero de discurso.

Este livro tem por objetivo deixar registro da atuação do Brasil durante o mais recente mandato no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Reúne os discursos pronunciados pelo Brasil sobre os temas mais relevantes tratados pelo CSNU no período, antecedidos de textos introdutórios que contextualizam a questão, expõem a visão brasileira e fornecem informação essencial para o entendimento do tratamento dado ao assunto pelo Conselho de Segurança no período. Relaciona, por fim, as decisões adotadas pelo CSNU ao longo do biênio sobre cada um desses temas. É também uma contribuição ao estudo da política externa brasileira contemporânea e um testemunho do trabalho da diplomacia nacional em questões centrais para a estabilidade e a paz mundiais, ingredientes essenciais para a consecução das mais altas aspirações brasileiras de desenvolvimento, prosperidade, justiça social e amizade com todos os povos (VIOTTI; DUNPOL; FERNANDEZ, 2014, p. 6).

Por meio dessas informações, percebemos aspectos relevantes no que tange ao *médium* desse gênero de discurso. O primeiro deles é o fato de se tratar de um texto oral (ou oralizado) – “discursos pronunciados” –, que responde pelo núcleo, conforme já defendemos, e depois retextualizado e divulgado (avatar previsível), tendo sido, inclusive, submetido a um processo de edição, como parece ter sido o caso da obra de Viotti. Esclareçamos essa particularidade. Na seção anterior, vimos que os representantes permanentes do CSNU são informados com antecedência sobre as seções nas quais devem fazer suas intervenções. Isso quer dizer que, embora as intervenções sejam feitas oralmente em data e hora delimitadas, esses sujeitos, juntamente com a equipe⁵⁸ que forma as suas delegações, elaboram um texto escrito para cada reunião. Durante a sessão, esse texto serve de base para a intervenção oral (núcleo), mesmo que, em alguns casos, o representante permanente se limite a ler o que está escrito. Posteriormente, esse texto pode ganhar “nova” versão escrita (ser revisado, editado) passando a ser, então, divulgado, publicado.

⁵⁸ Nesse caso, Maingueneau (2015, p. 175) propõe o termo “locutor problemático” para enfatizar alguns casos em que a identificação do locutor é mais complexa. Para o autor, “mesmo enunciados assinados, reivindicados por um indivíduo, como os pronunciamentos de personalidades do mundo político ou econômico, são redigidos por seus assessores”. Entretanto, no seu entender, tal fato não apresenta muita relevância para o estudo desse texto, o que também se aplica ao nosso caso.

A partir da abordagem de Maingueneau (2016), dois fatos foram essenciais para compreendermos a circulação do gênero de discurso intervenções (escritas) de representantes permanentes no CSNU enquanto avatares previsíveis. O autor aponta como propriedade do texto escrito o fato de sua circulação poder ocorrer de forma separada de sua fonte (ou, como vimos, de seu núcleo) e de ele poder ser recopilado, vindo a participar de um estoque de textos conforme certos princípios de classificação, como tema, gênero de discurso, autor, data etc. Foi justamente isso o que ocorreu com as intervenções do Brasil no CSNU entre 2010-2011.

Ao fazer esse agrupamento de textos, Viotti *et al.* explicitam uma das características desse gênero de discurso: ser um testemunho da diplomacia do Brasil enquanto membro do CSNU. Os autores também mostram que “as práticas de conservação se apoiam frequentemente na vontade de um governo que define uma política de constituição e de gestão de arquivos, mas também na ação de diversas instituições suscetíveis de ter interesse em conservar tal ou tal tipo de documentos” (MAINGUENEAU, 2014, p. 165)⁵⁹.

Para nós, com esse interesse em conservar as intervenções de representantes permanentes no CSNU, o Brasil buscou projetar também um *éthos* de competência, isto é, a imagem de um Estado que se encontra apto a ocupar um lugar de membro semipermanente em uma eventual reforma desse órgão. Lembramos que uma das justificativas que apresentamos para selecionar o Brasil foi justamente essa diferença em relação à Espanha. Portanto, ainda que não encontremos reflexos desse *status* do Brasil nas análises dos textos do *corpus* nas seções subsequentes, esse aspecto já é em si relevante, principalmente por termos encontrado a seguinte informação que reforça a análise apontada⁶⁰:

A composição do Conselho de Segurança no biênio 2010 - 2011 é, por si só, muito representativa do novo arranjo que se desenha na distribuição de poder internacional. Além dos cinco membros permanentes, o Brasil atuou juntamente com Áustria, Japão, México, Turquia e Uganda (em 2010), África do Sul, Alemanha, Colômbia, Índia e Portugal (em 2011) e Bósnia e Herzegovina, Gabão, Líbano e Nigéria (ao longo dos dois anos). Observa-se que, no ano de 2011, o CSNU contou com a presença simultânea dos membros do IBAS e do BRICS. Ademais, considerando os não permanentes que estiveram no CSNU durante todo o biênio, pode-se afirmar que todos os membros do G4 (Alemanha, Brasil, Índia e Japão) estiveram no órgão. Nesse sentido, o CSNU, nesse biênio, refletiu, em grande medida, como poderia ser sua dinâmica diante da inclusão de novos membros:

⁵⁹ Tradução livre de: « Les pratiques de conservation s'appuient en effet souvent sur la volonté d'un gouvernement, qui définit une politique de constitution et de gestion des archives, mais aussi sur l'action de diverses institutions susceptibles d'avoir intérêt à conserver tels ou tels types de documents. »

⁶⁰ Na verdade, a referida informação complementa a constatação de que a obra foi publicada por um mandato comemorativo (2010-2011), mas deixa visível a finalidade de forjar um *éthos* de competência de possível membro semipermanente do CSNU frente a outros Estados.

grandes potências, como Brasil, Índia, Japão e Alemanha; e potências médias africanas, como Nigéria e África do Sul. (ZIEMATH, 2014, p. 129)

Ressalte-se que, nessa obra, também foram encontradas intervenções de outros atores diplomáticos. No entanto, em vários momentos do presente trabalho, justificamos o fato de trabalharmos apenas com um desses atores: o representante permanente. Julgamos esse fator essencial para uma descrição rigorosa do gênero de discurso investigado. Ademais, além dessa obra, existem outras, que certamente levantam mais questões. A título de exemplo, apresentamos uma comunicação individual⁶¹ na qual analisamos os pronunciamentos dos Presidentes da República do Brasil e da França em um fórum da Assembléia Geral da ONU. Nessa ocasião, mostramos que a obra *O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2011* (CORRÊA, 2012), também publicada pela Fundação Alexandre Gusmão, justificava a nossa tese de classificar tal texto como um tipo de discurso diplomático, uma vez que os Presidentes da República desempenham um papel específico, de acordo com as regras do referido órgão da ONU.

Ainda em relação a esse *médium* no caso do Brasil, destacamos que o livro *O Brasil no Conselho de Segurança da ONU 2010-2011*, coorganizado por Viotti, serviu não apenas para compreendermos a constituição do gênero de discurso em estudo, mas também para evidenciar algumas transposições decorrentes do tipo de *médium* em que ele circula. Observamos, por exemplo, a relevância dos paratextos no processo de significação das intervenções da representante permanente do Brasil no CSNU. Maingueneau (2016) retoma esse termo de Genette (1982) para evidenciar o papel que esse conjunto de enunciados, em torno de determinado texto, possui no processo de significação, uma vez que, na perspectiva da Análise do Discurso, o texto não deve ser dissociado de seu quadro comunicativo.

No caso do *médium* das intervenções da representante permanente do Brasil, percebemos a relevância de diversos tipos de paratextos que auxiliaram a compilação desses textos. Primeiramente, destacamos a função da capa, da contracapa e da ficha catalográfica. Em seguida, há a apresentação da obra e o sumário. Por fim, a obra apresenta um prefácio e um glossário de siglas. Acreditamos que todos esses paratextos têm importância na estabilidade do gênero “intervenção”. Ao longo de nossa pesquisa, relacionamos algumas dessas categorias com outros dados que analisamos a fim de evidenciar o papel desses elementos na constituição e transposição de nosso objeto de estudo.

⁶¹ ANDRADE, Rafael Batista. Igualdade de gêneros e empoderamento das mulheres no discurso diplomático de Dilma Rousseff e François Hollande. In: **Sextas Jornadas de Análise do Discurso - JADIS VI & Segundo Congresso Internacional de Estudos do Discurso da Universidade de São Paulo - CIED II**. Porto, 2016c.

Por último, fazemos uma referência à página da web do Ministério das Relações Exteriores do Brasil⁶². Diferentemente do que ocorreu com França e Espanha, como veremos a seguir, as intervenções da representante permanente do Brasil no CSNU não foram retiradas de uma página Web de representação do Brasil no CSNU. Isso porque não foi encontrada uma página Web especificamente com esse fim. No entanto, ressaltamos que, na página do Itamaraty, no link de “política externa”, há o (sub)link “Paz e segurança internacionais” que dá acesso ao link “Brasil e o Conselho de Segurança”. Nessa seção, o leitor é direcionado ao *hotsite* <http://csnu.itamaraty.gov.br/>, que apresenta informações sobre o CSNU. É importante ressaltar que o termo *hotsite* foi empregado pelos próprios organizadores da página e que ele é sinônimo de *microsite*, referindo-se a um sítio momentâneo.

Entretanto, não localizamos, nesse *hotsite*, as intervenções de representantes permanentes no CSNU. Encontramos apenas os *links* “artigos” e “documentos”. Aliás, ao acessar o link “artigos”, deparamo-nos com a informação de que tais textos não representam a posição oficial do Governo brasileiro. A relação mais próxima da página do Itamaraty com o *médium* das intervenções de representantes permanentes no CSNU é a presença de um link sobre a FUNAG. Seu acesso permite a visualização das últimas obras publicadas por essa fundação e também a busca de publicações mais antigas, o que permite ao leitor encontrar a obra *O Brasil no Conselho de Segurança da ONU 2010-2011* (VIOTTI; DUNPOL; FERNANDEZ, 2014).

No que diz respeito à França, as intervenções foram encontradas no site www.franceonu.org que permite o acesso direto a textos e informações sobre a representação permanente da França no CSNU. A imagem abaixo é uma reprodução dessa página da web⁶³.



Figura 3 - Representação permanente da França junto às Nações Unidas em Nova York

⁶² Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/>. Acesso em: 20 jan. 2017.

⁶³ Disponível em: <http://www.franceonu.org/>. Acesso em: 25 nov. 2016.

Em sua abordagem sobre o *médium*, Maingueneau (2016) destaca o processo de desmaterialização dos suportes físicos dos enunciados. É o caso da França e da Espanha, países aos quais dedicamos parte de nossas investigações. Afirmando que o uso do computador permite ao usuário navegar pela internet e acessar textos heterogêneos, o autor utiliza o termo hipertexto para colocar em evidência a relação virtual que permite ao usuário um número ilimitado de percursos. Esse é o *médium* das intervenções do representante permanente da França no CSNU em 2011 e em 2015 (avatares previsíveis). Percebemos algumas particularidades em relação à figura 3.

A organização da página permite ver, no lado superior direito, dois *links* para selecionar a versão em inglês ou em francês. Além deles, há vários *links* que direcionam o usuário para o acesso a textos de seu interesse. No *link Salle de presse*, encontram-se as intervenções no Conselho de Segurança. Ao acessar esse *link*, deparamo-nos com a página seguinte⁶⁴, na qual se podem visualizar outros *hiperlinks* para acessar as intervenções no CSNU, sendo que elas foram organizadas cronologicamente de 2011 a 2015. Já vimos que a França é membro permanente do CSNU. Esse fato quer dizer, entre outras coisas, que o país produz e reproduz intervenções anualmente, o que não ocorre nem com Brasil, nem com a Espanha. Acreditamos que a regra encontrada pelos organizadores desse *site* para a disponibilização das intervenções foram os últimos cinco anos.

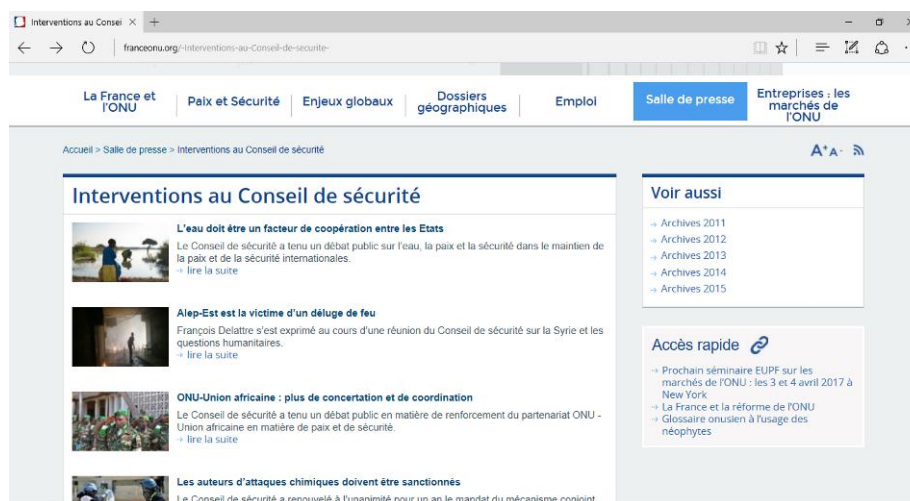


Figura 4 - Intervenções no Conselho de Segurança / Representação permanente da França junto às Nações Unidas em Nova York

⁶⁴ Disponível em: <http://www.franceonu.org/-Interventions-au-Conseil-de-securite->. Acesso em: 25 nov. 2016.

O critério de disponibilizar as intervenções da França no CSNU dos últimos cinco anos leva ao questionamento sobre como se podem acessar tais textos antes de 2011. No entanto, cremos que essa problemática não cabe no escopo de nossa investigação, inclusive porque exige outros métodos de coleta de dados, envolvendo profissionais de diversos domínios. Assim, passaremos às descrições diretamente relacionadas com os objetivos que elencamos. Basicamente, nos debruçaremos sobre alguns aspectos que influenciaram a transposição desse gênero de discurso do formato original – núcleo: texto oral (ou oralizado) a partir de uma versão anterior escrita/impressa – para a circulação (também na forma escrita como avatar previsível), mas em um novo *médium*: a Web.

A denominação do *link Salle de presse* chamou-nos a atenção desde o princípio de nossa investigação, já que ele, de certa forma, enquadra os textos aí publicados no âmbito midiático. Por isso, apesar de termos consciência de que estamos diante de um gênero de discurso institucional, não descartamos a possibilidade de haver alguma influência desse *médium* nas intervenções do representante permanente da França. Durante a análise dos textos referentes a 2011, não percebemos diferenças muito nítidas. No entanto, dos quatro textos de 2015 selecionados para o *corpus* desta pesquisa, três possuíam marcas significativas desse *médium*.

Nas intervenções sobre o Haiti e a Síria, verificamos o uso de um tipo de citação com lugar privilegiado no domínio midiático. Trata-se das frases sem texto (MAINGUENEAU, 2012). Nessas duas intervenções do representante da França no CSNU em 2015, percebemos que os seus títulos deixaram de seguir coerções discursivas do domínio prioritariamente institucional ao serem construídos a partir de aforizações por destacamento fraco. Maingueneau (2016) utiliza esse termo para classificar os enunciados que foram destacados de um texto, mas sem uma efetiva separação entre essa citação e seu texto fonte. No caso de destacamento forte, o interlocutor não tem acesso imediato ao texto fonte, ou seja, do ponto de vista do consumidor de mídias, esse texto não existe. Tanto em um caso como no outro, pode haver alterações (mais ou menos importantes) entre a aforização e o enunciado original. No entanto, no caso da aforização por destacamento fraco, fica mais fácil para o leitor perceber essas alterações, dada a contiguidade do texto fonte. É o que ocorre no exemplo a seguir:

Exemplo 1

Título : Haïti : l'élection présidentielle doit se dérouler dans le calme et le dialogue démocratique - 8 octobre 2015 [en]

Texto Fonte

La France forme le vœu que les élections présidentielles, dont le premier tour se tiendra dans quelques jours, se déroulent dans le calme, la sérénité et le dialogue démocratique. Ces élections doivent continuer d’être libres, transparentes et inclusives. La poursuite du travail rigoureux mené par le Conseil Electoral Provisoire ainsi que l’engagement responsable de l’ensemble des acteurs politiques, seront décisifs à cet égard (grifos do original). [ANEXO J](#)

Nesse exemplo, verificamos que o título atribuído à intervenção é constituído do destacamento de trechos específicos das três primeiras linhas do texto, não aparecendo como tal no texto fonte. Assim, verificam-se as seguintes alterações, a partir do enunciado original: supressão de “La France forme le voue que”, “dont le premier tour se tiendra dans quelques jours” e “la serenité”. Além dessas eliminações, há ainda a alteração de plural para singular e da inclusão do auxiliar “devoir” para transformar “déroulent” em uma perífrase verbal.

A partir dessas alterações, fica evidente o caráter autônomo dessa aforização cujos efeitos de sentido não são iguais àqueles provenientes do enunciado em seu contexto original. O primeiro aspecto que notamos é o seu caráter generalizante. Com ele, o ponto de vista defendido não é mais, necessariamente, apenas da França, mas de um enunciador indeterminado que pode ser inclusive o próprio CSNU ou a comunidade internacional. Além disso, a inclusão do auxiliar “dever” confere ao enunciado uma tonalidade imperativa que não se encontra no enunciado de origem. Esse tom está intrinsecamente relacionado a um dos papéis do CSNU, como vemos na Carta da ONU:

Artigo 39

O Conselho de Segurança determinará a existência de toda ameaça a paz, rompimento da paz ou ato de agressão e fará recomendações ou decidirá que medidas serão tomadas em conformidade com os Artigos 41 e 42 para a manutenção da paz e da segurança internacionais.

Artigo 41

O Conselho de Segurança poderá decidir quais medidas que não impliquem o uso da força armada serão empregadas para fazer efetivas as suas decisões, e poderá solicitar aos Membros das Nações Unidas que apliquem tais medidas, que poderão compreender o rompimento total ou parcial das relações econômicas e das comunicações ferroviárias, marítimas, aéreas, postais, telegráficas, radioelétricas, e outros meios de comunicação, assim como o rompimento de relações diplomáticas⁶⁵.

A partir desses artigos, compreende-se que a tonalidade imperativa/coercitiva da aforização/título pode ter sido recuperada (pelo jornalista que destacou e alterou o enunciado original) do próprio poder atribuído ao CSNU e a seus representantes pela Carta da ONU, o

⁶⁵ Disponível em: <http://www.un.org/es/sections/un-charter/chapter-vii/index.html>. Acesso em: 27 nov. 2016. Tradução livre da versão em língua espanhola.

que, no entanto, está ausente da intervenção (que expressa o posicionamento da França e não uma imposição⁶⁶).

Um segundo exemplo diz respeito à intervenção feita pelo representante permanente da França no CSNU sobre a Síria, em 2015. Nesse caso, a alteração no enunciado original ocorre basicamente pela supressão de “Malgré ces évènements dramatiques et ces tentatives de déstabilisation”, que marcava o caráter concessivo do enunciado original. Esse fato é relevante, pois o efeito de sentido desse enunciado, em seu contexto original (o do texto fonte) emerge da identificação do sujeito que intimida a França. Em outras palavras: “ces évènements dramatiques” faz parte de uma cadeia referencial que permite, no texto completo (ver anexo L), identificar o intimidador: “L’ennemi est connu: Daech”. Já no caráter generalizante (e indeterminado) da aforização perde-se esse efeito de sentido, fazendo sobressair a determinação da França de se manter como um país livre.

Exemplo 2

Título

La France ne renoncera pas à ce qu’elle est : un pays libre - 16 novembre 2015
[en]

Texto-fonte

Malgré ces évènements dramatiques et ces tentatives de déstabilisation, la France ne renoncera jamais à ce qu’elle est : un pays libre. Elle ne renoncera jamais à ses valeurs. Nous surmonterons cette épreuve et nous devons, nous, la communauté internationale, être unis et défendre ensemble ces principes universels. La détermination de la France est totale. Merci. / (grifos do original). [ANEXO L](#)

Outra característica observada nesse *médium* é o uso de fotos. Vejamos, por exemplo, uma foto inserida na intervenção do representante permanente da França no CSNU, em 2015, no debate sobre proteção de civis. Acreditamos que também essa estratégia discursiva está vinculada ao *link salle de presse*, que funciona segundo os métodos do domínio midiático:

Exemplo 3

Protection des civils - Toute protection plus efficace avec participation des femmes (30/01/2015 [en])

Protection des civils : « Les besoins et défis de la protection des femmes et des filles dans les situations de conflit armé et de postconflit » - Intervention de M. Alexis Lamek, représentant permanent adjoint de la France auprès des Nations unies Conseil de sécurité - 30 janvier 2015

⁶⁶ O auxiliar “dever” pode também expressar probabilidade. Mesmo assim, isso configura uma alteração feita por quem destacou o enunciado.



Figura 5 - Imagem da intervenção do representante permanente da França sobre proteção de civis - [ANEXO N](#)

Tanto no uso dessa foto como no das citadas aforizações, os textos referentes às intervenções de representantes permanentes da França no CSNU são relidos e ressignificados no domínio da Web, o que coloca em evidência a relativa estabilidade desses textos, de acordo com as possibilidades de cada *médium*. No caso do Brasil, vimos uma reiteração dos aspectos institucionais pela recopilação dos textos e por sua circulação enquanto livro publicado por uma instituição cujo objetivo é a preservação da identidade diplomática brasileira. Já no caso da França, as intervenções parecem circular com características mais ou menos típicas do domínio midiático, sem, no entanto, perder suas finalidades institucionais.

Em síntese, podemos dizer que a passagem do núcleo das intervenções da França para um avatar previsível revestido do *médium* em foco contribui para a sua (relativa) estabilidade enquanto um gênero de discurso estatutário-institucional autônomo. Isso porque sua transposição implicou imposições discursivas próprias desse espaço cibernético, conforme observou Maingueneau a partir do exemplo de uma carta que é reproduzida nesse tipo de *médium*.

Mas se inserimos essa carta em um site da internet, ela será integrada em uma nova configuração, uma cenografia *digital* que reveste a cenografia propriamente verbal: ela será, de uma só vez, uma imagem sobre um vídeo, um suporte de operação (por exemplo, caso se possa clicar sobre tal ou tal palavra ou grupo de palavras), um constituinte da arquitetura de um site onde ela figura (MAINGUENEAU, 2014, p. 179; grifos do original)⁶⁷.

⁶⁷ Tradução livre de: « Mais si l'on place cette lettre sur un site internet, elle sera intégrée dans une nouvelle configuration, une scénographie *numérique* qui enveloppe la scénographie proprement verbale: se sera à la fois une image sur un écran, un support d'opération (par exemple si l'on peut cliquer sur tel ou tel mot ou groupe de mots), un constituant de l'architecture de site où elle figure. »

O caso do *médium* das intervenções do representante permanente da Espanha em 2015, no geral, também reforça esses aspectos. Entretanto, observamos outras estratégias possibilitadas pela particularidade do *médium*, inclusive reforçando o papel de cada Estado-membro do CSNU na divulgação do avatar previsível desse gênero de discurso, conforme sua posição no CSNU em termos sócio-históricos. De forma similar ao caso da França, as intervenções do representante permanente da Espanha foram retiradas de uma página da internet⁶⁸. Antes de a visualizarmos, chamamos a atenção para dois aspectos em comum com a página da França: *links* que permitem o acesso bilíngue (espanhol e inglês) e o *link Sala de prensa*. No entanto, o *slogan* da Espanha destaca o seu papel de membro não permanente do CSNU, indicando o período do seu mandato:

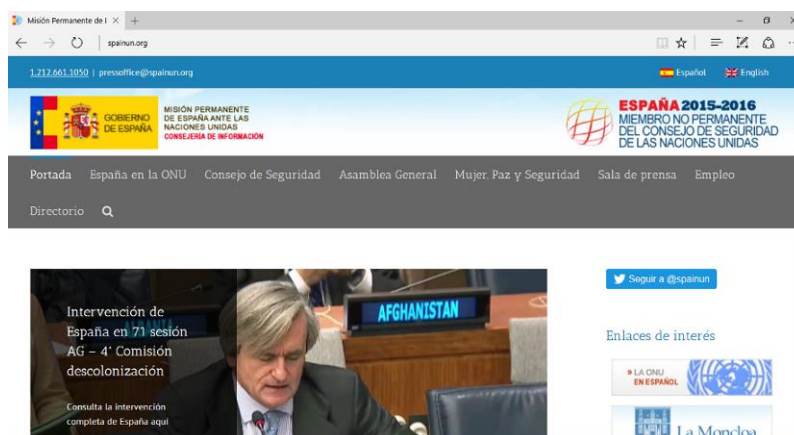


Figura 6 - Missão permanente da Espanha junto às Nações Unidas - Espanha 2015-2016 Membro não permanente do Conselho de Segurança das Organizações das Nações Unidas

O papel de membro não permanente do CSNU influenciou a organização do acesso aos diferentes textos produzidos por esse Estado. É o que verificamos ao acessar o *link Sala de prensa* e compará-lo com a página da França. Não encontramos, obviamente, no caso da Espanha, as intervenções dos últimos cinco anos por um caráter lógico: o último mandato da Espanha enquanto membro não permanente do CSNU tinha sido há dez anos (2004). Logo, elas inexistem. Por isso mesmo, a localização dos textos com os quais formamos parte do *corpus* ocorreu a partir da navegação nessa página. Um fato que nos chamou a atenção foi o encontro do *link*: <http://www.spainun.org/2016/02/intervenciones-relevantes-de-espana/>, que permite acesso direto a uma seleção das intervenções recategorizadas como *Intervenciones relevantes de España*.

⁶⁸ Disponível em: <http://www.spainun.org/>. Acesso em: 27 nov. 2016.

Acreditamos que há pertinência em considerar esse *link* como um tipo de recopilação desse gênero de discurso (e outros), uma vez que ele pode ser visto como um *médium* onde foram publicadas virtualmente as intervenções relevantes da Espanha, de 08 de fevereiro de 2016 a 14 de janeiro de 2015. Além disso, na intervenção sobre a Síria humanitária, percebemos uma estratégia relevante relacionada ao *médium* em questão: são disponibilizados dois *links*. Com o primeiro, o leitor tem acesso à sessão (debate) na íntegra registrada em áudio e vídeo pela TV ONU. Foi nessa seção em que o representante permanente da Espanha fez a referida intervenção. Por meio do segundo *link*, tem-se acesso a um documento específico do CSNU. Trata-se do informe do Secretário Geral sobre a aplicação das resoluções do Conselho de Segurança 2139 (2014), 2165 (2014) e 2191 (2014) (S/2015/862). Nesse documento, encontramos a seguinte explicação que demonstra, mais uma vez, a importância da modalidade escrita do gênero de discurso por nós estudado:

A presente ata contém a versão literal dos discursos pronunciados em espanhol e a tradução dos demais discursos. O texto definitivo será reproduzido nos Documentos Oficiais do Conselho de Segurança. As correções devem referir-se somente aos discursos originais e estes devem ser enviados com a assinatura de um membro da delegação interessada, incorporadas em um exemplar da ata, ao Chefe de Serviço de Atas Literais⁶⁹.

Exemplo 4

Intervención del representante de España en briefing Siria humanitario

16 DE NOVIEMBRE DE 2015.

UN Web TV

<http://webtv.un.org/meetings-events/security-council/watch/syria-security-council-7560th-meeting/4618147958001>

Meeting record

http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.7560&referer=http://www.un.org/en/sc/meetings/records/2015.shtml&Lang=S (ANEXO K).

Todos os aspectos discutidos nesta seção demonstram claramente a importância do *médium* na constituição e na transposição do gênero de discurso intervenções de representantes permanentes no CSNU enquanto avatares previsíveis. Eles evidenciam usos diferenciados, mas todos convergindo para a finalidade maior de testemunhar a prática diplomática de determinados Estados no CSNU, o que aponta para uma certa estabilidade de gênero. Em resumo, o que constatamos foi o uso de estratégias de caráter predominantemente

⁶⁹ Tradução livre de: "La presente acta contiene la versión literal de los discursos pronunciados en español y la traducción de los demás discursos. El texto definitivo será reproducido en los Documentos Oficiales del Consejo de Seguridad. Las correcciones deben referirse solamente a los discursos originales y deben enviarse con la firma de un miembro de la delegación interesada, incorporadas en un ejemplar del acta, al Jefe del Servicio de Actas Literales".

institucional para os membros não permanentes (Brasil e Espanha). No caso do membro permanente (França), vimos que a produção mais intensiva das intervenções permitiu-lhe formas de organização específicas, incluindo uma relação interdiscursiva mais acentuada com o domínio midiático.

4.4 O emprego do vocabulário segundo as posições discursivas de práticas diplomáticas

No estudo do vocabulário das intervenções de representantes permanentes no CSNU, partimos da tendência de essa categoria adquirir o estatuto de signos de pertencimento⁷⁰ (MAINGUENEAU, 2008a). Nesse sentido, analisamos diversos vocábulos que devem ser compreendidos a partir de uma posição discursiva que emerge das práticas diplomáticas multilaterais. Nossas análises foram divididas em quatro subseções com o fim de apresentar as diferentes facetas da manifestação de signos de pertencimento no discurso diplomático. Em [4.4.1](#), dedicamo-nos ao exame das palavras-chave desse discurso. Posteriormente ([4.4.2](#)), propusemos uma releitura dessa metodologia maingueneauiana a partir do neologismo (semi)palavras-chave do discurso diplomático. Em [4.4.3](#), voltamo-nos, mais especificamente, para o revestimento discursivo-morfológico de certas unidades lexicais. Por fim, analisamos os efeitos gerados pelos referentes no gênero de discurso em foco ([4.4.4](#)).

4.4.1 O emprego do vocabulário e as palavras-chave do discurso diplomático

Ao longo de nossa pesquisa, realizamos análises lexicográficas do discurso com o fim de apreender as dimensões paradigmáticas e sintagmáticas em uma combinação do aspecto quantitativo com o qualitativo. Tais estudos apontaram dois grupos de lexemas-chave do discurso diplomático que emerge desse quadro institucional particular. A nosso ver, essas “palavras-chave” contribuem para a apreensão do sistema de restrições que rege esse discurso. O quadro a seguir destaca dez palavras-chave impostas pelo gênero de discurso intervenções

⁷⁰ Embora em Maingueneau (2008a) a noção de signos de pertencimento tenha sido utilizada mais especificamente para o estudo de discursos religiosos antagônicos (discurso humanista devoto *versus* discurso jansenista), propomos aqui uma releitura dessa noção para tratar de outros discursos, não necessariamente opositivos, como é o caso do discurso diplomático.

de representantes permanentes no CSNU. Trata-se, portanto, de um vocabulário correlacionado com os traços sócio-históricos que apontamos enquanto aspectos constitutivos do referido gênero de discurso.

ajuda	apoio	comunidade	compromisso	contribuir
cooperar	diálogo	missão	parceiro	paz

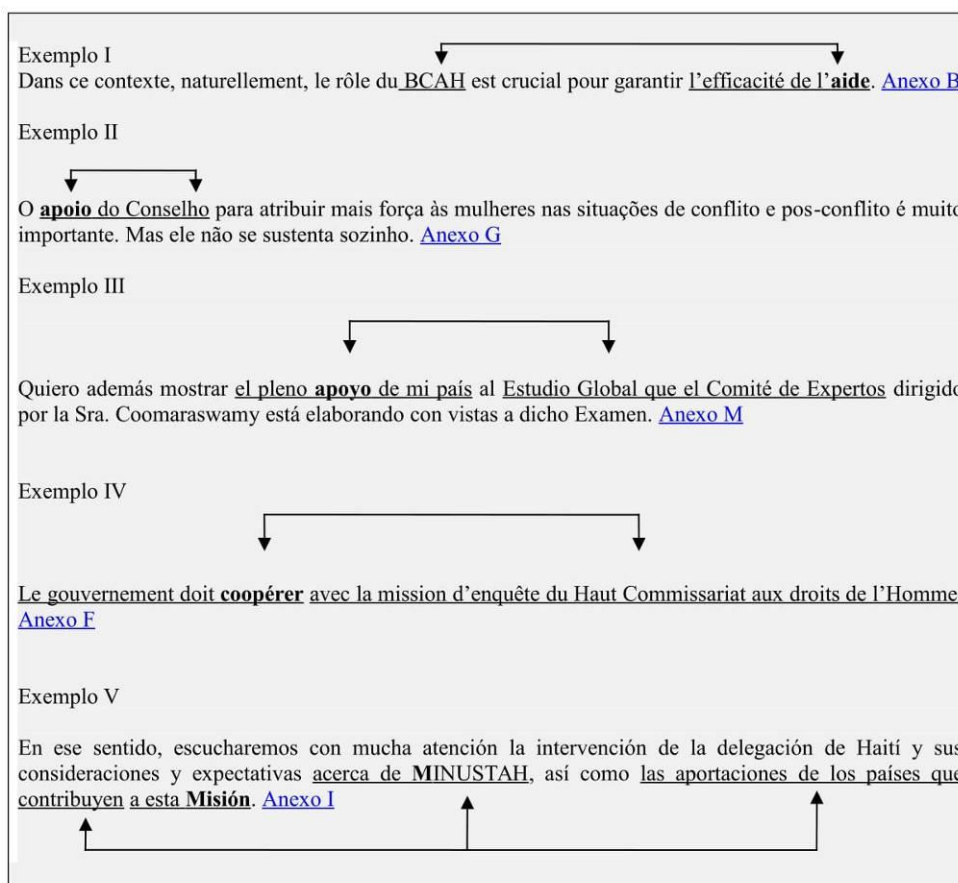
Quadro 3 - Palavras-chave do discurso diplomático das intervenções de representantes permanentes no CSNU

No que diz respeito à relação entre análise quantitativa e qualitativa, levamos em conta a particularidade do *corpus* elencado para o presente estudo. Notamos que a produtividade do exame quantitativo dessas palavras mostrou-se muito mais pelo seu uso regular em grande parte das intervenções dos representantes permanentes do Brasil, da Espanha e da França no CSNU do que pela contabilização do número total de ocorrências de cada palavra. Por essa razão, em termos quantitativos, destacamos o uso frequente dessas palavras-chave em textos de representantes permanentes de três países diferentes, com temas variados e em um intervalo de tempo de cinco anos. Nesse sentido, acreditamos que tais fatos evidenciam a estabilidade desses recursos lexicais, para além dos números.

É justamente esse critério de estabilidade que nos permitiu classificar tais vocábulos como palavras-chave do discurso diplomático do gênero de discurso em foco. Não obstante, para chegarmos a esse paradigma, fizemos também uma análise sintagmática que revela aspectos qualitativos de suma importância, garantindo, assim, a eficiência dessa classificação. Isso porque partimos do pressuposto de que esse nível complementar da análise proposto por Maingueneau (2008a) revelaria traços fundamentais do discurso diplomático que permitiriam justificar a atribuição do estatuto de signos de pertencimento a tais palavras-chave. Ressalte-se, contudo, que a análise sintagmática a seguir visa destacar as características discursivas desses vocábulos. Por isso, adotamos a seguinte metodologia.

Dividimos a análise em dois grupos, de modo a evidenciar a relação dessas palavras-chaves com o tipo de discurso diplomático (cena englobante) associado ao gênero de discurso intervenções de representantes permanentes no CSNU. Para isso, retomamos, esquematicamente, parte dos dados apresentados em [4.1](#) e [4.2](#). Logo, no primeiro grupo a seguir, elencamos as palavras-chave que delimitam o lugar da atividade discursiva em relação à esfera de atividade: diplomacia multilateral. Constatamos que o estatuto de signo de pertencimento dos vocábulos destacados advém de um sistema de restrições entre eles e

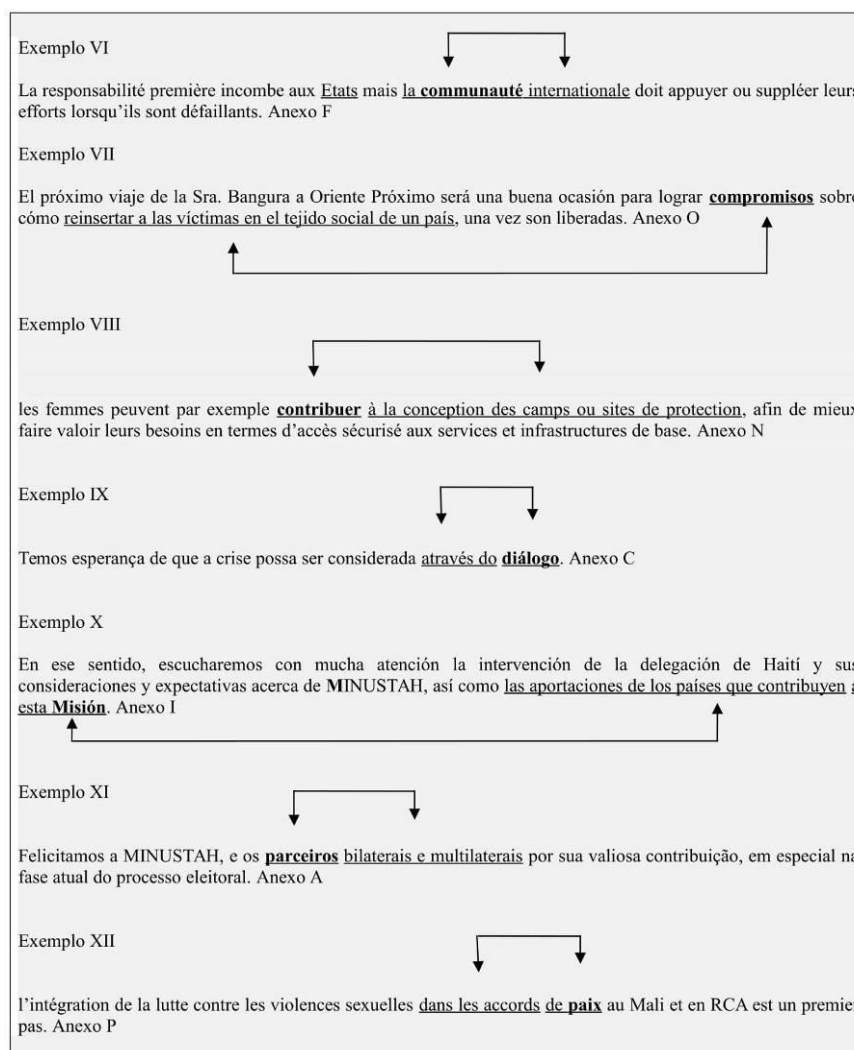
nomes próprios de organismos da diplomacia multilateral inter-relacionados com o Conselho de Segurança da ONU. Nesse sentido, é possível perceber que parte do jogo estabelecido pelo contrato do gênero de discurso em foco é o uso dessas palavras-chave pelo representante permanente de diferentes Estados no Conselho de Segurança, sem distinção entre os *status* de membro permanente (França) e não permanente (Brasil e Espanha).



Quadro 4 - Palavras-chave do discurso diplomático segundo as relações sintagmáticas com o lugar da atividade discursiva

No segundo grupo, destacamos as palavras-chave que revelam os atributos e as ações relacionados com o papel social do representante permanente do Conselho de Segurança. Em todos os casos a seguir, percebemos uma relação discursiva, por meio dos sintagmas analisados, de ação conjunta para garantir a paz não apenas no país do enunciador, mas em um conjunto de Estados. Essa ação discursiva deriva do jogo imposto às intervenções de representantes permanentes no CSNU em conformidade com o seu contrato, principalmente no que diz respeito ao projeto global do gênero de discurso em foco: representar um Estado cujo posicionamento diplomático possa formar um simulacro de um

órgão coletivo (o Conselho de Segurança) ao qual cabe o dever de manutenção da paz e da segurança internacionais.



Quadro 5 - Palavras-chave do discurso diplomático segundo as relações sintagmáticas com o estatuto social do representante permanente no CSNU

Todas essas palavras evocam, cada uma a sua maneira, a condição imposta aos Estados Membros do Conselho de Segurança da ONU em conformidade com o artigo 4 da Carta da ONU: “Poderão ser Membros das Nações Unidas todos os demais Estados amantes da paz que aceitem as obrigações consignadas nesta Carta⁷¹”. Além das relações sintagmáticas apontadas anteriormente nos quadros 4 e 5, é preciso ter em conta que todas essas dez palavras-chave possuem traços sêmicos que reforçam a característica de um Estado ser “amante da paz”: ajuda, apoio, comunidade, compromisso, contribuir, cooperar, diálogo, missão, parceiro, paz. Fato relevante é que, inicialmente, havia nos artigos 53, 77 e 107 da

⁷¹ Tradução livre de: “Podrán ser Miembros de las Naciones Unidas todos los demás Estados amantes de la paz que acepten las obligaciones consignadas en esta Carta”. Disponível em: <http://www.un.org/es/sections/un-charter/chapter-ii/index.html>. Acesso em: 14 ago. 2017.

Carta da ONU uma referência específica aos Estados aos quais esses atributos não pudessem ser associados. Eles eram denominados “Estados inimigos” e havia autorização prévia do CSNU para que se tomassem medidas coercitivas contra eles. Isso, porém, não é mais levado em conta (o que reafirma o caráter de “amante da paz” de cada Estado membro e corrobora nossa análise), como informa este excerto.

Uma vez que foram ingressados na ONU todos os “Estados inimigos” aos quais, tendo em conta o exposto no art. 4 da Carta, relativo aos membros, cabem apenas a classificação de “Estados amantes da paz”. Assim ficou estabelecido no Documento Final do Encontro Mundial de 2005: “levando em consideração a razão profunda pela qual foi fundada a ONU e contemplando o nosso futuro comum, decidimos eliminar as referências a ‘Estados inimigos’ nos artigos 53, 77 e 107 da Carta”⁷² (PÉREZ HERRANZ, 2014, p. 79).

4.4.2 O emprego do vocabulário e as (semi)palavras-chave do discurso diplomático

O estudo do vocabulário do discurso diplomático das intervenções de representantes permanentes do Brasil, da Espanha e da França no CSNU, a partir da proposta de Maingueneau (2008a), serviu-nos também para verificar a estabilidade lexical de um grupo particular de seu vocabulário. Nós o denominaremos de grupo das (semi)palavras-chave do discurso diplomático, visto que tais lexemas diferenciam-se da classificação das dez palavras-chave reveladas na última seção. Trata-se da ocorrência de quatro vocábulos correlacionados com o discurso diplomático de forma mais sutil e indireta. Eles estão expostos no quadro a seguir para, posteriormente, ser submetidos a uma análise que justifica tanto o seu uso quanto a terminologia por nós adotada de (semi)palavras-chave.

humanitário	justiça	liberdade	direito
-------------	---------	-----------	---------

Quadro 6 – (Semi)palavras-chave do discurso diplomático das intervenções de representantes permanentes no CSNU

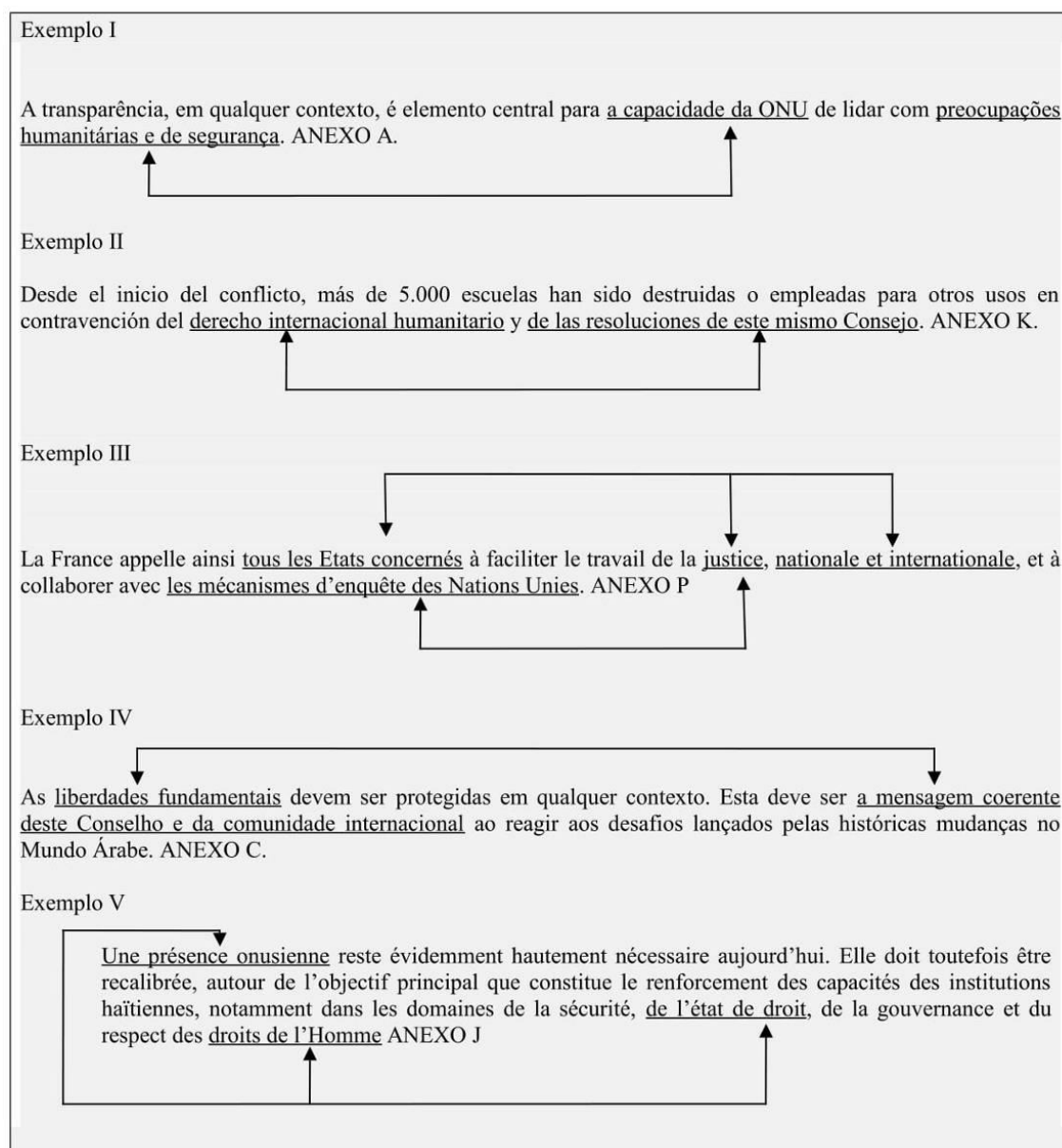
A correlação de forma mais sutil com o discurso diplomático à qual nos referimos advém de uma possível associação desses vocábulos com outros tipos de discurso (cena englobante). A título de exemplo, sem a aplicação da análise sintagmática, constatamos que

⁷² Tradução livre de: "Una vez han ingresado en las NNUU todos los 'Estados enemigos' a quienes, a tenor de los expuestos en el art. 4 de la Carta, relativo a la membresía, no cabe entender sino como 'Estados amantes de la paz'. Así se ha establecido en el Documento Final de la Cumbre Mundial de 2005: 'teniendo presente la razón profunda por la que se fundaron las Naciones Unidas y contemplando nuestro futuro común, decidimos eliminar las referencias a 'Estados enemigos' en los arts. 53, 77 y 107 de la Carta'".

essas palavras poderiam ser facilmente associadas ao discurso jurídico, político e mesmo ao discurso literário. Entretanto, o método de relação de análise quantitativa com a análise sintagmática reforçou o grau de pertencimento dessas (semi)palavras-chave ao discurso diplomático, indicando seu caráter dominante imposto pelas intervenções de representantes permanentes no CSNU, visto que “a consistência de um discurso constrói-se através de um trabalho permanente sobre uma inconsistência múltipla, as fronteiras do discurso são simplesmente atravessadas pelo interdiscurso que as domina” (MAINGUENEAU, 2014, p. 108)⁷³.

Em outras palavras, as práticas diplomáticas multilaterais observadas no gênero de discurso em foco sobrepuseram-se aos múltiplos discursos que atravessam o discurso dos representantes permanentes no CSNU. Nossa proposta de analisar o grau de pertencimento dessas (semi)palavras-chave leva em conta a noção de “primado do interdiscurso” sobre o discurso (MAINGUENEAU, 2008a). Nesse sentido, assumimos que esses vocábulos circulam em outros discursos, isto é, eles estão associados a um interdiscurso – um conjunto que abarca, por exemplo, o discurso político, o administrativo, o diplomático e o jurídico (ver DUCHENE, 2004). Porém, mesmo que aparentemente tais palavras tendam a evocar alguns desses discursos, a consistência do discurso diplomático multilateral sobrepõe-se a esse conjunto de discursos. Isso pode ser comprovado pelas relações sintagmáticas entre essas palavras e certos termos que delimitam o lugar da atividade discursiva em foco: CSNU. Esse caráter associativo foi evidenciado esquematicamente no quadro subsequente.

⁷³ Tradução livre de: « la consistance d'un discours se construit à travers un travail permanent sur une inconsistance multiple, les frontières du discours ne sont telles que traversées par l'interdiscours qui les domine ».



Quadro 7 – (Semi)palavras-chave do discurso diplomático segundo as relações sintagmáticas com o lugar da atividade discursiva

4.4.3 O revestimento discursivo do vocabulário: morfologia e sintagmas fixos no discurso diplomático

Na abordagem do vocabulário também levamos em consideração a proposta de Krieg-Planque (2014), que recorda o lugar de destaque da análise de “palavras” no domínio da Análise do Discurso. Assim, como já mencionamos, a autora pontua a ênfase dada à alteração do sentido das palavras conforme o seu emprego, uma vez que seu sentido se constrói em um dado contexto, em uma dada situação, e fornece exemplos de análises morfológicas também contextualizadas, para mostrar que, no âmbito dos discursos políticos e

institucionais, cada um desses modos de formação pode revelar-se profícuo (KRIEG-PLANQUE, 2014, p. 85).

Em se tratando do discurso político, constatamos essa produtividade em um caso que mantém uma relação de oposição com o nosso estudo. A referência à obra de Klemperer (1996) nos interessa aqui porque sua análise revelou características da linguagem do Terceiro Reich. É importante lembrarmos que, na contextualização dos textos do *corpus* da presente pesquisa, vimos que a origem da ONU está relacionada com o fim da Segunda Guerra Mundial na qual o nazismo teve um papel fundamental. Nesse sentido, ao nos depararmos com o seguinte exemplo, perguntamo-nos se não haveria também uma produtividade morfológica no discurso diplomático multilateral das intervenções dos representantes permanentes no CSNU: “No entanto, a própria LTI engendrou uma tal proliferação do prefixo *groß* – *Großkundgebung* [grande manifestação], *Großoffensive* [grande ofensiva], *Großkampftag* [grande dia do combate]”⁷⁴ (KLEMPERER, 1996, p. 286).

Em nossas análises, verificamos que há, de fato, no emprego do vocabulário desse gênero do discurso diplomático, um tipo relevante de produtividade morfológica. Durante a seleção de lexemas-chave, notamos que parte do vocabulário que havíamos selecionado possuía um traço morfológico em comum: nominalização de verbos cujo sentido semântico é a base da diplomacia. Trata-se de um dado relevante, pois o uso de nomes no lugar de verbos produz o efeito de sentido de que há uma concretização de ações diplomáticas. Isso porque, de acordo com Francis (1994), as nominalizações são resultados de uma estratégia discursiva segundo a qual um encapsulamento de processos e actantes passa a representar os seus referentes enquanto objetos-acontecimentos compartilhados com o destinatário modelo.

cooperação	conversações	negociações	mediações
------------	--------------	-------------	-----------

Quadro 8 - Produtividade morfológica do discurso diplomático das intervenções de representantes permanentes no CSNU

Exemplo 5

•Espana ha destinado 255Meuros (unos 297USD) de AOD neta para la reconstrucción de Haití desde el terremoto y Haití sigue siendo un país prioritario para la cooperación española que tiene previsto gestionar en el país 129Meuros- en su mayoría ya desembolsados - en el periodo 2015-2017. [ANEXO I](#)

⁷⁴ Tradução livre de: « Pourtant la LTI a d'elle-même engendré une telle prolifération du préfixe *groß* – *Großkundgebung* [grande manifestation], *Großoffensive* [grande offensive], *Großkampftag* [grand jour de combat]. »

Exemplo 6

O tema da participação das mulheres em conversações de paz e outras negociações relacionadas com conflitos contém certamente mais do que um elemento de justiça – é também uma questão de eficácia, que tem impacto direto no sucesso da solução de conflitos e nos esforços de mediação. As mulheres podem trazer perspectivas únicas à mesa de negociações sobre temas como impunidade, responsabilização e justiça. Se estas perspectivas forem tratadas nas negociações, as possibilidades de alcançar uma paz sustentável serão muito maiores. [ANEXO G](#)

Exemplo 7

Colombia puede ofrecernos prácticas muy positivas en materia de reparación y de participación de víctimas de violencia sexual en las negociaciones de un acuerdo de paz. [ANEXO O](#) (Os grifos são nossos).

Esse revestimento discursivo observado no nível morfológico a partir do sufixo “ção” (em português) evidencia também a produtividade dos sintagmas fixos (KRIEG-PLANQUE, 2014, p. 81-117) no gênero de discurso em foco. Essa categoria de análise faz parte do estudo de fórmulas, slogans e congelamentos. Tomando a noção de congelamento como princípio geral de análise, a autora evidenciou diferentes modos de estabilização do discurso em diferentes níveis de regularidade: palavra, frase e texto. Um fato relevante para a presente pesquisa é que o processo morfossintático faz parte da análise proposta por Krieg-Planque. Assim, além do efeito de sentido mais genérico que apontamos anteriormente, muitas vezes as nominalizações são responsáveis pelo desencadeamento de sintagmas fixos fortemente associados ao discurso diplomático que emerge no seio do CSNU.

Voltemos ao exemplo 6. Nele podemos constatar o papel morfossintático da palavra “conversação” no uso de um sintagma fixo que converge com a própria finalidade do CSNU: “conversações de paz”. Portanto, para finalizar esta seção, elaboramos um quadro com outros sintagmas fixos que demonstram essa produtividade morfossintática⁷⁵ que consiste, basicamente, no processo de nominalização de um verbo com o fim de formar sintagmas fixos que estão associados à finalidade social da instituição.

proteção de civis - proteção das mulheres - mediação de conflitos - consolidação da paz

Quadro 9 - Produtividade morfossintática no uso de sintagmas fixos do discurso diplomático das intervenções de representantes permanentes no CSNU

⁷⁵ Optamos por não detalhar esse processo, uma vez que a literatura especializada foge ao escopo do presente estudo, inclusive pela exigência de se levarem em conta as particularidades morfossintáticas da língua espanhola, da língua francesa e da língua portuguesa. De qualquer forma, preferimos apresentar no quadro 9 as expressões mais recorrentes a partir de uma característica morfossintática em comum – o uso de preposição entre o núcleo do sintagma nominal e seus modificadores – sem o intuito de estudar esses sintagmas segundo as perspectivas teórico-metodológicas da linguística descritiva.

4.4.4 Os referentes instaurados pelo discurso diplomático: nomes próprios e memória discursiva

Outro caso analisado por nós é a designação. De acordo com Maingueneau (2016, p. 219-233), ao fazer uso de determinada língua, um locutor tem à sua disposição diversas formas de colocar em evidência um referente. Cada modo utilizado por ele requer o acionamento de determinadas competências por parte do coenunciador⁷⁶ para que um referente seja ativado. Levando em consideração toda essa complexidade discursiva, o autor propõe dois procedimentos básicos em relação à identificação de um referente: 1) a sua ativação por meio da competência enciclopédica, casos de nomes próprios, como Brasília, Madrid, Paris etc.; 2) a recuperação de um referente a partir das manifestações físicas da enunciação: demonstrativos, elementos catafóricos, artigo definido e indefinido etc.

O tipo de designação que nos interessa mais de perto aqui é o nome próprio. Ainda segundo Maingueneau (2016), a propriedade particular dessa categoria está relacionada com a forma direta de designar seu referente. Isso porque a característica distintiva do nome próprio decorre do fato de um referente ter, em algum momento, recebido um nome por uma pessoa ou um grupo de pessoas. Além da ação de nomear, o autor também evidencia a necessidade de que tal nomeação seja estável dentro de uma comunidade, tendo relevância social ou afetiva. Nessa perspectiva, o trabalho de identificação desse tipo de referente pode ser fácil ou difícil. Acreditamos que a dificuldade, em geral, ocorre porque o coenunciador não possui meios para identificar o referente, se ele não conhece o nome próprio que lhe é associado.

Em relação a essa competência exigida do coenunciador, é preciso levar em conta o conceito de leitor modelo estritamente relacionado com a noção de gênero de discurso. Maingueneau (2016) sublinha o fato de que cada texto ou cada gênero de discurso pode exigir um tipo de leitor modelo, a partir do conhecimento partilhado entre esse sujeito e o locutor. Assumimos essa posição, mas preferimos utilizar o termo destinatário modelo empregado pelo autor em outras obras. Embora não tenhamos encontrado uma proposta de sinonímia ou uma proposta de distinção dessas categorias, acreditamos que o termo destinatário modelo é mais produtivo. Enquanto a categoria leitor modelo pode ser erroneamente associada apenas

⁷⁶ O termo “coenunciador”, que Maingueneau usa em alguns trabalhos, inspirado em A. Culioli, tem a vantagem de destacar o papel ativo do destinatário do discurso na construção de sentidos.

ao coenunciador de textos escritos, o termo destinatário modelo evita esse enquadramento ambíguo, além de seguir um critério de economia e de precisão terminológica.

Nesse sentido, percebemos que a intervenção de representantes permanentes no CSNU exige conhecimentos específicos de seu destinatário modelo no que tange ao acionamento de referentes designados por nomes próprios. Assim, são diversos os casos em que os locutores usam nomes próprios que só podem ser interpretados através do conhecimento enciclopédico do coenunciador.

Aqui é preciso destacar o fato de que as intervenções de representantes permanentes no CSNU são disponibilizadas para um público diferente dos participantes das sessões realizadas por esse órgão, visto que nos referimos aos seus avatares previsíveis, não ao seu núcleo (ver [3.4.2](#)). Entretanto, não há ações específicas para que os referentes sejam recuperados. Ao contrário, exige-se um alto nível de conhecimento do público. Isso, por um lado, mostra que o destinatário modelo desse gênero de discurso é um especialista em diplomacia multilateral (que, portanto, prescindiria de maiores indicações). Por outro, coloca em evidência as especificidades de um discurso diplomático institucionalizado pelo CSNU para um destinatário modelo que não seja necessariamente especialista. Isso porque, ainda que não conheça com precisão muitos desses referentes, esse coenunciador pode perfeitamente compreender que se trata de órgãos responsáveis, em algum grau, pelas práticas diplomáticas desenvolvidas na ONU.

Exemplo 8

A participação efetiva e sustentável das mulheres depende da inclusão social e das oportunidades econômicas. O trabalho da Assembléia Geral, do Conselho Econômico e Social e da ONU Mulheres a este respeito requer nosso total apoio se quisermos alcançar os objetivos da agenda das Mulheres e Paz e Segurança. [ANEXO G](#)

Exemplo 9

Le gouvernement doit coopérer avec la mission d'enquête du Haut Commissariat aux droits de l'Homme et autoriser l'accès humanitaire, y compris la mission d'évaluation du Bureau de Coordination de l'Aide humanitaire. [ANEXO F](#)

Exemplo 10

En este marco, quisiera destacar el papel esencial que juega la Corte Penal Internacional en la investigación y persecución de tales crímenes, y por otro lado, el hecho de que el Consejo de Seguridad tenga a su alcance una serie de medidas, incluyendo la remisión de los hechos a la Corte Penal Internacional, para cuyo trabajo mi país expresa todo su apoyo. (Os grifos são nossos). [ANEXO M](#)

A questão dos nomes próprios também está relacionada com a produtividade de siglas. Segundo Krieg-Planque (2014), a criação de siglas gera uma espécie de criatividade no domínio da morfologia lexical, atendendo a objetivos específicos como economia linguística e facilidade de memorização. A autora destaca o fato de as siglas serem produzidas em conformidade com as regras de determinada língua enquanto sistema. Por isso mesmo, uma alteração de língua pode gerar uma alteração de sigla.

Em relação ao processo de significação das siglas, verificamos que, mais uma vez, há uma exigência para o destinatário modelo de um conhecimento mais específico. Isso quer dizer que a competência enciclopédica desse coenunciador abarcaria o conhecimento do referente que deveria ser acionado por meio dessas siglas. Algumas delas, por serem amplamente difundidas pelos meios de comunicação, quase sempre com o significado entre parênteses, implicam um grau relativamente baixo de dificuldade para acionar seus referentes:

Exemplo 11

A OEA tem sido particularmente ativa em seus esforços para apoiar o processo eleitoral e os haitianos no processo de verificação. [ANEXO A](#)

Exemplo 12

A confiança na imparcialidade da Organização é indispensável para que ela possa contribuir construtivamente para soluções políticas sustentáveis para o conflito, o que o objetivo final da tarefa de manutenção da paz da ONU. [ANEXO E](#)

Exemplo 13

Agradecimientos a las panelistas, Señoras: (...)
LLwad Elman (Somalia) miembro del Grupo de trabajo sobre mujer, paz y seguridad de las ONG's. (Os grifos são nossos) [ANEXO M](#)

Porém, usam-se também siglas que demandam um conhecimento mais especializado. Sobre esse caso, chamamos a atenção para o *médium* das intervenções da representante permanente do Brasil. Vimos, na seção anterior, que um dos paratextos que compõem o livro é um glossário de siglas, mesmo em se tratando de uma obra dirigida a um público mais restrito. Já no caso das intervenções da Espanha e da França, o coenunciador precisará utilizar meios de ampliar a sua competência enciclopédica através de outros textos e outros gêneros de discursos. Antes de passar aos exemplos, destacamos os significados de algumas siglas que constam no glossário do livro de Viotti, Dunpol e Fernandez (2014, p. 13-18), com o fim de evidenciar o seu papel no processo de significação: MINUSTAH: Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti; MONUSCO: Missão das Nações Unidas para a Estabilização da República Democrática do Congo; SGNU: Secretário-Geral das

Nações Unidas; DPKO: Departamento de Operações de Manutenção da Paz; RESG: Representante Especial do Secretário-Geral da ONU.

Exemplo 14

Felicitemos a MINUSTAH, e os parceiros bilaterais e multilaterais por sua valiosa contribuição, em especial na fase atual do processo eleitoral. [ANEXO A](#)

Exemplo 15

Dans ce contexte, je salue l'engagement constant du personnel de la MINUSTAH, à commencer par le Représentant Spécial du Secrétaire Général notre ami Edmond Mulet. [ANEXO B](#)

Exemplo 16

Dans ce contexte, naturellement, le rôle du BCAH est crucial pour garantir l'efficacité de l'aide. [ANEXO B](#)

Exemplo 17

En République démocratique du Congo, la MONUSCO doit continuer d'intervenir de manière tout aussi déterminée. [ANEXO F](#)

Exemplo 18

- España ha destinado 255Meuros (unos 297USD) de AOD neta para la reconstrucción de Haití desde el terremoto y Haití sigue siendo un país prioritario para la cooperación española. [ANEXO I](#)

Exemplo 19

- España comparte la valoración que hace el SGNU sobre el desarrollo de la convocatoria electoral del 9 de agosto pasado, en Haití, en la cual la situación de seguridad se mantuvo en relativa calma. [ANEXO I](#)

Exemplo 20

Debemos asegurarnos de que todas las unidades que participan en una OMP hayan seguido una formación adecuada y suficiente sobre derechos humanos y cuestiones de género para identificar y prevenir este tipo de violaciones; [ANEXO M](#)

Exemplo 21

Intervención del ERP de España en el debate abierto del Consejo de Seguridad sobre la Protección de Civiles, 30 enero 2015 [ANEXO M](#)

Exemplo 22

La unidad de género en el seno de DPKO está infradotada y no tiene la capacidad de interlocución necesaria con el liderazgo de cada misión. [ANEXO O](#).

Exemplo 23

Apoyamos cualquier iniciativa de la RESG para Violencia Sexual en este sentido. [ANEXO O](#) (os sublinhados são nossos; o negrito, do original).

Além de colocar em evidência que o referente dessas siglas pertence a um domínio especializado, os exemplos 14 e 15 possuem mais uma característica que estudamos. O fato de termos analisado as intervenções conforme os idiomas oficiais dos respectivos Estados permitiu-nos as seguintes observações. Algumas siglas são comuns nas três línguas por algumas similaridades morfosintáticas. É o caso de MINUSTAH visto, respectivamente, nas intervenções dos representantes permanentes do Brasil e da França. No caso da Espanha, também ocorre essa coincidência na produtividade da sigla. Entretanto, o exemplo a seguir mostra uma particularidade na formação de siglas em Espanhol, que diz respeito à duplicidade de letras para um referente que é expresso no plural⁷⁷.

Exemplo 24

- Asimismo, España considera muy conveniente el despliegue de la misión de evaluación propuesta por SG en su informe, para valorar cuál debe ser el papel y la presencia de NNUU en Haití. [ANEXO I](#) (grifo nosso).

Para finalizar, destacamos mais dois casos (exemplos 25 e 26 a seguir). O primeiro refere-se à Espanha e diz respeito ao uso de estrangeirismo para designar o debate/a reunião do CSNU. A preferência pelo termo em inglês “briefing” chama a atenção pelo fato de ser empregado apenas por esse Estado.

Exemplo 25

Gracias a la presidencia británica y a la Sra. Secretaria de Desarrollo Internacional del Reino Unido, Sra. Greening, por la organización de este briefing en el que estamos tratando de la situación humanitaria en Siria desde varias perspectivas, todas ellas esenciales. [ANEXO K](#) (grifo nosso)

O segundo caso refere-se à utilização de termos técnicos, com vistas a evidenciar, a partir da seleção lexical, o nível de diferentes práticas diplomáticas multilaterais realizadas no CSNU. Por exemplo, o fato de havermos constatado o emprego da expressão “consolidação da paz” na intervenção do representante permanente da França não nos parece

⁷⁷ Trata-se de uma questão cujo detalhamento foge ao escopo de nossa pesquisa. Nesse sentido, recorreremos a duas obras para fazer alguns breves apontamentos em relação a esse fato. De acordo com Alvar Ezquerro e Miro Domínguez (1983), há uma diferença entre abreviaturas e siglas, pois as primeiras são fórmulas consagradas na língua, enquanto as segundas são referências a nomes próprios. De fato, a regra a qual nos referimos foi encontrada em uma seção destinada às abreviaturas: “Son dobles las abreviaturas convencionales que expresan un plural mediante la duplicación de la inicial con que se expresa la abreviación; Por ejemplo, AA. AA. ‘antiguos alumnos’, EE. UU. ‘Estados Unidos’ (MARTÍNEZ DE SOUSA, 2004, p. 217). No entanto, acreditamos que essas especificidades não interferem no destaque que damos a esse uso. Por fim, chamamos à atenção para a ausência de ponto em NNUU no exemplo 24. Ainda de acordo com Martínez de Sousa (2004, p. 217), “este tipo de abreviaturas se escriben poniendo un punto abreviativo en cada pareja de letras duplicadas y separándolas con el espacio normal de la línea. Desde este punto de vista, es desacertado suprimir el punto” (AA AA, EE UU). Esse fato tampouco interfere na nossa análise, uma vez que nos restringimos a apresentar essa especificidade da língua espanhola.

uma simples coincidência. Vimos anteriormente que se trata de um sintagma fixo. Fomos, porém, levados a buscar uma justificativa maior para o uso desse termo na intervenção da França, a partir de traços históricos assumidos pelo locutor. Isso porque, diferentemente de todos os casos anteriores relacionados à análise do vocabulário, a seguinte ocorrência pareceu-nos estar (mais) associada ao *status* de membro permanente do CSNU que a França possui.

Exemplo 26

Il est en effet de notre responsabilité de faire évoluer les moyens déployés sur place pour répondre au mieux aux besoins de ce pays et de sa population. Il en va de la crédibilité de l'action de ce Conseil, mais également de son efficacité. La France est convaincue qu'il est désormais temps de passer d'une logique de maintien de la paix à une logique de consolidation de la paix en Haïti. La sécurité et la stabilisation d'Haïti à long terme repose sur la prise de leur responsabilité par les autorités haïtiennes et du développement durable de l'île. (Os grifos são nossos). [ANEXO J](#)

Segundo Pérez Herranz (2014, p. 77), há diferentes níveis de tratamento da manutenção da paz e da segurança na prática discursiva do CSNU: desde ações enquadradas como uma diplomacia preventiva ou uma solução pacífica de controvérsias até a execução de medidas que seriam classificadas como aquelas de manutenção, estabelecimento e consolidação da paz. Tais dados evidenciam uma perspectiva gradativa que interpretamos da seguinte maneira: um posicionamento relacionado a uma lógica de manutenção da paz seria enquadrado em um discurso diplomático preventivo, enquanto um posicionamento relativo a uma lógica de consolidação da paz seria enquadrado na perspectiva do discurso diplomático coercitivo. Logo, acreditamos que o uso do termo “consolidação da paz” está relacionado ao *status* de membro permanente da França junto ao CSNU e foi empregado para solicitar a esse órgão medidas mais severas em relação ao Haiti.

Vemos, portanto, que o emprego do termo técnico “consolidação da paz” não parece ter sido por acaso. Ele advém de restrições discursivas impostas pelo gênero de discurso intervenções de representantes permanentes no CSNU. O fato de encerrarmos essa seção sobre o vocabulário com a presente análise tampouco se constituiu um aspecto fortuito. Vimos, primeiramente, as palavras-chave (4.4.1) e as (semi)palavras-chave do discurso diplomático multilateral (4.4.2). Em seguida, descrevemos alguns traços morfológicos de certos vocábulos (4.4.3) e chegamos ao estudo dos nomes próprios e das siglas (4.4.4). Em todos esses casos, constatamos um comportamento semântico similar em todas as intervenções, sem distinção entre Brasil, Espanha e França. A exceção foi essa ressalva que

fizemos sobre o uso de “consolidação da paz”, cujo emprego diferencia a França do Brasil e da Espanha pelo fato de o primeiro Estado ser um membro permanente do CSNU.

A questão que se coloca, a partir desse traço distintivo, é se ele se projeta no discurso dos enunciadores de outras formas. Através da perspectiva sobre o estudo do vocabulário que adotamos nessa seção, constatamos a estabilidade de um uso regular de lexemas por parte dos representantes permanentes do Brasil, da Espanha e da França. Na próxima seção abordaremos os temas e as figuras presentes nas intervenções, articulando-os à noção de *éthos*, como já anuncia o título. Cabe esclarecer que não se trata simplesmente do estudo do vocabulário, a partir de um outro ponto de vista, de uma outra perspectiva, mas, antes, da apreensão de elementos que, no nível discursivo, respondem pela construção do texto enquanto objeto de significação e que têm a particularidade de também permitirem desvelar os aspectos histórico-sociais de Brasil, Espanha e França, em consonância com os objetivos que delineamos na [Introdução](#).

4.5 Temas, figuras e a projeção do *éthos* dos representantes permanentes do Brasil, da Espanha e da França

Nesta seção, o viés interdisciplinar da Análise do Discurso fez-se particularmente necessário. Nos trabalhos de Lara e Andrade (2013; 2014) e Andrade (2015a), discutimos a relevância de se articularem as categorias “temas” e “figuras” da Semiótica Francesa a algumas problemáticas mais amplas da ADF, como o *éthos* discursivo e a noção de gêneros de discurso. Isso porque, por meio dessas categorias, são desvelados os valores assumidos pelo enunciator do texto, bem como as determinações sócio-históricas que fazem desse texto também um objeto histórico ou um objeto de comunicação.

Seguindo essa perspectiva interdisciplinar, as análises aqui apresentadas serão conduzidas a partir de três dimensões teórico-metodológicas. Em primeiro lugar, partiremos da proposta de Maingueneau (2008a), com o fim de visualizar os temas específicos do discurso diplomático, oriundo das intervenções. Em segundo lugar, articularemos essa abordagem às categorias da Semiótica Francesa, de modo que a análise de temas e figuras (ocasionais) possa explicitar particularidades do discurso projetado no CSNU por três Estados distintos: Brasil, Espanha e França. Por último, evidenciaremos a relação entre nossas análises e o estudo do *éthos* discursivo. Assim, certos aspectos relacionados a essa categoria já serão

tratados aqui. Aliás, a problemática do *éthos* perpassa todas as seções de análise que apresentamos neste capítulo porque todas as categorias com as quais trabalhamos emergem da atuação de um sujeito enunciador. Não obstante, preferimos reservar uma seção para discutir, mais detalhadamente, a noção de *éthos*, limitando-nos aqui a pontuar sua relação com algumas categorias.

Ao adotar a proposta de Maingueneau (2008a) para o estudo dos temas que se manifestam nos textos do *corpus*, apoiamo-nos, sobretudo, na divisão bifocal proposta pelo autor. Segundo ele, o sistema de restrições de um dado discurso é responsável pela integração de seus *temas impostos* e de seus *temas específicos*. Vimos que os temas específicos são aqueles tomados como os temas próprios de um dado discurso em decorrência de sua relação semântica privilegiada com o seu sistema de restrições. De nossa parte, limitaremos a abordagem da noção de *temas específicos* à relação entre o título dos textos que integram o *corpus* e seus desdobramentos semânticos. Isso porque o sistema de restrições do tipo de discurso em foco tem origem nas restrições impostas pelo contrato de um gênero de discurso específico: as intervenções dos representantes permanentes no CSNU.

Na seção dedicada ao estudo da cena genérica (4.2), descrevemos o contrato genérico das intervenções, destacando um aspecto observado no regimento interno do CSNU: as intervenções dos representantes permanentes são previamente elaboradas, uma vez que o artigo 12 do referido documento estabelece o prazo mínimo de vinte um dias, anteriores a cada reunião, para que seja fornecida aos demais diplomatas a ordem provisória do dia. Trata-se de um programa de trabalho aprovado pelo Conselho de Segurança no qual se encontram os temas de cada reunião/debate. Logo, o próprio título das intervenções já traz em si o *tema específico* que cabe ao Conselho de Segurança das Nações Unidas examinar.

Exemplo 27

Debate sobre o Haiti

Nova York, 20 de janeiro de 2011

Embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti

Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas. [Anexo A](#)

Exemplo 28

27 avril 2011 - Conseil de sécurité - La situation en Syrie - Intervention de M. Gérard Araud, représentant permanent de la France auprès des Nations unies. [Anexo D.](#)

Exemplo 29

Intervención del ERP de España en el debate abierto del Consejo de Seguridad sobre la Protección de Civiles, 30 enero 2015. [Anexo M](#)

Exemplo 30

Les violences sexuelles dans les conflits : tactique de terreur - 15 avril 2015 [en]

Femmes, Paix et Sécurité : « Les violences sexuelles dans les conflits » - Intervention de M. François Delattre, représentant permanent de la France auprès des Nations unies - Conseil de sécurité - 15 avril 2015. (Os grifos são do original) [Anexo P.](#) (grifos do original)

Depreende-se desses exemplos que as problemáticas relacionadas ao Haiti, à Síria, à proteção de civis e a Mulheres, paz e segurança são integradas em primeiro plano no discurso de cada representante permanente no CSNU. A esses temas foram integrados outros *temas específicos e temas impostos*, de acordo com o posicionamento de cada enunciador. Se fôssemos privilegiar a abordagem maingueneana no exame desses casos, poderíamos ainda classificar os temas impostos como *compatíveis* (conversão semântica com o sistema de restrições) e *incompatíveis* (divergência semântica com o sistema de restrições). Por exemplo, uma intervenção que fomentasse o conflito, a guerra, teria, pelo menos em tese, um tema imposto divergente do sistema de restrições que rege o discurso diplomático.

Tal classificação foge, porém, ao escopo de nossa pesquisa, no sentido de que a (in)compatibilidade só pode ser adequadamente apreendida quando se confrontam dois (ou mais) discursos (por exemplo, um discurso do CSNU e um discurso proveniente da Assembleia Geral ou mesmo de uma outra instância), visto que Maingueneau (2008a) propôs tais categorias para a análise de discursos antagônicos, caso do discurso humanista devoto e do discurso jansenista.

Essa é uma das razões pela qual decidimos articular essa análise inicial dos temas com as categorias de temas e figuras da Semiótica Francesa, já que não percebemos uma relação antagônica entre os discursos dos representantes permanentes do Brasil, da Espanha e da França no CSNU. Ao longo de nossa investigação, notamos que, nesse gênero de discurso, o enunciador projeta sua imagem de duas maneiras, mas sem assumir uma posição de rivalidade. Na primeira, a projeção parte de seu *status* dentro desse órgão (ver 4.7). Na segunda, sua imagem se mescla com as características do Estado que ele representa, assumindo valores (saberes, crenças) pré-determinados de acordo com os aspectos sócio-históricos desse Estado. Por essa razão, analisamos, mais detalhadamente, os temas e as figuras de alguns textos do *corpus* para desvelar as determinações sócio-históricas que marcam o discurso de cada Estado: Brasil, Espanha e França.

Antes, porém, relembremos alguns aspectos relevantes dessas duas noções semióticas (temas e figuras). Segundo Barros (2008, p. 69), tematizar um discurso consiste em “formular os valores de modo abstrato e organizá-los em percursos”; já para examinar os percursos “devem-se empregar princípios da análise semântica de determinar os traços ou semas que se repetem no discurso e o tornam coerente”. Quanto ao procedimento de figurativização, ainda de acordo com a autora, “figuras do conteúdo recobrem os percursos temáticos abstratos e atribuem-lhes traços de revestimento sensorial” (BARROS, 2008, p. 72).

Como se trata de textos predominantemente temáticos (ou de figuração esparsa), como já afirmamos, cabe-nos estudar os percursos temáticos mais “salientes” em (algumas) intervenções que integram o *corpus*, com o intuito de desvelar os temas mobilizados pelos enunciadores de cada Estado, bem como as figuras ocasionais que as permeiam. Ressaltamos que em [3.4.4](#), tais categorias foram descritas com mais detalhes e que aqui apenas as retomamos para realizar as análises.

No caso do Brasil, verificamos, no exemplo 31, que as figuras “apagar as chamas” (ao invés de) “atijá-las” destacam a dimensão das medidas coercitivas nas práticas diplomáticas multilaterais. Delimitam, pois, os principais valores da diplomacia brasileira: a defesa de negociações preventivas em detrimento do uso da força (expediente que só deve ser empregado em último caso). O encadeamento de elementos como “conflito”, “recurso”, “força”, permite, pois, chegar ao percurso temático da autorização do uso da força por parte do CSNU. No entanto, a representante permanente do Brasil coloca em evidência o limite dessa aplicação ao defender que o CSNU, ao adotar medidas coercitivas com o fim de manter a paz e a segurança, pode agravar a situação. Tais medidas devem, portanto, ser adotadas apenas em casos excepcionais, como se observa no seguinte percurso temático: “proteger (civis)”, “recurso de última instância”, “máximo cuidado”, desvelando o tema da cautela, que vem atenuar o primeiro percurso.

Exemplo 31

Em alguns casos, medidas coercitivas podem ser necessárias para proteger civis. No entanto, o uso da força deve sempre ser um recurso de última instância. Devemos ter o máximo cuidado para assegurar que nossas ações apaguem as chamas do conflito, em vez de atijá-las. [ANEXO E](#) (grifos nossos).

No exemplo 32, a seguir, destaca-se o percurso temático da liderança das mulheres em diferentes níveis do governo brasileiro, a começar pela figura da “Presidenta Dilma”: “participação das mulheres”, “processos decisórios”, “tem aumentado”, “tendência na política brasileira”, “chefiar”, “ocupar-se das responsabilidades centrais”, “galgar posições de destaque”, entre outros elementos. Esse tema maior é, temporalmente, delimitado pela presença do dêitico “hoje”. Acreditamos que três interpretações são possíveis a partir desse uso: a) uma indicação literal do dia da “intervenção”, a saber 28 de outubro de 2011; b) uma referência ao período (2010-2011) do mandato que o Brasil cumpria no CSNU; c) a instauração do pressuposto de que, anteriormente (antes do governo de Dilma Rousseff), a situação das mulheres era bem diferente, interpretação que parece ser a mais adequada. Disso decorre que o tema da eficiência das medidas tomadas pelo Brasil em relação à igualdade de gênero e ao papel da mulher em órgãos do governo permite comparações com governos anteriores (e posteriores) ao momento da enunciação.

Exemplo 32

O Brasil está firmemente engajado em atividades de cooperação com países pós-conflito. No Brasil, a participação das mulheres nos processos decisórios que tratam destas questões tem aumentado constantemente, paralelamente à tendência que se observa na política brasileira de forma geral, tanto no Executivo quanto no Legislativo. Hoje, mulheres chefiam cerca de um terço dos Ministérios no gabinete da Presidenta Dilma, inclusive vários dentre os que se ocupam das responsabilidades centrais do governo. As mulheres também galgaram posições destacadas na diplomacia brasileira e ocupam cada vez mais posições de alto nível no Serviço Exterior. [ANEXO G](#)

Dois temas merecem ainda ser citados: o primeiro decorre da associação entre a “Presidenta Dilma” e a “diplomacia brasileira”. O(a) enunciador(a) ressalta, pois, o papel diplomático do chefe de Estado no Brasil, fazendo sobressair o desempenho de uma mulher em uma função diplomática tradicionalmente desempenhada por homens desde a Primeira República Brasileira: Deodoro da Fonseca (1889-1891), Floriano Peixoto (1891-1894), Prudente de Moraes (1894-1898), Campos Sales (1898-1902), Rodrigues Alves (1902-1906), Afonso Pena (1906-1909), Nilo Peçanha (1909-1910), Hermes da Fonseca (1910-1914), Venceslau Brás (1914-1918), Delfim Moreira (1918-1919), Epitácio Pessoa (1919-1922), Artur Bernardes (1922-1926), Washington Luís (1926-1930), Getúlio Vargas (1930-1945), José Linhares (1945-1946), Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), Getúlio Vargas (1951-1954), Café Filho (1954-1955), Carlos Luz (1955), Nereu Ramos (1955-1956), Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961), Ranieri Mazzilli (1961), João Goulart (1961-1964), Ranieri Mazzilli (1964), Humberto Castelo Branco (1964-1967), Artur da Costa e Silva (1967-

1969), Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979), João Figueiredo (1979-1985), José Sarney (1985-1990), Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995), Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), Dilma Rousseff (2011-2016).

Esse tema (implícito) é relevante por abrir um leque de discussões no espaço público não apenas sobre a igualdade de gêneros, mas, sobretudo, sobre a ocorrência de um processo gradativo da questão da igualdade de gêneros. Ao projetar esse tema em seu discurso, o enunciador coloca em evidência um saber enciclopédico a ser acionado por seu destinatário modelo, segundo o qual o exercício da Chefia de Estado no Brasil por uma mulher foi um feito histórico para o país. Sabe-se que o tema da igualdade de gêneros tem sido amplamente debatido. Não obstante, a partir da associação feita entre Dilma e a diplomacia, vários outros subtemas são desencadeados, principalmente em relação a cargos de alto nível no setor da diplomacia: foi uma casualidade a primeira Chefe de Estado do Brasil ter sido eleita pelo Partido dos Trabalhadores? Tal fato teria alguma relação com “*uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula*” (ALMEIDA, 2004)? Quantos Estados Membros da Assembléia Geral das Nações Unidas já tiveram uma mulher como chefe de Estado?

O segundo tema implícito, ainda observado no exemplo 32 em relação às práticas diplomáticas, é o da atuação feminina no campo da diplomacia multilateral, particularmente no CSNU⁷⁸. Isso porque o percurso temático da liderança das mulheres em vários escalões do governo brasileiro é complementado por um traço particular do enunciador: a representante permanente do Brasil no CSNU durante o mandato de 2010-2011 era uma mulher: Maria Luiza Viotti. Ao justificar a escolha dos textos do *corpus* desta pesquisa, mostramos que os representantes permanentes ocupam um posto de prestígio na sede da ONU. Logo, a partir do referido percurso, constatamos que o enunciador dessa intervenção do Brasil fala, de certa forma, em seu próprio nome, destacando o tema da representatividade feminina no próprio CSNU, ao debater o tema Mulheres, Paz e Segurança.

⁷⁸ Ressalto aqui o fato de essa questão nos ter sido sugerida pela Professora Dr.^a Laurance Badel durante a exposição de parte deste trabalho: ANDRADE. R.B. La pratique diplomatique des représentants permanents du Brésil, de l’Espagne et de la France auprès des Nations unies en 2011 et 2015. *Séminaire doctoral sur les « Pratiques diplomatiques contemporaines, siècles XIX-XXI »*. Paris: Université Panthéon-Sorbonne, 18 de out. 2016d.

Algumas ponderações sobre esse tema implícito merecem uma atenção maior. Desenvolvemos uma pesquisa sobre a ocupação do cargo de representante permanente do Brasil no CSNU por mulheres desde a fundação das Organizações das Nações Unidas. Inicialmente, chamou-nos a atenção a própria ausência de alguns nomes desses atores sociais nas obras a que tivemos acesso, fato que impossibilitava checar o número de mulheres que haviam exercido tal função. Assim, solicitamos ao *Diário Oficial da União* as publicações referentes às nomeações dos representantes permanentes. Encontramos dados concretos que evidenciam que Maria Luiza Ribeiro Viotti foi a primeira mulher a exercer essa função: 1946-1947 (Henrique de Sousa Gomes / João Carlos Muniz); 1951-1952 (João Carlos Muniz); 1954-1955 (Ernesto de Moraes Lem / Cyro de Freitas Valle); 1963-1964 (Geraldo de Carvalho Silos / José Sette Câmara Filho); 1967-1968 (José Sette Câmara Filho / João Augusto de Araújo Castro); 1988-1989 (Paulo Nogueira Batista); 1993-1994 (Ronaldo Mota Sardenberg / Henrique Rodrigues Valle Junior); 1998-1999 (Celso Luiz Nunes Amorim / Gelson Fonseca Junior); 2004-2005 (Ronaldo Mota Sardenberg); 2010-2011 (Maria Luiza Ribeiro Viotti) ⁷⁹.

Vemos, então, que a exploração dos temas e figuras ocasionais no discurso do enunciador ocorre conforme acontecimentos históricos específicos do Brasil. Ainda que tais temas não sejam o foco das reuniões do CSNU, sua imposição acaba por marcar esse gênero de discurso, abrindo novos assuntos a ser debatidos no âmbito da diplomacia. De um lado, no próprio campo político do Brasil. Por exemplo, o fato de a primeira representante permanente do Brasil no CSNU desde 1946 ter sido uma mulher poderia ter alguma relação com o fato de ela ter sido indicada por um governo do mesmo partido político que conseguiu que uma outra mulher fosse eleita Presidente da República pela primeira vez na História do país? Ou teria alguma relação com o fato de o cargo de Ministro das Relações Exteriores durante o Governo do Partido dos Trabalhadores ter sido sempre ocupado por um diplomata de carreira – Celso Amorim (2003-2010); Antonio Patriota (2011-2013); Eduardo dos Santos (2013); Luiz Alberto Figueiredo (2013-2015); Mauro Vieira (2015-2016)?

Por outro lado, esse tema desencadeia questões sobre a própria representatividade feminina no CSNU. Esse último aspecto, aliás, converge com os nossos objetivos de pesquisa, sobretudo no que diz respeito à seleção do *corpus* a partir das intervenções do Brasil, da Espanha e da França. Durante o processo de análise dos temas (e figuras) dessa intervenção do Brasil, ocorreu-nos aprofundar a pesquisa sobre a ocupação desse cargo por mulheres

⁷⁹ DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Central de Atendimento da Coordenação de Relacionamento Externo da Imprensa Nacional. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida de: <halmalima@in.gov.br> em 21 ago. 2017.

levando em consideração também a Espanha e a França. Nosso objetivo, nesse caso, foi simplesmente o de compreender se a estratégia empregada pela representante permanente do Brasil contrastaria (ou não) com as dos representantes da Espanha e da França. Por isso nos perguntamos se esses Estados já haviam tido um representante permanente do sexo feminino em, pelo menos, algum(ns) de seus mandatos.

Em relação à Espanha, encontramos esses dados no livro de Quintero (2015, p. 713-728). No capítulo de dados e estatísticas sobre os sessenta anos da Espanha na ONU, constatamos que, de 1956 até o ano de edição da obra, todos os representantes permanentes desse Estado tinham sido homens. Ressalte-se que a seguinte lista não se resumiu aos cinco mandatos de membro não permanente da Espanha no CSNU, mas sim a todo o período desde que a Espanha foi eleita membro da ONU⁸⁰: José Felix de Lequerica y Requisa (1956-1963), Manuel Aznar Zubigaray (1964-1967), Jaime de Piniés y Rubio (1968-1972), Jaime Alba Delibes (1972-1973), Jaime de Piniés Rubio (1973-1985), Fernando Morán López (1986-1987), Francisco Villar Ortíz de Urbina (1987-1991), Juan Antonio Yáñez-Barnuevo (1991-1996), Carlos Westendrop y Cabeza (1996-1997), Inocencio F. Arias (1997-2004), Juan Antonio Yáñez-Barnuevo (2005-2010), Juan Pablo de Laiglesia (2010-2012), Fernando Arias González (2012-2014), Román Oyarzun Marchesi (2014 - atual).

No que diz respeito à França, também constatamos que todos os representantes permanentes tinham sido homens. Nesse caso, chamamos à atenção para o *status* de membro permanente da França no CSNU, fato relevante, pois, desde 1946, sempre houve um representante permanente da França nesse órgão. Desde então apenas homens ocuparam essa função: Alexandre Parodi (1946-1949); Jean Chauvel (1949-1952); Herni Hoppenot (1952-1955); Hervé Alphand (1955-1956); Bernard Cornut-Gentille (1956); Guillaume Georges-Picot (1956-1959); Armand Bernard (1959-1962); Roger Seydoux de Clausonne (1962-1967); Armand Bernard (1967-1970); Jacques Kosciusko-Morizet (1970-1972); Louis de Guiringaud (1972-1976); Jacques Leprette (1976-1982); Luc de La Barre de Nanteuil (1982-1984); Claude de Kémoularia (1984-1987); Pierre-Louis Blanc (1987-1991); Jean Bernard Mérimée (1991-1995)⁸¹; Alain Dejammet (1995-2000); Jean-David Levitte (2000-2002); Jean-Marc de

⁸⁰ Entendemos, por esta lista, que, mesmo quando um Estado membro da ONU não é eleito membro não permanente do CSNU, o cargo de representante permanente é ocupado. Evidentemente, as atribuições desse ator social nessa situação são diferentes e fogem ao escopo de nossa pesquisa.

⁸¹ Disponível em Lewin (1995, p. 345).

La Sablière (2002-2007); Jean-Maurice Ripert (2007-2009); Gérard Araud (2009-2014); François Delattre (2014- Atual)⁸².

Por ora, passaremos ao exame dos temas e das figuras de algumas intervenções do representante permanente da Espanha. Destacamos dois casos que julgamos ser os mais representativos de questões históricas desse Estado que foram projetadas no discurso do enunciador. Assim como não nos pareceu uma casualidade a presença de temas (e figuras) que representavam a ascensão das mulheres em setores do Governo e da diplomacia nas intervenções do Brasil, acreditamos que não tenha sido fortuita a presença de temas que representam a oficialidade da língua espanhola nas intervenções de seu respectivo representante permanente no CSNU. Por isso, investimos no estudo dos percursos temáticos destacados a seguir:

Exemplo 33

Al repasar la excelente nota de concepto preparada por la presidencia chilena es casi inevitable pensar en algunas de las noticias que hemos leído en los últimos meses. Por ejemplo, el caso de las niñas yazidíes de 16 o 17 años, víctimas de secuestros, violaciones y torturas por parte de DAESH. Algunas de ellas, después de haber sido liberadas, han optado por quitarse la vida. [Anexo M](#).

Colombia puede ofrecernos prácticas muy positivas en materia de reparación y de participación de víctimas de violencia sexual en las negociaciones de un acuerdo de paz. (Os grifos são nossos) [Anexo O](#)

Nesses dois excertos sobressai a eficiência da atuação diplomática de Estados que têm a língua espanhola como idioma oficial. Vejamos como esse tema implícito pode ser apreendido. No primeiro caso, o representante permanente da Espanha desenvolvia um texto relativo à proteção de civis. Ao referir-se ao ator social que cumpria a função de presidir o referido debate, o diplomata enfatizou o Estado ao qual esse ator pertencia. Isso, somado a figuras como “meninas yasidi”, “vítimas de sequestro”, “DAESH”, remete ao tema da eficiência diplomática do Chile ao fazer outros membros do CSNU pensar em violações de direitos humanos, o que cabe ao CSNU impedir. O segundo excerto segue esse mesmo viés. Durante sua intervenção sobre a temática “Mulheres, paz e segurança”, o representante

⁸²Disponível, respectivamente, em: [Décret du 23 août 1995 \[archive\]](#), JORF n° 200 du 29 août 1995, p. 12796, [NORMAEA9520331D](#); [Décret du 16 décembre 1999 \[archive\]](#), JORF n° 295 du 21 décembre 1999, p. 19009–19010, texte n° 58, [NOR MAEA9920538D](#); [Décret du 22 novembre 2002 \[archive\]](#), JORF n° 273 du 23 novembre 2002, p. 19394, texte n° 75, [NOR MAEA0220515D](#); [Décret du 21 juin 2007 \[archive\]](#), JORF n° 144 du 23 juin 2007, texte n° 56, [NORMAEA0755592D](#); [Décret du 15 juillet 2009 \[archive\]](#), JORF n° 162 du 16 juillet 2009, texte n° 59, [NORMAEA0910512D](#); [Décret du 12 juin 2014 \[archive\]](#), JORF n° 135 du 13 juin 2014, texte n° 33, [NORMAEA1412956D](#). Acesso em: 19 out. 2017.

permanente da Espanha projeta a eficiência diplomática agora da Colômbia. Novamente um Estado que têm como idioma oficial a língua espanhola. Esse tema está subentendido no seguinte percurso temático: “práticas positivas”, “recuperação”, “participação”, “negociações”, “acordo de paz”.

Nesse sentido, o representante permanente da Espanha visou não apenas mostrar o seu posicionamento em relação à proteção de civis, mas enquadrar esse tema dentro de uma parte importante de sua História: a colonização espanhola e o processo de independência das ex-colônias. Uma vez que o gênero de discurso em foco permite tais projeções, ele deixou registrado, nessas intervenções, o reconhecimento de valores perseguidos pelas Nações Unidas que só foram conquistados em determinado momento da História mundial e que dependeram de novas posturas por parte da Espanha e de outros Estados em relação ao seu passado histórico:

As Nações Unidas sempre foram um espelho do que ocorria no mundo, e o mundo, por sua vez, foi moldado pela ONU e seus órgãos. As Nações Unidas desempenharam um papel fundamental na descolonização da África e da Ásia. A Carta da ONU endossou o princípio da autodeterminação para povos coloniais, e ex-colônias como Índia, Egito, Indonésia e Estados latino-americanos aproveitaram a organização como foro para promoção do programa de descolonização. Em 1960, a maioria dos membros das Nações Unidas era a favor da descolonização; as resoluções da ONU condenaram o prosseguimento das relações coloniais e exigiram relatórios anuais dos avanços de todos os territórios remanescentes em direção à independência. A Organização das Nações Unidas foi fundamental para a legitimação da nova norma internacional de que o colonialismo e o imperialismo são inaceitáveis como políticas de Estado (MINGST; ARREGUÍN-TOFT, 2014, p. 172).

No que diz respeito à língua espanhola, cremos que a inclusão desse tema implícito também problematiza questões amplamente debatidas no campo da glotopolítica (ver, por exemplo, DUCHÊNE, 2008; VÁZQUEZ VILLANUEVA, 2006; ARNOUX; VALLE, 2010; ARNOUX, 2016). Ainda que tenhamos examinado dois casos aqui, ressaltamos que esse critério não foi o que basileu a construção do *corpus* da presente pesquisa. Inclusive supomos que fatos similares podem ter ocorrido em relação ao Brasil e à França em textos não analisados por nós, principalmente porque, na literatura especializada dos dois países, encontramos pesquisas em torno dessa problemática. A título de exemplo, citamos o estudo de Djermakoye (1995, p. 123-146) sobre o ingresso de países africanos francófonos na ONU. Para focalizar o caso da Espanha, acreditamos que verificar a exploração de temas como esse nas suas intervenções – e nas de outros Estados hispanófonos – no CSNU, bem como em textos de outras instituições de diplomacia bilateral e multilateral, pode gerar trabalhos produtivos em torno dessa questão. De nossa parte, supomos que haveria

um conjunto de *práticas diplomáticas hispanófonas*, termo que propomos com o fim de relacionar tais fatos à seguinte proposta:

O hispano-americanismo fundava-se sobre a ideia de que uma cultura espanhola comum materializada na língua espanhola existia em ambos os lados do Atlântico e constituía a base de uma entidade política e economicamente operativa, isto é, uma verdadeira *hispanofonia*. Note-se que no uso que eu faço desse termo, a *hispanofonia* não é um fato objetivo: um grupo de nações concretas ou uma rede de interação tecida por um código comunicativo compartilhado. É muito mais uma comunidade imaginada – no sentido andersoniano (Anderson, 1983) – sobre a base da língua comum – imaginada também –; uma língua comum que une, formando um vínculo afetivo, todos aqueles que se sentem em posse da mesma e que compartilham um sentimento de lealdade em relação a ela. A *hispanofonia* é, portanto, uma ideologia linguística⁸³ (VALLE, 2007, p. 37-38)

Todos esses dados que vimos apontando até aqui emergem da exploração temática das referidas intervenções. Não tivemos, evidentemente, o intuito de abordá-los de forma detalhada, mas apenas delimitarmos certos traços discursivos que contrastam, por exemplo, com fatos histórico-geográficos do Brasil. Vimos em [1.1](#) que valores como unidade, grandeza e visão de futuro perpassam a história da diplomacia brasileira (CORRÊA, 2000). O valor de grandeza, associado à história do Brasil, relaciona-se à sua demarcação territorial em contraste com as unidades menores de seus vizinhos, em decorrência da fragmentação desses Estados pelo colonizador espanhol. No caso da Espanha, verifica-se outro valor que acreditamos demarcar suas práticas diplomáticas: a diplomacia entre os Estados onde a língua espanhola é o idioma oficial e sua (da Espanha) relação com ex-colônias do Império Espanhol. Nesse sentido, a relação não seria feita apenas pelo tamanho das demarcações territoriais, mas pelo *status* de Estado ou de língua oficial.

Passemos agora ao exemplo 34 no qual percebemos a exploração de outro tema particularmente relacionado com aspectos específicos da História da Espanha. Trata-se da promoção de órgãos de diplomacia multilateral nos quais o *status* desse Estado sobressai. Antes de mais nada, destacamos as figuras, representadas por nomes próprios, o que coloca em xeque o saber enciclopédico do destinatário modelo e que, por isso mesmo, exigiu-nos uma breve contextualização da qual nos ocuparemos, antes de abordar a questão dos temas e figuras.

⁸³ Tradução livre de: “El hispanoamericanismo se fundaba sobre la idea de que una cultura española común materializada en la lengua española existía a ambos lados del Atlántico y constituía la base de una entidad política y económicamente operativa, es decir, una verdadera *hispanofonía*. Nótese que, en el uso que yo hago de este término, la *hispanofonía* no es un hecho objetivo: un grupo de naciones concretas o una red de interacción tejida por un código comunicativo compartido. Es más bien una comunidad imaginada – en el sentido andersoniano (Anderson 1983) – sobre la base de la lengua común – imaginada también – ; una lengua común que une, formando un vínculo afectivo, a todos aquellos que se sienten en posesión de la misma y que comparten un sentimiento de lealtad hacia ella. La *hispanofonía* es, por lo tanto, una ideología lingüística.”

Exemplo 34

- En este sentido, España agradece los esfuerzos de las diversas misiones del Club de Madrid a Haití, financiadas por la Unión Europea, para la promoción del diálogo en las discusiones relativas a la reforma política en Haití. [ANEXO I](#)

Como dijo en octubre pasado la periodista congoleña, Caddy Adzuba, galardonada con el Premio Príncipe de Asturias de la Concordia: no es sólo el honor y la dignidad de las mujeres lo que está en juego – que ya lo es todo –, sino el futuro desarrollo de nuestras sociedades. (Os grifos são nossos). [ANEXO O](#)

O primeiro excerto diz respeito à situação do Haiti e faz referência ao “Club de Madrid”. Trata-se de uma organização independente e sem fins lucrativos, denominada *World Leadership Alliance-Club de Madrid*⁸⁴, que reúne cento e dez ex-chefes de Estado e de Governos democráticos de setenta países diferentes. Seu enquadramento enquanto órgão de diplomacia multilateral é comprovado no artigo 4 do seu estatuto: “O objetivo da Associação é a cooperação e fomento de todo tipo de iniciativas destinadas ao reforço e à consolidação da democracia no mundo e, de modo especial, a fazer possível a transição dos países não democráticos à democracia”. Uma das principais características dessa organização é a de estar alocada na Espanha por duas razões: a primeira Conferência sobre Transição e Consolidação da Democracia foi celebrada em outubro de 2001 em Madrid; além disso, ela está submetida às leis que regulam as associações na Espanha.

Vemos, pois, que a escolha dessa figura por parte do representante permanente da Espanha no CSNU não parece ser neutra. Por isso, no exame dos temas que sobressaem nesse discurso, destacamos o seguinte percurso temático, associado ao “Club de Madrid”: “esforços”, “diálogo”, “reforma política”. Subentende-se que há um maior destaque para o órgão de diplomacia multilateral no qual a Espanha tem um *status* de representatividade assegurado em seu próprio título. Ademais, essa organização ganha visibilidade pela relação intrínseca com um dos principais temas sobre o Haiti: a consolidação da democracia nesse país. Tal fato é tão relevante que outro órgão de diplomacia multilateral presente no referido exemplo não entra diretamente nesse percurso temático. A nosso ver, a “União Européia” desempenha uma função secundária: ela financiou determinadas missões, mas a execução de tais práticas diplomáticas é atribuída ao “Club de Madrid”. Logo, pela própria disposição das figuras, o enunciador destaca um órgão de diplomacia multilateral na qual seu Estado tem um *status* em contrapartida a outro órgão no qual seu *status* não parece ser o mesmo. Em consequência, a promoção do primeiro é bem sucedida.

⁸⁴ Disponível em: <http://www.clubmadrid.org/es>. Acesso em 18 out. 2017. Tradução livre da versão em espanhol.

No segundo excerto do exemplo 34, grifamos o termo “Prêmio Príncipe de Asturias da Concórdia”. Hoje denominada “Fundação Princesa de Astúrias”, essa instituição privada e sem fins lucrativos é um órgão de diplomacia multilateral, que tem por objetivo contribuir para a promoção de valores científicos, culturais e humanísticos em nível internacional, a partir da consolidação dos vínculos entre o Principado de Astúrias e o título que ostentam os herdeiros da Coroa da Espanha. Aliás, Sua Majestade, o Rei Dom Felipe IV, tem sido o Presidente de Honra dessa instituição desde sua fundação em 1980. Para nós, a sua classificação como órgão de diplomacia multilateral justifica-se pelos objetivos da premiação. Os prêmios concedidos pela organização a pessoas, a instituições, a grupos de pessoas e a grupos de instituições no âmbito internacional estão classificados em oito categorias: Artes, Letras, Ciências sociais, Comunicação e Humanidades, Pesquisa Científica e Técnica, Cooperação Internacional, Concórdia e Esportes⁸⁵.

Ao obter tais informações, nos demos conta de que essa figura tem papel fundamental no tratamento do tema da concórdia. O percurso temático que engloba “honra”, “dignidade”, “desenvolvimento futuro”, a partir da premiação da congoleza Caddy Adzuba, implica, paralelamente, o reconhecimento de uma instituição de histórico monárquico, uma vez que a concórdia se consolida através da premiação que ressalta os vínculos existentes entre o Principado de Astúrias e os herdeiros da Coroa da Espanha. Logo, encontramos mais uma vez no discurso do enunciador das intervenções da Espanha no CSNU a promoção de órgãos da diplomacia em que esse Estado desempenha um papel de destaque. Nesse último caso, enfatiza-se inclusive a própria forma do Governo espanhol: monarquia parlamentarista. Em consequência disso, a figura do Rei enquanto agente diplomático sobressai e leva o destinatário a acionar, em sua memória discursiva, o fato de que, no caso da Espanha, não apenas o Primeiro Ministro faz, por exemplo, intervenções na Assembleia Geral das Nações Unidas (caso inclusive citado na intervenção do Brasil), mas também o Rei.

Após as análises dos temas e figuras em certas intervenções dos representantes permanentes do Brasil e da Espanha, finalizaremos o estudo dessas categorias, a partir de três intervenções da França. O exemplo 35 a seguir demonstra a relevância de figuras como “Printemps árabe”, “Tunisie”, “Egypte”, “Libye” para destacar a urgência de ações diplomáticas do CSNU. Ressaltamos que esse tema está estreitamente relacionado com o posicionamento particular do enunciador francês que remete a uma diplomacia mais coercitiva. Tal posicionamento, ao que tudo indica, está baseado em seu *status* de membro

⁸⁵ Disponível em: <http://www.fpa.es/es/fundacion/la-fundacion/>. Acesso em: 18 out. 2017.

permanente do CSNU. Outro percurso temático que destacamos é aquele em que se abordam a liderança feminina pelos Direitos Humanos e, particularmente, o papel da mulher na sociedade: “coragem excepcional”, “defender sua liberdade”, “fazer respeitar os direitos do homem”, “apelos à democracia”. No caso do citado prêmio Nobel, cumpre destacar que, como ele não é concedido pela França (embora seja internacionalmente conhecido), não se destaca nenhuma característica da própria França no âmbito diplomático, diferentemente, portanto, da Espanha, que destacou o tema da concórdia a partir de uma instituição nacional, cuja atuação diplomática acaba por divulgar parte de sua história, e de um órgão de diplomacia multilateral no qual desempenha um papel de destaque.

Exemplo 35

Plus que jamais, il nous paraît opportun que le Conseil se préoccupe de la participation et du rôle des femmes dans la prévention et la médiation des conflits. Le Printemps arabe est venu nous le rappeler avec force. En Tunisie, en Egypte, en Libye, les femmes ont été des acteurs majeurs des transitions qui se sont opérées. En Syrie et au Yemen, les femmes ont lutté, et luttent encore aujourd’hui avec un courage exceptionnel, pour défendre leurs libertés, pour faire respecter les droits de l’Homme les plus fondamentaux et pour faire entendre leurs appels à la démocratie. Je tiens à cet égard à saluer l’attribution cette année du Prix Nobel de la paix à trois femmes d’exception qui œuvrent remarquablement au service de la paix et des droits de l’Homme. [ANEXO H](#)

O exemplo 36, por seu turno, permite verificar como figuras próximas (por exemplo, aquelas que se referem a chefes de governo/de Estado) podem desencadear temas diferentes. Vimos que, no caso do Brasil, a figura da presidente da República realçou o tema da liderança feminina, enfatizando o desempenho do país em torno da igualdade de gêneros. No caso da França, figuras como “Président de la République” e “Président Hollande”, associam-se ao percurso temático da diplomacia bilateral entre França e Haiti, particularmente da diplomacia econômica/ajuda humanitária. A partir dele, a França projeta sua imagem de Estado solidário e provedor para o desenvolvimento de uma área, a Educação, notadamente de responsabilidade do governo. Além do mais, a figura do Presidente da República é certamente delimitada por temas nacionais em conformidade com a forma de governo da França.

Exemplo 36

Les difficultés structurelles auxquelles Haïti fait face appellent un engagement soutenu et de long terme de la part de la communauté internationale. La France y prend toute sa part, au travers de ses contributions générales aux opérations, fonds et programmes de l’ONU mais également à titre bilatéral, comme l’a illustré la récente visite du Président de la République à Port-au-Prince en mai dernier. Le Président Hollande lors de cette visite importante a notamment annoncé un engagement à hauteur de 50M€ dans le secteur de l’éducation au cours des 5 prochaines années. [ANEXO J](#)

Antes de dar sequência a esta análise, ressaltamos a associação do Presidente da França com a questão financeira. Cabe aqui recordar que os chefes de Estado desempenham uma função específica na Assembleia Geral da ONU. Apesar dos esforços dessa organização para projetar uma imagem igualitária entre seus Estados membros, frequentemente se encontram críticas a seu desempenho. Um exemplo é o trecho a seguir no qual se percebe a importância do poder econômico da França. Logo, a ajuda econômica ao Haiti reforça o posicionamento diplomático de um dado grupo de Estados que pode ser interpretado como aquele que possui mais poderes também no âmbito da diplomacia multilateral do Conselho de Segurança da ONU.

A Organização das Nações Unidas é baseada na noção da igualdade soberana entre os Estados-membros, de acordo com a tradição vestfaliana. Cada Estado – Estados Unidos, Lituânia, Índia ou Suriname, independente de seu tamanho ou população – é juridicamente equivalente a todos os demais Estados. É essa igualdade legal que fundamenta o regime de um voto para cada Estado na Assembleia Geral. Contudo, a efetiva desigualdade entre os Estados é reconhecida no poder de veto que é prerrogativa dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, no papel especial reservado aos Estados ricos nas discussões orçamentárias, e no sistema de votação proporcional usado pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (MINGST; ARREGUÍN-TOFT, 2014, p. 169).

Se, com o exemplo 36, a figura do presidente da República já evocava temas relacionados à forma do governo da França, no exemplo 37 o percurso temático “Liberté”, “Égalité”, “Fraternité” coloca em evidência a história da França e, conseqüentemente, o período atual da história do mundo ocidental. Isso porque, consensualmente, a idade contemporânea iniciou-se com a Revolução Francesa em 1789. No seguinte trecho, esses (sub)temas são articulados a “chers amis”, apontando para o tema da restauração desses ideais frente ao ataque terrorista à França, em 13 de novembro de 2015. Com isso, o enunciador projeta, em seu discurso, a imagem do Estado que impulsionou a História contemporânea do Ocidente e que, depois do atentado terrorista, encontra-se mais forte no combate a essa prática, que é um dos mais sérios problemas da diplomacia multilateral desenvolvida no CSNU.

Exemplo 37

Liberté, égalité, fraternité : la devise de la République française n’a jamais été aussi forte de sens. La France est un pays libre et indépendant, pluriel et fort de sa diversité. C’est cette France-là, mes chers amis, qui a été visée ce 13 novembre.

[ANEXO L](#)

Vemos, pois, que o exame dos temas (e figuras ocasionais) permitiu-nos evidenciar aspectos relevantes do gênero de discurso em foco. Cada representante permanente buscou imprimir às suas intervenções aspectos históricos próprios de seus Estados. O Brasil destacou valores como a diplomacia preventiva e a presença feminina na diplomacia de chefe de Estado e do CSNU. A Espanha, por sua vez, privilegiou a promoção de práticas diplomáticas hispanófonas, incluindo instituições com sede em Madrid e com o legado monárquico. Por fim, a França focou sua influência no desenvolvimento da história do mundo ocidental, particularmente na idade contemporânea; seu poder econômico e militar, por ser membro permanente do CSNU, permitiu-lhe destacar a diplomacia bilateral com outro membro permanente (EUA) e uma diplomacia coercitiva.

É preciso ressaltar que as diferenças entre o Brasil e a Espanha não são discrepantes como se poderia pensar à primeira vista. Trata-se da visibilidade de aspectos sócio-culturais peculiares a suas histórias, mas que não os diferenciam, por exemplo, dentro de uma perspectiva classificatória bidimensional. Ao contrário, aproximam-nos e os colocam em uma dimensão diferente da França. Em diplomacia, são amplamente conhecidos os conceitos propostos por Nye (2002) de *hard power* (poder duro) e de *soft power* (poder brando). Para ele, o primeiro termo designa o exercício do poder através da coerção e da intimidação, enquanto o segundo caracteriza o exercício do poder por meio da persuasão e da atração. Essa proposta coincide com os dados revelados em nossa pesquisa. Não queremos dizer com isso que o Brasil e a Espanha praticaram apenas o *soft power* e a França, somente o *hard power*, mas mostrar que os valores assumidos pelo Brasil e pela Espanha estão mais próximos do *soft power*, enquanto os valores assumidos pela França associam-se mais ao *hard power*. A associação sugerida por nós encontra respaldo no seguinte excerto:

Certamente, o poder duro e o poder brando estão relacionados entre si e podem reforçar um ao outro. Ambos são aspectos da capacidade para alcançar nossos propósitos afetando o comportamento de outros. Às vezes, os mesmos recursos podem afetar toda a postura [de um país] da coerção à atração. Um país que sofre um declínio econômico e militar tem mais probabilidade de perder sua habilidade de definir tanto a agenda internacional como sua atratividade. E alguns países talvez atraiam outros com o poder duro por meio do mito da invencibilidade ou da fatalidade⁸⁶ (NYE, 2002, p. 9-10).

⁸⁶ Tradução livre de: “Of course, hard and soft power are related and can reinforce each other. Both are aspects of the ability to achieve our purposes by affecting the behavior of others. Sometimes the same power resources can affect the entire spectrum of behavior from coercion to attraction. A country that suffers economic and military decline is likely to lose its ability to shape the international agenda as well as its attractiveness. And some countries may be attracted to others with hard power by the myth of invincibility or inevitability.”

Para concluir esta seção, explicitaremos a relação entre temas/figuras e *éthos* discursivo. O manuseio dessas categorias de análise nos possibilitou desvelar aspectos sócio-históricos específicos do Brasil, da Espanha e da França. Isso foi possível porque os temas e figuras revelam determinações ideológicas (FIORIN, 2007) que são associadas a um sujeito enunciador. As determinações ideológicas são, para nós, os saberes e as crenças compartilhados entre esse sujeito e seu destinatário modelo, ou seja, um saber enciclopédico (MAINGUENEAU, 1996). Mais especificamente um saber enciclopédico implícito. Desse modo, poderíamos fazer uma releitura dos dados que acabamos de revelar a partir da noção de *éthos* discursivo. Em resumo, os temas – explícitos ou implícitos – e as figuras ocasionais são projeções do enunciador (representantes permanentes do Brasil, da Espanha e da França) em cada intervenção no CSNU. Preferimos utilizar aqui as expressões “enunciador” e “representante permanente”, reservando, assim, o termo *éthos* discursivo para a articulação que propomos entre essa categoria e os embreantes de pessoa (4.7).

4.6 Posicionamento e tom discursivos na construção das identidades diplomáticas do Brasil, da Espanha e da França no CSNU

Ao estudar as diferentes formas de manifestação do *médium* das intervenções de representantes permanentes no CSNU, percebemos que Brasil, Espanha e França procuraram, cada um à sua maneira, destacar sua atuação no órgão principal de diplomacia multilateral. Isso ocorre, em última instância, porque há uma identidade refletida nesse gênero de discurso que pode ser resgatada pelos destinatários. O fato de o *médium* utilizado pelo Brasil ter sido um livro impresso possibilitou a apreensão desse aspecto de forma explícita a partir de um dos paratextos que constituem a obra: o prefácio de autoria do então Ministro das Relações Exteriores Luiz Alberto Figueiredo Machado:

Felicito a FUNAG por oferecer ao público brasileiro e internacional esta obra, que facilitará tanto aos “praticantes da diplomacia” como aos estudiosos de nossa política externa recuperar os principais pronunciamentos de nossa delegação em Nova York em período importante para o Conselho de Segurança. Deles, estou certo, verão emergir, plena e vigorosa, nossa identidade diplomática (VIOTTI; DUNPOL; FERNANDEZ, 2014, p. 12).

Esse excerto também nos revela a importância da demarcação de uma identidade diplomática que emerge de um mandato específico. Por isso mesmo, tomando como ponto central a noção de identidade, procuraremos nos próximos tópicos analisar as identidades diplomáticas de Brasil e França em 2011 (de [4.6.1](#) a [4.6.4](#)) e as de Espanha e França em 2015 (de [4.6.5](#) a [4.6.8](#)). Antes, contudo, precisamos ater-nos à noção de identidade utilizada pelos autores citados, enquadrando-a na perspectiva teórico-metodológica que assumimos.

Charaudeau (2008, p. 267), no *Dicionário de Análise do Discurso*, organizado por ele e por Maingueneau, constata a dificuldade de se definir o termo identidade em razão de suas diferentes acepções nas Ciências Humanas e Sociais. No que diz respeito à Análise do Discurso, o autor ressalta a necessidade de se associar o termo identidade à noção de sujeito para se visualizar a construção identitária a partir de dois domínios: uma identidade pessoal e uma identidade de posicionamento. Interessa-nos aqui a segunda categoria, visto que ela “caracteriza a posição que o sujeito ocupa em um campo discursivo em relação aos sistemas de valor que aí circulam, não de forma absoluta, mas em função do discurso que ele produz”. Com isso, verificamos que a identidade de posicionamento inscreve-se em determinadas formações discursivas.

Portanto, nas seções subsequentes, estudaremos a identidade diplomática a partir da descrição dos posicionamentos dos enunciadores (representantes permanentes do Brasil, da Espanha e da França) em suas intervenções no CSNU. Trata-se de uma etapa-chave para que as identidades diplomáticas dos três países sejam apreendidas, por meio da sua construção discursiva. De forma semelhante à seção anterior, estamos, mais uma vez, trabalhando, de forma tangencial, com a noção de *éthos*, visto que tais posicionamentos são associados às projeções do sujeito enunciator. Pelo fato de termos reservado o exame mais detalhado dessa noção para a seção [4.7](#), esclarecemos que, ao nos referirmos às identidades diplomáticas a partir do posicionamento dos enunciadores, interessamo-nos pelo dito, pelo não dito e pelo modo como esse dito (ou não dito) se instala(m) nos textos do *corpus*.

Em relação ao modo de dizer, nos ocuparemos, sobretudo, das marcas linguístico-discursivas que demonstrem as especificidades do discurso do representante permanente no CSNU em sentido amplo. Isso porque nossas análises pressupõem a construção de identidades diferentes para cada um dos Estados (Brasil, Espanha e França) no CSNU, mas enfatiza que se trata de identidades diplomáticas. Logo, mostraremos também que esse modo de dizer emerge de uma instituição cuja finalidade é produzir discursos diplomáticos no âmbito multilateral. Nesse sentido, nosso estudo está em consonância com a pesquisa de Wodak (2009). Apesar de algumas diferenças teórico-metodológicas, postulamos, em concordância

com o que diz a autora, que a identidade dos representantes permanentes no CSNU se assemelha à construção da identidade do parlamento europeu, visto que em ambos os casos há uma espécie de “*habitus* profissional” adquirido, internalizado e relacionado com as práticas de certos grupos sociais ou políticos.

Explicitaremos, por fim, o principal aspecto que nos levou a postular a emergência dessa identidade diplomática enquanto um componente distintivo das intervenções de representantes permanentes no CSNU. Embora defendamos a autonomia desse gênero, vimos que ele participa de uma rede de (outros) gêneros de discurso (4.3) na qual o debate, por exemplo, desempenha um papel relevante. Em Risse (2000) e Pérez Herranz (2014) encontramos dados empíricos que apontam para uma assimetria de poder no CSNU, a qual se reflete na construção argumentativa dos debates realizados no âmbito desse órgão. Isso sugere que, embora possa haver um “*habitus* profissional” (WODAK, 2009) comum na produção do discurso diplomático, cada país constrói uma identidade diplomática própria em suas intervenções. Vamos, pois, a elas.

4.6.1 Identidades diplomáticas do Brasil e da França sobre o Haiti em 2011

As intervenções da representante permanente do Brasil sobre o Haiti possibilitam apreender os seguintes aspectos principais: 1) defesa da soberania política do Haiti, com ênfase no princípio de que a atuação da comunidade internacional no âmbito da diplomacia bilateral e multilateral deve ser guiada pelo respeito a essa soberania; 2) destaque conferido ao lugar ocupado pela OEA nessas ações diplomáticas. É o que se pode constatar principalmente nos excertos que compõem o seguinte exemplo:

Exemplo 38

Cabe a todos os atores políticos haitianos a responsabilidade política coletiva de preservar a estabilidade alcançada nos últimos anos.

Em todas estas áreas, eleições, recuperação, segurança e assistência humanitária, é da maior importância enfatizar que cabe aos haitianos assumir papel de principal condutor de tais processos. A paz e a prosperidade futuras do Haiti dependem do fortalecimento do Estado nacional e de suas instituições. Em todos nossos esforços coletivos e individuais este imperativo deve servir de guia para nossas ações.

A OEA tem sido particularmente ativa em seus esforços para apoiar o processo eleitoral e os haitianos no processo de verificação. Temos confiança que o relatório preparado por sua Missão de Verificação, que foi agora oficialmente submetido ao Conselho Eleitoral Provisório, será de utilidade em suas deliberações com relação ao futuro do processo eleitoral. [ANEXO A](#)

No que diz respeito ao papel da OEA, é preciso sublinhar que o Brasil é membro permanente dessa Organização. Ao mostrar a eficiência do trabalho da Organização dos Estados Americanos no âmbito da diplomacia multilateral regional, o país demonstra sua própria eficiência, sem que seja necessário fazer-se um elogio de forma direta. Tal recurso parece ter uma função relevante na maneira de se enunciar enquanto diplomata em um órgão de diplomacia multilateral. No caso do Brasil, esse autoelogio indireto está associado a uma mudança de perspectiva que o país começou a adotar em relação ao Haiti, com a aprovação da Resolução 1542, de 30 de abril de 2004.

No conteúdo dela fica explícita a mudança de perspectiva em relação à resolução aprovada anteriormente, sendo que muito dessa modificação deriva da estratégia política brasileira calcada em princípios que continuamente buscava promover. Em primeiro lugar, buscando observar o continuado esforço do Brasil em vincular ao máximo organismos regionais em operações onusianas de paz, o parágrafo operativo 6 indica que a MINUSTAH deverá atuar em parceria com organismos regionais (especialmente a OEA), a fim de promover a estabilização no país. (ZIEMATH, 2014, p. 122-123).

Da intervenção do representante permanente da França, emerge a identidade de um Estado que evidencia o seu papel diplomático no âmbito multilateral e bilateral. Cabe destacar a precisão com que essa identidade é construída. Quando a França revela apoio ao Haiti no quadro das Nações Unidas, é preciso ter em conta o seu *status* de membro permanente. No âmbito bilateral, destaca-se não somente a relação entre França e Haiti, mas também a relação entre França e Estados Unidos em ações diplomáticas que favorecem o Haiti. Mais uma vez, sublinhamos o fato de esses dois Estados (França e EUA) serem membros permanentes no CSNU. Vemos, portanto, que a identidade diplomática da França é construída a partir da ênfase em seu *status* de membro permanente. Com base nele, o Estado assume um posicionamento que julgamos impositivo, deixando nas entrelinhas do discurso uma espécie de “moeda de troca”: a França faz x (manterá seu compromisso ao lado do povo e do governo haitianos...) e, em troca, espera que o Haiti faça y (tome as decisões cabíveis, possivelmente, aquelas sugeridas/determinadas pela França):

Exemplo 39

La France quant à elle poursuit son appui, dans le cadre des Nations unies comme à titre bilatéral. Grâce au soutien français, le principal hôpital de Port-au-Prince a pu continuer à accueillir des malades. Sa reconstruction va être assurée par un partenariat franco-américain avec le ministère de la santé haïtien.

La France poursuivra son engagement aux côtés du peuple et du Gouvernement haïtiens, en étroite coordination avec les Nations unies. Nous espérons que les autorités haïtiennes de leur côté prendront les décisions qui s'imposent pour offrir à leur pays et à leur population de meilleures perspectives. [ANEXO B](#)

Vemos, pois, que certos aspectos linguístico-discursivos revelam identidades diplomáticas próprias para cada um desses Estados. Não seria viável, contudo, deduzirmos que o Brasil se opôs à França no que dizia respeito à situação do Haiti, debatida no CSNU em 2011. De qualquer forma, o mais importante é que nossa análise condiz inclusive com fatos empíricos, como aqueles que destacamos sobre a relação entre Brasil, OEA, ONU e Haiti. Para encerrar esta análise, citaremos mais uma vez um trecho sobre a Resolução 1542, de 30 de abril de 2004. Isso porque nele encontramos fatos históricos que mostram aspectos distintivos da identidade diplomática do Brasil e da França. O tom coercitivo que revelamos a partir da intervenção da França e sua parceria com os EUA encontram respaldo histórico em posicionamentos explicitamente contrários aos do Brasil durante a produção da referida Resolução:

Em segundo lugar, atentando para o princípio da não intervenção, muito caro ao Brasil (sobretudo no contexto regional) retirou-se a expressão “atuando de acordo com o capítulo VII da carta da ONU” (*acting under Chapter VII of the Charter of the United Nations*) da parte inicial da resolução, uma vez que isso poderia ser entendido como uma ingerência externa ilimitada na região. Após grande controvérsia com os EUA, que buscavam manter a expressão no cabeçalho da resolução, ela foi incluída apenas no *caput* do artigo operacional que delimitava o mandato da MINUSTAH no referente à estabilidade política. Em terceiro lugar, a expressão “all necessary measures” não foi utilizada ao se definir o mandato da MINUSTAH, indicando o respeito à soberania haitiana. Por fim, em contraposição à estratégia de intervenção breve proposta pelos EUA, o Brasil logra avançar sua perspectiva de que as operações de paz devem ter estratégias de desenvolvimento de longo prazo, como expresso no parágrafo operativo 14 da resolução (ZIEMATH, 2014, p. 123).

4.6.2 Identidades diplomáticas do Brasil e da França sobre a Síria em 2011

Em relação à Síria, o posicionamento da representante permanente do Brasil é marcado pela condenação do uso da força. Além disso, a referida representante pondera que a solução da crise deve vir pelo diálogo, destacando o papel da diplomacia multilateral regional. Nesse último caso, atribui relevância ao papel da Liga dos Estados Árabes, ao apontá-la como exemplo de organização que adotou medidas na direção correta. Assim, depreende-se dessa intervenção uma identidade diplomática do Brasil que mostra uma aproximação com esse órgão diplomático regional, evidenciando-se uma dupla ação diplomática em âmbito regional e multilateral.

Exemplo 40

Condenamos o uso da força contra manifestantes desarmados, onde quer que ocorra. Temos esperança de que a crise possa ser considerada através do diálogo.

As aspirações legítimas das populações do Mundo Árabe devem encontrar respostas mediante processos políticos inclusivos, e não pela força militar.

As organizações regionais têm uma contribuição crucial a oferecer para a construção de soluções políticas que tenham possibilidades verdadeiras de sucesso e que levem a transformações pacíficas. Neste sentido, gostaria de sublinhar o papel vital que a Liga dos Estados Árabes exerce ao adotar medidas encorajadoras na direção correta.

Por sua centralidade para a estabilidade regional, torna-se ainda mais relevante que as reformas e o diálogo significativo sejam estimulados na Síria numa atmosfera pacífica e estável, tão livre de tensões e pressões externas quanto possível. ANEXO C

Mais uma vez, vemos que a questão da diplomacia regional é uma marca primordial na construção da identidade diplomática do Brasil, agora associada à condenação do uso da força, que, já mencionada na intervenção sobre o Haiti, é reiterada na questão da Síria. Nesse sentido, o Brasil não apenas evidencia a importância da diplomacia regional, mas, sobretudo, projeta uma imagem de colaborador eficiente dessa prática diplomática segundo as necessidades de cada tema (primeiramente, o Haiti, e, agora, a Síria) examinado pelo CSNU. Esse posicionamento, aliás, foi constatado na análise das Resoluções 1970 e 1973:

O respaldo à solução pacífica de controvérsias se observa de maneira emblemática ao longo de 2011, quando as problemáticas relacionadas à primavera árabe ganham espaço no Conselho. Dez resoluções foram aprovadas no CSNU, somente em 2011, tratando da questão da primavera árabe e da ameaça à paz e à segurança na região do Oriente Médio. O Brasil se posicionou de maneira condizente com o princípio da solução pacífica de controvérsias, ao defender que a via política deveria prevalecer sobre a utilização de meios coercitivos, dando espaço especial para os esforços de mediação de organismos regionais, nesse caso a União Africana e a Liga Árabe. (ZIEMATH, 2014, p. 123).

Ainda em relação ao exemplo 40, há também um posicionamento contrário a medidas que possam ser interpretadas como “pressões externas”. Por se tratar de um discurso diplomático, evidentemente esse aspecto não é explicitado. Não se diz quem seriam os atores que tomariam esse tipo de atitude. A ênfase recai, portanto, na reiteração de enunciados contrários ao uso da força, aqueles que evidenciam a necessidade de diálogo e, por fim, no desejo de se encontrar uma solução pacífica, livre de pressões externas.

No caso do representante permanente da França, não se indica uma possibilidade para a resolução dos problemas na Síria; impõe-se a reforma política como solução. Entretanto, por se tratar de um posicionamento diplomático, essa imposição é feita de forma indireta (pressuposta). Em outras palavras: ao afirmar que só as reformas atenderão às aspirações legítimas da população, o enunciador deixa transparecer, em sua argumentação, que há uma imposição, pois a medida não é apresentada como uma alternativa, mas sim como o único meio de solucionar o problema. Vejamos:

Exemplo 41

Seules des réformes répondant aux aspirations légitimes de la population permettront de préserver la stabilité du pays, ce qui est dans l'intérêt de tous. La Syrie joue un rôle déterminant dans la stabilité régionale. Or, à ce stade, nous ne pouvons que constater que la levée de l'état d'urgence et les autres réformes annoncées par le Président ont été suivies d'une recrudescence de la violence qui vient les contredire. L'appel du peuple syrien à la liberté, à la démocratie et au respect de ses droits universels doit être entendu par les autorités syriennes, et à défaut il doit être entendu par ce Conseil. [ANEXO D](#)

A esse posicionamento impositivo, agrega-se um tom de advertência com o qual o enunciador deixa emanar de seu discurso não apenas a posição do Estado que representa, mas a de um sujeito coletivo identificado com a comunidade internacional ou com o CSNU. Isso porque a reforma política é defendida como interesse de todos, isto é, de todos os membros do CSNU ou, em sentido mais genérico, de toda a comunidade internacional. Essas nuances demarcadas no discurso do representante permanente da França reforçam a identidade diplomática desse Estado como líder (ou um dos líderes) no/do Conselho.

Tanto no caso da imposição como no da advertência, fica subentendido, por exemplo, que a discordância em relação aos argumentos inscritos no discurso do enunciador poderia ser enquadrada no artigo 34 da Carta da ONU, o qual garante ao Conselho de Segurança o direito de investigar toda controvérsia para verificar se ela coloca em perigo a manutenção da paz e da segurança internacionais. Ora, se a reforma política foi colocada como interesse de todos e as aspirações legítimas da sociedade síria como devendo ser atendidas pelas autoridades desse país e compreendidas pelo Conselho, uma atitude diferente desta só poderia ser compreendida como controversa. Por isso, interpretamos tal posicionamento como impositivo.

4.6.3 Identidades diplomáticas do Brasil e da França sobre proteção de civis em 2011

Em sua intervenção sobre proteção de civis, a representante do Brasil mostra que as ações diplomáticas de seu Estado em torno desse tema têm ocorrido tanto no CSNU como em outras negociações diplomáticas. Destaca, além disso, o seu papel de presidente do CSNU em um dado momento (“fevereiro passado”). Nesse sentido, a diplomacia brasileira assume uma posição de destaque por ter liderado uma sessão sobre o tema (proteção de civis), levando em consideração todas as dimensões da agenda do CSNU relacionadas a ele. Isso quer dizer que o Brasil se mostrou competente para posicionar-se sobre a proteção de civis durante a intervenção de sua representante permanente, evidenciando o empenho no tratamento exaustivo desse tema quando o país exerceu a presidência do CSNU.

Exemplo 42

A proteção de civis em conflitos armados é um dos desafios cruciais de nossos dias. No Conselho de Segurança e em outros foros, o Brasil tem buscado contribuir para os esforços da ONU nesta área. Durante a presidência brasileira do Conselho de Segurança em fevereiro passado, organizamos uma sessão para considerar todas as dimensões da agenda de proteção. [ANEXO E](#)

No tocante ao tema da presidência brasileira do Conselho, a partir do exemplo precedente, ressaltamos a relevância de se explicitar tal função nas intervenções, com o objetivo de divulgar a atuação diplomática da Política Externa Brasileira, no próprio órgão de diplomacia multilateral. Esse fato chamou-nos tanto a atenção que fizemos uma pesquisa bibliográfica, a partir da qual observamos que parte da produção científica brasileira explora esse dado (a atuação diplomática da Política Externa Brasileira), junto a pesquisadores nacionais e estrangeiros:

Naquele ano, o Conselho realizou 69 reuniões formais, 80 informais e adotou 20 resoluções e 32 declarações presidenciais. Em 1993, a comparação é muito significativa, os números relevantes, que constituem um recorde, foram os seguintes: 171 formais, 253 informais, 93 resoluções e 93 declarações. Apenas em outubro último, com o Brasil de novo na Presidência, realizaram-se 23 reuniões informais e 17 formais, e foram aprovadas 10 resoluções e 8 Declarações Presidenciais. A pauta corrente do Conselho abrange mais de uma trintena de questões, que vão desde o Camboja ao Saara Ocidental, da Geórgia a Moçambique, da Libéria ao Iraque, de El Salvador a Nagorny-Karabakh. Os comentários, portanto, servem apenas como ilustração dos temas que mereceram maior atenção em outubro de 1993. (SARDENBERG, 1994, p. 135-136).

Essa intervenção sobre a proteção de civis também revela que a identidade diplomática brasileira no CSNU é marcada pela defesa de soluções pacíficas. A representante do Brasil assume uma posição crítica em relação à interpretação do que seria a proteção de civis, citando a Carta da ONU. Essa citação não ocorre, porém, com o intuito de fazer alguma cobrança em relação aos Estados “investigados” pelo Conselho, mas para cobrar do próprio Conselho uma postura mais condizente com a Carta, com interpretações que estejam rigorosamente ancoradas no direito internacional. Tudo isso é dito por meio de um tom ameno, como requer o discurso diplomático, conforme mostra o seguinte exemplo:

Exemplo 43

A proteção de civis é um imperativo humanitário. É um conceito distinto que não deve ser confundido ou associado com ameaças à paz e à segurança internacionais, como definidos na Carta, ou com a responsabilidade de proteger. Devemos evitar interpretações excessivamente amplas da proteção de civis, que poderiam associá-la à exacerbação de conflitos, comprometer a imparcialidade das Nações Unidas, ou criar a percepção de que está sendo usada como cortina de fumaça para intervenção ou mudança de regime.

Com este objetivo, precisamos assegurar que todos os esforços para proteger os civis estejam estritamente de acordo com a Carta e estejam fundamentados numa aplicação rigorosa e não seletiva do direito internacional humanitário. [ANEXO E](#)

Ainda em relação ao exemplo 43, notamos que a representante permanente do Brasil afirma que o conceito de “proteção de civis” não deve ser confundido com “ameaças à paz e à segurança”. Além de não citar qual(is) Estado(s) tem (têm) feito essa associação, ela utiliza a primeira pessoa do plural, assumindo, ao que tudo indica, o *éthos* coletivo do conjunto de membros do CSNU. A partir desse fato, podemos ver que há a projeção de uma imagem parcialmente negativa do Conselho, comprometida por interpretações amplas sobre a noção em pauta, inclusive, por comprometer o caráter imparcial desse órgão e, por conseguinte, da ONU.

Caminhando para o final da nossa análise em torno da intervenção da representante permanente do Brasil, citamos mais dois exemplos:

Exemplo 44

Em alguns casos, medidas coercitivas podem ser necessárias para proteger civis. No entanto, o uso da força deve sempre ser um recurso de última instância. Devemos ter o máximo cuidado para assegurar que nossas ações apaguem as chamas do conflito, em vez de aticá-las.

Exemplo 45

Além disso, da mesma forma que os membros da missão de paz são responsáveis por suas ações e omissões na causa da proteção, os Estados-membros também devem estar claramente cientes de como estão cumprindo o mandato que receberam do Conselho. [ANEXO E](#)

No exemplo 44, nota-se a indeterminação dos casos que exigiram ou exigiam medidas coercitivas em 2011. O uso do indefinido “alguns” (casos) é relevante, pois dizer qual(is) Estado(s) favorece(m) essas medidas poderia gerar controvérsias entre os Estados-Membros, inclusive em relação à ação diplomática defendida por cada um. Esse fato foge às regras do discurso diplomático, uma vez que ensejaria um confronto direto de posicionamentos. Talvez justamente por essa razão a representante permanente do Brasil projete um *éthos* cauteloso em relação ao uso da força. Já no exemplo 45, cobra-se dos Estados-Membros o cumprimento (adequado) de seu mandato. Tal cobrança é feita de forma genérica, não distinguindo membros permanentes de não permanentes. O que fica patente, no entanto, é a reafirmação da necessidade de diálogo, em lugar do uso da força (o que seria uma medida extrema: um recurso de última instância).

Daremos um pouco mais de destaque à questão da cobrança que o Brasil faz no que diz respeito ao cumprimento adequado de mandato por parte dos Estados membro do CSNU. Esse aspecto, que ajuda a compor a identidade diplomática do país, é relevante, pois remete a um dos princípios jurídicos aplicados a organizações internacionais. Foi justamente o que constatamos no estudo de Saliba (2008) a quem recorreremos com o propósito de encerrar as análises relacionadas ao Brasil. A seguinte citação esclarece que a cobrança desse Estado segue não apenas a Carta da ONU, mas também princípios jurídicos internacionais aos quais esse órgão de diplomacia multilateral está sujeito:

A observância dos instrumentos produzidos no bojo da Organização, além de constituir uma questão de coerência, é uma obrigação jurídica decorrente do princípio da boa-fé. Na medida em que a ONU impulsiona a produção e adoção pelos seus membros de textos normativos protetores dos Direitos Humanos, ela cria uma expectativa de respeito a tais normas por parte da própria Organização. Além disso, o princípio da boa-fé obriga os Estados membros, quando compõem órgãos das Nações Unidas, a observar as expectativas juridicamente relevantes no campo dos Direitos Humanos criadas no âmbito da Organização. Além do mais, instalar-se-ia uma séria contradição se a ONU admoestasse seus membros a respeitar Direitos Humanos e, simultaneamente, deixasse de observá-los ao agir. Isto configuraria uma transgressão do princípio expresso pelo brocardo *venire contra factum proprium* (ninguém pode agir contrária ou inconsistentemente com seu próprio comportamento). (...) Em suma, o Conselho de Segurança não é *legibus solutus*. Depois destas reflexões, chegamos a inevitável ilação de que o Conselho de Segurança está adstrito a limitações de ordem jurídica provenientes não apenas da própria carta, mas também de *jus cogens* e de pertinentes tratados (SALIBA, 2008, p. 23-27; grifos do original).

No que diz respeito à intervenção do representante permanente da França sobre a proteção de civis em 2011, evidenciamos em primeiro lugar um aspecto bastante frequente em outras intervenções que demarca a identidade diplomática da França no CSNU ([ANEXO H](#)). Trata-se de suas relações com a União Européia. A partir do momento em que o enunciador assume um discurso associado à futura intervenção do representante da União Européia, mostra um posicionamento em sintonia com essa organização e faz crer que o processo de negociação incluiu, de alguma forma, um diálogo no âmbito da diplomacia regional. Aliás, encontramos esse objetivo, de forma explícita, no site oficial da França na ONU, mais especificamente no link que define a missão permanente:

A Missão francesa representa a França na sede da Organização das Nações Unidas em Nova York. Seu papel é seguir as atividades da ONU para prestar contas às autoridades francesas e apresentar os posicionamentos da França. Os diplomatas da missão certificam-se de que suas posições sejam levadas em consideração nas negociações, notadamente em comum acordo com nossos parceiros europeus⁸⁷.

No próximo exemplo (46), verificamos que a identidade diplomática da França no CSNU sobre o tema da proteção de civis, em 2011, caracteriza-se pela defesa de uma diplomacia mais coercitiva. Tal prática é vista pelo representante permanente desse Estado como um dever do Conselho, uma vez que esse órgão não poderia admitir violações do direito internacional. Assim, o posicionamento da França, na perspectiva de seu representante/enunciador, é marcado por exemplos bem sucedidos de intervenção ocorridos na Líbia, na Costa do Marfim e na República Democrática do Congo. Por fim, encontra-se, no discurso, o posicionamento de que tal prática diplomática deve continuar sendo exercida pelo CSNU. Portanto, diferentemente da intervenção do Brasil, não há críticas negativas às medidas tomadas pelo Conselho. Ao contrário, as medidas coercitivas são tomadas como exemplos a ser seguidos.

Exemplo 46

Je m'associe au discours qui sera prononcé par le représentant de l'Union européenne.

— Lorsque des violations graves du droit international humanitaire et des droits de l'Homme, des crimes de guerre, des crimes contre l'humanité sont commis, il est en effet du devoir du Conseil de sécurité d'intervenir pour les empêcher.

⁸⁷ Tradução livre de: « La Mission française représente la France au siège des Nations unies à New York. Son rôle est de suivre les activités de l'ONU pour en rendre compte aux autorités française et présenter les positions de la France. Les diplomates de la Mission s'assurent que ces positions soient prises en considérations dans les négociations, notamment en concertation avec nos partenaires européens. ». Disponível em: <https://onu.delegfrance.org/La-mission-permanente-8619>. Acesso em: 05 ago. 2017.

C'est ce que nous avons fait en Libye. Le Conseil de sécurité a autorisé les forces de la coalition à protéger les civils bombardés sur ordres de leurs dirigeants. En frappant les forces de Kadhafi à l'entrée de Benghazi, la France avec ses partenaires y a évité un massacre. En déminant le port de Misratah, nous avons permis à l'aide humanitaire d'être livrée et aux civils d'être évacués.

En Côte d'Ivoire, le Conseil de sécurité a donné à l'ONUCI les moyens de mettre en œuvre son mandat de protection. En contribuant à neutraliser les armes lourdes employées contre les civils, l'ONUCI a empêché que des atrocités soient commises. Nous souhaitons que la détermination dont l'ONUCI a fait preuve soit une référence pour toutes les Opérations de maintien de la paix des Nations unies.

En République démocratique du Congo, la MONUSCO doit continuer d'intervenir de manière tout aussi déterminée. Nous devons soutenir les autorités congolaises pour qu'elles disposent des capacités d'assurer une protection efficace des civils sur le long terme.

Ces derniers mois, le Conseil de sécurité a démontré sa capacité à appliquer les principes sur la protection des civils aux situations concrètes dans lesquelles des civils sont effectivement menacés. Nous devons poursuivre nos efforts. [ANEXO F](#)

4.6.4 Identidades diplomáticas do Brasil e da França sobre Mulheres, paz e segurança em 2011

No caso da intervenção da representante permanente do Brasil sobre Mulheres, paz e segurança, selecionamos quatro excertos a fim de caracterizar a identidade diplomática do Brasil sobre esse tema. O primeiro caso (exemplo 47) evidencia que tal problemática não ocorre apenas naqueles Estados a que o Conselho de Segurança se dedica. A representante permanente do Brasil enfatiza que situação similar ocorre em países que têm liderado essa causa. Tal fato é bastante significativo, pois, nesse discurso, refletem-se fatos políticos do Brasil em consonância com os direitos das mulheres, servindo como exemplo para outros Estados-membros do CSNU. Esses fatos são apresentados no exemplo 48, a partir de uma ação diplomática da então Presidente da República Dilma Rousseff, que mencionou em um fórum de diplomacia multilateral, realizado pela própria ONU, vários procedimentos legislativos, jurídicos e econômicos sobre o tema, mostrando, assim, uma espécie de vanguarda do Brasil na defesa e no empoderamento das mulheres.

Exemplo 47

Em todas as sociedades existem obstáculos reais para a participação política das mulheres. Até em países que têm liderado a causa dos direitos das mulheres por décadas, barreiras insidiosas persistem no caminho da verdadeira igualdade.

Exemplo 48

No mês passado, durante o Debate Geral e num evento sobre a Participação das Mulheres na Política, a Presidente Dilma Rousseff tornou claro que o tema do fortalecimento do poder das mulheres é uma questão de elevada prioridade na agenda brasileira. Adotamos legislação avançada sobre a proteção das mulheres, estabelecemos delegacias policiais especializadas sobre mulheres e colocamos as mulheres no centro do programa “Bolsa Família” de transferência de renda. Estas são experiências valiosas que estamos prontos a compartilhar com outros países, inclusive aqueles recém-saídos de conflitos. [ANEXO G](#)

No que diz respeito ao exemplo 49, a seguir, afirma-se a participação das mulheres nos processos decisórios, de forma paralela à sua participação em áreas do Executivo e do Legislativo no Brasil, com destaque para a sua inserção na diplomacia, como mostram as últimas linhas do excerto. Nesse último caso, chamamos a atenção para o fato de a representante permanente do Brasil no CSNU em 2011 ter sido uma mulher, fato que não ocorreu nem com a Espanha, nem com a França nos períodos que analisamos. Por fim, a partir do exemplo 50, demarca-se a identidade diplomática brasileira no CSNU, em 2011, sobre o tema Mulheres, Paz e Segurança com a defesa da participação efetiva e sustentável das mulheres. Esse argumento não se dirige apenas aos Estados que se encontram em situação de conflito e que são temas do CSNU. Trata-se de um posicionamento mais generalizado que valoriza a inclusão social das mulheres, cujo trabalho dentro da diplomacia multilateral depende não apenas do CSNU, mas da Assembléia Geral, do Conselho Econômico e Social e da ONU Mulheres.

Exemplo 49

O Brasil está firmemente engajado em atividades de cooperação com países pós-conflito. No Brasil, a participação das mulheres nos processos decisórios que tratam destas questões tem aumentado constantemente, paralelamente à tendência que se observa na política brasileira de forma geral, tanto no Executivo quanto no Legislativo. Hoje, mulheres chefiam cerca de um terço dos Ministérios no gabinete da Presidenta Dilma, inclusive vários dentre os que se ocupam das responsabilidades centrais do governo. As mulheres também galgaram posições destacadas na diplomacia brasileira e ocupam cada vez mais posições de alto nível no Serviço Exterior.

Exemplo 50

A participação efetiva e sustentável das mulheres depende da inclusão social e das oportunidades econômicas. O trabalho da Assembléia Geral, do Conselho Econômico e Social e da ONU Mulheres a este respeito requer nosso total apoio se quisermos alcançar os objetivos da agenda das Mulheres e Paz e Segurança. [ANEXO G](#)

No que tange à intervenção do representante permanente da França sobre Mulheres, Paz e Segurança em 2011, observamos que o foco é a situação de conflito; são inclusive citados Estados específicos, como a Tunísia, o Egito, a Líbia, a Síria e o Iêmen. Esse aspecto reforça a identidade diplomática da França enquanto líder do CSNU. O representante francês coloca em evidência a luta das mulheres pelos direitos humanos nesses Estados para chamar a atenção do Conselho sobre o papel das mulheres na prevenção e na mediação de conflitos. Defende, mais uma vez, uma diplomacia coercitiva ao mencionar regimes políticos autoritários que impedem a participação das mulheres na sociedade.

Aqui ressaltamos a diferença em relação à identidade diplomática do Brasil não apenas no âmbito do *status*, mas também no do posicionamento sobre o tema em pauta. Constatamos a ênfase dada pela representante permanente do Brasil à questão político-econômica, citando, inclusive, algumas práticas que alcançaram êxito. Julgamos que a referência à importância da relação entre o CSNU e o Conselho Econômico e Social demonstra coerência com esse posicionamento. No caso da França, o posicionamento de uma diplomacia mais coercitiva justifica-se por alusão a outros órgãos mais relacionados com a justiça e com a punição – caso da Corte Penal Internacional. Esse posicionamento emerge por meio de um tom de dever do CSNU, respaldado nas situações vivenciadas pelas mulheres em regimes autoritários, vistos, na ótica do país, como descumpridores de direitos internacionais.

Exemplo 51

Plus que jamais, il nous paraît opportun que le Conseil se préoccupe de la participation et du rôle des femmes dans la prévention et la médiation des conflits. Le Printemps arabe est venu nous le rappeler avec force. En Tunisie, en Egypte, en Libye, les femmes ont été des acteurs majeurs des transitions qui se sont opérées. En Syrie et au Yemen, les femmes ont lutté, et luttent encore aujourd’hui avec un courage exceptionnel, pour défendre leurs libertés, pour faire respecter les droits de l’Homme les plus fondamentaux et pour faire entendre leurs appels à la démocratie. Je tiens à cet égard à saluer l’attribution cette année du Prix Nobel de la paix à trois femmes d’exception qui œuvrent remarquablement au service de la paix et des droits de l’Homme.

Comment les femmes pourraient elles s’exprimer et participer à la vie publique si elles doivent côtoyer leurs anciens tortionnaires ou vivre dans la peur et sous l’oppression ? Comment pourraient-elles accéder à la justice si le chemin vers celle-ci n’est pavé que d’humiliations, d’obstacles, voire de menaces ou de représailles ? L’accès à la justice et la lutte contre l’impunité sont des conditions indispensables à une pleine participation des femmes. En particulier, il est du devoir de la communauté internationale de recourir à l’ensemble des instruments à sa disposition, par l’établissement de commissions d’enquête, des renvois à la Cour pénale internationale et des sanctions ciblées en cas de violations graves et d’atteintes systématiques aux droits des femmes. Ce n’est qu’à cette condition que l’action de la Communauté internationale bénéficiera d’une véritable crédibilité pour la protection et la promotion de la participation des femmes dans la résolution des conflits. [ANEXO H](#)

Por último, mencionamos algumas nuances relacionadas ao *status* da França na constituição de sua identidade diplomática, no que tange ao tema Mulheres, Paz e Segurança. Se, em outras ocasiões, já havíamos observado o destaque conferido às relações entre França e União Européia, aqui é preciso levar ainda em consideração as atividades desenvolvidas por aquele Estado dentro dessa organização regional, quando assumiu sua presidência em 2008. A França, assim como o Brasil, mostra a importância da ONU Mulheres para a resolução dos problemas da mulher, a partir de práticas da diplomacia multilateral. No entanto, o diplomata da França faz questão de destacar o seu *status* de parceiro desse órgão, explicitando, inclusive, os programas desenvolvidos a partir dessa parceira e as regiões que eles contemplam, o que não ocorre no caso do Brasil.

Exemplo 52

La mise en œuvre effective des résolutions « Femmes, paix et sécurité » du Conseil de sécurité est une priorité pour la France, qui a œuvré activement pour leur adoption, comme elle a également œuvré en vue d'un renforcement de la prise en compte de cette problématique au sein de l'Union européenne, notamment sous la Présidence française de l'Union européenne en 2008.

La France met notamment en œuvre, en partenariat avec ONU Femmes, plusieurs programmes de coopération. Ceux-ci sont destinés à renforcer la participation des femmes aux processus décisionnels, leur accès et leur participation à la justice, en s'appuyant notamment sur les organisations de la société civile, et les organisations de femmes en particulier : ces programmes sont mis en œuvre en Afrique et dans le monde arabe, ainsi qu'en Afghanistan. [ANEXO H](#)

4.6.5 Identidades diplomáticas da Espanha e da França sobre o Haiti em 2015

Na intervenção do representante permanente da Espanha sobre o Haiti em 2015, encontramos vários aspectos que contribuem para a construção de sua identidade diplomática no CSNU. Em primeiro lugar (exemplo 53), o representante espanhol evidencia o acompanhamento da situação do Haiti e explicita o apoio político e financeiro de seu Estado àquele país. Em segundo lugar (exemplo 54), destaca uma diplomacia preventiva em torno do diálogo. Assim, não há uma ordem, mas um pedido para que os atores políticos do Haiti garantam o clima necessário para a reforma política. Em terceiro lugar (exemplo 55), ao apoiar a renovação da MINUSTAH por um ano, o diplomata da Espanha a justifica pelo risco de aumento da criminalidade e da violência em decorrência das eleições. Por fim (exemplo 56), o posicionamento de defesa de uma atuação mais inclusiva e mais transparente do CSNU mostra que, do ponto de vista do enunciador (representante da Espanha), o trabalho do

Conselho não tem sido completamente satisfatório. A disposição de levar em conta os interesses e as opiniões dos Estados em que o órgão atua e, no caso do Haiti, “escutar com atenção” a delegação do país em suas considerações e expectativas sugere que isso não vem sendo feito.

Exemplo 53

- España, está acompañando y ofreciendo apoyo político y financiero a Haití en este proceso – cuatro españoles forman parte de la Misión de Observación Electoral de la OEA a la que hemos contribuido también con recursos financieros.

Exemplo 54

- España ha venido mostrando y continúa apostando por la vía del diálogo como la mejor opción posible para lograr la consolidación de la democracia y avanzar en la institucionalidad del país. Por ello, exhorta a todos los actores políticos del país para que contribuyan de manera generosa y decidida a la creación y mantenimiento de un clima de estabilidad política y social que permita el adecuado desarrollo de los diferentes procesos electorales.

Exemplo 55

- En el contexto electoral, además, no es descartable el aumento de la criminalidad y una escalada de la violencia. Por ello, España apoya la renovación del mandato de MINUSTAH un año más y, como recomienda el Secretario General, manteniendo el actual número de efectivos autorizados que creemos imprescindible para que la Misión pueda desempeñar su mandato.

Exemplo 56

- También defendemos que el Consejo de Seguridad trabaje de la manera más inclusiva y transparente posible, y que sus decisiones tengan siempre en cuenta los intereses y la opinión de los Estados que se ven afectados por ellas. En ese sentido, escucharemos con mucha atención la intervención de la delegación de Haití y sus consideraciones y expectativas acerca de MINUSTAH, así como las aportaciones de los países que contribuyen a esta Misión. [ANEXO I](#)

Antes de passar para a análise da identidade diplomática da França em relação à situação do Haiti, ressaltamos a menção feita pelo representante permanente da Espanha à OEA no exemplo 53. Isso porque ele, não se contentando com a ação de expor o apoio político e financeiro de seu país ao Haiti, destaca o modo como esse apoio se dá: pela participação de quatro espanhóis na Missão de Observação Eleitoral da OEA. Nesse caso, faz parte também da identidade diplomática da Espanha a estratégia de colocar em evidência a sua atuação diplomática multilateral em um órgão (OEA) em que a maioria dos membros permanentes são países que têm a língua espanhola como idioma oficial: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Aliás, esses foram os dezessete dos vinte e um Estados (juntamente com Brasil, Cuba, Estados

Unidos e Haiti) que se reuniram em Bogotá, em 1948, para a assinatura da Carta da OEA. Esse aspecto reforça, portanto, a nossa hipótese de que poderíamos falar de *práticas diplomáticas hispanófonas* conforme defendemos em [4.5](#).

Quanto à intervenção do representante permanente da França no CSNU sobre o Haiti, em 2015, observamos, em um primeiro momento (exemplo 57), as contribuições daquele país no âmbito da ONU e da diplomacia bilateral. Além disso, destaca-se o papel diplomático – e material – do Presidente Hollande. Já no exemplo 58, podemos perceber a visão de liderança da França no CSNU. Não apenas se propõe que esse órgão deve continuar com suas operações de paz no Haiti, mas impõe-se uma espécie de reformulação dos objetivos do Conselho. O convencimento da França de que se deve passar de uma lógica de manutenção da paz para uma lógica de consolidação da paz do Haiti pode ser interpretado como uma necessidade de novos objetivos a ser lançados e alcançados pelo CSNU no referido país:

Exemplo 57

Les difficultés structurelles auxquelles Haïti fait face appellent un engagement soutenu et de long terme de la part de la communauté internationale. La France y prend toute sa part, au travers de ses contributions générales aux opérations, fonds et programmes de l'ONU mais également à titre bilatéral, comme l'a illustré la récente visite du Président de la République à Port-au-Prince en mai dernier. Le Président Hollande lors de cette visite importante a notamment annoncé un engagement à hauteur de 50M€ dans le secteur de l'éducation au cours des 5 prochaines années.

Exemplo 58

Il est en effet de notre responsabilité de faire évoluer les moyens déployés sur place pour répondre au mieux aux besoins de ce pays et de sa population. Il en va de la crédibilité de l'action de ce Conseil, mais également de son efficacité. La France est convaincue qu'il est désormais temps de passer d'une logique de maintien de la paix à une logique de consolidation de la paix en Haïti. La sécurité et la stabilisation d'Haïti à long terme repose sur la prise de leur responsabilité par les autorités haïtiennes et du développement durable de l'île. [ANEXO J](#)

4.6.6 Identidades diplomáticas da Espanha e da França sobre a Síria em 2015

Na intervenção do representante permanente da Espanha sobre a Síria, destaca-se a ajuda humanitária e o lugar da mulher na participação política desse Estado (exemplo 60). No exemplo 59, ressaltamos o efeito de impessoalidade dos enunciados por meio dos quais o enunciador aponta a falta de recursos financeiros como um agravador da crise na Síria. Logo, podemos constatar que há uma cobrança indireta de uma postura mais engajada da comunidade internacional em relação ao tema examinado. Também emerge do discurso uma relação de interdependência entre aspectos humanitários e políticos (exemplo 61). Nesse

sentido, afirma-se que as ações diplomáticas no âmbito humanitário não são suficientes, sendo a transição política um aspecto necessário nas negociações de paz na Síria.

Exemplo 59

Es imperativo hacer algo urgente al respecto, comenzando por responder al llamamiento del Plan de Respuesta para Siria, donde se nos recuerda se necesitan al menos 224 millones de dólares para evitar que Siria pierda una entera generación debido a la guerra.

Exemplo 60

El papel de la mujer en Siria ha de considerarse también desde otras perspectivas. Una fundamental es la de su participación plena en el proceso político inclusivo que habrá de conducir a una Siria en paz y, mirando más allá, en todas las esferas de la vida de esa nueva Siria que todos anhelamos. Agradecemos la decisión firme del Enviado Especial Sr. de Mistura de contar con la plena participación de grupos de mujeres en los esfuerzos para lograr el fin del conflicto.

Exemplo 61

Por último, coincido con la mayoría, diría que con la totalidad de los intervinientes en que ninguno de los esfuerzos que realicemos en el ámbito humanitario será suficiente sin la puesta en marcha inmediata de una solución política, que pase por un proceso de transición hacia un gobierno inclusivo, con plenos poderes ejecutivos, en el que la población siria se sienta plenamente representada y con legitimidad suficiente para impulsar un cambio político en el país en línea con el Comunicado de Ginebra". [ANEXO K](#)

No caso da França, os exemplos 62 e 63 a seguir parecem ser os mais decisivos na construção da sua identidade diplomática no CSNU. É preciso, antes de tudo, contextualizar a intervenção de onde foram retirados tais exemplos. Nela há a alusão aos atentados terroristas ocorridos em Paris, Saint-Denis e em outros 19 Estados, em 13 de novembro de 2015. Mais uma vez, a França se mostra como líder do CSNU. No entanto, aqui acreditamos ser visível uma mescla entre diplomacia bilateral, no que diz respeito às relações entre França e Síria, e multilateral. O representante francês impõe ao Conselho a luta contra o terrorismo e contra Daech e, citando a autoridade maior do país – o Presidente Hollande – mostra que a França conta com o Conselho para a erradicação desses problemas, que extrapolam o contexto francês para assumir dimensões internacionais, na figura do inimigo comum.

No caso do exemplo 63, a posição assumida não é apenas coercitiva; é impositiva e exclusiva. Ao tratar da situação política da Síria, o representante permanente da França exige que o Conselho e outros Estados vizinhos tomem medidas para a transição política na Síria, indicando que Bachar Al Assad não pode governar o país. Isso é feito em defesa dos direitos internacionais humanitários, cobrando-se do Conselho urgência na implementação das resoluções por ele adotadas.

Exemplo 62

D'abord, une lutte résolue et déterminée contre le terrorisme et contre Daech. L'ensemble de la communauté internationale doit être unie dans cette lutte. Comme le président de la République l'a indiqué ce matin, la France va saisir le Conseil de sécurité pour que soit adoptée une résolution visant à lutter contre le terrorisme. Le Président Hollande a également appelé au rassemblement dans le cadre d'une grande et unique coalition internationale afin d'unir nos forces et nos moyens pour détruire Daech. Daech constitue notre ennemi commun et nous devons le détruire, avec détermination, avec méthode, avec professionnalisme, avec persévérance.

Exemplo 63

Ensuite, la recherche d'une solution politique en Syrie s'impose plus que jamais. La Syrie est en effet devenue la plus grande fabrique de terroristes que le monde ait connue. Les membres du Conseil de sécurité et les pays de la région doivent s'unir pour mettre d'urgence en œuvre une transition politique en Syrie, dans laquelle Bachar Al Assad ne peut constituer l'issue. Il est notamment urgent d'obtenir des progrès concrets dans le domaine humanitaire et d'exiger le respect du droit international humanitaire, qu'il s'agisse de l'accès humanitaire ou de la cessation de toutes les attaques indiscriminées contre les civils. La France a fait à Vienne des propositions concrètes sur ce sujet, afin d'atténuer les souffrances des populations civiles, alors que leur situation sur le terrain, déjà alarmante, se dégrade. Les résolutions adoptées par ce Conseil doivent être mises en œuvre sans délais.

Ainda em relação a esse último exemplo, destacaremos o modo pelo qual essa enunciação coercitiva/impositiva é manifestada na superfície textual. Vimos, no caso da Espanha, que a indeterminação dos enunciados possui um efeito de consonância com o discurso diplomático. No caso da França, embora o exemplo 63 seja encabeçado por um enunciado indeterminado (« la recherche d'une solution politique en Syrie s'impose plus que jamais »), posteriormente, há enunciados determinados que apontam as causas do problema (a) e suas soluções no âmbito da diplomacia multilateral e bilateral (b,c,d), o que, de certa forma, invalida a indeterminação anterior: a) « Syrie est en effet devenue la plus grande fabrique de terroristes que le monde ait connue »; b) « Les membres du Conseil de sécurité et les pays de la région doivent s'unir pour mettre d'urgence en oeuvre une transition politique en Syrie »; c) « La France a fait à Vienne des propositions concrètes sur ce sujet, afin d'atténuer les souffrances des populations civiles »; d) « Les résolutions adoptées par ce Conseil doivent être mises en oeuvre sans délais ».

Para finalizar, citamos o exemplo 64. Nele sobressai um aspecto de diplomacia preventiva baseada no acolhimento de refugiados. Mesmo quando enfatiza essa prática diplomática, o enunciador da intervenção da França deixa transparecer em seu discurso um posicionamento de liderança com uma tonalidade coercitiva. A seguir, vemos que o acolhimento de refugiados ao qual o representante permanente desse Estado se refere não é

uma sugestão, mas uma obrigação moral. Ele ainda vincula esse valor à Europa dando a entender que os Estados desse continente deveriam seguir a sua posição. Nesse sentido, a projeção de líder da França parece ultrapassar, no referido discurso, o âmbito do Conselho de Segurança, alcançando também os Estados da Europa, de forma mais direta aqueles que participavam do debate sobre a Síria no dia dezesseis de novembro de 2015.

Exemplo 64

Les habitants d'Irak et de Syrie, notamment dans les territoires contrôlés par Daech, furent parce qu'ils sont martyrisés. Les accueillir dans la dignité constitue une obligation morale pour l'Europe, dans le respect des libertés fondamentales et des principes de droit sur lesquelles elle s'est construite. [ANEXOL](#)

4.6.7 Identidades diplomáticas da Espanha e da França sobre proteção de civis em 2015

Na intervenção do representante permanente da Espanha sobre a proteção de civis, em 2015, sobressai a iniciativa de propor um debate mais amplo sobre o tema. Nesse sentido, o diplomata aborda vários outros fatores relacionados à proteção de civis e explicita o posicionamento da Espanha de incentivar uma agenda integral que trate de questões que vão das prestações de conta até regimes de sanção. Fica evidente a construção de uma identidade diplomática eficiente que marca não apenas a participação da Espanha no CSNU, mas mostra sua atuação como relevante, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento de propostas da diplomacia multilateral desenvolvidas a partir do Conselho de Segurança.

Tal relevância encontra respaldo ainda na proposta de mudança de postura do CSNU em relação às mulheres, sugerindo-se que elas passem a ser vistas como atores que possuem um papel importante nas negociações de paz, ao invés de ser tratadas apenas como vítimas de conflitos. Por fim, destacamos que o representante permanente da Espanha defende a importância da formação dos indivíduos que lidam com os direitos humanos, ao postular que todos os integrantes de uma missão de paz tenham conhecimento suficiente sobre o assunto e que estejam preparados para interagir com a população local, com as organizações da sociedade civil em geral e, particularmente, com as mulheres, afirmando que seu Estado é bastante experiente nesse terreno.

Exemplo 65

La protección de civiles será el eje principal de nuestra aportación de hoy al panel de alto nivel para la revisión de OMP que dirige el ex presidente Ramos Horta. Sin embargo, más allá de los mandatos – y los medios – de las operaciones de paz, hay que tener en cuenta, como bien apunta OCHA, el cumplimiento del derecho

humanitario (incluidas las normas sobre el uso de armas de destrucción masiva); el acceso humanitario, la rendición de cuentas y el papel de los actores no estatales. Durante nuestro bienio en el Consejo de Seguridad España se ha propuesto impulsar esta agenda, con todas las herramientas de que disponemos, desde la rendición de cuentas hasta el régimen de sanciones.

Exemplo 66

El CS viene centrando su atención en las mujeres como víctimas de los conflictos, y no como líderes de procesos de paz y agentes de cambio en la consolidación de la paz. Aunque los crímenes de violencia sexual se sitúen necesariamente en el centro de la protección de civiles, este órgano tiene que involucrarse más en la exigencia de rendición de cuentas sobre el papel que juegan las mujeres en las conversaciones de paz, en los procesos de mediación, en los acuerdos de alto al fuego, de paz, y en las situaciones post-conflicto en general.

Exemplo 67

Para lograrlo, no cabe duda de que la formación juega un papel primordial. Debemos asegurarnos de que todas las unidades que participan en una OMP hayan seguido una formación adecuada y suficiente sobre derechos humanos y cuestiones de género para identificar y prevenir este tipo de violaciones; y que los componentes de derechos humanos de cada Misión estén reforzados y debidamente integrados en los mandatos. Debemos también vigilar que los contingentes estén correctamente preparados para interactuar sobre el terreno con la población local, con las organizaciones de la sociedad civil en general – aprovecho para congratularme de que la sociedad civil intervenga en este debate –, y con las mujeres y niñas en particular. Mi país tiene mucha experiencia en este terreno. [ANEXO M](#)

O diplomata da França, por sua vez, coloca em evidência a ocorrência de abusos sexuais nas operações de manutenção de paz e impõe duas medidas a fim de resolver o problema: 1) aplicação, de maneira estrita, de políticas de tolerância zero e de triagem dos participantes dessas operações; 2) punição e perseguição dos responsáveis. Nós as enquadrámos no âmbito de uma perspectiva discursiva de um enunciador que fala (e se assume) como líder do CSNU. Além desse posicionamento de liderança, destaca-se, mais uma vez, um discurso diplomático coercitivo, mesmo que os atores desses atos de abuso sejam integrantes das missões de paz do próprio órgão. Isso é perceptível no exemplo 68. Já no exemplo 69, vemos esse tom coercitivo de forma mais abrangente e imbricado com o discurso jurídico.

Por fim, a partir do exemplo 70, vemos mais um dado que destacamos e julgamos ser um componente relevante na construção da identidade diplomática da França no Conselho. De forma similar à intervenção da Espanha, o representante da França evidencia, em seu discurso, o papel da mulher nas operações de paz. No entanto, chama-nos à atenção o fato de não ser destacado o papel da mulher nas negociações de paz. A mulher pode ser vista, na verdade, do ponto de vista do enunciador da intervenção da França, como um meio de facilitar o acesso e o trabalho local dos integrantes das operações de paz. Em outras palavras, o papel

da mulher aqui não é negociar, não é exercer funções de diplomacia, mas apenas repetir um papel social estereotipado. Ressaltamos que esse fato foi observado, particularmente, nessa intervenção.

Exemplo 68

Pour éviter ces abus, nous devons agir à deux niveaux : d'abord, en appliquant de manière stricte les politiques de tolérance zéro et de filtrage qui doivent empêcher les troupes, soldats ou officiers ayant commis ces actes de participer à des opérations de maintien de la paix ; et en aval, en sanctionnant et en poursuivant le personnel responsable. Les Nations Unies ne peuvent pas se permettre ce type de « scandale » ; ses missions et opérations doivent servir de modèle.

Exemplo 69

Mais la majorité des actes de violences, et en particulier les violences sexuelles, restent impunies. Souvent par ce que les femmes refusent de porter plainte par crainte de répercussion. C'est pourquoi nous devons aussi assurer la protection des victimes dans leurs démarches judiciaires contre les auteurs de crimes. Il faut briser la chaîne du silence par la protection.

Exemplo 70

La participation des femmes permet de rendre plus efficace les opérations sur le terrain dans la mesure où l'on les associe à l'élaboration des stratégies de protection des civils, les femmes peuvent par exemple contribuer à la conception des camps ou sites de protection, afin de mieux faire valoir leurs besoins en termes d'accès sécurisé aux services et infrastructures de base. La participation des femmes aux opérations de paix est aussi un moyen pour les casques bleus de se rapprocher des communautés locales, et ainsi gagner leur confiance, ce qui est évidemment indispensable à la protection. En RDC, par exemple, la MONUSCO travaille en étroite collaboration avec les acteurs locaux pour accompagner les victimes de violences sexuelles ou de recrutement par les groupes armés. Ces pratiques doivent être généralisées. [ANEXO N](#)

4.6.8 Identidades diplomáticas da Espanha e da França sobre Mulheres, Paz e Segurança

O representante permanente da Espanha destaca, em sua intervenção, a constatação de que o uso da violência sexual deve ser visto como uma tática terrorista. Por essa razão, a comunidade internacional deveria reagir contra essa ideologia de grupos extremistas. De acordo com ele, uma maneira de se combater a violência sexual seria o fortalecimento do domínio jurídico em países nos quais esse tipo de crime é considerado como um delito menor (exemplo 72). É preciso ressaltar a estratégia de indeterminação utilizada, mesmo que se possa estabelecer uma relação entre os grupos extremistas citados no

exemplo 71 e certos países. Ainda em relação ao exemplo 72, considera-se que a mulher deve ter um papel-chave nesse processo de jurisdição sobre a violência sexual.

Por fim, nos exemplos 73 e 74, há outros dados que contribuem para a visualização da identidade diplomática da Espanha no CSNU sobre o tema em pauta, em 2015. No primeiro caso, valorizam-se as práticas de atores não estatais, como é o caso do trabalho da Senhora Bangura a quem o representante permanente da Espanha felicita. No segundo, cobra-se do CSNU a garantia de credibilidade da ONU naquelas regiões onde há Operações de Missão de Paz no que tange à proteção de civis.

Exemplo 71

-La constatación de que la violencia sexual no es sólo una táctica de guerra o conflicto, sino también una táctica de terrorismo debería hacernos reaccionar. Estos crímenes se ubican en el centro de la amenaza a la paz y seguridad que representan los grupos extremistas violentos como Daesh, Boko Haram o Al Shabbat. Estos grupos hacen del sometimiento de la mujer y de la violación de sus derechos, parte central de su ideología, financiación y proselitismo/reclutamiento. Se convierten la violencia sexual y otros actos de violencia basada en género, en una forma de persecución que afecta también a minorías religiosas y étnicas.

Exemplo 72

2. Hay países en los que este crimen no es perseguido porque se considera un delito menor contra la moral. El cambio de legislación es clave; también su efectiva aplicación por el sistema judicial nacional. Por ello, proponemos que la violencia sexual sea incluida en todos los arreglos de justicia transicional que se logren, sin excepción. Cuanto mayor sea la confianza en el sector de la justicia, más fácil y seguro será denunciar para las víctimas. La participación de la mujer en esta reforma es clave.

Exemplo 73

4. Los **actores no estatales** son, junto con los Estados, los grandes responsables de los crímenes de violencia sexual. **Celebramos la iniciativa de la Sra. Bangura** para abordar caso por caso, según el perfil del actor de que se trate, la interlocución con fuerzas de la oposición.

Exemplo 74

- Cuando hay desplegada **una OMP sobre el terreno** la responsabilidad de NNUU es, si cabe, mayor. **La credibilidad de las OMP está en juego** si no son capaces de proteger a la población civil que se encuentra bajo amenaza inminente. [ANEXO O](#) (grifos do original)

De sua parte, o representante permanente da França projeta uma identidade diplomática no CSNU com dados precisos, que são subdivididos em: a) situação de países que conseguiram algum tipo de melhoria em relação ao tema Mulheres, Paz e Segurança; b) situação daqueles Estados cujos esforços são classificados como insuficientes. Aqui novamente percebemos uma construção identitária atrelada ao fato de a França ser um

membro permanente. Isso porque o discurso de seu diplomata possui marcas de um sujeito (e de um país) em posição de liderança, que se dá, portanto, o direito de avaliar a performance dos Estados para dividi-los entre os que estão atingindo um desempenho considerado por ele (o líder) como satisfatório e os que não estão.

Ainda em relação ao exemplo 75, é preciso destacar o fato de a valorização positiva do trabalho das autoridades do centro da África representar também um autoelogio à França, tendo em vista a afirmação de que esse trabalho é desenvolvido em parceria com esse último país. Isso significa que o representante permanente da França coloca em evidência não só aspectos de sua diplomacia multilateral no âmbito do CSNU, mas também da sua diplomacia bilateral. No que diz respeito ao exemplo 76, o representante francês apresenta algumas medidas para a solução do problema, sublinhando que elas são de conhecimento dos demais representantes permanentes presentes na reunião do Conselho e, por isso, devem ser executadas. Vale ressaltar, nesse caso (mais uma vez), o tom impositivo da França/de seu representante.

Exemplo 75

Certes, des progrès sont notables dans certains pays. La République démocratique du Congo, par exemple, a amélioré l'accès aux réparations pour les victimes de violences sexuelles et permis les poursuites judiciaires à l'encontre des forces de sécurité nationales. Les autorités centrafricaines travaillent à la mise en place d'une unité de réaction rapide et d'une Cour Pénale Spéciale, avec l'aide technique et financière de la France, pour enquêter sur les violations des droits de l'Homme, dont les violences sexuelles. Mais ces efforts restent insuffisants : les violences sexuelles sont encore perpétrées par les forces armées étatiques au Soudan, au Soudan du Sud, en RDC et en Syrie notamment. Elles sont commises à l'égard des femmes syriennes dans les centres de détention ou par des services de renseignement syriens.

Exemplo 76

Face à ces différents acteurs responsables de violences sexuelles, à l'extérieur comme à l'intérieur des Nations Unies, les solutions sont connues. Nous devons ainsi: renforcer la sécurité des camps de réfugiés et de déplacés internes, ainsi que leurs alentours; accroître la participation des femmes dans les opérations de maintien de la paix, dans les négociations de paix et dans la lutte contre le terrorisme et l'extrémisme violent ; assurer le financement à travers le budget régulier de l'ONU des Conseillers genre ou protection, pour ne citer que quelques pistes. [ANEXO P](#)

Em síntese, nas subseções de [4.6.1](#) a [4.6.8](#), vimos os posicionamentos que determinam a identidade diplomática do Brasil, da Espanha e da França. A partir dessas análises, depreendemos que a identidade diplomática do Brasil no CSNU em 2011 foi constituída pelos seguintes posicionamentos: a) respeito à soberania, condenação do uso de força e de pressões externas; b) defesa de soluções pacíficas e cobrança, da parte do CSNU, de uma postura mais condizente com os preceitos da Carta da ONU; c) menção às ações

diplomáticas da Presidente da República na ONU, sobretudo no que concerne à apresentação de exemplos relacionados a medidas político-econômicas.

Ressaltamos que alguns desses valores coincidem com aqueles destacados no estudo de Ziemath (2014). Vimos anteriormente que o autor analisou as dez participações do Brasil no CSNU, a partir de dados factuais e de métodos históricos, constatando, por exemplo, que houve um aumento gradual da autonomia do país nesse órgão de diplomacia multilateral. Não por acaso, a posição do Brasil no CSNU em prol da defesa da soberania, da condenação do uso da força e de pressões externas e da defesa de soluções pacíficas foi um aspecto verificado pelo autor na atuação do Brasil no CSNU a partir dos anos 2000 e em contraste com outros membros permanentes, entre eles a França. Esse estudo serve, portanto, de respaldo, a partir do domínio da História, em geral, e das Relações Internacionais, em particular, para as características que temos apontado aqui como parte da identidade diplomática (discursivamente construída) do Brasil no CSNU, como a seguinte citação demonstra.

Verifica-se que a visão brasileira acerca da paz e da segurança internacionais, calcadas na defesa dos parâmetros acima descritos, acaba indo de encontro à concepção que alguns membros permanentes têm dessa temática. A busca da solução negociada até o último momento possível e o perigo de se relativizar a soberania dos Estados são elementos basilares da defesa brasileira do conceito de “responsabilidade ao proteger”, por exemplo, que busca complementar aquele de “responsabilidade de proteger”, apoiado por membros permanentes como EUA, Inglaterra e França. Essa diferença de concepção da gerência da paz e da segurança internacionais, entre países que patrocinaram “intervenções humanitárias”, principalmente nas décadas de 1990 e 2000, e o Brasil, que, em alguma medida, junto com chineses e russos, defende a via diplomática até o último momento possível, pode ser compreendida como uma dinâmica de pano de fundo, durante as participações brasileiras enquanto membro não permanente, principalmente a partir dos anos 2000, com o aumento da percepção de que a unipolaridade estadunidense não seria absoluta e eterna (ZIEMATH, 2014, p. 28-29).

No caso da identidade diplomática da Espanha no CSNU, em 2015, destacamos estes aspectos de sua constituição: a) diplomacia preventiva em torno do diálogo e interdependência entre aspectos humanitários e políticos; b) defesa de tomadas de posição mais inclusivas, transparentes e satisfatórias por parte do CSNU; c) valorização de atores não estatais. Apesar de algumas diferenças, percebemos que as identidades diplomáticas de Brasil e Espanha assemelham-se, sobretudo por evidenciarem críticas ao CSNU. Essas críticas (sobretudo as negativas) foram raramente encontradas nos posicionamentos do diplomata francês, influenciando na caracterização da identidade diplomática da França no CSNU em 2011 e 2015. Novamente, esses dados reforçam a proposta que apresentamos na seção anterior (4.5) de que o discurso do Brasil e da Espanha tem uma relação com o *soft power*.

Diferentemente do Brasil e da Espanha, destacaram-se estes elementos constituintes na identidade diplomática da França, sempre reforçando o seu *status* de membro permanente (líder) no/do CSNU: a) ênfase na diplomacia bilateral com outro membro permanente do CSNU (EUA) e na diplomacia multilateral regional com a União Européia; b) defesa de uma diplomacia mais coercitiva em nome dos deveres do CSNU e de medidas impositivas para se reformularem alguns objetivos do CSNU; c) menção às ações diplomáticas do Presidente da República, principalmente no que diz respeito à ajuda financeira e à imposição ao CSNU de medidas contra o terrorismo. Esses dados, por sua vez, vão de encontro com a associação que propomos entre o discurso da França e o *hard power*.

Vemos, portanto, que podemos atribuir a cada um dos três Estados uma identidade diplomática particular no que tange à sua atuação no CSNU durante seus respectivos mandatos (pelo menos, em relação às temáticas abordadas). O fato de essa identidade de posicionamento ser associada não propriamente ao enunciador (o representante), mas ao próprio Estado que representa, levou-nos a encerrar essa seção com uma breve referência ao estudo do *éthos* de Kerbrat-Orecchioni (2010). A pesquisadora propõe a distinção entre *éthos* individual e *éthos* coletivo a partir das duas principais tendências de pesquisa sobre essa categoria. No primeiro caso, cita o emprego da noção de *éthos* em retórica e análise do discurso para estudar a imagem que o orador constrói de si mesmo por meio de seu discurso. No segundo, parte da utilização do *éthos* em domínios científicos como a etnografia das comunicações, a pragmática contrastiva e a análise intercultural para designar o comportamento coletivo de uma sociedade.

Nesse sentido, a descrição da identidade diplomática do Brasil, da Espanha e da França feita aqui possui uma estreita relação com essa noção de *éthos* coletivo, uma vez que ela foi constituída através do posicionamento diplomático de cada um desses três Estados. Isso porque o representante permanente do Brasil, da Espanha e da França no CSNU permitiu a captação do comportamento coletivo dessas sociedades no âmbito da diplomacia multilateral desenvolvida nesse órgão. Essa ocorrência deve-se, principalmente, ao papel fundamental do diplomata de representar o seu Estado no CSNU. Por isso, utilizamos o termo *éthos* coletivo na seção seguinte a partir dessa abordagem e com esta ressalva feita pela autora: “o *ethos* coletivo só é apreensível através dos comportamentos individuais nos quais ele vem se encarnar (são os indivíduos que, pelo seu comportamento, confirmam e consolidam os valores do grupo, atestando, ao mesmo tempo, sua adesão a esses valores coletivos)” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2010, p. 119).

4.7 Alternância de embreantes de pessoa na projeção do *éthos* coletivo

No decorrer de nossa investigação, percebemos um aspecto de suma importância na descrição das intervenções de representantes permanentes no CSNU. Trata-se das marcas do sujeito da enunciação. No quadro teórico-metodológico proposto por Maingueneau (2016), os embreantes de primeira e segunda pessoas são estudados em conformidade com o seu movimento enunciativo no texto fonte. Além disso, o autor destaca a estreita relação entre essas categorias e a análise do *éthos* discursivo, fato que nos levou a analisar essas duas categorias conjuntamente, ainda que a construção do *éthos* possa ser apreendida também a partir de outras categorias.

O estudo dos embreantes de primeira e segunda pessoas foi realizado em cinco etapas. Nas quatro primeiras subseções, analisaremos as diferentes formas que o enunciador mobiliza para projetar um *éthos* coletivo. Para isso, assumimos, com Krieg-Planque (2014, p. 170) que “o valor instável do pronome ‘nós’ permite tanto guiar o leitor a se identificar com a organização, quanto conduzir esse mesmo leitor a manter um distanciamento desse ‘nós’ institucional”⁸⁸. Na última subseção, destacaremos o uso da primeira pessoa do singular com o fim de evidenciar um caso pontual que, entretanto, pode estar associado a um dos pontos de regularidade do gênero de discurso aqui estudado. A análise do “eu” foi realizada concomitantemente à do *éthos* individual.

4.7.1 *Éthos* coletivo: embreante de pessoa e a representatividade do Estado

Do ponto de vista da categoria de pessoa, a projeção que o enunciador faz de seu Estado mostra, em geral, sujeitos diluídos na primeira pessoa do plural ou em enunciados encabeçados pelo nome próprio desse Estado. Nesse sentido, há duas projeções diferentes. Vimos que o artigo 28 da Carta da ONU estabelece que o representante permanente tem lugar na sede da organização para garantir o funcionamento contínuo do CSNU. Ressaltamos que, juntamente com o diplomata, encontra-se uma equipe que constitui a delegação de cada Estado. Assim, acreditamos que o uso da primeira pessoa do plural coloca em evidência essa coletividade. No segundo caso, a imagem projetada é a do Estado em sentido amplo.

⁸⁸ Tradução livre de: « La valeur instable du pronom ‘nous’ permet aussi bien d’amener le lecteur à s’identifier à l’organisation, que de conduire ce même lecteur à se ternir à l’écart de ce ‘nous’ institutionnel ».

Compreende-se que todos os órgãos e atores responsáveis, direta ou indiretamente, pela diplomacia multilateral de cada Estado estão representados. No entanto, frequentemente, desliza-se de uma posição à outra, de uma imagem à outra, como mostram os exemplos que seguem (os grifos são nossos):

Exemplo 77

La France poursuivra son engagement aux côtés du peuple et du Gouvernement haïtiens, en étroite coordination avec les Nations unies. Nous espérons que les autorités haïtiennes de leur côté prendront les décisions qui s'imposent pour offrir à leur pays et à leur population de meilleures perspectives. [ANEXO B](#)

Exemplo 78

A proteção de civis em conflitos armados é um dos desafios cruciais de nossos dias. No Conselho de Segurança e em outros foros, o Brasil tem buscado contribuir para os esforços da ONU nesta área. Durante a presidência brasileira do Conselho de Segurança em fevereiro passado, organizamos uma sessão para considerar todas as dimensões da agenda de proteção. [ANEXO E](#)

Exemplo 79

La France développe par ailleurs des programmes destinés à renforcer la participation des femmes aux opérations extérieures. Notre plan d'action prévoit également des initiatives destinées à renforcer la sensibilisation au respect des droits des femmes dans les programmes de formation, autre point important dans la mise en œuvre des résolutions Femmes, Paix et Sécurité. [ANEXO H](#)

Exemplo 80

• España, está acompañando y ofreciendo apoyo político y financiero a Haití en este proceso - cuatro españoles forman parte de la Misión de Observación Electoral de la OEA a la que hemos contribuido también con recursos financieros- . [ANEXO I](#)

É preciso levar em conta a particularidade do uso de nomes próprios na referência ao Estado representado pelo diplomata/enunciador. O fato de seu *status* lhe permitir falar em nome de um Estado, de um povo, levou-nos a considerar que a terceira pessoa, nesse caso, confunde-se com a primeira pessoa do plural, pois o posicionamento do “ele”/Estado (O Brasil, a França etc.) é o do enunciador (“eu” + minha “equipe” = nós) das intervenções de representantes permanentes no CSNU. Aliás, sem esse sujeito, o caráter institucional do Conselho de Segurança seria colocado em xeque. Isso porque ser membro do Conselho significa necessariamente ter um representante nele.

4.7. 2 *Éthos* coletivo: embreante de pessoa e a representatividade integral do CSNU

Nesta seção, exporemos alguns exemplos que demonstram a produtividade do *éthos* coletivo nesse tipo de discurso. Se anteriormente vimos dois casos de projeção do enunciador enquanto Estado, aqui ele se projeta, sobretudo, como o próprio Conselho, estratégia relevante, pois o CSNU se constitui da soma de Estados membros que são representados por diplomatas. Falar em nome do Conselho é, pois, um mecanismo discursivo na projeção do enunciador para destacar compromissos, responsabilidades e deveres desse corpo coletivo que depende da ação diplomática de cada representante permanente. É nesse “nós” que poderíamos encontrar uma espécie de acordo comum das negociações diplomáticas em nível multilateral, uma vez que se visualiza não apenas o posicionamento defendido por cada membro, mas um filtro desses posicionamentos em nome de um consenso, em prol do “bem comum”.

Esse coletivo é, pois, a comunidade internacional, particularmente todos os Estados-membros da ONU. Nesse caso, é preciso lembrar que o artigo 4 da Carta da ONU reza sobre a admissibilidade de Estados nessa organização internacional. Para serem aceitos, eles dependem da decisão da Assembleia Geral e da recomendação do CSNU. Esses dois órgãos também podem expulsar, conforme o artigo 6, os Estados que violarem os princípios desse documento. Logo, assumir-se como enunciador dessa coletividade nas intervenções é mostrar-se como parte de uma instituição de diplomacia multilateral que possui credibilidade internacional para realizar ações em nome da manutenção da paz e da segurança internacionais. Nesses casos, quando não se usa o nome próprio – o Conselho (exemplo 81) –, mas a primeira pessoa do plural (demais exemplos), esse “nós” não se refere especificamente a um povo, a um Estado ou ao representante permanente e sua equipe, mas ao próprio Conselho – e mesmo, por vezes, à própria ONU – como um todo. Seguem os exemplos (os grifos são nossos):

Exemplo 81

Quando o Conselho houver de autorizar o uso da força, como no caso da Líbia, nós devemos nos ater a um alto padrão. O Conselho tem a responsabilidade de assegurar a implementação adequada de suas resoluções. [ANEXO E](#)

Exemplo 82

Hoje, nos reunimos para considerar como avançar ainda mais em direção ao pleno engajamento das mulheres na resolução de conflitos e na mediação. [ANEXO G](#)

Exemplo 83

La estabilidad no quedará asegurada con la celebración de la última vuelta electoral el 27 de diciembre. Debemos dar un tiempo más al país para que la estabilidad política, económica y social se conviertan en una seña de identidad de Haití. [ANEXO I](#)

Exemplo 84

Il serait pour autant injuste de réduire Haïti à un tableau sombre et négatif. C'est également un pays où de nombreuses dynamiques de progrès sont à l'œuvre à divers niveaux. Elles constituent autant de motifs d'espoir, que nous devons apprécier à leur juste valeur, et naturellement encourager de toutes nos forces. [ANEXO J](#)

Exemplo 85

Para lograrlo, no cabe duda de que la formación juega un papel primordial. Debemos asegurarnos de que todas las unidades que participan en una OMP hayan seguido una formación adecuada y suficiente sobre derechos humanos y cuestiones de género para identificar y prevenir este tipo de violaciones. [ANEXO M](#).

4.7. 3 *Éthos* coletivo: embreante de pessoa e uma (possível) representatividade parcial do CSNU

No decorrer da pesquisa, havíamos realizado algumas análises prévias que já apontavam a produtividade do estudo do *éthos* coletivo. A necessidade de aprofundamento desse estudo, contudo, foi-se intensificando à medida que encontrávamos fatos históricos que embasavam nossas hipóteses de trabalho. Reproduzimos, a seguir, uma das principais passagens que nos levou a elaborar a presente subseção para destacar a representatividade parcial do CSNU, a partir da análise do *éthos* coletivo.

O conselho funciona quase como um clube, mas com peculiaridades que se fazem notar, sobretudo, no contexto dessas consultas. As regras de comportamento são uma mistura de política de poder, troca de apoios e gentilezas diplomáticas. Operam vários grupos no seio do Conselho: os membros permanentes (os P-5), os membros permanentes salvo a China (os P-4), os membros permanentes ocidentais (os P-3), os membros não alinhados (os 'caucus'), os membros que não são nem permanentes nem não alinhados (os 'non-non', que formam o menos estruturado dos grupos). Ao lado desses grupos ganham recentemente força os chamados 'amigos do Secretário Geral', grupos mais ou menos automeados para tratar de determinadas questões (México, Venezuela, Colômbia e Espanha mais os EUA, para El Salvador, para o Haiti, como já se mencionou; os P-4 mais a Alemanha para a Geórgia, por exemplo). (SARDENBERG, 1994, p. 140).

Duas intervenções do representante permanente da França sobre a situação da Síria chamou-nos a atenção para uma projeção mais específica de um *éthos* coletivo, que denominamos *éthos* parcial do CSNU. O próprio fato de haver uma intervenção (discurso)

desse Estado em um intervalo de tempo relativamente pequeno – a primeira é de 2011 e a segunda, de 2015 – está relacionado com seu *status* de membro permanente do CSNU. No exemplo 86, a seguir, apreendemos, na fala do enunciador, a imagem de um país que faz questão de se reafirmar como parte do Conselho e que, nessa condição, se dá o direito de realizar ações diplomáticas coercitivas. Embora não possamos identificar quais seriam os membros que apoiariam esse tipo de negociação diplomática, percebemos que a França se projeta como um articulador desse grupo (a França, com outros [países]).

Exemplo 86

La France, avec d'autres, si rien ne se passe de positif, étudiera toute une série d'options visant à accroître la pression sur le régime syrien afin qu'il cesse la répression et s'engage dans la voie des réformes. Des mesures fortes devront être prises si cet appel n'est pas entendu. Le Conseil des droits de l'Homme s'est également saisi de la question et adoptera, nous l'espérons, une résolution à l'issue de sa session spéciale vendredi. [ANEXO D](#)

O exemplo 87 é bastante similar ao primeiro, ainda que as marcas linguísticas que nos permitiram evidenciar a coletividade que constitui o *éthos* parcial do CSNU sejam menos explícitas. Também destacamos o caráter de excepcionalidade do tom dessa intervenção sobre a Síria em 2015, por parte do representante permanente da França, particularmente do que sobressai no excerto reproduzido. Para nós, essa tonalidade foge às características do discurso diplomático de todas as outras intervenções, inclusive pelo uso de um vocabulário que se opõe a aquele que analisamos em 4.4. A imagem que o enunciador projeta do país que representa – a França – articula-se, pois, à necessidade de ações diplomáticas coercitivas por parte do CSNU (como mostra, particularmente, o trecho por nós sublinhado), remetendo a uma coletividade que seria constituída, de forma direta, pelos coenunciadores (países membros) que aderissem ao posicionamento francês e, de forma indireta, por toda a comunidade internacional. Ressaltamos, nesse caso, o uso de um vocabulário que reafirma a união em torno de interesses franceses, que, por determinação do país, passam a ser comuns: “l'ensemble (de la communauté), doit être unie, rassemblement, grande et unique coalition, unir nos forces et nos moyens...” É como se a França não deixasse ao CSNU outra alternativa senão seguir suas diretrizes.

Exemplo 87

D'abord, une lutte résolue et déterminée contre le terrorisme et contre Daech. L'ensemble de la communauté internationale doit être unie dans cette lutte. Comme le président de la République l'a indiqué ce matin, la France va saisir le Conseil de sécurité pour que soit adoptée une résolution visant à lutter contre le terrorisme. Le Président Hollande a également appelé au rassemblement dans le cadre d'une grande

et unique coalition internationale afin d'unir nos forces et nos moyens pour détruire Daech. Daech constitue notre ennemi commun et nous devons le détruire, avec détermination, avec méthode, avec professionnalisme, avec persévérance. (Os grifos são nossos) [ANEXO L](#)

4.7. 4 *Éthos* coletivo: embreante de pessoa e casos ambíguos na projeção do enunciador

A projeção do *éthos* coletivo gera, em alguns casos, efeitos de ambiguidade. No caso do exemplo 88, a seguir, o enunciador projeta primeiramente o seu *éthos* individual de cordialidade e agradecimento. Posteriormente, dilui-se em um *éthos* coletivo (“nossas” inquietações) que se mostra motivado pela apresentação do secretário geral adjunto. Entretanto, essa coletividade pode ser apenas o Estado do representante permanente – a França – ou pode ser relacionada ao *éthos* integral do CSNU.

Exemplo 88

Je remercie le secrétaire général adjoint pour l'exposé de la situation en Syrie qu'il a présentée à ce conseil, et qui vient nourrir nos inquiétudes. [ANEXO D](#)

No exemplo 89, o enunciador projeta a imagem integral do Conselho de Segurança, apontando para a coerência da postura coercitiva assumida por esse órgão para a proteção de civis. No entanto, a partir da contextualização dos embreantes de pessoa, percebemos uma certa ambiguidade na projeção dessa coletividade. Em um primeiro momento, coloca-se em evidência o dever do CSNU de intervir em casos de violações graves de direitos internacionais. O enunciador refere-se a essa coletividade da qual ele é membro permanente por meio do nome próprio Conselho de Segurança, usando a terceira pessoa e criando, assim, um efeito de sentido de objetividade: é assim que tem que ser. Em seguida, projeta um novo *éthos* coletivo, com o uso do pronome nós e verbos conjugados no pretérito perfeito, dando a entender que esse “nós” abarca a França e seus parceiros que realizaram uma ação concreta, com base naquela orientação do CSNU. Esse uso possibilita um efeito ambíguo, pois dessa coletividade podem ser excluídos os Estados-membros que não aderiram a esse posicionamento de diplomacia coercitiva (ou seja, os não parceiros da França). Vejamos.

Exemplo 89

— Lorsque des violations graves du droit international humanitaire et des droits de l'Homme, des crimes de guerre, des crimes contre l'humanité sont commis, il est en effet du devoir du Conseil de sécurité d'intervenir pour les empêcher.

C'est ce que nous avons fait en Libye. Le Conseil de sécurité a autorisé les forces de la coalition à protéger les civils bombardés sur ordres de leurs dirigeants. En frappant les forces de Kadhafi à l'entrée de Benghazi, la France avec ses partenaires y a évité un massacre. En déminant le port de Misratah, nous avons permis à l'aide humanitaire d'être livrée et aux civils d'être évacués. [ANEXO F](#)

4.7. 5 A 1ª pessoa do singular e o *éthos* individual

As análises empreendidas em torno de embreantes de pessoa revelaram que, no gênero de discurso intervenções de representantes permanentes no CSNU, o uso de primeira pessoa do singular ocorre, em geral, em enunciados que se projetam como saudações, congratulações ou agradecimentos. Tais enunciados são frequentemente responsáveis pela abertura do texto com uma menção explícita àquele que desempenha a função de presidente da seção em que o enunciador profere sua intervenção. Acreditamos que, com esse uso, o enunciador projeta um *éthos* de cordialidade.

Não descartamos a hipótese de esse uso de primeira pessoa do singular ser mais uma opção estilística do que propriamente uma restrição do gênero de discurso em questão. Por essa razão, separamos as ocorrências desse uso por cada Estado para tecermos algumas considerações. No caso do Brasil, verificamos a confirmação da preferência pelo uso da primeira pessoa do singular em agradecimentos. Precisamos, no entanto, quanto a esse aspecto, atenuar a diferença entre o *éthos* individual e o *éthos* coletivo, uma vez que o fato de o diplomata representar o seu Estado indica que a imagem de cordialidade é tanto dele quanto do Estado que ele representa.

Cabe ressaltar que, nos exemplos 90, 91 e 93, a primeira pessoa do singular imprime aos enunciados maior efeito de cumplicidade entre o enunciador e seu(s) coenunciador(es), pois aquele é uma manifestação concreta de uma noção mais abstrata, que é a de Estado. Nesse sentido, acreditamos que a recorrência do uso da primeira pessoa do singular corrobora a construção de um *éthos* individual, que coloca em destaque a relação interpessoal entre o enunciador e seus coenunciadores. Tal relação não deixa de ser percebida no exemplo 92, porém em menor escala. Isso porque, ao se projetar como um “nós”, o enunciador não separa quais representantes do Estado que ele representa mostram-se cordiais e agradecidos. Ele projeta o seu *éthos* individual de cordialidade e gratidão somado à imagem de outros representantes de seu Estado. Não nos parece aqui que esse “nós” seja um mero

plural de modéstia, tendo em vista que, em outras intervenções, a representante permanente do Brasil não se constringe em empregar a primeira pessoa do singular. Vejamos:

Exemplo 90

Senhor Presidente,
Agradeço aos Subsecretários Gerais Alain LeRoy e Valerie Amos por seus abrangentes relatórios. [ANEXO A](#)

Exemplo 91

Senhor Presidente,
Agradeço ao Subsecretário-Geral Lynn Pascoe por seu relatório. [ANEXO C](#)

Exemplo 92

Senhor Presidente,
Felicitamos a presidência francesa do Conselho por realizar o importante debate de hoje. Somos gratos à Subsecretária-Geral Valerie Amos, ao Subsecretário-Geral Alain Le Roy e ao Secretário-Geral Adjunto Ivan Simonovic por suas declarações.
[ANEXO E](#)

Exemplo 93

Muito obrigada, Senhora Presidente,
Agradeço ao Secretário-Geral por suas observações e por seu relatório.
Dou também as cordiais boas-vindas ao Conselho, ao Embaixador Lazarous Kapambwe, Presidente do ECOSOC, e a Sra. Bachelet, Diretora Executiva do Mulheres ONU, e agradeço-lhes por seus informes. [ANEXO G](#)

No caso da Espanha, o uso da primeira pessoa do singular, em enunciados introdutórios, não ocorre com a mesma regularidade que constatamos para o Brasil. No exemplo 94, inclusive, há o uso da terceira pessoa do singular. Nesse sentido, nossos estudos demonstraram que esse tipo de enunciado possui uma característica peculiar. Ao utilizar a terceira pessoa em enunciados encabeçados pelo nome próprio do Estado que representa, o diplomata enfatiza o *éthos* coletivo de seu Estado. Trata-se, a nosso ver, de um efeito muito similar ao exemplo 93, da intervenção proferida pela diplomata do Brasil. Isso porque se sabe que o representante permanente da Espanha é um dos sujeitos que agem em nome do Estado espanhol. A diferença é que, a partir do uso de terceira pessoa, a imagem de cordialidade projetada por esse enunciatador está mais vinculada à noção de Estado, sem se personificar em um dado indivíduo. Nesse sentido, o grau de relação interpessoal é praticamente neutralizado, pois o fato de o caráter de cordialidade e agradecimento ser atribuído a um “ser inanimado” neutraliza o efeito de cumplicidade nesse tipo de relação.

No exemplo 94, o efeito de cordialidade e gratidão é projetado no *éthos* individual do enunciatador (pela presença de “agradeço”, no 2º período do trecho, embora inicialmente ele esteja em terceira pessoa). Já no exemplo 95, a neutralização enunciativa imprime ao

enunciado maior objetividade, podendo inclusive ser considerado um enunciado não embreado.

Exemplo 94

• España agradece al Secretario General el informe sobre la Misión de Estabilización de NN.UU en Haití del pasado mes de agosto. [ANEXO I](#)

Exemplo 95

Agradecimientos a las panelistas, Señoras:
Kyung-wha Kang, Secretaria General Adjunta (OCHA)
Helen Durhan, Directora del Departamento de Derecho Internacional del CICR y LLwad Elman (Somalia) miembro del Grupo de trabajo sobre mujer, paz y seguridad de las ONG's. [ANEXO M](#)

Exemplo 96

-Agradecimiento a la Sra. Hamsatu A. Allamin por su conmovedora presentación en nombre de la organización "NGO Working Group on WPS", y a la REsG para Violencia Sexual en Conflicto, Sra. Bangura, por su exhaustivo trabajo de lucha contra la violencia sexual en conflicto, reflejado en el sólido informe que acaba de presentamos el SGNU. Agradezco especialmente la vinculación que realiza este documento entre la protección y la participación de las mujeres. [ANEXO O](#)

No que se refere às intervenções da França, o primeiro fato a ser considerado é que esse Estado, conforme já assinalamos inúmeras vezes, é um membro permanente do CSNU. Assim como nas análises de outras categorias, enfatizamos esse *status* assumido pelo enunciador também no caso dos embreados de pessoa. Nos enunciados de agradecimento de todas as oito intervenções da França (quatro de 2011 e quatro de 2015), observamos o uso (explícito) da primeira pessoa do singular, o que aponta para a estabilidade desse *éthos* individual em que o enunciador projeta uma imagem de si como cordial e agradecido. Em todas essas ocasiões, sobressai a ênfase nas relações interpessoais, uma vez que o enunciador está personificado na figura humana e presencial do diplomata.

Exemplo 97

Monsieur le Président,
Je remercie M. Alain Leroy, Mme Valérie Amos et le chargé d'Affaires de Haïti pour leurs interventions. [ANEXO B](#)

Exemplo 98

Je remercie le Secrétaire général adjoint, M. Lynn Pascoe, pour l'exposé de la situation en Syrie qu'il a présenté à ce Conseil, e qui vient nourrir nos inquiétudes. [ANEXO D](#)

Exemplo 99

Je remercie Mme Amos et MM Le Roy et Simonovic pour leur présentation. [ANEXO F](#)

Exemplo 100

Madame la Présidente,

Je souhaiterais en premier lieu vous remercier pour l'organisation de ce débat et également remercier le Secrétaire général, Mme Bachelet, l'ambassadeur Kapambwé et Mme Nemat de leur participation et de leurs interventions. [ANEXO H](#)

Exemplo 101

Monsieur le Président,

Je remercie la Représentante spéciale du Secrétaire général en Haïti, Mme Sandra Honoré, pour sa présentation et pour son engagement. [ANEXO J](#)

Exemplo 102

Madame la Présidente,

Permettez-moi d'abord de remercier l'ensemble des intervenants pour leurs exposés, M.O'Brien, Mme Zerrougui, Mme Bangura. [ANEXO L](#)

Exemplo 103

Monsieur le Président,

J'aimerais vous remercier d'avoir organisé ce débat à la veille de nombreuses échéances cruciales que nous allons connaître comme la Revue stratégique des opérations de paix, la Revue stratégique de l'agenda « Femmes, paix et sécurité » et celle de l'architecture de la Commission de la consolidation de la paix. [ANEXO N](#)

Exemplo 104

Madame la Présidente,

Je remercie la présidence jordanienne de l'organisation de ce débat important sur les violences sexuelles dans les conflits, qui correspond pour la France à une priorité de longue date et de tout premier plan. Je remercie également Mme Bangura et Mme Allamin pour leurs présentations et leur action exemplaire. [ANEXO P](#)

Apesar das diferenças encontradas nas intervenções do Brasil, da Espanha e da França, acreditamos que a projeção do *éthos* individual do diplomata revela um dos aspectos constitutivos desse gênero de discurso. O enunciador projeta, na introdução da intervenção, uma imagem de si para destacar a cordialidade e a gratidão a(o) outro(s). Evidentemente esse aspecto discursivo não deve ser visto como uma regra rígida. Aliás, é justamente por questões como essa que Bakhtin (2003) ressaltou que os gêneros de discurso são relativamente estáveis. Nesse sentido, os casos de *éthos* individual que mostramos aqui acentuam essa relatividade.

Esse *éthos* cordial, enquanto marca do referido gênero de discurso, pode ser estudado a partir do princípio contrastivo da proposta teórico-metodológica de Fuentes Rodríguez (2010a; 2010b). De acordo com a autora, um *graduatum* de cortesia é estabelecido a partir de imposições do tipo de discurso e do contexto social. A título de exemplo, ela estudou o discurso parlamentar e constatou que a confrontação é um traço particular desse discurso e do discurso político, em geral (Ver também BLAS ARROYO, 2001). Logo, a

descortesia constitui-se uma característica do discurso parlamentar, sobretudo para que o enunciador se imponha frente ao enunciatário. Vemos, pois, que os dados revelados a partir da análise do *éthos* individual das intervenções contrastam com os do discurso político parlamentar justamente por se tratar de um discurso diplomático, cuja regra de cordialidade é o inverso da regra de descortesia imposta ao discurso parlamentar (ver FUENTES RODRIGUEZ, 2010b).

Além do mais, não acreditamos ter sido uma coincidência encontrar nos enunciados introdutórios das intervenções da França 100% de uso da primeira pessoa do singular. Por isso, quando Thomé (2005, p. 49) admite haver “uma distinção de *status* entre membro permanente e não permanente em razão das responsabilidades específicas que podem assumir os primeiros⁸⁹”, vemos que esse *status* influencia nas escolhas discursivas no âmbito do gênero estudado. Aliás, o caráter de membro permanente da França parece permitir-lhe a utilização de recursos discursivos de forma mais estável.

Por fim, esse recurso mais explícito ao *éthos* individual, por meio do uso da primeira pessoa do singular, possibilitou-nos uma separação entre esse tipo de projeção para mostrar cordialidade e agradecimento e outras projeções nas quais são vistos posicionamentos de negociações diplomáticas. Não por acaso, essas últimas ocorrências não se encontram nos enunciados de introdução, mas no desenvolvimento e na conclusão das intervenções. Logo, elaboramos esta seção para demonstrar esse aspecto mais pontual do *éthos* individual na introdução das intervenções de representantes permanentes no CSNU, apesar de termos constatado e conferido um lugar de destaque para a categoria do *éthos* coletivo no estudo desse gênero de discurso. Assim, casos como o exemplo 105, a seguir, foram raríssimas exceções, razão pela qual os posicionamentos dos enunciadores dos textos do *corpus* foram associados, mais de perto, ao *éthos* coletivo, categoria que teve proeminência nas análises das identidades (4.6) e dos embreante de pessoa (4.7.1 - 4.7.4) e continuará ocupando esse lugar de destaque em 4.8.

Exemplo 105

"5. El círculo sólo puede cerrarse si **mejora el flujo de información** que llega a NY. Para ello **propongo que cada jefe de Misión de Paz de NNUU informe con carácter obligatorio y de manera analítica y estratégica** (no sólo de forma descriptiva) sobre esta agenda, con ocasión de cada *briefing* a este Consejo. Esto promoverá la comunicación directa de los asesores de protección de mujeres y los asesores de género con el liderazgo y con el resto de unidades de la misión". [ANEXO O](#) (grifos do original).

⁸⁹ Tradução livre de: « une distinction de statut entre membre permanents et non permanents à raison des responsabilités spécifiques que peuvent assumer les premiers ».

4.8 Caráter e corporalidade no *éthos* dos representantes permanentes do Brasil, da Espanha e da França

Na abordagem de Maingueneau sobre o *éthos* discursivo (2016), analisam-se os aspectos que determinam a personalidade do enunciador (e não, claro, do autor de “carne e osso”), a partir de traços psíquicos e físicos. O autor propôs uma metodologia bimodal com a qual se pode chegar à imagem projetada pelo enunciador por meio de diferentes índices textuais. Trata-se das subcategorias caráter e corporalidade. A primeira diz respeito aos traços psicológicos do enunciador, enquanto a segunda refere-se aos aspectos físicos, apreendidos por meio da enunciação. Essa dimensão física pode ser, por exemplo, a maneira de se vestir, de caminhar etc. São traços que compõem a maneira de dizer do enunciador e são atribuídos à sua maneira de ser. No caso deste trabalho, diríamos que se trata da forma como ele (enunciador/representante) se porta diante dos outros membros do CSNU e da própria comunidade internacional.

Esses aspectos psíquicos e, sobretudo, físicos, embora sejam mais evidentes na oralidade, também podem ser apreendidos no texto escrito. Nesse caso, a análise se volta para os elementos linguístico-textuais. Um caso abordado por Maingueneau foi o uso de verbos e determinantes para demonstrar a manifestação física/o caráter do enunciador de uma publicidade (que também representa, em última análise, um grupo, uma coletividade, como no caso dos representantes no CSNU). Nunca é demais lembrar que, de acordo com Kerbrat-Orecchioni (2010), só se apreende o *éthos* coletivo por meio de comportamentos individuais.

Assim, na seção anterior, privilegamos a análise do “tom” diplomático assumido pelos representantes de Brasil, Espanha e França. Buscamos demonstrar, assim, que a projeção do *éthos* do enunciador difere, sobretudo, no que diz respeito a ser membro permanente ou não permanente. Na presente seção, procuraremos evidenciar como o caráter do enunciador é marcado por elementos linguísticos que se deixam ver na superfície textual. Para isso, elaboramos três seções. Na primeira abordaremos o caráter/corporalidade do enunciador a partir do uso de verbos. Na segunda, descreveremos os enunciados com efeitos adversativos. Por último, trataremos de modalizadores (em sentido amplo) e outros operadores argumentativos, para além dos adversativos.

4.8.1 Caráter e corporalidade do enunciador a partir do uso de verbos

Iniciamos essa seção com uma referência a dois trabalhos realizados sobre o discurso institucional que envolvem o CSNU. Ao analisar a relação entre atos de linguagem e instituição, Krieg-Planque (2014) mostrou a produtividade do uso dos performativos nas resoluções e declarações do CSNU. Ela destaca, por exemplo, o uso de verbos como “declarar”, “constatar”, “exigir” etc. com os quais a instituição produz uma ação no mundo. A autora conclui que esses verbos são elementos-chave na produção desses documentos.

No desenrolar de nossa pesquisa, percebemos que os verbos também se constituíam em elementos-chave do gênero de discurso intervenções de representantes permanentes no CSNU. Surge, porém, aqui uma questão: em seu trabalho sobre os discursos institucionais, Krieg-Planque (2014) afirma que, no caso das resoluções (gênero discursivo que estudou), a projeção do *éthos* diz respeito à instituição Conselho de Segurança. No caso do gênero de discurso que estudamos, embora o enunciador esteja alocado em uma instituição (o CSNU/ONU), ele projeta tanto a imagem do Conselho de Segurança quanto a de seu Estado nesse órgão. Esta é – acreditamos – uma das particularidades discursivas desse gênero de discurso.

Esse traço discursivo permitiu-nos evidenciar empregos verbais distintos para realçar o *status* do enunciador no CSNU. Assim, analisamos essa categoria gramatical enquanto um traço do caráter do enunciador. Destacou-se, sobretudo, de um lado, um uso verbal que enfatiza o caráter coercitivo do discurso diplomático da França. Relacionamos essa questão com o *status* de membro permanente da França no CSNU. Por outro lado, o uso dos verbos nas intervenções dos representantes permanentes do Brasil e da Espanha parece estar relacionado a um caráter mais preventivo e menos coercitivo no discurso diplomático desses dois representantes permanentes, cujos Estados não possuem o mesmo *status* da França: em ambos os casos, trata-se de membro não permanente do CSNU. Vemos, por exemplo, que, o auxiliar *dever*, na intervenção da representante permanente do Brasil, parece assumir mais um viés de probabilidade (exemplo 106), enquanto, no caso do diplomata francês, é possível perceber um tom maior de obrigatoriedade, de exigência, parecendo tratar-se mais de uma modalidade deôntica (exemplo 107). Observe-se, no caso da Espanha (exemplo 108), a atenuação do discurso, por meio do emprego de verbos como “propõe” e do futuro do pretérito⁹⁰:

⁹⁰ Optamos por indicar o tempo verbal correspondente ao "condicional simple"/"pospretérito" ("se podría") em língua portuguesa (futuro do pretérito), uma vez que as análises foram realizadas nessa língua.

Exemplo 106

As liberdades fundamentais devem ser protegidas em qualquer contexto. Esta deve ser a mensagem coerente deste Conselho e da comunidade internacional ao reagir aos desafios lançados pelas históricas mudanças no Mundo Árabe. [ANEXO C](#)

Exemplo 107

Ainsi, en Syrie, le gouvernement tire sur sa population, l'assiège, recourt aux arrestations arbitraires par milliers, aux disparitions forcées, et à la torture. Cela doit cesser. Les manifestants, les défenseurs des droits de l'homme et les journalistes doivent être libérés. La liberté d'expression doit être respectée. Le gouvernement doit coopérer avec la mission d'enquête du Haut Commissariat aux droits de l'Homme et autoriser l'accès humanitaire, y compris la mission d'évaluation du Bureau de Coordination de l'Aide humanitaire. [ANEXO F](#)

Exemplo 108

1. España propone que **se generalicen las prácticas consistentes en patrullar a los grupos de mujeres que tengan asignadas las tareas de recolección de leña o agua**, o que deban acudir al mercado. Se podría complementar con la inclusión de presencia de personal de paz femenino en las patrullas, de tal manera que aumente la confianza en el personal de paz y se conozcan mejor sus preocupaciones y experiencias. [ANEXO O](#) (os sublinhados são nossos; os negritos, do original).

4.8.2 Caráter e corporalidade do enunciador a partir do uso de enunciados adversativos

A presente subseção foi criada a partir da relação que estabelecemos entre o estudo de Krieg-Planque (2014) e o conceito de *éthos* de Maingueneau (2016). Um dos exemplos de análise propostos pela autora baseou-se no efeito de polifonia de concessivos no discurso político, mais precisamente em uma declaração do então Presidente da República da França Nicolas Sarkozy. Krieg-Planque concluiu, por exemplo, que a conjunção *mais* possibilitou a realização de dois atos de linguagem por parte de seu enunciador: ameaça e garantia. Logo, pareceu-nos produtivo uma análise dessa categoria, a partir das análises prévias que havíamos feito.

O primeiro fato que nos chamou a atenção foi a baixa ocorrência de enunciados de cunho opositivo nos textos do *corpus*. Nesse sentido, é preciso destacar que o enunciador dispõe de diferentes meios de produzir efeitos de oposição, entre eles o uso de elementos linguísticos gramaticalmente conhecidos como conjunções adversativas e concessivas. Sem o objetivo de reduzir tais efeitos de sentido a enunciados encabeçados por esses componentes gramaticais, até porque nossa pesquisa limitou-se às conjunções adversativas, elaboramos o quadro a seguir com o fim de exemplificar a pouca concentração de efeitos de oposição, fato

que é particularmente relevante na produção do discurso diplomático em que se objetiva justamente o consenso, o acordo etc.

Análise quantitativa de conjunções adversativas nas intervenções de representantes permanentes no CSNU								
Temas	Brasil - 2011		França - 2011		Espanha - 2015		França – 2015	
	conjunção	ocorrências	conjunção	ocorrências	conjunção	ocorrências	conjunção	ocorrências
Haiti	Mas	2	Mais	1	no obstante	1	mais, toutefois	6
Síria	conjunção	ocorrências	conjunção	ocorrências	conjunção	ocorrências	conjunção	ocorrências
	-	0	-	0	pero	2	-	0
Proteção de civis	conjunção	ocorrências	conjunção	ocorrências	conjunção	ocorrências	conjunção	ocorrências
	no entanto	1	Mais	1	sin embargo	2	Mais	4
Mulheres, paz e segurança	conjunção	ocorrências	conjunção	ocorrências	conjunção	ocorrências	conjunção	ocorrências
	mas, porém	2	-	0	Pero	1	Mais	1

Quadro 10 - Análise quantitativa de conjunções adversativas nas intervenções de representantes permanentes no CSNU

Interpretamos essa baixa ocorrência de enunciados opositivos como um indício de que o modo de dizer do representante no CSNU tende a apontar para o consensual, sendo, pois, condizente com as palavras-chave e as semipalavras-chave do discurso diplomático (ver [4.4.1](#) e [4.4.2](#)). Para avançar mais na análise dessa questão, selecionamos exemplos das intervenções do Brasil e da França em 2011 e da Espanha e da França em 2015, com o objetivo de mostrar que, além de ocorrer em um número pouco expressivo, os enunciados adversativos parecem estar sempre associados aos posicionamentos diplomáticos desses Estados, conforme o nosso estudo revelou em [4.6](#).

Em relação às intervenções dos representantes permanentes do Brasil e da França em 2011 sobre o Haiti, observamos nos exemplos 109 e 110, a seguir, que a orientação argumentativa desencadeada pelos enunciados adversativos segue o posicionamento específico de cada um de seus enunciadores. No primeiro caso, o efeito de “é necessário mais, no entanto” é o de sensibilizar a comunidade internacional para que os parceiros aumentem o apoio financeiro ao Haiti. Logo, esse aspecto da enunciação encontra-se atrelado ao posicionamento do Brasil como um Estado solidário, defensor de soluções pacíficas e crítico ao engajamento dos membros do CSNU em ações solidárias. Já no segundo caso, o diplomata francês usa o enunciado adversativo para evidenciar a necessidade de o Haiti ter instituições fortes e estáveis. É preciso observar, todavia, que a ausência desse atributo não decorre do

desempenho do CSNU, mas do próprio Haiti. Produz-se, assim, um ato de linguagem coercitivo, em nome do CSNU, dirigido especificamente ao Haiti.

Exemplo 109

A recuperação prossegue e felicitamos os parceiros, doadores e a Comissão Interina de Recuperação do Haiti por seu compromisso em atingir resultados concretos o mais rapidamente possível. É necessário mais, no entanto. Os desembolsos continuam a ser insuficientes e falta financiamento adequado para atividades críticas, como os programas de “dinheiro por trabalho”. Os parceiros precisam aumentar o seu apoio para que seja possível à Comissão realizar suas metas estratégicas em áreas vitais em 2011. ANEXO A

Exemplo 110

Mais si Haïti ne se dote pas d’institutions fortes et stables, tous ces moyens mis en œuvre resteront largement vains. En accord avec le gouvernement, l’Organisation des Etats Américains a dépêché une mission chargée d’examiner les résultats du premier tour. Cette mission a mis à jour de nombreuses fraudes et, conformément à ce qui avait été prévu, elle a présenté un certain nombre de recommandations. La France appelle les autorités haïtiennes à respecter leurs engagements vis-à-vis de la communauté internationale et à tirer les conséquences de ces recommandations. (os grifos são nossos) [ANEXO B](#)

Os exemplos subsequentes, em torno do tema proteção de civis, também comprovam a tese que defendemos nesta subseção. No caso do Brasil (exemplo 111), o enunciado adversativo revela um dos principais traços de sua identidade diplomática no CSNU: a condenação do uso da força. Isso se materializa linguisticamente pelo emprego de “no entanto”, elemento por meio do qual a representante brasileira sinaliza sua oposição às medidas coercitivas. Esse posicionamento também está associado a outras questões: o olhar crítico sobre a atuação do CSNU e o respeito à soberania dos Estados. Em relação à intervenção da França, a orientação argumentativa desencadeada pelo enunciado adversativo privilegia a atuação do CSNU por meio do uso da força, mostrando o dever desse órgão em atuar quando os esforços dos Estados são insuficientes. Nesse sentido, esses aspectos retratam a postura da França como um dos líderes do CSNU que defende as medidas coercitivas adotadas pelo órgão. Diferentemente do Brasil, o representante francês não faz críticas a esse órgão, ele conclui que o CSNU tem adotado as medidas corretas e deve prosseguir nesse caminho.

Exemplo 111

Em alguns casos, medidas coercitivas podem ser necessárias para proteger civis. No entanto, o uso da força deve sempre ser um recurso de última instância. Devemos ter o máximo cuidado para assegurar que nossas ações apaguem as chamas do conflito, em vez de atirá-las. [ANEXO E](#)

Exemplo 112

La protection des civils exige que justice soit rendue aux victimes. La responsabilité première incombe aux Etats mais la communauté internationale doit appuyer ou suppléer leurs efforts lorsqu'ils sont défailants.(...) Ces derniers mois, le Conseil de sécurité a démontré sa capacité à appliquer les principes sur la protection des civils aux situations concrètes dans lesquelles des civils sont effectivement menacés. Nous devons poursuivre nos efforts. (os grifos são nossos). [ANEXO F](#)

De forma similar ao exemplo 111 que acabamos de apresentar, identificamos, na intervenção do Brasil sobre Mulheres, paz e segurança, o uso do enunciado adversativo do qual sobressai o ato de linguagem “cobrar” (exemplo 113). Ele desencadeia a cobrança de uma postura do CSNU em relação ao apoio a outros órgãos diplomáticos – Assembléia Geral, Conselho Econômico e Social e ONU Mulheres – que, segundo a diplomata brasileira, seria necessário para resolver o problema que está sendo examinado pelos membros do CSNU. Passemos a esse exemplo, uma vez que não houve emprego de enunciados adversativos em relação a esse tema na intervenção do representante permanente da França.

Exemplo 113

Gostaria de concluir sublinhando um ponto crucial. O apoio do Conselho para atribuir mais força às mulheres nas situações de conflito e pós-conflito é muito importante. Mas ele não se sustenta sozinho. A participação efetiva e sustentável das mulheres depende da inclusão social e das oportunidades econômicas. O trabalho da Assembleia Geral, do Conselho Econômico e Social e da ONU Mulheres a este respeito requer nosso total apoio se quisermos alcançar os objetivos da agenda das Mulheres e Paz e Segurança. (os grifos são nossos). [ANEXO G](#)

As observações que fizemos em torno das intervenções do Brasil e da França no CSNU em 2011 também podem ser constatadas nas intervenções da Espanha e da França em 2015. Embora tenhamos percebido um aumento de ocorrência de enunciados adversativos nas intervenções francesas, ele não se mostrou diferente no que diz respeito aos efeitos de sentido já apontados. Vejamos, pois, exemplos da enunciação dos representantes permanentes da Espanha e da França no CSNU em 2015.

O exemplo 114, a seguir, evidencia que o uso de “no obstante” ocorreu em conformidade com o posicionamento do diplomata espanhol de apresentar certas críticas que, a nosso ver, podem estar sendo dirigidas ao CSNU. Esse conector se opõe ao menor grau de violência no processo eleitoral do Haiti para enfatizar que houve incidentes violentos em 13% dos colégios eleitorais. A Espanha não faz, contudo, uma cobrança ao Haiti, responsabilizando esse Estado pelos ocorridos, fato que permite a seguinte interpretação: a

Espanha apresenta uma crítica ao CSNU por considerar a situação como “relativamente calma”. No caso da França (exemplo 115), o trecho que diz respeito a esse mesmo episódio é marcado por um enunciado adversativo com o conector “toutefois”. Notamos que, ainda que admita que tenha havido incidentes (irregularidades e perdas humanas, o que, a nosso ver, é muito grave), o representante da França prefere imprimir-lhes o valor de algo já superado, reafirmando, assim, sua posição de líder do CSNU e de defesa de uma diplomacia mais coercitiva.

Exemplo 114

- España comparte la valoración que hace el SGNU sobre el desarrollo de la convocatoria electoral del 9 de agosto pasado, en Haití, en la cual la situación de seguridad se mantuvo en relativa calma, siendo menos violenta que en ocasiones anteriores.
- No obstante, pese al buen hacer del Consejo Electoral Provisional y de la Policía Nacional de Haití, se han registrado incidentes violentos en un 13% de los colegios electorales. España entiende que la situación de seguridad durante las elecciones ha sido relativamente contenida precisamente gracias a la labor desempeñada por MINUSTAH. [ANEXO I](#)

Exemplo 115

Le premier tour des élections législatives et sénatoriales s’est tenu, ses résultats ont été publiés. Nous déplorons certes quelques cas de violence, avec des pertes humaines inacceptables ; certaines irrégularités. Ces incidents ont toutefois été contenus et bien relevés. (os grifos são nossos). [ANEXO J](#).

Em relação ao tema da Síria, não houve ocorrência de enunciados adversativos na intervenção da França. Assim, o próximo exemplo refere-se à intervenção do diplomata espanhol. Para nós, o enunciado adversativo que destacamos revela o posicionamento desse enunciador, que defende uma diplomacia preventiva baseada no diálogo. Embora seja descrita a experiência traumática de crianças atingidas pela guerra e a necessidade de que sejam supridas suas necessidades mais imediatas, o efeito de oposição focaliza o “ser consciente” de que essa assistência humanitária às referidas crianças da parte da comunidade internacional deverá se estender por muito tempo ainda.

Exemplo 116

Como la Sra. Zerrougui afirma en un reciente informe, millones de niños han sido afectados por la guerra y cabe esperar, por desgracia, que el resto de sus vidas seguirá marcado por experiencia tan traumática. Es cierto que ahora hemos de centrarnos en lo más perentorio en tiempos de guerra: salvaguardar sus vidas, alimentarles, cuidar de su salud, educarles incluso en zonas de conflicto....Pero hemos de ser muy conscientes que muchos, quizá la mayoría de ellos, van a seguir requiriendo todo tipo de asistencia por mucho tiempo. (os grifos são nossos). [ANEXO K](#)

No tocante ao tema proteção de civis, o exemplo 117 é, mais uma vez, uma forma de visualizar a defesa de uma posição mais inclusiva, transparente e satisfatória da parte do CSNU, a partir do discurso do representante permanente da Espanha. O conector “sin embargo” instaura o ato de linguagem “cobrar” destinado ao CSNU. Logo, prevalece a orientação argumentativa de que o CSNU avançou pouco em relação ao combate às agressões contra a população civil. No caso da França (exemplo 118), o enunciado adversativo retoma o seu posicionamento de líder do CSNU, exigindo medidas mais impositivas, como assegurar a proteção de vítimas de violência sexual para que elas quebrem o silêncio e revelem os violadores, que devem ser julgados pela Corte Penal Internacional.

Exemplo 117

Se dieron entonces pasos importantes, para permitir una reacción de la comunidad internacional ante las agresiones contra la población civil. Sin embargo, no hemos avanzado lo suficiente; al menos, no sobre el terreno. Los conflictos modernos se caracterizan casi sin excepción por los ataques contra civiles: desde actos terroristas indiscriminados hasta el reclutamiento de niños, pasando por la violencia sexual, la toma de rehenes o el uso de explosivos en zonas urbanas, entre otros. [ANEXO M](#)

Exemplo 118

Enfin, Monsieur le Président, il ne peut y avoir de protection sans justice. La confirmation, le 1er décembre 2014, de l'accusation par la Cour pénale internationale du chef de guerre Thomas Lubanga Dyilo pour les crimes de guerres ainsi que le transfert le 21 janvier 2015 d'un commandant de la LRA, Dominic Ongwen, à la Cour pénale internationale, constituent des pas importants dans la lutte contre l'impunité des violences commises à l'égard des civils, dont une majorité de femmes et de filles.

Mais la majorité des actes de violences, et en particulier les violences sexuelles, restent impunies. Souvent par ce que les femmes refusent de porter plainte par crainte de répercussion. C'est pourquoi nous devons aussi assurer la protection des victimes dans leurs démarches judiciaires contre les auteurs de crimes. Il faut briser la chaîne du silence par la protection. [ANEXO N](#) (os grifos são nossos)

Finalizaremos esta subseção com os exemplos 119 e 120 relativos, respectivamente, às intervenções da Espanha e da França no CSNU, em 2015, acerca do tema “mulheres, paz e segurança”. Se em ambos os textos foram usados enunciados adversativos com o fim de evidenciar o grau de insuficiência das propostas do Conselho de Segurança, o enunciado do diplomata francês assume um “tom” mais impositivo, apontando para um dever inerente a esse órgão: o de se esforçar mais em relação ao tema em regiões específicas. Para nós, o direcionamento desse ato de linguagem é um reflexo da posição de líder da França no CSNU, materializada linguisticamente no enunciado adversativo. Não parece ser fortuito esse

uso no exemplo 120 em contraste com o exemplo 119 no qual a orientação argumentativa apoiada no conector “pero” marca a insuficiência das medidas diplomáticas do CSNU em sentido amplo: “põe em risco a duração da paz”.

Exemplo 119

Los procesos de desarme y de cese de las hostilidades están más orientados a que las comunidades se deshagan de las armas convencionales , a garantizar el alto al fuego; pero esto no es suficiente para detener los crímenes sexuales o por motivos de género, lo que a su vez pone en riesgo la duración de la paz. [ANEXO O](#)

Exemplo 120

Certes, des progrès sont notables dans certains pays. La République démocratique du Congo, par exemple, a amélioré l'accès aux réparations pour les victimes de violences sexuelles et permis les poursuites judiciaires à l'encontre des forces de sécurité nationales. Les autorités centrafricaines travaillent à la mise en place d'une unité de réaction rapide et d'une Cour Pénale Spéciale, avec l'aide technique et financière de la France, pour enquêter sur les violations des droits de l'Homme, dont les violences sexuelles. Mais ces efforts restent insuffisants : les violences sexuelles sont encore perpétrées par les forces armées étatiques au Soudan, au Soudan du Sud, en RDC et en Syrie notamment. Elles sont commises à l'égard des femmes syriennes dans les centres de détention ou par des services de renseignement syriens. (os grifos são nossos).
[ANEXO P](#)

4.8.3 Caráter e corporalidade do enunciador a partir do uso de modalizadores e outros operadores argumentativos

Vimos em [4.8.1](#) que o caráter de liderança (ou não) do enunciador (do país que representa) deixa-se marcar por meio dos verbos. Observamos que, paralelamente a esse uso e ao emprego de enunciados adversativos ([4.8.2](#)), ocorrem também modalizadores e outros operadores argumentativos (para além dos adversativos). Assim, investimos na análise desses elementos que concretizam o modo de dizer – e, conseqüentemente, o modo de ser – dos representantes permanentes desses Estados, com vistas a verificar se eles ocorrem em consonância com traços de suas identidades diplomáticas revelados em [4.6](#).

Começaremos nossa análise com as intervenções do Brasil. No exemplo 121, a partir da crítica ao uso da força, o enunciador marca sua posição de forma atenuada: “gostaria de sublinhar”, sem, portanto, impor nenhuma medida. No exemplo 122, o uso reiterado de operadores aditivos mostra que a responsabilidade não se limita aos membros das missões de paz, estendendo-se aos Estados-membros do CSNU, ou seja, a responsabilidade deve ser compartilhada. Por fim, a cobrança (sutil) de que as mulheres tenham uma atuação mais

participativa, vem introduzida pelo operador “até” e direcionada aos países que têm sido tomados como modelos na luta pela participação das mulheres. Segue-se um trecho em que o uso reiterado de operadores aditivos projeta uma imagem de vanguarda do Brasil, ao introduzir o tema da participação efetiva das mulheres em diferentes esferas sociais (inclusive na área política e diplomática). Mais uma vez, constatamos uma postura mais cautelosa da parte do Brasil, condizente com a de um Estado que busca o consenso e insiste em soluções pacíficas.

Exemplo 121

As aspirações legítimas das populações do Mundo Árabe devem encontrar respostas mediante processos políticos inclusivos, e não pela força militar.(...)

Neste sentido, gostaria de sublinhar o papel vital que a Liga dos Estados Árabes exerce ao adotar medidas encorajadoras na direção correta. [ANEXO C](#)

Exemplo 122

Além disso, da mesma forma que os membros da missão de paz são responsáveis por suas ações e omissões na causa da proteção, os Estados-membros também devem estar claramente cientes de como estão cumprindo o mandato que receberam do Conselho. [ANEXO E](#)

Exemplo 123

Em todas as sociedades existem obstáculos reais para a participação política das mulheres. Até em países que têm liderado a causa dos direitos das mulheres por décadas, barreiras insidiosas persistem no caminho da verdadeira igualdade. (...)

Dilma, inclusive vários dentre os que se ocupam das responsabilidades centrais do governo. As mulheres também galgaram posições destacadas na diplomacia brasileira e ocupam cada vez mais posições de alto nível no Serviço Exterior.(os grifos são nossos) [ANEXO G](#) (os grifos são nossos)

No que tange às intervenções da Espanha, o exemplo 124, a seguir, apresenta, por meio de operadores aditivos e comparativos, uma postura mais inclusiva do CSNU apoiada no diálogo e na soberania do Haiti. Nos dois exemplos seguintes, chamamos a atenção para a presença de modalizadores que, a nosso ver, indicam necessidade (e não, por exemplo, uma imposição): “es imperativo” “hay que tener en cuenta”. Para nós, esses elementos linguísticos estão associados ao posicionamento do representante permanente da Espanha de defender uma diplomacia preventiva que leva em consideração a interdependência entre aspectos humanitários e políticos.

Exemplo 124

• También defendemos que el Consejo de Seguridad trabaje de la manera más inclusiva y transparente posible, y que sus decisiones tengan siempre en cuenta los intereses y la opinión de los Estados que se ven afectados por ellas. En ese sentido, escucharemos con mucha atención la intervención de la delegación de Haití y sus consideraciones y expectativas acerca de MINUSTAH, así como las aportaciones de los países que contribuyen a esta Misión. [ANEXO I](#)

Exemplo 125

Es imperativo hacer algo urgente al respecto, comenzando por responder al llamamiento del Plan de Respuesta para Siria, donde se nos recuerda se necesitan al menos 224 millones de dólares para evitar que Siria pierda una entera generación debido a la guerra. [ANEXO K](#)

Exemplo 126

La protección de civiles será el eje principal de nuestra aportación de hoy al panel de alto nivel para la revisión de OMP que dirige el ex presidente Ramos Horta. Sin embargo, más allá de los mandatos – y los medios – de las operaciones de paz, hay que tener en cuenta, como bien apunta OCHA, el cumplimiento del derecho humanitario (incluidas las normas sobre el uso de armas de destrucción masiva); el acceso humanitario, la rendición de cuentas y el papel de los actores no estatales. (os grifos são nossos) [ANEXO M](#) (os grifos são nossos)

Por fim, apresentamos as intervenções da França, nas quais se percebe a defesa de uma diplomacia mais coercitiva. Os exemplos 127 e 128 evidenciam esse aspecto pela presença do modalizador deôntico dever (indicando obrigação) e pelas enumerações que instauram a ordem para o cumprimento de certas medidas, o que está em consonância com o posicionamento de liderança desse país no CSNU. Esses dois aspectos são, aliás, bastante produtivos nas intervenções da França.

Exemplo 127

Pour éviter ces abus, nous devons agir à deux niveaux : d'abord, en appliquant de manière stricte les politiques de tolérance zéro et de filtrage qui doivent empêcher les troupes, soldats ou officiers ayant commis ces actes de participer à des opérations de maintien de la paix ; et en aval, en sanctionnant et en poursuivant le personnel responsable. [ANEXO N](#)

Exemplo 128

Premièrement, le Conseil de sécurité doit soutenir la recommandation du Secrétaire général et de sa Représentante spéciale de qualifier les violences sexuelles comme « tactique de terreur », et non seulement comme tactique de guerre comme cela est formulé dans la résolution 1820 (2008) (...)

Deuxièmement, nous devons veiller à ce que l'élargissement de la « liste noire » du rapport du Secrétaire général à treize nouvelles parties aux conflits accusées de violences sexuelles, dont Daech et Boko Haram, soit suivi d'effets. [ANEXO P](#) (os grifos são nossos)

4.9 Dêixis espacio-temporal, dêixis enciclopédica e memória coletiva

Ao descrevermos as regras de constituição do gênero de discurso intervenções de representantes permanentes no CSNU em [4.2](#), apontamos que as características de sua periodicidade e de sua autoria eram demarcadas pelo seu título. Portanto, consideramos que esse paratexto destaca o caráter institucional do gênero em foco. Por isso mesmo, os dados presentes no título imprimem a esses textos um efeito documental em que o momento de enunciação dos textos é recuperado.

Tendo isso em vista, recordamos também que um dos aspectos do *médium* desse gênero de discurso tem relação com a modalidade escrita. Vimos que essa característica permite que os avatares previsíveis das intervenções de representantes permanentes no CSNU possam circular longe de sua fonte, que são as reuniões desse órgão. Soma-se a essa circunstância o fato de a estruturação do texto escrito ser feita sem que o seu autor tenha controle sobre a recepção. Nesse sentido, a presença das datas nos títulos dessas intervenções desempenha um papel relevante na sua reorganização dêitico-temporal. Isso porque as marcas dêiticas de temporalidade presentes no decorrer do texto necessitam ser associadas à data explicitada no título de cada uma dessas intervenções. Vejamos os quatro exemplos seguintes (os grifos são nossos):

Exemplo 129

Um ano após o terremoto e suas devastadoras consequências, agravadas pela trágica perda de vidas causada pela epidemia de cólera, a situação no Haiti continua a ser extremamente difícil. [ANEXO A](#)

Exemplo 130

Après le tremblement de terre, Haïti a dû affronter d’autres épreuves, le cyclone Thomas, l’épidémie de choléra. Cette succession de catastrophes explique la place encore dévolue à l’aide humanitaire d’urgence. [ANEXO B](#)

Exemplo 131

Deraa est depuis trois jours une ville assiégée par l’armée syrienne, privée d’eau, d’électricité, de liaisons avec l’extérieur, encerclée par des chars et menacée par l’artillerie lourde. [ANEXO D](#)

Exemplo 132

• España agradece al Secretario General el informe sobre la Misión de Estabilización de NN.UU en Haití del pasado mes de agosto. [ANEXO I](#)

Além dessa função dêitica, que assegura o uso coerente de certos aspectos temporais da cena de enunciação do gênero de discurso intervenções de representantes permanentes no CSNU, verificamos casos que classificamos como *dêixis enciclopédica marcada* (PAVEAU, 2006). Isso porque os elementos dêíticos, como os que são apresentados nos exemplos de 133 a 136, não fazem referência apenas à cena de enunciação, mas também permitem o acesso ao compartilhamento de saberes e crenças pré-discursivas. Tomamos elementos desse tipo como constituintes da memória coletiva pressuposta e coconstruída pelo enunciador.

Assim, nos exemplos 133 e 134, a seguir, a dêixis temporal não é apenas relacionada ao momento da enunciação das intervenções da representante permanente brasileira, mas ela é um índice de um período em que se deu a construção de uma face da identidade diplomática do Brasil no CSNU. De forma similar, nos exemplos 135 e 136, os elementos dêíticos destacados fazem referência a saberes e crenças compartilhados em relação a uma parte da identidade diplomática da França no CSNU. Por essa razão, classificamos esses casos como *dêixis enciclopédica marcada* e defendemos que tais elementos constituem mais uma propriedade peculiar desse gênero de discurso institucional, uma vez que eles se entrelaçam a outras categorias constitutivas dele (do gênero), sobretudo no que concerne ao compartilhamento dos saberes e crenças oriundos da prática diplomática do Brasil, da Espanha e da França no CSNU, durante os seus respectivos mandatos enquanto membros permanentes (França) e não permanentes (Brasil e Espanha) desse órgão de diplomacia multilateral universal. Vejamos, pois, os exemplos comentados (os grifos são nossos):

Exemplo 133

No Conselho de Segurança e em outros foros, o Brasil tem buscado contribuir para os esforços da ONU nesta área. Durante a presidência brasileira do Conselho de Segurança em fevereiro passado, organizamos uma sessão para considerar todas as dimensões da agenda de proteção. [ANEXO E](#)

Exemplo 134

No mês passado, durante o Debate Geral e num evento sobre a Participação das Mulheres na Política, a Presidente Dilma Rousseff tornou claro que o tema do fortalecimento do poder das mulheres é uma questão de elevada prioridade na agenda brasileira. [ANEXO G](#)

Exemplo 135

Nous avons vu des progrès ces dix dernières années dans ce domaine. Le Conseil a mis en place au fil des résolutions, un cadre qui permet une approche plus cohérente de la protection des femmes et de la promotion de leur participation au règlement des conflits. [ANEXO H](#)

Exemplo 136

En République Centrafricaine, il est essentiel que la MINUSCA atteigne sa pleine capacité opérationnelle d'ici le mois d'avril comme prévu, et qu'elle adopte une posture robuste dans la mise en œuvre de son mandat. [ANEXO N](#)

Ressaltamos a relevância de um saber específico relacionado à diferença entre membros não permanentes (Brasil e Espanha) e membro permanente (França) do CSNU. Para nós, a diferença desse *status* foi projetada nesses quatro casos, nos quais o emprego da *dêixis enciclopédica marcada* faz com que o destinatário modelo acione o pré-discurso: quadros pré-discursivos compostos por saberes, crenças e práticas que condicionam a produção e a interpretação do discurso diplomático oriundo das intervenções desses representantes permanentes. Isso porque, no caso do Brasil, os saberes e crenças relacionados com sua prática diplomática estão limitados a um mandato específico que esse Estado cumpria enquanto membro não permanente do CSNU. As expressões “em fevereiro passado” e “no mês passado” são situadas pelo quadro enunciativo das respectivas intervenções que permite assegurar o ano referido: 2011. Já no caso da França, os dêiticos mencionados envolvem um acionamento de saberes e crenças vinculados a suas práticas diplomáticas no CSNU de forma ininterrupta (“ces dix dernières années”). É esse *status* de membro permanente que lhe garante uma postura mais rígida com órgãos do conselho para cobrar pontualidade nas medidas diplomáticas que devem ser desenvolvidas: “d’ici le mois d’avril”.

Nesse sentido, destacamos mais seis exemplos para reforçar essa tese também a partir da diferença entre as intervenções da Espanha (membro não permanente) e da França (membro permanente). Os três próximos casos dizem respeito à Espanha. No exemplo 137, o posicionamento diplomático da Espanha emerge de um tempo indefinido (sempre), supondo que o destinatário modelo acesse um conhecimento específico em sua memória discursiva para a seguinte orientação argumentativa: há coerência na posição da Espanha em todos os seus mandatos de membro não permanente do CSNU. Já nos exemplos 138 e 139, os dêiticos temporais enfatizaram o mandato em questão da Espanha (2015) no qual seus posicionamentos diplomáticos foram manifestados nas intervenções de seu representante permanente.

Exemplo 137

• España siempre ha mantenido en sus intervenciones ante este Consejo que las decisiones sobre MINUSTAH deben ser tomadas de manera flexible en función de los análisis y previsiones a corto y medio plazo, de la evolución de la situación política y de seguridad, para no poner en peligro los avances conseguidos. La estabilidad no quedará asegurada con la celebración de la última vuelta electoral el

27 de diciembre. Debemos dar un tiempo más al país para que la estabilidad política, económica y social se conviertan en una seña de identidad de Haití. [ANEXO I](#)

Exemplo 138

Al repasar la excelente nota de concepto preparada por la presidencia chilena) es casi inevitable pensar en algunas de las noticias que hemos leído en los últimos meses. Por ejemplo, el caso de las niñas yazidíes de 16 o 17 años, víctimas de secuestros, violaciones y torturas por parte de DAESH. Algunas de ellas, después de haber sido liberadas, han optado por quitarse la vida. [ANEXO M](#)

Exemplo 139

En próximo mes de octubre tendremos una oportunidad histórica para demostrar que estamos comprometidos con una cuestión que define bien la **esencia de las NNUU del s XXI**. Las **dinámicas de género ya son parte de todo conflicto; de ahí que sean cruciales en la resolución inclusiva y duradera de los mismos**. Como dijo en octubre pasado la periodista congoleña, Caddy Adzuba, galardonada con el Premio Príncipe de Asturias de la Concordia: no es sólo el honor y la dignidad de las mujeres lo que está en juego - que ya lo es todo - , sino el futuro desarrollo de nuestras sociedades. [ANEXO O](#) (Os sublinhados são nossos; os negritos, do original).

Diferentemente da Espanha e do Brasil, o uso dos elementos dêiticos temporais também revelam um posicionamento diplomático coercitivo da parte da França. Eles, além de ultrapassarem um mandato específico, expressam um grau de exigência que, a nosso ver, está associado ao *status* de líder que a França ocupa no CSNU. No exemplo 140, a expressão “depuis 2004” faz com que o destinatário modelo da referida intervenção acione o conhecimento enciclopédico de que a França exerce um papel de liderança nesse órgão de diplomacia multilateral. Assim, compreende-se que a avaliação do progresso realizado pelo Haiti é de um país que acompanhou todo o seu percurso no CSNU, desde 2004 até a data da intervenção. Tais dados servem de justificativa para a exigência feita em seguida. Esse é o eixo do funcionamento da *dêixis enciclopédica marcada* nas intervenções da França como evidenciamos nos exemplos 140, 141 e 142.

Exemplo 140

De nombreux progrès ont en effet été réalisés depuis 2004, en premier lieu dans le domaine de la sécurité. Haïti et sa population peuvent désormais compter sur une police nationale dont le niveau de professionnalisme et les moyens en pleine croissance devraient lui permettre à brève échéance d’assurer le maintien de l’ordre sur l’ensemble du territoire de manière autonome (...)

Nous sommes attachés à ce que cet exercice soit mené dès le lendemain de la conclusion du cycle électoral en cours et suffisamment en amont de la fin du prochain et possiblement dernier mandat que ce Conseil examinera la semaine prochaine, si les conditions sécuritaires restent inchangées, évidemment. (...)

La situation en Haïti nous interpelle tous. L'appui de la communauté internationale et l'engagement des Nations unies demeurent plus que jamais nécessaires. Mais notre responsabilité au sein de ce Conseil est de tout faire pour qu'ils soient aussi adaptés et efficaces que possible. Les défis auxquels fait face Haïti et les attentes de sa population ne nous offrent pas le luxe d'attendre pour prendre les décisions qui s'imposent. [ANEXO J](#)

Exemplo 141

La France a fait à Vienne des propositions concrètes sur ce sujet, afin d'atténuer les souffrances des populations civiles, alors que leur situation sur le terrain, déjà alarmante, se dégrade. Les résolutions adoptées par ce Conseil doivent être mises en œuvre sans délais. [ANEXO L](#)

Exemplo 142

Il y a exactement un an et un jour, le 14 avril 2014, 276 lycéennes étaient enlevées par Boko Haram à Chibok, au Nigéria. Nous sommes toujours sans nouvelles de ces jeunes filles, qui, comme d'autres femmes et filles kidnappées par ce groupe terroriste, sont livrées à des violences sexuelles, au mariage forcé et réduites en esclavage, si elles n'ont pas été « vendues ». (...)

La Revue de haut niveau de la résolution 1325 au mois d'octobre cette année sera l'occasion pour les Nations Unies et les Etats de concrétiser leurs engagements sur ces différents points. Cette Revue devra être l'occasion pour tous d'une mobilisation maximale de notre volonté, de notre action, de nos moyens.

Ce combat contre les violences sexuelles dans les conflits est un combat de tous les jours qui engage les Nations unies et qui engage aussi chacune et chacun d'entre nous. Soyez assurés de l'engagement résolu de la France dans ce combat. (os sublinhados são nossos; os negritos, do original). [ANEXO P](#)

Vemos, pois, que, nos exemplos apresentados, o emprego da *dêixis enciclopédica marcada* possibilita a visualização de traços específicos do gênero de discurso intervenções dos representantes permanentes no CSNU. Isso porque as relações entre sujeito e seu meio social, cultural, histórico e tecnológico são instauradas no discurso dos representantes permanentes do Brasil, da Espanha e da França de acordo com um saber pré-existente sobre cada um desses Estados.

Para concluir, ressaltamos uma particularidade nas intervenções da representante permanente do Brasil. Em [4.3](#), vimos a importância do *médium* a partir da publicação da obra *O Brasil no Conselho de Segurança da ONU 2010-2011*. Nesse livro, as intervenções foram reproduzidas integralmente. Antes disso, porém, os organizadores elaboraram um texto de introdução para todas as intervenções, que foram agrupadas tematicamente. Assim, os exemplos 129 e 134 citados anteriormente são associados não apenas ao título, mas também a esses textos de introdução. A título de exemplo, citamos o último parágrafo do texto introdutório sobre o Haïti (exemplo 129). Com ele destacamos o uso do pretérito perfeito referindo-se à transcrição das intervenções. Esse uso reforça a necessidade de se

reorganizarem as marcas dêitico-temporais desses textos a partir das indicações do/pelo título. Além disso, são fornecidos dados que orientam melhor a mobilização e a estabilidade da memória discursiva (ou cognitivo-discursiva).

Os discursos transcritos a seguir foram proferidos em seções do Conselho de Segurança que adotaram resoluções sobre o mandato da MINUSTAH, especialmente na resposta ao terremoto de 2010, e durante o debate aberto de alto nível em abril de 2011, que contou com a participação do Presidente colombiano, Juan Manuel Santos, do então presidente haitiano René Preval e do ex-Presidente norte-americano e enviado especial do SGNU para o Haiti, Bill Clinton. (VIOTTI; DUNPOL; FERNANDEZ, 2014, p. 36-37).

4.10 A competência discursiva das relações diplomáticas a partir do intertexto e da intertextualidade

Em [3.4.7](#) vimos que o plano intertextual foi responsável pelo efeito de autoridade do CSNU na produção de resoluções e declarações. No caso das intervenções de representantes permanentes no CSNU, verificamos que a intertextualidade, entendida, de acordo com Maingueneau (2008a), como os tipos de relações intertextuais que um discurso define como legítimos (em oposição ao intertexto, que são os fragmentos que um discurso cita efetivamente) implica dois mecanismos que geram efeitos diferentes. Na primeira dimensão, são mencionados textos que legitimam o posicionamento diplomático de cada enunciador, a partir da visão da diplomacia multilateral desempenhada pelo CSNU. Por essa razão, os exemplos de 143 a 146 convocam textos produzidos particularmente no âmbito da ONU: Carta da ONU, resoluções do CSNU, petições, relatórios.

A partir dessa relação de intertextualidade, os representantes permanentes do Brasil, da Espanha e da França evidenciam sua legitimidade como membros do CSNU, apontando que seus posicionamentos encontram respaldos nas práticas diplomáticas desse órgão. Isso quer dizer que esses enunciadores falam do lugar de responsáveis pelo CSNU. Assim, temos, ao mesmo tempo, um mecanismo de legitimação dos Estados representados, em seu conjunto, e de autoavaliação do Conselho. Por isso, no exemplo 143, percebe-se que a menção à Carta é feita com o fim de promover reflexões sobre a diferença entre proteção de civis e ameaças à paz. No exemplo 144, destaca-se a necessidade de se examinar uma dada resolução. Do exemplo 145, pressupõe-se que o uso de petições ou outras medidas que demandam a relação entre o CSNU e a Corte Penal Internacional deve ocorrer com maior frequência.

Exemplo 143

A proteção de civis é um imperativo humanitário. É um conceito distinto que não deve ser confundido ou associado com ameaças à paz e à segurança internacionais, como definidos na Carta, ou com a responsabilidade de proteger (...) [ANEXO E](#)

Exemplo 144

La Revue de haut niveau de la résolution 1325 au mois d'octobre cette année sera l'occasion pour les Nations Unies et les Etats de concrétiser leurs engagements sur ces différents points. [ANEXO P](#)

Exemplo 145

En este marco, quisiera destacar el papel esencial que juega la Corte Penal Internacional en la investigación y persecución de tales crímenes, y por otro lado, el hecho de que el Consejo de Seguridad tenga a su alcance una serie de medidas, incluyendo la remisión de los hechos a la Corte Penal Internacional, para cuyo trabajo mi país expresa todo su apoyo. [ANEXO M](#)

Notamos que a menção a esses textos (Carta da ONU, relatório, apresentação, resolução etc.) pode ser vista como um traço constitutivo das intervenções de representantes no CSNU, pois marcam a forma como são introduzidas essas “falas” e são, além disso, um indício de que os textos mencionados possuem um papel relevante na própria organização das reuniões do CSNU, como demonstra de forma mais explícita o exemplo 146 a seguir.

Exemplo 146

Senhor Presidente,

Agradeço aos Subsecretários-Gerais Alain LeRoy e Valerie Amos por seus abrangentes relatórios. [ANEXO A](#)

Je remercie Mme Amos et MM Le Roy et Simonovic pour leur présentation. [ANEXO F](#)

Gracias también por sus exposiciones al USG para Asuntos Humanitarios, Sr. O'Brian, a la Enviada Especial del SG sobre Niños y Conflictos Armados, la Sra. Leila Zerrougui, y a la Enviada Especial del SG sobre Violencia Sexual en Conflictos, la Sra. Zainab Bangura. [ANEXO K](#)

Na segunda dimensão, percebemos que, pelo fato de os enunciadores assumirem, com frequência, o posicionamento de seus Estados no CSNU, são, às vezes, mencionados textos que manifestam aspectos culturais de cada Estado para demonstrar particularidades de suas atuações diplomáticas.

No exemplo 147, a seguir, menciona-se a História contemporânea com alusão, por exemplo, à Constituição Francesa de 1958 para evidenciar o *status* da França entre os Estados denominados como “mes chers amis”. Já o exemplo 148 faz referência ao discurso proferido

pela vencedora do Prêmio Astúrias da Concórdia. Com isso, inclusive, põe-se em relevo um traço da diplomacia cultural da Espanha em que se destaca o papel da monarquia. Por fim, o exemplo 149 cita textos legislativos brasileiros e textos relacionados a programas sociais a fim de evidenciar a experiência do Brasil em questões de igualdade de gêneros. A partir deles, projeta-se a imagem de um Estado comprometido com o tema Mulheres, paz e segurança e pronto para compartilhar tais vivências no âmbito da diplomacia multilateral desenvolvida no/pelo CSNU. Ressaltamos que, no exemplo 148, na medida em que é citada efetivamente uma fala da ganhadora do Prêmio Príncipe de Asturias de la Concordia seria mais adequado falar em intertexto.

Exemplo 147

Liberté, égalité, fraternité : la devise de la République française n'a jamais été aussi forte de sens. La France est un pays libre et indépendant, pluriel et fort de sa diversité. C'est cette France-là, mes chers amis, qui a été visée ce 13 novembre. [ANEXO L](#)

Exemplo 148

Como dijo en octubre pasado la periodista congoleña, Caddy Adzuba, galardonada con el Premio Príncipe de Asturias de la Concordia: no es sólo el honor y la dignidad de las mujeres lo que está en juego – que ya lo es todo – , sino el futuro desarrollo de nuestras sociedades. [ANEXO O](#).

Exemplo 149

Adotamos legislação avançada sobre a proteção das mulheres, estabelecemos delegacias policiais especializadas sobre mulheres e colocamos as mulheres no centro do programa “Bolsa Família” de transferência de renda. Estas são experiências valiosas que estamos prontos a compartilhar com outros países, inclusive aqueles recém-saídos de conflitos. [ANEXO G](#)

4.11 Cotejo dos elementos constituintes do gênero de discurso intervenções de representantes permanentes no CSNU

Vimos, nas dez seções precedentes, o imbricamento de aspectos linguísticos, textuais e discursivos tendo em vista os aspetos sócio-históricos relacionados com os textos do *corpus* que foram apresentados no [capítulo 2](#). Julgamos, contudo, que uma síntese panorâmica de todos esses dados que apresentamos e analisamos seria a forma mais produtiva de encerrarmos o presente capítulo. Para iniciar esse procedimento, retomaremos a célebre definição bakhtiniana de gêneros de discurso com o fim de definir as intervenções de representantes permanentes no CSNU, a partir de um quadro teórico-metodológico

tradicionalmente vinculado a diferentes tendências da Análise de Discurso. Articularemos, assim, resultados das análises realizadas da seção 4.1 à seção 4.10 com alguns estudos sobre a noção de gêneros de discurso, levando em conta que, apesar das diferentes contribuições de cada corrente em relação a essa categoria, há evidentes pontos em comum, que remetem, em maior ou menor grau, à teoria bakhtiniana. Iniciemos, pois, pelo próprio Bakhtin:

Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas desse uso sejam tão multiformes quanto os campos da atividade humana, o que, é claro, não contradiz a unidade nacional de uma língua. O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo de atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis de enunciados*, os quais denominamos gêneros do discurso (BAKHTIN, 2003, p. 261-262; grifos do original).

Dessa perspectiva, para considerar as intervenções de representantes permanentes no CSNU como um gênero de discurso, precisamos evidenciar os condicionamentos do seu campo de atividade a seu conteúdo temático, a seu estilo e a sua construção composicional. O primeiro dado ao qual nos dedicaremos é justamente aquele acentuado pelo autor. Se cada campo de utilização da língua é responsável pela elaboração de determinados gêneros de discurso, constata-se que a delimitação do campo de atividade humana constitui-se o núcleo desse processo de caracterização discursiva.

Para compreender o campo da atividade humana associada ao gênero de discurso que estudamos, vimos com Villar (2006) que, embora um comportamento diplomático tenha sido identificado em um trecho do velho testamento do século VII a.C., foi somente a partir de 1879 que a diplomacia estruturou-se profissionalmente. Esse foi um dado relevante para o presente estudo, pois as intervenções de representantes permanentes estão condicionadas por práticas sociais que se originaram apenas em um dado momento da história universal: o período de generalização da diplomacia multilateral com a criação da ONU em 1945. Assim, estudamos essa esfera da atividade humana a que se refere Bakhtin a partir de categorias da ADF, mais precisamente recorreremos à noção de cena englobante em 4.1.

Nossas análises sobre a cena englobante centraram-se no lugar institucional de onde emergem as intervenções de representantes permanentes no CSNU. Apresentamos diferentes dados sociais/institucionais que justificam a classificação do tipo de discurso associado a esse gênero como discurso diplomático multilateral: origem da ONU; discursos produzidos no seio da ONU; Carta da ONU, enquanto documento de direito internacional; artigo 24 da Carta da ONU, explicitando o seu objetivo diplomático; relação desses itens com a definição de discurso diplomático de Cohen-Wiesenfeld (2008) e com o conceito de Estado na origem da diplomacia moderna. Assumimos a tese de que dados como esses imporiam restrições, inclusive linguísticas, às intervenções de representantes permanentes no CSNU, de acordo com o conteúdo temático, o estilo verbal – seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua – e a construção composicional desse gênero (intervenções).

No que se refere ao conteúdo temático, buscamos apreender sua descrição a partir do conceito de cena genérica (MAINGUENEAU, 2016), cuja metodologia consiste em estudar o contrato, o papel e o jogo do dispositivo de comunicação em foco. Nesse sentido, vimos que o papel de representante permanente é exercido em consonância com o artigo 13 do Regulamento Provisório do CSNU, segundo o qual cada Estado-membro desse órgão (Brasil, Espanha e França no presente estudo) deve estar representado em suas reuniões por um representante acreditado. Assim, assumimos que uma parte do jogo cujas regras devem ser respeitadas por esse ator social, em conformidade com o contrato das intervenções, é sua elaboração prévia, uma vez que o representante permanente tem acesso a um programa de trabalho mensal que inclui o tema a ser examinado nas reuniões/nos debates do CSNU. Isso implica que o gênero intervenções passa, necessariamente, por uma primeira elaboração escrita, que faz parte do seu “contrato”.

Em [4.2](#), recorreremos também à noção de contrato de Charaudeau (1983), com vistas a desvelar o projeto global do gênero de discurso intervenções de representantes permanentes no CSNU. Para nós, sua finalidade maior é representar um Estado cujo posicionamento diplomático acerca dos diversos temas abordados possa formar um simulacro de um órgão coletivo (CSNU) que tem por função a manutenção da paz e da segurança internacionais.

Quanto ao conteúdo temático do gênero intervenções no CSNU, os quatro temas que selecionamos para a presente pesquisa – Haiti, Síria, Proteção de Civis e Mulheres, paz e segurança – mostram que os principais eixos temáticos contemplados dizem respeito, por exemplo, a situações de conflito e de desrespeito aos direitos humanos.

A partir desses quatro temas, constatamos que os representantes permanentes do Brasil, da Espanha e da França imprimem a cada um deles seus posicionamentos diplomáticos por meio de suas intervenções no CSNU. Se se pode pensar, nesse caso, que há um “estilo individual” (que seria mais adequadamente abordado pela Estilística), não podemos perder de vista que existe um estilo verbal (BAKHTIN, 2003) inerente ao gênero. As palavras-chave (4.4.1) e as (semi)palavras-chave (4.4.2) que o presente estudo revelou são uma mostra de como se constrói uma parte importante do estilo verbal do gênero “intervenções no CSNU”, ou seja, a seleção de recursos lexicais. Essa seleção constitui um elemento fundamental na constituição desse gênero, pois evidencia a (relativa) estabilidade de vocábulos que receberam o estatuto de signos de pertencimento da prática diplomática multilateral do CSNU. Tal fato foi evidenciado também no nível morfológico, morfossintático e fraseológico (4.4.3) e a partir dos traços discursivos dos nomes próprios (4.4.4).

Nesses casos, as diferenças entre Brasil, Espanha e França tiveram forte tendência a ser neutralizadas para formar o núcleo comum do estilo verbal das intervenções de representantes permanentes no CSNU. Além dos recursos lexicais anteriormente apontados, respondem pelo estilo verbal do gênero em foco certos elementos gramaticais, como a primeira pessoa do plural, que atua na construção do *éthos* coletivo na representatividade do Estado (4.7.1) e na representatividade integral do CSNU (4.7.2)

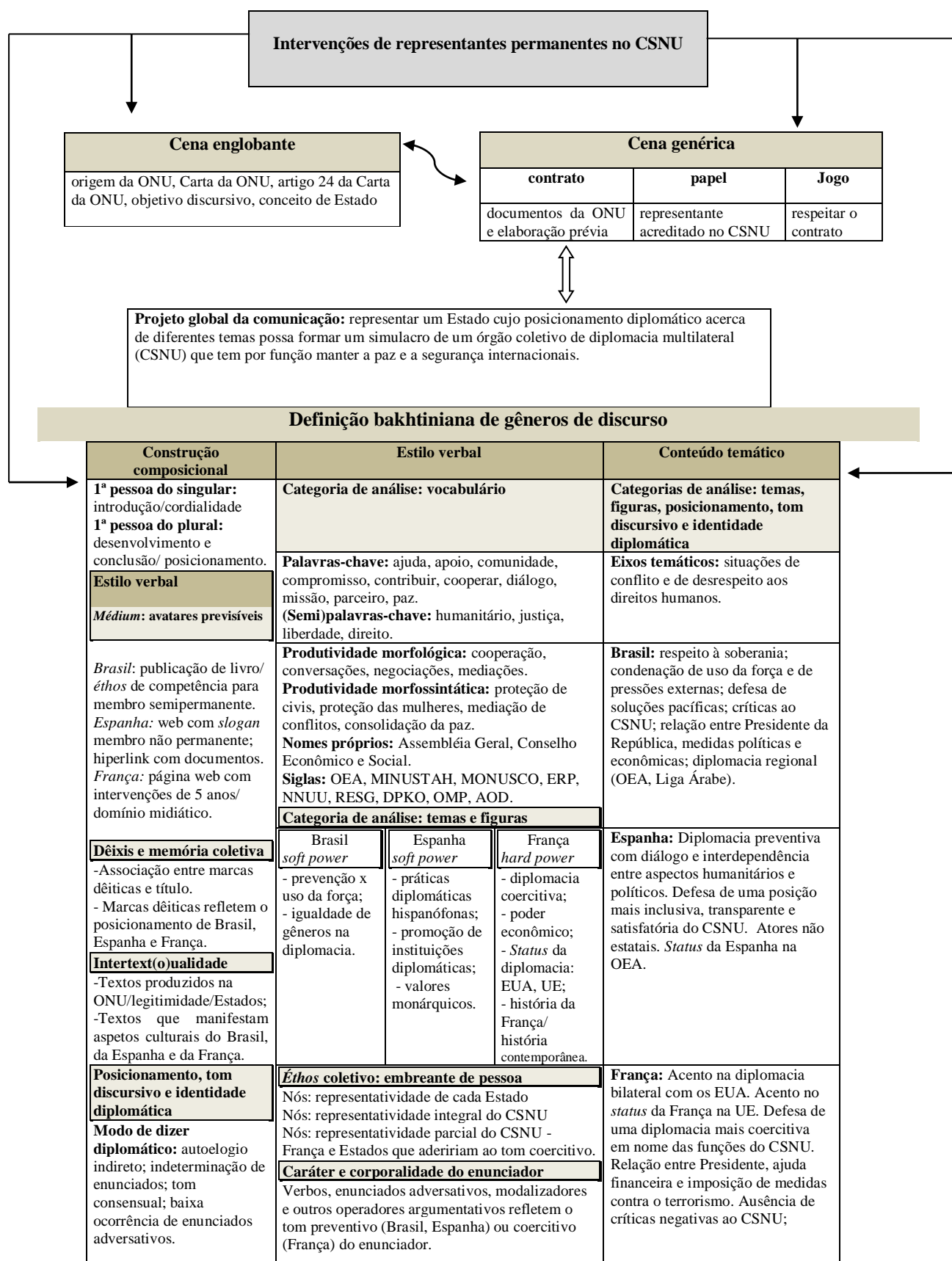
A segunda parte da seleção de recursos lexicais mostrou uma particularidade do gênero de discurso intervenções de representantes permanentes no CSNU. Tomando como princípio metodológico as noções de temas, figuras e *éthos* discursivo (4.5), vimos que o Brasil e a Espanha projetam aspectos sócio-culturais próprios em suas respectivas intervenções no CSNU, mas que esses Estados possuem um posicionamento em comum: o de membro não permanente no CSNU. Assim, constatamos que os valores que permeiam seus discursos podem ser associados ao *soft power*, a um discurso diplomático com tom preventivo, enquanto os valores assumidos pela França possuem uma relação mais estreita com o *hard power* (um discurso diplomático com tom mais coercitivo) devido a seu *status* de membro permanente no CSNU. Essa bipolaridade também se mostrou por meio de outros elementos gramaticais, como o emprego de pronomes de primeira pessoa do plural – caso do *éthos* coletivo parcial (4.7.3) –, o uso de verbos (4.8.1), de enunciados adversativos (4.8.2), de modalizadores e outros operadores argumentativos (4.8.3), de elementos dêiticos temporais (4.9) e nas estratégias de intertextualidade (4.10).

Essa associação entre um tom diplomático preventivo nas intervenções do Brasil e da Espanha em oposição a um tom mais coercitivo da França também se refletiu no que Bakhtin (2003) denominou construção composicional. Um aspecto de nossa análise que deixou isso visível foi o recurso explícito ao *éthos* individual (4.7.5). Vimos que o uso da primeira pessoa do singular possibilita a projeção do enunciador das intervenções do Brasil, da Espanha e da França para mostrar cordialidade e agradecimento na introdução dos referidos textos. Já no desenvolvimento e na conclusão são projetados posicionamentos de negociação (e, eventualmente, de imposição, no caso mais particular da França) que permitem a construção da identidade diplomática de cada um desses Estados no CSNU (4.6), além da construção de um *éthos* coletivo com o qual o enunciador se expressa em nome de seu Estado, em nome do Conselho de Segurança e, no caso específico da França, em nome de uma parte do Conselho de Segurança (4.7.3).

Podemos associar ainda esse gênero de discurso a seu *médium* (4.3). Nossas análises evidenciaram as diferentes formas de *médium* que os avatares previsíveis das intervenções de representantes no CSNU ganharam nos mandatos de Brasil e França (2011) e de Espanha e França (2015). Nesse caso, destacamos uma diferença entre Brasil e Espanha. Vimos que, com a publicação da obra de Viotti, Dunpol e Fernandez (2014), pode-se identificar a projeção de um *éthos* de aptidão do Brasil em projetar a imagem de um Estado que se encontra apto a ocupar um lugar de membro semipermanente em uma eventual reforma do CSNU. Essa diferença foi, inclusive, encontrada em paratextos do referido livro. No que concerne às intervenções, Brasil e Espanha possuem, mais uma vez, semelhanças. Os seus títulos marcam a periodicidade, a autoria e a temática, seguindo uma regra que coloca em evidência o caráter institucional do gênero de discurso em pauta. Já nas intervenções da França sobre o Haiti e a Síria foi acrescentado ao título um tipo de citação com lugar privilegiado no domínio midiático: seus títulos deixaram de seguir coerções discursivas do domínio prioritariamente institucional, ao ser construídos a partir de aforizações por destaque fraco.

Concluimos, pois, que as intervenções de representantes permanentes no CSNU constituem um gênero de discurso autônomo. Um elemento essencial que nos possibilitou a confirmação de nossas hipóteses foi tê-las estudado a partir das diferenças históricas e culturais do Brasil, da Espanha e da França. Por essa razão, acreditamos que seria mais produtivo denominá-las *gênero de discurso estatutário-institucional*. Isso porque o termo gênero de discurso institucional parece neutralizar aspectos relacionados, por exemplo, ao estatuto de um enunciador que, ao se posicionar discursivamente sobre um dado tema,

manifesta, ao mesmo tempo, elementos socioculturais do Estado que representa no CSNU. Esses dados são elementos de suma importância na constituição desse gênero de discurso em consonância com a sua finalidade social. Vimos até aqui vários casos a título de exemplo, mas esse aspecto ficará ainda mais claro no seguinte esquema que produzimos com uma visão geral dos principais traços constitutivos do *gênero de discurso estatutário-institucional* intervenções de representantes permanentes no CSNU – por meio do presente estudo baseado em dois Estados-membros não permanentes (Brasil e Espanha) e um Estado-membro permanente (França).



Esquema 2 - O gênero de discurso intervenções de representantes permanentes no CSNU

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou revelar as características constitutivas do gênero de discurso intervenções de representantes permanentes no CSNU. Partindo do eixo linguístico-enunciativo, tomamos por base o pressuposto ligado a diferentes campos disciplinares, segundo o qual várias atividades discursivas, produzidas em múltiplos domínios da vida social, carecem ainda de um repertoriamento científico. Perseguimos, assim, o propósito de contribuir para a formação/estabilização de um sub-repertório de pesquisas – aquelas sobre o discurso diplomático – no âmbito maior do discurso político.

O direcionamento do nosso trabalho foi moldado pelo próprio percurso histórico da ADF, uma vez que o domínio político teve um lugar privilegiado na origem da referida disciplina. Propusemos como *corpus* da presente pesquisa quatro intervenções de representantes permanentes do Brasil, da Espanha e da França no CSNU, com o fim de evidenciar dois eixos de contribuições no seio da Linguística (mais especificamente no que tange à AD/ADF) e de disciplinas ou campos disciplinares afins, como é o caso das Relações Internacionais. De um lado, pensamos nas colaborações do presente estudo para se compreenderem os aspectos constitutivos desse gênero de discurso, destacando, por exemplo, a sua relevância social. Essa dimensão parece ser, por vezes, negligenciada pelo fato de vários aspectos culturais, sociais e históricos estarem atrelados à instância linguístico-discursiva, exigindo um processo analítico mais “fino” para sua compreensão. De outro lado, procuramos estimular outras pesquisas, a partir do domínio diplomático, que colaborem para a formação e a ampliação de estudos baseados em gêneros de discurso inscritos nesse campo da atividade humana que tem sido – ainda – pouco explorado por analistas de discurso em nível nacional e internacional.

Apresentamos então a hipótese de que o gênero de discurso em foco poderia ser associado, mais especificamente, ao discurso diplomático multilateral por ele emergir do quadro institucional do CSNU. Nesse sentido, organizamos o [capítulo 1](#) com o intuito de delimitar o *corpus* da presente pesquisa. Nele expusemos dados sócio-históricos do Brasil, da Espanha e da França que justificaram a escolha desses três Estados para a formação do *corpus* em consonância com os objetivos por nós elencados. Julgamos que o fato de o Brasil ser um membro não permanente que anseia ocupar a cadeira de membro semipermanente, a França ser um membro permanente e a Espanha, um membro não permanente do CSNU poderia

transparecer em seus discursos. Além disso, explicamos que o nosso estudo esclareceria a relação entre as intervenções de representantes permanentes no CSNU e outros gêneros de discurso com os quais elas interagem, como os debates, as atas resumidas e as atas integrais do CSNU.

Mesmo que, desde o início, tivéssemos consciência de que nosso foco eram as análises dos textos do *corpus*, percebemos que uma dimensão contextual era imprescindível para o desenvolvimento de nossa pesquisa. De fato, a escrita do [capítulo 2](#) permitiu-nos uma visão crítica e enriquecedora da tradição científica baseada no domínio político, no qual inserimos o presente estudo. Pudemos constatar, com isso, que o objeto de estudo com o qual a ADF foi inaugurada (o discurso político) ocupa ainda hoje um lugar central na produção científica do Brasil, da Espanha e da França. Entretanto, pareceu-nos essencial demarcar melhor um subdomínio (o discurso diplomático), que carece de uma preocupação maior por parte dos analistas de discurso brasileiros, espanhóis, franceses etc. Mesmo constatando diferenças quantitativas na produção dos três países, concluímos que o número de estudos sobre o discurso diplomático ainda é baixo, sobretudo, se comparados aos estudos sobre o discurso político.

Fomos, então, levados a elaborar uma seção dedicada às novas perspectivas que essa contextualização suscitou em relação ao discurso diplomático ([2.2.6](#)). Visualizamos, outras possibilidades de estudo, para além daqueles que foram descritos na referida seção, e que fogem ao escopo de nossa pesquisa. Essas (novas) pesquisas poderiam contribuir para a consolidação e a ampliação de uma prática teórico-analítica capaz de repertoriar o amplo domínio do discurso diplomático. A título de exemplo, vimos a relevância de se estudarem: a) o hipergênero debate no quadro institucional do CSNU; b) a ata integral dos debates do CSNU; c) os discursos produzidos no seio de instituições diplomáticas, como as embaixadas; d) o percurso histórico na diplomacia brasileira; e) a narrativa de vida no âmbito da diplomacia bilateral e multilateral.

Após discorrer sobre essas possíveis “entradas” para futuros estudos, voltamo-nos para o processo de apresentação e de (co)construção do arcabouço teórico-metodológico em conformidade com os textos do *corpus* ([capítulo 3](#)). Tomamos as propostas de Dominique Maingueneau como base de nosso estudo, de modo que pudéssemos selecionar as categorias de análise mais produtivas para o exame dos textos do *corpus* e promover uma (co)construção teórico-metodológica por meio do diálogo entre a abordagem maingueneana e a perspectiva de outros pesquisadores em âmbito nacional e internacional que praticam a análise do discurso tanto em termos de análise linguístico-textual como em termos de

elaboração de conceitos teóricos, práticas essas frequentemente indissociáveis, visto que os conceitos teóricos emergem de análises ou são elaborados para desenvolver análises e estas exigem conceitos pré-construídos que se transmutam em novos conceitos.

Logo, no [capítulo 3](#) apresentamos o conjunto de conceitos teóricos e de categorias de análise que julgamos ter sido o mais produtivo para descrever as intervenções de representantes permanentes do Brasil, da Espanha e da França no CSNU: discurso institucional, cena englobante, cena genérica, *médium*, valência genérica, vocabulário, palavras-chave, sintagmas fixos, referentes, nomes próprios, posicionamento, tom, identidade, embreantes de pessoa, temas, figuras, *éthos* discursivo, *éthos* coletivo, *éthos* individual, dêixis espaço-temporal, dêixis enciclopédica, pré-discurso, intertexto, intertextualidade etc. Todos esses elementos foram essenciais para o desenvolvimento do capítulo de análises do *corpus* e contribuíram para desvelar os aspectos constitutivos do gênero de discurso em foco.

Ao apresentar esse arcabouço teórico-metodológico, sabíamos e, por isso mesmo, pontuamos que ele era, na verdade, o estopim de um processo científico que nos levou à escrita do [capítulo 4](#). Foi por essa razão que optamos por desenvolver alguns aspectos teóricos em caráter concomitante com algumas análises de forma mais pontual, diferentemente das categorias de base apresentadas no capítulo precedente. De qualquer forma, o fato de termos organizado o capítulo de análise em dez seções já evidencia o grau de detalhamento a que nos propusemos chegar para dar conta dos objetivos apontados desde o início de nosso estudo. Em cada seção, procuramos apreender aspectos constitutivos que justificassem a classificação das intervenções de representantes permanentes no CSNU como um gênero de discurso. Devido à extensão desses itens, elaboramos uma última seção na qual cotejamos os vários aspectos que delinham o referido gênero de discurso ([4.11](#)).

É bem verdade que a inclusão de mais um gênero de discurso no repertório (quase) infinito das práticas sociais às quais nós, analistas de discurso, nos dedicamos é uma contribuição bastante modesta. Principalmente se levamos em conta que este estudo passa a fazer parte de um conjunto de pesquisas valiosas e diversificadas no âmbito da produção acadêmica no Brasil, na Espanha e na França, desde que a ADF começou a ocupar o seu lugar científico nos anos 1970 e 1980 na França. Todavia, teceremos algumas reflexões, a fim de fazer um balanço sobre os resultados da presente pesquisa e suas possíveis decorrências no domínio das teorias do texto e do discurso, bem como no âmbito social/histórico, em uma perspectiva mais ampla.

Em relação ao campo disciplinar da Linguística, acreditamos que as contribuições deste estudo não se encontram na revelação em si de um gênero de discurso ainda pouco estudado (ou ainda não abordado), mas na forma de descrevê-lo. É possível que muitas categorias de análise de que lançamos mão para o exame do *corpus* sejam conhecidas no Brasil, na Espanha e na França, porém a articulação teórico-metodológica que propusemos pode desembocar em outras análises que levem em conta gêneros de discurso que se assemelhariam às intervenções de representantes permanentes no CSNU. Foi por isso que sugerimos uma reclassificação do termo gênero de discurso institucional. Seria relevante sabermos se esse termo tem englobado gêneros com as mesmas características das intervenções e pensarmos na produtividade ou não do emprego de *gênero de discurso estatutário-institucional*, inclusive em termos de economia terminológica.

Quando propusemos o termo *gênero de discurso estatutário-institucional*, tivemos como objetivo destacar que as características linguístico-discursivas das intervenções advêm de uma projeção enunciativa bidimensional: I) a da instituição Conselho de Segurança das Nações Unidas; II) a do estatuto do sujeito que veicula, em seu discurso, elementos socioculturais de seu Estado. O termo “gênero de discurso institucional” contempla satisfatoriamente elementos como a classificação da cena englobante como discurso diplomático multilateral; os temas específicos desse discurso; o uso da primeira pessoa para projetar um *éthos* de cordialidade na introdução das intervenções; a associação entre marcas dêiticas e título; a estabilidade de palavras-chave, de (semi)palavras-chave e sua produtividade morfológica e morfossintática; o uso de nomes próprios e de siglas; o uso de emblema de primeira pessoa do plural para a projeção da representatividade integral do CSNU; o modo de dizer diplomático do CSNU. Todos esses elementos constitutivos são atribuídos ao quadro institucional do Conselho.

No entanto, outras características do gênero de discurso em foco foram reveladas tendo em vista o estatuto do sujeito que traz, no seu dizer, elementos socioculturais do Estado que representa, o que, para nós, justifica a proposição de um *gênero de discurso estatutário-institucional*. Esse “estatuto” relaciona-se a certas características das intervenções de representantes permanentes de Brasil, Espanha e França, conforme nossa análise demonstrou: uso da primeira pessoa do plural para expressar posicionamentos diplomáticos específicos; uso do *médium*, no caso do Brasil, para projetar um *éthos* de competência, com vistas a ser membro semipermanente do CSNU, em caso de uma reforma desse órgão; interação entre as intervenções da França e o domínio midiático, reforçando o seu papel de membro permanente; associação entre marcas dêiticas e posicionamentos diplomáticos específicos de

cada Estado; estratégias intertextuais com o fim de evidenciar aspectos culturais próprios de cada país; projeção de valores historicamente associados ao Brasil, à Espanha e à França com um comportamento discursivo-diplomático bidimensional: *soft power* (Brasil, Espanha) e *hard power* (França); uso de emblema de pessoa para que a França projete o *étos* de uma coletividade parcial do CSNU; reflexo do tom preventivo (Brasil, Espanha) ou coercitivo (França) em verbos, em enunciados adversativos e em modalizadores e outros operadores argumentativos; construção das identidades diplomáticas do Brasil, da Espanha e da França no CSNU.

Vemos, pois, que os resultados obtidos nesta pesquisa podem suscitar algumas questões relevantes para a área da Linguística e, particularmente, a da AD/ADF. Aliás, em nossas análises apontamos dados que não se restringem ao domínio específico da Análise de Discurso, como foi o caso das *práticas diplomáticas hispanófonas* que se inclui no terreno da glotopolítica. Enfim, acreditamos que o cumprimento dos nossos objetivos foi alcançado e que o estudo do *corpus* nos permitiu também lançar novas hipóteses de estudo que não fizeram parte do escopo de nossa pesquisa, mas que foram direcionadas pelas próprias contextualizações e análises que realizamos. O fato é que nos mantivemos fiéis aos objetivos que nortearam o presente estudo, no seio da Análise de Discurso. Entretanto, como trabalhamos na esteira de outros campos disciplinares, mais particularmente o das Relações Internacionais, caminharemos para o “fechamento” desta seção (e deste trabalho) com uma reflexão sobre o lugar das Ciências da Linguagem no curso da História.

Ao estudar as intervenções de representantes permanentes do Brasil, da Espanha e da França no CSNU, demos-nos conta de que esse gênero de discurso parece ter um papel secundário para muitos atores sociais, inclusive no âmbito científico e no próprio quadro institucional em que ele é produzido. Talvez por ele não ser classificado como um documento oficial do Conselho de Segurança da ONU. Acreditamos que esse fato decorre da própria marginalização que alguns campos disciplinares, como a Linguística e a própria Relações Internacionais, ainda enfrentam em uma sociedade que subestima o papel da língua, do texto e do discurso no curso da História universal, como se nunca tivesse existido uma linguagem do Terceiro Reich (ver KLEMPERER, 1996).

Se, por um lado, vimos a produtividade morfológica do sufixo -ção no discurso diplomático, materializado em expressões como “cooperação”, “conversações”, “negociações”, “mediações”, por outro, presenciamos nos últimos anos uma produtividade morfológica inversa que deve ser uma preocupação de toda comunidade nacional e internacional. A título de exemplo, citamos o “neofascismo” e o “neonazismo”. Em 21 de

novembro de 2014, a ONU aprovou a Resolução A/c.3/69/L.56/Rev.1 “Luta contra a glorificação do nazismo, do neonazismo e de outras práticas que contribuem para alimentar as formas contemporâneas de racismo, de discriminação racial, de xenofobia e da intolerância que a elas se associa”⁹¹.

Nesse sentido, constatamos que as propostas de solução para a manutenção da paz e os problemas que elas enfrentam refletem-se na memória interdiscursiva, materializada na própria língua. Um dos dados relevantes que justifica a referida Resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas foi a celebração em 2015 do septuagésimo aniversário da vitória que marcou o fim da Segunda Guerra Mundial. Para as próximas celebrações, contudo, seria relevante que as propostas para a manutenção da paz e da segurança internacionais passassem a contemplar a dimensão discursiva das práticas da comunidade internacional. A começar por um processo de autorreflexão sobre os discursos diplomáticos que emergem dos diferentes órgãos da própria ONU, sobretudo no CSNU.

Portanto, a descrição discursiva das intervenções de representantes permanentes do Brasil, da Espanha e da França no CSNU terá, acreditamos, certa relevância para a Linguística (particularmente, para a AD/ADF) e para as Relações Internacionais. Ficará, contudo, a impressão de que esses discursos parecem ser negligenciados por parte da sociedade, principalmente pela insistência em uma hierarquização científica ultrapassada que persiste em meios de comunicação e em vários domínios da atividade humana, em que certamente ainda circula uma concepção de língua e de discurso que vigorava antes mesmo da Segunda Guerra Mundial. Por isso, esta é a conclusão que se impõe aqui e que propomos não como asserção, mas como pergunta(s): afinal, mesmo que sigamos comemorando o fim da Segunda Guerra Mundial, chegaremos ao uso efetivo do discurso da manutenção da paz e da segurança, pelo menos no mundo do discurso? Mundo esse no qual poderíamos comemorar o fim da Segunda Guerra Mundial mais diplomaticamente, não mencionando, por exemplo, *o aniversário da vitória que marcou o seu fim*, mas, simplesmente, *o aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial?*

⁹¹ Tradução livre de: « Lutte contre la glorification du nazisme, du néonazisme et d'autres pratiques qui contribuent à alimenter les formes contemporaines de racisme, de discrimination raciale, de xénophobie et de l'intolérance qui y est associée. ». Disponível em: <http://www.un.org/Docs/journal/asp/ws.asp?m=A/C.3/69/L.56/Rev.1>. Acesso em: 26 nov. 2017.

REFERÊNCIAS

ACADÉMIE DIPLOMATIQUE INTERNATIONALE. Disponível em: <http://www.academiediplomatique.org/fr/>. Acesso em: 31 dez. 2016.

ACHIN, Catherine; BERENI, Laure. **Dictionnaire genre & science politique: concepts, objets, problème**. Paris: Presses de Sciences Po, 2013.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 47. n. 1, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292004000100008&script=sci_arttext. Acesso em: 04 fev. 2017.

ALVAR EZQUERRA, Manuel; MIRO DOMINGUEZ, Aurora. **Diccionario de siglas y abreviaturas**. Madrid: Alhambra, 1983.

AMOSSY, Ruth. **Images de soi dans le discours**. La construction de l'ethos. Lausanne: Delachaux et Niestlé, 1999.

_____. **La présentation de soi**. Ethos et identité verbale. Paris: PUF, 2010.

ANDRADE, Rafael Batista. **Semiótica, éthos e gêneros de discurso nas canções-poemas de Maria Bethânia**. Curitiba: CRV, 2015a.

_____. Estrategias discursivas del discurso diplomático: un análisis de tres intervenciones de España en la ONU. **XI congreso Internacional de Lingüística Francesa: El discurso político y los discurso políticos**. Zaragoza, 2015b.

_____. Estrategias discursivas del discurso diplomático: un análisis de tres intervenciones de España en la ONU. In: CONCUERA, J. Fidel. *et. al.* (coord.). **Les discours politiques: regards croisés**. Paris: L'Harmattan, 2016a.

_____. A (auto)narrativa de vida na construção da canção polifônica *Quem é essa agora/Pra rua me levar*, de Maria Bethânia. **Entremeios** (Seção Estudos). Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre (MG), vol. 13, p. 87-109, jul.- dez. 2016b.

_____. Igualdade de gêneros e empoderamento das mulheres no discurso diplomático de Dilma Rousseff e François Hollande. In: **Sextas Jornadas de Análise do Discurso - JADIS VI & Segundo Congresso Internacional de Estudos do Discurso da Universidade de São Paulo - CIED II**. Porto, 2016c.

_____. La pratique diplomatique des représentants permanents du Brésil, de l'Espagne et de la France auprès des Nations unies en 2011 et 2015. **Séminaire doctoral sur les « Pratiques diplomatiques contemporaines, siècles XIX-XXI »**. Paris: Université Panthéon-Sorbonne, 18 de out. 2016d.

ANGERMULLER, Johannes; PHILIPPE, Gilles. Dominique Maingueneau: l'analyse du discours et le tournant pragmativo-énonciatif des sciences du langage. In: _____. (Orgs.). **Analyse du discours et dispositif d'énonciation**: autour des travaux de Dominique Maingueneau. Limoges: Lambert-Lucas, 2015. p. 7-15.

ARNOUX, Elvira Narvaja de; VALLE, José del. Las representaciones ideológicas del lenguaje: discurso glotopolítico y panhispanismo. **Spanish in context**, número especial sobre "Ideologías lingüísticas", Amsterdã, v. 7, n.1, p. 1-24, 2010.

ARNOUX, Elvira Narvaja de. La perspectiva glotopolítica en el estudio de los instrumentos lingüísticos: aspectos teóricos y metodológicos. **Matraga**: estudos linguísticos e literários, v.23, n.38, jan.-jun.2016, p. 18-42. Disponível em: <http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/20196>. Acesso em: 10 nov. 2017.

AMORIM, Celso. A ONU aos setenta: reforma do Conselho de Segurança (apontamentos para um livro de memórias). In: FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da; ESCOREL, Maria Luiza; UZIEL, Eduardo (Orgs.). **O Brasil e as nações unidas: 70 anos**. Brasília: FUNAG, 2015. p. 291-358.

ASSIS, André Luis Alves de. **Sobreesseverações e Aforizações**: Estratégias de sobreesseveração nos debates políticos e de destacamento no discurso jornalístico. 2015. 214f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARROS, Diana L. Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. 4 ed. São Paulo: Ática, 2008.

BELANDRIA CERDEIRA, Rocío. *et al.* Estudio y análisis del discurso para la paz. **Orbis**, 2011, n. 19, p. 72-92. Disponível em: <http://www.revistaorbis.org.ve/pdf/19/art4.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2015.

BLAS ARROYO, José Luis. 'No diga chorradas'... La descortesía en el debate político cara a cara. Una aproximación pragma-variacionista, **Oralia**, 2001, n. 4, p. 9-45.

BONINI, Adair. Mídia/suporte e hipergênero: os gêneros textuais e suas relações. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v.11, n.13, jul.set.2011. p. 679-704. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=339829636005>. Acesso em: 09 dez. 2017.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/>. Acesso em: 31 dez. 2016.

BURGUERA-SERRA, Joan G. Sobre innovaciones discursivas en el relato político español actual. In: CONCUERA, J. Fidel. *et al.* (coord.). **Les discours politiques**: regards croisés. Paris: L'Harmattan, 2016. p. 103-113

CLARK, Eric. **Corps diplomatique**. Londres: Allen Lane, 1973.

CAMPOS, Álvaro de. [Fernando Pessoa]. BETHÂNIA, Maria. Texto: Ultimatum. Intérprete Maria Bethânia. In:_____. **Dentro do mar tem rio**. Rio de Janeiro: Biscoito Fino, 2007. 2 CD. Faixa 38.

CARRERA DE LA RED, Micaela. Escribir para gobernar: análisis pragmalingüístico del “discurso diplomático” en la etapa colonial española. **Análisis del discurso: Lengua, cultura, valores: actas del I congreso internacional**. 2006. Disponível em: [https://www.academia.edu/2102838/Escribir_para_gobernar_an%C3%](https://www.academia.edu/2102838/Escribir_para_gobernar_an%C3%99). Acesso em: 29 nov. 2015.

CHARAUDEAU, Patrick. **Langage et Discours – Eléments de sémiolinguistique**. Paris: Hachette, 1983.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Discurso político**. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. Identidade linguística, identidade cultural: uma relação paradoxal. LARA, Gláucia Proença; LIMBERTI, Rita Pacheco (Orgs.). **Discurso e (des)igualdade social**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 13-29.

COHEN-WIESENFELD, Sivan. Le discours diplomatique dans la correspondance franco-allemande 1871-1914. **Argumentation et Analyse du Discours: la revue électronique du groupe ADARR**. 2008. Disponível em: <http://aad.revues.org/413>. Acesso em: 07 jan. 2015.

COICAUD, Jean-Marc; HEISKANEN, Veijo. **The legitimacy of International Organizations**. Tokyo: United Nations University Press, 2001.

CONCUERA, J. Fidel. *et. al.* (coord.). **Les discours politiques: regards croisés**. Paris: L’Harmattan, 2016.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. Diplomacia e História: política externa e identidade nacional brasileira. **Política externa**, v. 9, n. 1, p. 22-32, jun./jul./ago, 2000.

_____. (Org.). **O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2011**. Brasília: FUNAG, 2012.

CORTÉS RODRÍGUEZ, Luis. Los límites del discurso: condicionantes y realizaciones. **CLAC. Círculo de Lingüística Aplicada a la Comunicación**. 2012, n. 51, p. 3-49. Disponível em: <http://www.ucm.es/info/info/circulo/nº51/cortes.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2017.

_____. **Análisis del discurso político**. consideraciones acerca de los debates en torno al estado en la nación. Almería: Editorial Universidad de Almería: 2015.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. (1980). São Carlos: EdUFSCar, 2009.

DAHAN, Paul (Org.). **Diplomates dans le secret de la négociation**. Paris : CNRS, 2016.

DESOUTTER, Cécile; MELLET, Caroline (Org.). **Le discours rapporté: approches linguistiques et perspectives didactiques**. Bern: Peter Lang AG, 2013.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Central de Atendimento da Coordenação de Relacionamento Externo da Imprensa Nacional. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <helmalima@in.gov.br> em 21 ago. 2017

DJERMAKOYE, Issoufou Saidou. La France et l'arrivée des nouveaux pays africains francophones à l'ONU. In: LEWIN, André. (coord.). **La France et l'ONU (1945-1995)**. Condé-sur-Noireau: Panoramiques-Corlet, 1995. p. 123-146.

DONAIRE, María Luisa. La polyphonie, un instrument politique. In: CONCUERA, J. Fidel. *et. al.* (coord.). **Les discours politiques: regards croisés**. Paris: L'Harmattan, 2016. p. 55-68.

DONOT, Morgan; LE BART, Christian; SERRANO, Yeny (éds). **Discours, identité et leadership présidentiel en Amérique latine**. Paris: L'Harmattan, 2017.

DUCHENE, Alexandre. Construction institutionnelle des discours: idéologies et pratiques dans une organisation supranationale. **Tranel**. v. 40, 2004. p. 99-115. Disponível em: https://doc.rero.ch/record/19078/files/8-Duchene_revu.pdf. Acesso em: 02 mai. 2016.

_____. **Ideologies across nations: the construction of linguistic minorities at the United Nations**. New York: Mouton de Gruyter, 2008.

EMEDIATO, Wander. **Análises do discurso político** (Org.) Belo Horizonte, NAD/FALE, 2016.

FERNÁNDEZ GARCÍA, Francisco. **Estrategas del diálogo: La interacción comunicativa en el discurso político-electoral**. Granada: Método Ediciones, 2000.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Linguagem e ideologia**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

_____; PLATÃO, Francisco. **Lições de texto: leitura e redação**. 4 ed. São Paulo: Ática: 2001.

FONSECA, Gelson. A reforma da ONU: As propostas de Kofi Annan sobre segurança e operações de paz. In: BRIGAGÃO, Clóvis; MELLO, Valerie de Campos (Orgs.). **Diplomacia cidadã: panorama brasileiro de prevenção de conflitos internacionais**. Rio de Janeiro: Gramma: Fundação Konrad Adenauer, 2006. p. 3-28.

FONTOURA, Jorge. Reforma da ONU: o fracasso anunciado. In: MERCADANTE, Araminta; MAGALHÃES, José Carlos de (Orgs.). **Reflexões sobre os 60 anos da ONU**. Ijuí: Ed. Ijuí, 2005. p. 538-545.

FOUCHER, Michel. Introduction à la négociation diplomatique. In: DAHAN, Paul (Org.). **Diplomates dans le secret de la négociation**. Paris : CNRS, 2016.

FRANCIS, Gill. Labelling discourse: an aspect of nominal-group lexical cohesion. In: COULTHARD, Malcolm. (Ed.). **Advances in written text analysis**. Londres: Routledge, 1994.

FROUVILLE, Olivier de. Réforme du fonctionnement du Conseil ou le Conseil comme institution internationale: que peut-on faire sans modifier la Charte? In: NOVOSSELLOFF, Alexandra (Org.). **Les Conseil de sécurité des Nations Unies: entre impuissance et toute puissance**. Paris: CNRS Editions Alpha, 2016. p. 297-314.

FUENTES RODRÍGUEZ, Catalina. **La gramática de la cortesía en español / LE**. Madrid: Arco Libros , 2010a.

_____. Le voy a decir una cosa, pero no me diga usted...: el derecho a la palabra. In: ORLETTI, Franca; MARIOTTINI, Laura. (Ed.). **(Des)cortesía en español: espacios teóricos y metodológicos para su estudio**. Roma-Estocolmo: Università degli Studi Roma Tre-Edice, 2010b.

_____. El debate entre Zapatero/Rajoy: estudio argumentativo. **Tonos Digital: Revista electrónica de estudios filológicos**, 20, 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3439506>. Acesso em: 02 mai. 2016.

FUNDAÇÃO PRINCESA DE ASTÚRIAS. Disponível em: <http://www.fpa.es/es/fundacion/la-fundacion/>. Acesso em: 18 out. 2017.

FURTADO, Maria Aparecida Silva. **Representações da opinião pública em editoriais sobre a Eleição Presidencial de 2006**. 2010. 301f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

GARCIA, Dantielli Assumpção; ABRAHÃO E SOUSA, Lucília Maria; TERRA, Marcos Vinícius Santos de Carvalho. A Organização das Nações Unidas e suas línguas: um discurso da exclusão? **Entremeios** [Revista de Estudos do Discurso], Seção Estudos, Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre (MG), vol. 12, p. 11-25, jan. - jun. 2016.

GASPAR-GALÁN, Antonio. Madrid vaut bien un discours. Le discours institutionnel de la monarchie parlementaire espagnole. In: CONCUERA, J. Fidel. *et. al.* (coord.). **Les discours politiques: regards croisés**. Paris: L'Harmattan, 2016. p. 135-150.

GENETTE, Gérard. **Palimpsestes: la littérature au second degré**. Paris: Seuil, 1982.

GRINSHPUN, Yana. Ethos collectif, ethos individuel: problème de construction d'identité lors des manifestations universitaires en 2009. In: ANGERMULLER, , Johannes; PHILIPPE, Gilles. (Orgs.). **Analyse du discours et dispositif d'énonciation: autour des travaux de Dominique Maingueneau**. Limoges: Lambert-Lucas, 2015. p. 261-270.

GUILHAUMOU, Jacques. Les discours de la Révolution française. Aperçu d'ensemble d'un trajet de recherche (1980-2009). **Mots. Les langages du politique**, 94, 2010. Disponível em: <http://mots.revues.org/19875>. Acesso em: 21 nov. 2017.

HIRSCHMAN, Albert. O. **Retóricas de la intransigencia**. México D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1991.

JALÓN, Jesús Baigorri. Los límites del lenguaje político-diplomático: un ejemplo del consejo de seguridad de las naciones unidas. In: ROMANA GARCÍA, María Luisa (Org.). **II AIETI. Actas del II Congreso Internacional de la Asociación Ibérica de Estudios de Traducción e Interpretación**. Madrid, 9-11 fev. 2005. Madrid: AIETI, p. 415-427. Disponível em: http://www.aieti.eu/pubs/actas/II/AIETI_2_JBJ_Limites.pdf. Acesso em: 31 dez. 2016.

JEANNESSON, Stanislas. Les biographies de diplomates: questions méthodologiques et enjeux scientifiques. In: DUMOULIN, Michel; LANNEAU, Catherine. (Orgs.). **La biographie individuelle et collective dans le champ des relations internationales**. Bruxelles: P.I. E Peter Lang, 2016. p. 15-27.

_____. O ethos em todos os seus estados. In: MACHADO, Ida Lucia; MELLO, Renato de (orgs.). **Análises do discurso hoje**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. v. 3.

KESSLER, Marie-Christine. **Les ambassadeurs**. Paris: Presses de Sciences Po, 2012.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. Trad. Saul S. Gefter e Ann Mary Fighiera Perpétuo. São Paulo: Saraiva, 2012.

KLEMPERER, Victor. **LTI, la langue du III^e Reich**. Carnets d'un philologue. Trad. Élisabeth Guillot. Paris: Albin Michel, 1996.

KRIEG-PLANQUE, Alice. **Analyser les discours institutionnels**. Paris: Armand Colin, 2014.

LABORDE-MILAA, Isabelle. « J'ai fait l'UPEC ». Visage(s) et mise en scène discursive des institutions. In: ANGERMULLER, , Johannes; PHILIPPE, Gilles. (Orgs.). **Analyse du discours et dispositif dénonciation: autour des travaux de Dominique Maingueneau**. Limoges: Lambert-Lucas, 2015. p. 165-175.

LARA, Gláucia Muniz Proença. Leadership et Coupe du Monde de Football: une étude des aphorismes dans les médias. In: DONOT, Morgan; LE BART, Christian; SERRANO, Yeny (éds). **Discours, identité et leadership présidentiel en Amérique latine**. Paris: L'Harmattan, 2017. p. 83-99

_____; MATTE, Ana Cristina Fricke. **Ensaio de semiótica: aprendendo com o texto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

_____; ANDRADE, Rafael Batista. Uma releitura de 'O navio negreiro' e 'Um índio': a reconstrução textual e a possibilidade de um 'novo' gênero. **Cadernos do IL**, v. 1, p. 171-191, 2013.

_____; ANDRADE, Rafael Batista. Temas, figuras e éthos na canção-poema Aniversário/Uma canção desnaturada. **Papéis**, Campo Grande, v. 17, n. 33, p.107-126, 2014.

_____; LIMBERTI, Rita de Cássia Pacheco. (Orgs.) **Discurso e des(igualdade) social**. São Paulo: Contexto, 2015.

_____; LIMBERTI, Rita de Cássia Pacheco. **Representações do outro: discurso, (des)igualdade e exclusão**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

LESSA, Cláudio Humberto. **Marcação e destituição de identidade político-discursiva em ensaio de intelectuais de esquerda: valores, imaginários e a projeção de auto e hetero-imagens**. 2009. 255 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

LEWIN, André. (coord.). **La France et l'ONU (1945-1995)**. Condé-sur-Noireau: Panomarques-Corlet, 1995.

LINS, Augusto Estellita. **Linguagem internacional e diplomática**. Brasília: Escopo, 1987.

LÓPEZ MUÑOZ, Juan Manuel. Tweets politiques et image de twitteur: l'exemple de @fhllande. In: CONCUERA, J. Fidel. *et. al.* (coord.). **Les discours politiques: regards croisés**. Paris: L'Harmattan, 2016. p. 470-482.

MAIA, Jader Gontijo. **Imaginários do discurso político e a construção da identidade: um estudo sobre narrativas de vida na entrevista política**. 2015. 338f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

MACHADO, Ida Lucia. Narrativa de vida e construção de identidade. Em: LARA, Gláucia Proença; LIMBERTI, Rita Pacheco (Orgs.) **Discurso e (des)igualdade social**. São Paulo: Contexto, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. **Introduction aux méthodes de l'analyse du discours**. Paris: Hachette, 1976.

_____. **Les livres d'école de la République, 1870-1914, Discours et idéologie**. Paris: Le Sycomore, 1979.

_____. **Sémantique de la polémique**. Lausanne: l'Age d'Homme, 1983.

_____. **Genèse du discours**. Bruxelles-Liège: Mardaga, 1984.

_____. **Nouvelles tendances en analyse du discours**. Paris: Hachette, 1987.

_____. **L'Analyse du discours: introduction aux lectures de l'archive**. Paris: Hachette, 1991.

_____. **Les termes clés de l'analyse du discours**. Paris: Mémo Seuil, 1996.

_____. Les rapports des organisations internationales: un discours constituant? **Nouveaux cahiers de l'IUED**, n. 13. 2002, p. 119-132.

_____. Diversidade dos gêneros de discurso. In: MACHADO, Ida Lúcia. MELLO, Renato. (Org.). **Gêneros: reflexões em análise do discurso**. Belo Horizonte: FALE-UFMG, 2004. p. 43-58.

_____. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008a.

_____. O discurso das organizações internacionais: um discurso constituinte? In: MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola: 2008b.

_____. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel. SALGADO, Luciana (orgs.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto: 2008c. p. 11-29.

_____. **Doze conceitos em análise do discurso**. São Paulo: Parábola, 2010a.

_____. Le discours politique et son « environnement ». **Mots. Les langages du politique**, 94, 2010b. Disponível em: <http://mots.revues.org/19868>. Acesso em: 21 nov. 2017.

_____. **Les phrase sans texte**. Paris: Arman Colin, 2012.

_____. **Discours et analyse du discours**. Paris: Armand Colin, 2014.

_____. **La philosophie comme institution discursive**. Limoges: Lambert-Lucas, 2015.

_____. **Analyser les textes de communication**. Paris: Armand Colin, 2016.

MARTÍNEZ DE SOUSA, José. **Ortografía y ortotipografía del español actual**. Gijón (Asturias): Ediciones Trea, 2004.

MELLETT, Caroline; SITRI, Frédérique. Les formes interprétatives de représentation du discours autre dans le genre du compte rendu: analyse de différents types d'indices. In: DESOUTTER, Cécile; MELLETT, Caroline (Orgs.). **Le discours rapporté: approches linguistiques et perspectives didactiques**. Bern: Peter Lang AG, 2013. p. 137-158.

MENDES, Paulo Henrique Aguiar. **Análise do discurso político eleitoral: dos atos de fala aos processos enunciativos do debate eleitoral**. 1999. Tese (Doutorado em Estudo Linguísticos) - Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

MENEZES, Fabiano L. de. Os atores não-estatais privados nas relações internacionais: o papel das ONGs na prevenção de conflitos. In: BRIGAGÃO, Clóvis; MELLO, Valerie de Campos (Orgs.). **Diplomacia cidadã: panorama brasileiro de prevenção de conflitos internacionais**. Rio de Janeiro: Gramma: Fundação Konrad Adenauer, 2006. p. 221-238.

MINGST, Karen A.; ARREGUÍN-TOFT, Ivan M. **Princípios de Relações Internacionais**. 6. ed. Trad. Cristiana de Assis Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

MISIÓN PERMANENTE DE ESPAÑA ANTE LAS NACIONES UNIDAS. Disponível em: <http://www.spainun.org/>. Acesso em: 07 fev. 2017.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. Construção de objetos de discurso e categorização. In: CAVALCANTE, M.M. *et al.* (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

NACIONES UNIDAS. Disponível em: <http://www.un.org/es/index.html>. Acesso em: 31 dez. 2016.

NABERT, Nathalie. **Les réseaux d'alliance en diplomatie aux XIV^e et XV^e siècles**. Etude de sémantique. Paris: Honoré Champion, 1999.

NYE. Joseph S. **The paradox of american power: why the world's only superpower can't go it alone**. New York: Oxford, 2002.

NOVOSELLOFF, Alexandra. (Org.). **Les Conseil de sécurité des Nations Unies: entre impuissance et toute puissance**. Paris: CNRS Editions Alpha, 2016.

_____. Comment réformer le Conseil de sécurité? État des lieux, critiques et projets. In: NOVOSELLOFF, Alexandra. (Org.). **Les Conseil de sécurité des Nations Unies: entre impuissance et toute puissance**. Paris: CNRS Editions Alpha, 2016. p. 267-283.

PASCUAL, Edmond. **La communication écrite en diplomatie**. Saint-Estève: Presses Universitaires de Perpignan, 2004.

PAVEAU, Marie-Anne. **Les prédiscours: sens, mémoire, cognition**. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2006.

_____. Quelles données entre l'esprit et le discours? Du préconstruit au prédiscours. **L'analyse du discours**. Notions et problèmes. Les éditions Sahar, 2011. p. 19-37. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00596737/document>. Acesso em: 06 jun. 2017.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. São Francisco + 70: reformar a ONU para o século XXI. In: FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da; ESCOREL, Maria Luiza; UZIEL, Eduardo (Orgs.). **O Brasil e as nações unidas: 70 anos**. Brasília: FUNAG, 2015. p. 421-436.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões**. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

PÊCHEUX, M. **Les vérités de la palice**. Linguistique, sémantique, philosophie. Paris: Maspéro, 1975.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1990. p. 163-252.

PÉREZ HERRANZ, Matilde. **La lógica de la fuerza y la legitimidad de la acción: un estudio multidimensional y discursivo de los debates del Consejo de Seguridad en la guerra de Irak de 2003**. Madrid: UAM Ediciones, 2014.

PIOVEZANI, Carlos. La voix du chef: rôles de la voix dans la construction de l'identité charismatique de Lula au Brésil. In: DONOT, Morgan; LE BART, Christian; SERRANO, Yeny (éds). **Discours, identité et leadership présidentiel en Amérique latine**. Paris: L'Harmattan, 2017. p. 101-117.

POSSENTI, Sírio. Notes sur l'importance du concept de *scène d'énonciation*. In: ANGERMULLER, Johannes; PHILIPPE, Gilles. (Orgs.). **Analyse du discours et dispositif d'énonciation: autour des travaux de Dominique Maingueneau**. Limoges: Lambert-Lucas, 2015. p. 117-123.

PONS RAFOLS, Xavier. (Dir.). **Las Naciones Unidas desde España: 70 aniversario de las Naciones Unidas. 60 aniversario del ingreso de España en las Naciones Unidas**. Barcelona: Asociación para las Naciones Unidas en España, 2015. Disponível em: http://anue.org/sites/default/files/ONU_desde_espana_70_aniv.pdf. Acesso em: 28 abr. 2017.

QUINTERO, Ariadna. Datos y estadísticas de los sesenta años de presencia de España en las Naciones Unidas. In: PONS RAFOLS, Xavier. (Dir.). **Las Naciones Unidas desde España: 70 aniversario de las Naciones Unidas. 60 aniversario del ingreso de España en las Naciones Unidas**. Barcelona: Asociación para las Naciones Unidas en España, 2015. p.713-728. Disponível em: http://anue.org/sites/default/files/ONU_desde_espana_70_aniv.pdf. Acesso em: 28 abr. 2017.

REPRÉSENTATION PERMANENTE DE LA FRANCE AUPRÈS DES NATIONS UNIES À NEW YORK. Disponível em: <http://www.franceonu.org/>. Acesso em: 31 dez. 2016.

RISSE, Thomas. "Let's Argue": Communicative Action in World Politics. **International Organization**. Winter, 2000, vol. 54, núm.1, p. 1-39.

SÁ, Israel de. Être un leader politique dans le Brésil de la post-dictature: entre la mémoire de la lutte et l'effacement du passé. In: DONOT, Morgan; LE BART, Christian; SERRANO, Yeny (éds). **Discours, identité et leadership présidentiel en Amérique latine**. Paris: L'Harmattan, 2017. p. 209-223.

SABLIÈRE, Jean-Marc de la. **Le conseil de sécurité des nations unies: ambitions et limites**. Bruxelles: Larcier, 2015.

_____. La réforme de la composition du Conseil de sécurité. In: NOVOSSELLOFF, Alexandra. (Org.). **Les Conseil de sécurité des Nations Unies: entre impuissance et toute puissance**. Paris: CNRS Editions Alpha, 2016. p. 261-266.

SALIBA, Aziz Tuffi. O conselho de segurança das Nações Unidas e o direito internacional: uma análise das limitações jurídicas à atuação do CSONU. In: LUPI, André Lipp Pinto Basto. (Org.). **Anais do III seminário de pesquisa científica em Relações Internacionais**. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2008. p. 13-38.

SARDENBERG, Ronaldo Mota. O Brasil na Presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas. In: FONSECA JÚNIOR, Gélson; CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de. (Orgs.). **Temas de política externa brasileira II**. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, São Paulo: Editora Paz e Terra, 1994. v. 1. p. 135-145.

SARFATI, Geroges-Elia; PAVEAU, Marie-Anne. **Les grandes théories de la linguistique: de la grammaire comparée à la pragmatique**. Paris: Armand Colin, 2014.

SILVA, Andréia Aleixo da. **Discurso político e poder no Brasil da era neoliberal: argumentação e construção do ethos no manuseio do poder**. 2012. 170f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

THOMÉ, Nathalie. **Les pouvoirs du conseil de sécurité au regard de la pratique récente du chapitre VII de la charte des Nations Unies**. Marseille: Presses universitaires d'Aix-Marseille, 2005.

VALLE, José del. La lengua, patria común: la hispanofonía y el nacionalismo panhispánico. In: _____ (Org.). **La lengua, ¿patria común?: ideas e ideologías del español**. Vervuert: Iberoamericana, 2007. p. 31-56

VÁSQUEZ VILLANUEVA, Graciana. **Revolución y discurso**. Un portavoz para la integración hispanoamericana, Bernardo Monteagudo (1809-1825). Buenos Aires: La isla de la luna, 2006.

VIEGAS FILHO, José. **Diplomacia do Brasil: de Tordesilhas aos nossos dias**. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro. O Brasil no Conselho de Segurança 2010-2011. In: FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da; ESCOREL, Maria Luiza; UZIEL, Eduardo (Orgs.). **O Brasil e as nações unidas: 70 anos**. Brasília: FUNAG, 2015. p. 393-420.

_____; DUNPOL, Regina M.C; FERNANDEZ, Leonardo L.G.N. **O Brasil no Conselho de Segurança da ONU: 2010-2011**. Brasília: FUNAG, 2014.

VILLAR, Constanze. **Le discours diplomatique**. Paris: L'Harmattan, 2006.

WODAK, Ruth. **The discourse of politics in action: politics as usual**. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

WORLD LEADERSHIP ALLIANCE-CLUB DE MADRID. Disponível em: <http://www.clubmadrid.org/es>. Acesso em 18 out. 2017.

ZIEMATH, Gustavo Gerlach da Silva. **A participação do Brasil no Conselho de Segurança: 1945-2011**. 2014. 154f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/18000>. Acesso em: 09 dez. 2017.

ANEXO A

Debate sobre o Haiti
Nova York, 20 de janeiro de 2011
Embaixadora Maria Luíza Ribeiro Viotti
Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas

Senhor Presidente,
Agradeço aos Subsecretários-Gerais Alain LeRoy e Valerie Amos por seus abrangentes relatórios.

Um ano após o terremoto e suas devastadoras consequências, agravadas pela trágica perda de vidas causada pela epidemia de cólera, a situação no Haiti continua a ser extremamente difícil.

Temos acompanhado de perto os últimos desdobramentos no Haiti, em particular os relacionados com o processo político e a situação humanitária.

A atual crise política requer uma solução que seja juridicamente adequada e politicamente viável, tendo como objetivo final a consolidação da democracia, da estabilidade e das instituições no Haiti. Para este fim é crucial que o processo eleitoral possa seguir seu curso de forma transparente e eficaz, com pleno respeito da legislação pertinente.

É igualmente importante, que o próprio Haiti e seus líderes assegurem o pleno respeito à vontade popular expressada nas urnas. Cabe-lhes também ajudar a manter a calma, inclusive abstendo-se de qualquer ato de provocação ou violência, independentemente dos desdobramentos políticos. Cabe a todos os atores políticos haitianos a responsabilidade política coletiva de preservar a estabilidade alcançada nos últimos anos.

A comunidade internacional tem apoiado o Haiti em todas estas áreas e, como acredita o Brasil, está pronta a continuar a fazê-lo. Felicitamos a MINUSTAH, e os parceiros bilaterais e multilaterais por sua valiosa contribuição, em especial na fase atual do processo eleitoral.

A OEA tem sido particularmente ativa em seus esforços para apoiar o processo eleitoral e os haitianos no processo de verificação. Temos confiança que o relatório preparado por sua Missão de Verificação, que foi agora oficialmente submetido ao Conselho Eleitoral Provisório, será de utilidade em suas deliberações com relação ao futuro do processo eleitoral.

O papel da MINUSTAH continuará a ser crítico. Felicitamos o apoio dado pela Missão ao processo eleitoral e seu engajamento permanente com as autoridades, em especial a Polícia Nacional Haitiana, no sentido de garantir um ambiente estável nas difíceis circunstâncias que se seguiram ao anúncio do resultado preliminar do primeiro turno. Confiamos que a Missão continuará a desempenhar seu papel.

Senhor Presidente,

A eleição de um novo Presidente e de um novo Parlamento são importantes não só para a democracia no Haiti mas também para a reconstrução do país.

A recuperação prossegue e felicitamos os parceiros, doadores e a Comissão Interina de Recuperação do Haiti por seu compromisso em atingir resultados concretos o mais rapidamente possível. É necessário mais, no entanto. Os desembolsos continuam a ser insuficientes e falta financiamento adequado para atividades críticas, como os programas de “dinheiro por trabalho”. Os parceiros precisam aumentar o seu apoio para que seja possível à Comissão realizar suas metas estratégicas em áreas vitais em 2011.

A assistência humanitária continua a ser prioritária para que seja possível tratar adequadamente a crise política. Quanto à epidemia de cólera, o Brasil contribuiu com dois milhões de dólares à Organização Pan-americana de Saúde para permitir a obtenção de suprimentos e equipamentos médicos e não médicos. Enviamos também cerca de duas toneladas de suprimentos médicos e não médicos para ajudar a tratar das pessoas enfermas de cólera e para treinar o pessoal local. Congratulamos o Secretário-Geral por sua decisão de constituir um painel de peritos

para estudar o desencadeamento da epidemia de cólera no Haiti. A transparência, em qualquer contexto, é elemento central para a capacidade da ONU de lidar com preocupações humanitárias e de segurança.

Compraz-nos observar o decréscimo significativo da população abrigada em acampamentos. Este é um fator positivo, mas que torna ainda mais urgente a cooperação com as autoridades haitianas para que as mesmas possam superar os obstáculos ao retorno seguro e digno das pessoas internamente deslocadas. É crucial que as pessoas deslocadas e os retornados tenham suas necessidades atendidas no que diz respeito a alimentação, água, saneamento, habitação, proteção e saúde.

Senhor Presidente,

Em todas estas áreas, eleições, recuperação, segurança e assistência humanitária, é da maior importância enfatizar que cabe aos haitianos assumir papel de principal condutor de tais processos. A paz e a prosperidade futuras do Haiti dependem do fortalecimento do Estado nacional e de suas instituições. Em todos nossos esforços coletivos e individuais este imperativo deve servir de guia para nossas ações.

ANEXO B

20 janvier 2011 - Conseil de sécurité - Haïti - Intervention de M. Gérard Araud, représentant permanent de la France auprès des Nations unies

Monsieur le Président,

Je remercie M. Alain Leroy, Mme Valérie Amos et le chargé d'Affaires de Haïti pour leurs interventions.

Après le tremblement de terre, Haïti a dû affronter d'autres épreuves, le cyclone Thomas, l'épidémie de choléra. Cette succession de catastrophes explique la place encore dévolue à l'aide humanitaire d'urgence. Nous restons donc attentifs au besoin de coordination, d'autant plus important qu'un nombre exceptionnellement élevé d'agences et d'organisations non gouvernementales opèrent en Haïti. Dans ce contexte, naturellement, le rôle du BCAH est crucial pour garantir l'efficacité de l'aide.

Mais si Haïti ne se dote pas d'institutions fortes et stables, tous ces moyens mis en œuvre resteront largement vains. En accord avec le gouvernement, l'Organisation des Etats Américains a dépêché une mission chargée d'examiner les résultats du premier tour. Cette mission a mis à jour de nombreuses fraudes et, conformément à ce qui avait été prévu, elle a présenté un certain nombre de recommandations. La France appelle les autorités haïtiennes à respecter leurs engagements vis-à-vis de la communauté internationale et à tirer les conséquences de ces recommandations.

Le pays ne peut se permettre de s'installer dans la paralysie ou de retomber dans la violence. La volonté de la population doit être respectée, et de nouvelles autorités doivent rapidement prendre en mains l'avenir du pays, avec le soutien de la communauté internationale.

Dans ce contexte, je salue l'engagement constant du personnel de la MINUSTAH, à commencer par le Représentant Spécial du Secrétaire Général notre ami Edmond Mulet.

La France quant à elle poursuit son appui, dans le cadre des Nations unies comme à titre bilatéral. Grâce au soutien français, le principal hôpital de Port-au-Prince a pu continuer à accueillir des malades. Sa reconstruction va être assurée par un partenariat franco-américain avec le ministère de la santé haïtien.

Nous avons accru nos efforts de coopération technique dans différents domaines, en particulier l'enseignement, la gouvernance, la police. Pour préparer l'avenir, près de 500 étudiants haïtiens, futurs magistrats ou fonctionnaires ont été accueillis dans nos établissements. Nous avons apporté une aide financière s'élevant à 326 millions d'euros pour la période 2010/2011.

La France poursuivra son engagement aux côtés du peuple et du Gouvernement haïtiens, en étroite coordination avec les Nations unies. Nous espérons que les autorités haïtiennes de leur côté prendront les décisions qui s'imposent pour offrir à leur pays et à leur population de meilleures perspectives.

Je vous remercie./

Dernière modification : 26/02/2015

ANEXO C

Debate sobre a Síria
Nova York, 27 de abril de 2011
Embaixadora Maria Luíza Ribeiro Viotti
Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas

Senhor Presidente,
Agradeço ao Subsecretário-Geral Lynn Pascoe por seu relatório.

As liberdades fundamentais devem ser protegidas em qualquer contexto. Esta deve ser a mensagem coerente deste Conselho e da comunidade internacional ao reagir aos desafios lançados pelas históricas mudanças no Mundo Árabe.

O Brasil é solidário com os que se manifestam pacificamente em prol de maior participação política, de melhores oportunidades econômicas, de liberdade e dignidade.

Expressamos preocupação diante da atual escalada de violência na Síria.

Condenamos o uso da força contra manifestantes desarmados, onde quer que ocorra. Temos esperança de que a crise possa ser considerada através do diálogo.

As aspirações legítimas das populações do Mundo Árabe devem encontrar respostas mediante processos políticos inclusivos, e não pela força militar.

No presente estágio, maior repressão provavelmente significará maiores protestos e dissensões. Esperamos que a liderança síria siga o caminho do diálogo e da reforma como o mais eficaz para impedir a escalada do confronto.

Senhor Presidente,

Tomamos nota dos esforços de reforma realizados pelo Governo Sírio. A suspensão do estado de emergência e outras medidas legislativas concretas adotadas são passos encorajadores na consideração das legítimas aspirações da população. Esperamos que tais medidas sejam postas em prática sem tardar.

Aproveitamos a oportunidade para encorajar o Governo Sírio a entabular um amplo diálogo inclusivo com todas as partes relevantes. A adoção de reformas, e não a repressão, é o caminho a seguir.

As organizações regionais têm uma contribuição crucial a oferecer para a construção de soluções políticas que tenham possibilidades verdadeiras de sucesso e que levem a transformações pacíficas.

Neste sentido, gostaria de sublinhar o papel vital que a Liga dos Estados Árabes exerce ao adotar medidas encorajadoras na direção correta.

Senhor Presidente,

Estamos conscientes da importância da estabilidade na Síria para a estabilidade do Oriente Médio em seu conjunto.

Por sua centralidade para a estabilidade regional, torna-se ainda mais relevante que as reformas e o diálogo significativo sejam estimulados na Síria numa atmosfera pacífica e estável, tão livre de tensões e pressões externas quanto possível.

Muito obrigada.

ANEXO D

27 avril 2011 - Conseil de sécurité - La situation en Syrie - Intervention de M. Gérard Araud, représentant permanent de la France auprès des Nations unies

Je remercie le Secrétaire général adjoint, M. Lynn Pascoe, pour l'exposé de la situation en Syrie qu'il a présenté à ce Conseil, et qui vient nourrir nos inquiétudes.

Je tiens devant ce Conseil à exprimer la plus vive préoccupation de la France face aux violences exercées par les autorités syriennes contre les manifestants civils. Nous condamnons sans réserve ces brutalités inacceptables, qui ont déjà fait des centaines de victimes civiles parmi la population syrienne, mais également de nombreux disparus parmi les manifestants, les journalistes et les militants des droits de l'Homme. Deraa est depuis trois jours une ville assiégée par l'armée syrienne, privée d'eau, d'électricité, de liaisons avec l'extérieur, encerclée par des chars et menacée par l'artillerie lourde. Le souvenir des massacres commis au dépens de la population civile qui ont ensanglanté la Syrie au début des années 1980, notamment à Hama, est trop douloureux pour que la communauté internationale assiste silencieuse à cette escalade dans la répression.

Le Conseil doit adresser aujourd'hui un message clair aux autorités syriennes : cette répression aveugle et brutale doit cesser immédiatement. Les autorités syriennes doivent respecter les libertés et droits fondamentaux de leurs citoyens, et particulièrement le droit de manifester pacifiquement et la liberté de la presse. Les arrestations arbitraires doivent cesser, ainsi que les restrictions pesant sur les médias. Nous appelons les autorités syriennes à libérer immédiatement les détenus d'opinion. Nous soutenons l'appel du Secrétaire général à la mise en place d'une enquête indépendante, transparente et efficace sur les crimes commis. Les responsables et les auteurs de ces actes devront répondre de leurs agissements.

Seules des réformes répondant aux aspirations légitimes de la population permettront de préserver la stabilité du pays, ce qui est dans l'intérêt de tous. La Syrie joue un rôle déterminant dans la stabilité régionale. Or, à ce stade, nous ne pouvons que constater que la levée de l'état d'urgence et les autres réformes annoncées par le Président ont été suivies d'une recrudescence de la violence qui vient les contredire. L'appel du peuple syrien à la liberté, à la démocratie et au respect de ses droits universels doit être entendu par les autorités syriennes, et à défaut il doit être entendu par ce Conseil.

La France, avec d'autres, si rien ne se passe de positif, étudiera toute une série d'options visant à accroître la pression sur le régime syrien afin qu'il cesse la répression et s'engage dans la voie des réformes. Des mesures fortes devront être prises si cet appel n'est pas entendu. Le Conseil des droits de l'Homme s'est également saisi de la question et adoptera, nous l'espérons, une résolution à l'issue de sa session spéciale vendredi.

Je vous remercie.

Dernière modification : 26/02/2015

ANEXO E

*Debate sobre proteção de civis em conflitos armados
Nova York, 10 de maio de 2011
Embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti
Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas*

Senhor Presidente,

Felicitemos a presidência francesa do Conselho por realizar o importante debate de hoje. Somos gratos à Subsecretaria-Geral Valerie Amos, ao Subsecretário-Geral Alain Le Roy e ao Secretário-Geral Adjunto Ivan Simonovic por suas declarações.

Acolhemos com satisfação a oportunidade que se dá ao Conselho para intercambiar opiniões com os demais Estados-membros da organização sobre as transformações que têm ocorrido no âmbito da proteção de civis nos últimos meses.

A proteção de civis em conflitos armados é um dos desafios cruciais de nossos dias. No Conselho de Segurança e em outros foros, o Brasil tem buscado contribuir para os esforços da ONU nesta área. Durante a presidência brasileira do Conselho de Segurança em fevereiro passado, organizamos uma sessão para considerar todas as dimensões da agenda de proteção.

A proteção de civis é um imperativo humanitário. É um conceito distinto que não deve ser confundido ou associado com ameaças à paz e à segurança internacionais, como definidos na Carta, ou com a responsabilidade de proteger. Devemos evitar interpretações excessivamente amplas da proteção de civis, que poderiam associá-la à exacerbação de conflitos, comprometer a imparcialidade das Nações Unidas, ou criar a percepção de que está sendo usada como cortina de fumaça para intervenção ou mudança de regime.

Com este objetivo, precisamos assegurar que todos os esforços para proteger os civis estejam estritamente de acordo com a Carta e estejam fundamentados numa aplicação rigorosa e não seletiva do direito internacional humanitário.

Sempre que possível, a proteção de civis deve ser buscada através de meios pacíficos e de medidas preventivas. Estas medidas incluem o diálogo com as populações locais, o cumprimento do direito internacional humanitário, a coordenação com os atores humanitários e diligente acompanhamento e apresentação de relatórios.

Em alguns casos, medidas coercitivas podem ser necessárias para proteger civis. No entanto, o uso da força deve sempre ser um recurso de última instância. Devemos ter o máximo cuidado para assegurar que nossas ações apaguem as chamas do conflito, em vez de atizá-las.

Quando o Conselho houver de autorizar o uso da força, como no caso da Líbia, nós devemos nos ater a um alto padrão. O Conselho tem a responsabilidade de assegurar a implementação adequada de suas resoluções. A força deve ser usada com todo cuidado, com o devido respeito ao princípio da proporcionalidade e estritamente em conformidade com os termos da autorização. O uso da força para proteger civis não derroga o direito internacional: ele acentua a necessidade de estrita adesão às suas normas.

Além disso, da mesma forma que os membros da missão de paz são responsáveis por suas ações e omissões na causa da proteção, os Estados-membros também devem estar claramente cientes de como estão cumprindo o mandato que receberam do Conselho.

Da mesma forma, o uso da força por missões de manutenção da paz para proteger civis deve ser levado a cabo com toda moderação. Isto é necessário para que os capacetes azuis não sejam vistos como partes do conflito. Evitar tal percepção é crucial para garantir o sucesso continuado da missão de manutenção da paz. A confiança na imparcialidade da Organização é indispensável para que ela possa contribuir construtivamente para soluções políticas sustentáveis para o conflito, que o objetivo final da tarefa de manutenção da paz da ONU.

Senhor Presidente,

A proteção dos civis é uma das mais importantes formas pelas quais a Organização exprime concretamente seus propósitos, tal como explicitados na Carta.

A ONU tem realizado grandes avanços, tanto no Conselho como em outros foros. Para seguir adiante, precisamos continuar a progredir na agenda de proteção, focalizando nos cinco desafios centrais identificados pelo Secretario-Geral em 2009.

O Brasil apoia um enfoque consensual, não seletivo, para a proteção de civis em todo o mundo. No Conselho, na Assembleia Geral e no terreno, nós continuamos comprometidos com o objetivo de encontrar soluções para os dilemas da proteção.

Muito obrigada.

ANEXO F

10 mai 2011 - Conseil de Sécurité - Protection des civils dans les conflits armés - Intervention de M. Gérard Araud, président du Conseil de sécurité

Je remercie Mme Amos et MM Le Roy et Simonovic pour leur présentation.

Je m'associe au discours qui sera prononcé par le représentant de l'Union européenne.

Je soulignerai trois points.

— Lorsque des violations graves du droit international humanitaire et des droits de l'Homme, des crimes de guerre, des crimes contre l'humanité sont commis, il est en effet du devoir du Conseil de sécurité d'intervenir pour les empêcher.

C'est ce que nous avons fait en Libye. Le Conseil de sécurité a autorisé les forces de la coalition à protéger les civils bombardés sur ordres de leurs dirigeants. En frappant les forces de Kadhafi à l'entrée de Benghazi, la France avec ses partenaires y a évité un massacre. En déminant le port de Misratah, nous avons permis à l'aide humanitaire d'être livrée et aux civils d'être évacués.

En Côte d'Ivoire, le Conseil de sécurité a donné à l'ONUCI les moyens de mettre en œuvre son mandat de protection. En contribuant à neutraliser les armes lourdes employées contre les civils, l'ONUCI a empêché que des atrocités soient commises. Nous souhaitons que la détermination dont l'ONUCI a fait preuve soit une référence pour toutes les Opérations de maintien de la paix des Nations unies.

En République démocratique du Congo, la MONUSCO doit continuer d'intervenir de manière tout aussi déterminée. Nous devons soutenir les autorités congolaises pour qu'elles disposent des capacités d'assurer une protection efficace des civils sur le long terme.

— Pour la France, la protection des civils et des droits de l'Homme est une priorité dans toutes les situations. Nous sommes déterminés à ce que le Conseil de sécurité continue de prendre les mesures adaptées aux situations en cause.

Ainsi, en Syrie, le gouvernement tire sur sa population, l'assiège, recourt aux arrestations arbitraires par milliers, aux disparitions forcées, et à la torture. Cela doit cesser. Les manifestants, les défenseurs des droits de l'homme et les journalistes doivent être libérés. La liberté d'expression doit être respectée. Le gouvernement doit coopérer avec la mission d'enquête du Haut Commissariat aux droits de l'Homme et autoriser l'accès humanitaire, y compris la mission d'évaluation du Bureau de Coordination de l'Aide humanitaire.

— La protection des civils exige que justice soit rendue aux victimes. La responsabilité première incombe aux Etats mais la communauté internationale doit appuyer ou suppléer leurs efforts lorsqu'ils sont défailants.

C'est pourquoi, à Sri Lanka, le gouvernement doit mener des enquêtes indépendantes et impartiales sur les allégations de violations graves du droit international humanitaire et des droits de l'homme documentées par le panel du Secrétaire général dans son rapport et juger les responsables. Le gouvernement sri lankais doit mettre en œuvre les autres recommandations et poursuivre son dialogue avec les Nations unies.

Au Darfour, alors que la Cour pénale internationale a émis des mandats d'arrêt pour crimes contre l'humanité et pour génocide, rien ne change. Les entraves à l'accès humanitaire, les bombardements de civils, la présence de milices autour des camps de déplacés se poursuivent. Ils sont inacceptables.

Ces derniers mois, le Conseil de sécurité a démontré sa capacité à appliquer les principes sur la protection des civils aux situations concrètes dans lesquelles des civils sont effectivement menacés. Nous devons poursuivre nos efforts.

Je vous remercie.

Dernière modification : 26/02/2015

ANEXO G

*Debate sobre Mulheres e Paz e Segurança
Nova York, 28 de outubro de 2011
Embaixadora Maria Luíza Viotti
Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas*

Muito obrigada, Senhora Presidente,
Agradeço ao Secretário-Geral por suas observações e por seu relatório.

Dou também as cordiais boas-vindas ao Conselho, ao Embaixador Lazarous Kapambwe, Presidente do ECOSOC, e a Sra. Bachelet, Diretora Executiva do Mulheres ONU, e agradeço-lhes por seus informes.

Permita-me também agradecer à representante do Grupo de Trabalho das ONGs sobre Mulheres, Paz e Segurança por sua intervenção.

A agenda sobre Mulheres, Paz e Segurança tem sido um agente catalizador para um maior engajamento da sociedade civil com o Conselho. Isto tem enriquecido nosso trabalho, dando-nos acesso a novas perspectivas e informações.

Senhora Presidente,

Em todas as sociedades existem obstáculos reais para a participação política das mulheres. Até em países que têm liderado a causa dos direitos das mulheres por décadas, barreiras insidiosas persistem no caminho da verdadeira igualdade.

Hoje, nos reunimos para considerar como avançar ainda mais em direção ao pleno engajamento das mulheres na resolução de conflitos e na mediação.

O tema da participação das mulheres em conversações de paz e outras negociações relacionadas com conflitos contém certamente mais do que um elemento de justiça – é também uma questão de eficácia, que tem impacto direto no sucesso da solução de conflitos e nos esforços de mediação. As mulheres podem trazer perspectivas únicas à mesa de negociações sobre temas como impunidade, responsabilização e justiça. Se estas perspectivas forem tratadas nas negociações, as possibilidades de alcançar uma paz sustentável serão muito maiores.

Senhora Presidente,

O Brasil se sente encorajado pelo avanço na aplicação dos indicadores sobre Mulheres e Paz e Segurança. Sublinhamos a importância de que mantenham estreita coerência com a letra das resoluções relevantes do Conselho de Segurança.

Os indicadores, porém, não são um fim em si mesmos. Eles ajudam a alcançar uma melhor compreensão da situação e avaliar o progresso na direção dos nossos objetivos. Neste contexto, recebemos com satisfação e apoiamos o marco estratégico que o Secretário-Geral apresentou para guiar a implementação da Resolução 1325.

Senhora Presidente,

No mês passado, durante o Debate Geral e num evento sobre a Participação das Mulheres na Política, a Presidente Dilma Rousseff tornou claro que o tema do fortalecimento do poder das mulheres é uma questão de elevada prioridade na agenda brasileira. Adotamos legislação avançada sobre a proteção das mulheres, estabelecemos delegacias policiais especializadas sobre mulheres e colocamos as mulheres no centro do programa “Bolsa Família” de transferência de renda. Estas são experiências valiosas que estamos prontos a compartilhar com outros países, inclusive aqueles recém-saídos de conflitos.

O Brasil está firmemente engajado em atividades de cooperação com países pos-conflito. No Brasil, a participação das mulheres nos processos decisórios que tratam destas questões tem aumentado constantemente, paralelamente à tendência que se observa na política brasileira de forma geral, tanto no Executivo quanto no Legislativo. Hoje, mulheres chefiam cerca de um terço dos Ministérios no gabinete da Presidenta Dilma, inclusive vários dentre os que se ocupam das responsabilidades centrais do governo. As mulheres também

galgaram posições destacadas na diplomacia brasileira e ocupam cada vez mais posições de alto nível no Serviço Exterior.

Senhora Presidente,

Gostaria de concluir sublinhando um ponto crucial. O apoio do Conselho para atribuir mais força às mulheres nas situações de conflito e pos-conflito é muito importante. Mas ele não se sustenta sozinho.

A participação efetiva e sustentável das mulheres depende da inclusão social e das oportunidades econômicas. O trabalho da Assembleia Geral, do Conselho Econômico e Social e da ONU Mulheres a este respeito requer nosso total apoio se quisermos alcançar os objetivos da agenda das Mulheres e Paz e Segurança.

Muito obrigada.

ANEXO H

28 octobre 2011 - Conseil de sécurité

Femmes, paix et sécurité - Intervention de M. Martin Briens, représentant permanent adjoint de la France auprès des Nations unies

La participation et le rôle des femmes dans la prévention et la médiation des conflits

Madame la Présidente,

Je souhaiterais en premier lieu vous remercier pour l'organisation de ce débat et également remercier le Secrétaire général, Mme Bachelet, l'ambassadeur Kapambwé et Mme Nemat de leur participation et de leurs interventions.

Je m'associe à la déclaration qui sera prononcée au nom de l'Union européenne.

Plus que jamais, il nous paraît opportun que le Conseil se préoccupe de la participation et du rôle des femmes dans la prévention et la médiation des conflits. Le Printemps arabe est venu nous le rappeler avec force. En Tunisie, en Egypte, en Libye, les femmes ont été des acteurs majeurs des transitions qui se sont opérées. En Syrie et au Yémen, les femmes ont lutté, et luttent encore aujourd'hui avec un courage exceptionnel, pour défendre leurs libertés, pour faire respecter les droits de l'Homme les plus fondamentaux et pour faire entendre leurs appels à la démocratie. Je tiens à cet égard à saluer l'attribution cette année du Prix Nobel de la paix à trois femmes d'exception qui oeuvrent remarquablement au service de la paix et des droits de l'Homme.

Les femmes doivent continuer à être représentées et activement consultées dans les processus de réformes en cours. Elles doivent avoir leur place aux côtés des hommes pour mener à bien la transition vers la démocratie, vers des régimes plus justes et plus respectueux des libertés de leurs populations. Il en va du succès des transitions politiques en cours. Il en va également, par voie de conséquence, de la stabilité de ces pays, et donc de la paix et de la sécurité de la région.

Madame la Présidente,

La mise en oeuvre effective des résolutions « Femmes, paix et sécurité » du Conseil de sécurité est une priorité pour la France, qui a oeuvré activement pour leur adoption, comme elle a également oeuvré en vue d'un renforcement de la prise en compte de cette problématique au sein de l'Union européenne, notamment sous la Présidence française de l'Union européenne en 2008.

La France a adopté l'an dernier un Plan national d'action pour la mise en oeuvre de ces résolutions. Il vise notamment à favoriser au niveau international la protection des femmes contre toutes les formes de violences, le respect de leurs droits fondamentaux mais aussi leur égale participation aux processus décisionnels dans le cadre de la consolidation de la paix, de la reconstruction et du développement.

La France a pris des engagements dans le cadre de son plan national d'action afin de renforcer la participation directe des femmes aux opérations de reconstruction et aux processus décisionnels, en favorisant leur accès à des fonctions de responsabilité. La France met notamment en oeuvre, en partenariat avec ONU Femmes, plusieurs programmes de coopération. Ceux-ci sont destinés à renforcer la participation des femmes aux processus décisionnels, leur accès et leur participation à la justice, en s'appuyant notamment sur les organisations de la société civile, et les organisations de femmes en particulier : ces programmes sont mis en oeuvre en Afrique et dans le monde arabe, ainsi qu'en Afghanistan. La France développe par ailleurs des programmes destinés à renforcer la participation des femmes aux opérations extérieures. Notre plan d'action prévoit également des initiatives destinées à renforcer la sensibilisation au respect des droits des femmes dans les programmes de formation, autre point important dans la mise en oeuvre des résolutions Femmes, Paix et Sécurité.

Madame la Présidente,

Je souhaite remercier le Secrétaire général pour son récent rapport, dont nous partageons la plupart des analyses, et saluer ici le travail accompli par ONU Femmes, sous la direction de Mme Bachelet. Le cadre stratégique et les

indicateurs de suivi mentionnés dans le rapport constituent des outils utiles, tant pour les Etats membres que pour les Nations unies, pour le suivi de la mise en oeuvre des résolutions sur les femmes, la paix et la sécurité. Ils permettent non seulement d'évaluer les résultats mais aussi d'identifier les carences en matière de participation des femmes à la prévention et la résolution des conflits. Ces instruments permettent aussi d'orienter l'action de la communauté internationale pour assurer une meilleure protection des femmes dans les conflits armés.

Nous avons vu des progrès ces dix dernières années dans ce domaine. Le Conseil a mis en place au fil des résolutions, un cadre qui permet une approche plus cohérente de la protection des femmes et de la promotion de leur participation au règlement des conflits. Parallèlement, le Secrétariat, les agences, fonds et programmes et autres institutions des Nations unies ont désormais une action mieux coordonnée. Le rôle de Mme Bachelet y a incontestablement contribué. Je tiens également à saluer le travail et les efforts de coordination de la Représentante spéciale du Secrétaire général pour les violences sexuelles dans les conflits et de la Représentante spéciale du Secrétaire général pour les enfants et les conflits armés pour leurs contributions respectives.

Madame la Présidente,

Permettez-moi de conclure sur la question de la justice, qui est une question majeure pour la mise en oeuvre des résolutions sur les femmes, la paix et la sécurité. Comment les femmes pourraient-elles s'exprimer et participer à la vie publique si elles doivent côtoyer leurs anciens tortionnaires ou vivre dans la peur et sous l'oppression ? Comment pourraient-elles accéder à la justice si le chemin vers celle-ci n'est pavé que d'humiliations, d'obstacles, voire de menaces ou de représailles ? L'accès à la justice et la lutte contre l'impunité sont des conditions indispensables à une pleine participation des femmes. En particulier, il est du devoir de la communauté internationale de recourir à l'ensemble des instruments à sa disposition, par l'établissement de commissions d'enquête, des renvois à la Cour pénale internationale et des sanctions ciblées en cas de violations graves et d'atteintes systématiques aux droits des femmes. Ce n'est qu'à cette condition que l'action de la Communauté internationale bénéficiera d'une véritable crédibilité pour la protection et la promotion de la participation des femmes dans la résolution des conflits.

Je vous remercie.

ANEXO I

Debate sobre MINUSTAH en CSNU

BRIEFER: SANDRA HONORÉ, RESG Y JEFA MINUSTAH

8 DE OCTUBRE DE 2015, 10 AM.

UN Web TV

<http://webtv.un.org/meetings-events/security-council/americas/watch/haiti-security-council-7530th-meeting/4543687986001>

Meeting record

http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.7530&referer=http://www.un.org/en/sc/meetings/records/2015.shtml&Lang=S

PUNTOS DE INTERVENCIÓN

- España agradece al Secretario General el informe sobre la Misión de Estabilización de NN.UU en Haití del pasado mes de agosto.
- Haití – inmersa de pleno en el proceso electoral en curso- está haciendo frente a un importante desafío para la consolidación de su institucionalidad democrática, Será la tercera ocasión en su historia, desde que en 1989 tuvieron lugar las primeras elecciones democráticas, en que se produzca un traspaso de poderes presidencial mediante elecciones.
- España, está acompañando y ofreciendo apoyo político y financiero a Haití en este proceso - cuatro españoles forman parte de la Misión de Observación Electoral de la OEA a la que hemos contribuido también con recursos financieros- .
- España ha venido mostrando y continúa apostando por la vía del diálogo como la mejor opción posible para lograr la consolidación de la democracia y avanzar en la institucionalidad del país. Por ello, exhorta a todos los actores políticos del país para que contribuyan de manera generosa y decidida a la creación y mantenimiento de un clima de estabilidad política y social que permita el adecuado desarrollo de los diferentes procesos electorales.
- En este sentido, España agradece los esfuerzos de las diversas misiones del Club de Madrid a Haití, financiadas por la Unión Europea, para la promoción del diálogo en las discusiones relativas a la reforma política en Haití.
- España reitera una vez más, en este Consejo de Seguridad, la firmeza de su compromiso con Haití y de la solidaridad del país y de los españoles con Haití que nos ha situado entre los principales donantes de la comunidad internacional.
- España ha destinado 255Meuros (unos 297USD) de AOD neta para la reconstrucción de Haití desde el terremoto y Haití sigue siendo un país prioritario para la cooperación española que tiene previsto gestionar en el país 129Meuros- en su mayoría ya desembolsados - en el periodo 2015-2017.
- España mantiene y mantendrá su compromiso con Haití que sigue siendo el principal receptor de fondos de AOD de España en el mundo.
- España comparte la valoración que hace el SGNU sobre el desarrollo de la convocatoria electoral del 9 de agosto pasado, en Haití, en la cual la situación de seguridad se mantuvo en relativa calma, siendo menos violenta que en ocasiones anteriores.
- No obstante, pese al buen hacer del Consejo Electoral Provisional y de la Policía Nacional de Haití, se han registrado incidentes violentos en un 13% de los colegios electorales. España entiende que la situación de seguridad durante las elecciones ha sido relativamente contenida precisamente gracias a la labor desempeñada por MINUSTAH.

- España considera que el papel de la MINUSTAH es y continua siendo fundamental para garantizar el normal desarrollo y las condiciones de seguridad y transparencia del proceso electoral, el apoyo a los esfuerzos de acompañamiento de la comunidad internacional al mismo y el establecimiento de la nueva administración, con vistas a una transición política pacífica que consolide los logros conseguidos en los últimos años y la institucionalidad democrática del país.
- En el contexto electoral, además, no es descartable el aumento de la criminalidad y una escalada de la violencia. Por ello, España apoya la renovación del mandato de MINUSTAH un año más y, como recomienda el Secretario General, manteniendo el actual número de efectivos autorizados que creemos imprescindible para que la Misión pueda desempeñar su mandato.
- Asimismo, España considera muy conveniente el despliegue de la misión de evaluación propuesta por SG en su informe, para valorar cuál debe ser el papel y la presencia de NNUU en Haití una vez expire el mandato de MINUSTAH.
- España comparte la importancia de que esa valoración sea hecha en estrecha colaboración con el nuevo Gobierno haitiano para asegurar el éxito de la transición a una fase de post consolidación. Por ello es relevante que la misión de evaluación sea desplegada una vez se haya conformado el nuevo gobierno y este haya dispuesto, con el apoyo de MINUSTAH de un periodo de estabilidad.
- España siempre ha mantenido en sus intervenciones ante este Consejo que las decisiones sobre MINUSTAH deben ser tomadas de manera flexible en función de los análisis y previsiones a corto y medio plazo, de la evolución de la situación política y de seguridad, para no poner en peligro los avances conseguidos. La estabilidad no quedará asegurada con la celebración de la última vuelta electoral el 27 de diciembre. Debemos dar un tiempo más al país para que la estabilidad política, económica y social se conviertan en una seña de identidad de Haití.
- También defendemos que el Consejo de Seguridad trabaje de la manera más inclusiva y transparente posible, y que sus decisiones tengan siempre en cuenta los intereses y la opinión de los Estados que se ven afectados por ellas. En ese sentido, escucharemos con mucha atención la intervención de la delegación de Haití y sus consideraciones y expectativas acerca de MINUSTAH, así como las aportaciones de los países que contribuyen a esta Misión.

ANEXO J

Haïti : l'élection présidentielle doit se dérouler dans le calme et le dialogue démocratique - 8 octobre 2015
[en]

Haïti/ Renouveau du mandat de la MINUSTAH Intervention de M. François Delattre, représentant permanent de la France auprès des Nations unies Conseil de sécurité 8 octobre 2015

Monsieur le Président,

Je remercie la Représentante spéciale du Secrétaire général en Haïti, Mme Sandra Honoré, pour sa présentation et pour son engagement. Je m'associe aux déclarations que prononceront tout à l'heure le représentant de l'Union européenne ainsi que celui de l'Uruguay, au nom du groupe des amis d'Haïti.

Monsieur le Président,

Chacun sait combien les défis sont grands en Haïti. Ce pays qui nous est cher n'a pas été épargné, au cours de son histoire récente, par les fléaux de la pauvreté, de l'insécurité et des catastrophes naturelles.

Les difficultés structurelles auxquelles Haïti fait face appellent un engagement soutenu et de long terme de la part de la communauté internationale. La France y prend toute sa part, au travers de ses contributions générales aux opérations, fonds et programmes de l'ONU mais également à titre bilatéral, comme l'a illustré la récente visite du Président de la République à Port-au-Prince en mai dernier. Le Président Hollande lors de cette visite importante a notamment annoncé un engagement à hauteur de 50M€ dans le secteur de l'éducation au cours des 5 prochaines années.

Monsieur le Président,

Il serait pour autant injuste de réduire Haïti à un tableau sombre et négatif. C'est également un pays où de nombreuses dynamiques de progrès sont à l'oeuvre à divers niveaux. Elles constituent autant de motifs d'espoir, que nous devons apprécier à leur juste valeur, et naturellement encourager de toutes nos forces.

Cet espoir, il est d'abord et avant tout démocratique. L'organisation d'élections, longtemps attendues et appelées de nos vœux, est enfin d'actualité. Le premier tour des élections législatives et sénatoriales s'est tenu, ses résultats ont été publiés. Nous déplorons certes quelques cas de violence, avec des pertes humaines inacceptables ; certaines irrégularités. Ces incidents ont toutefois été contenus et bien relevés. Et surtout la sécurité des opérations électorales a été globalement assurée. Le Conseil Electoral Provisoire a pris ses responsabilités en annonçant notamment l'organisation d'un nouveau scrutin dans un quart des bureaux de vote ainsi que la destitution de candidats impliqués dans des troubles.

La France forme le vœu que les élections présidentielles, dont le premier tour se tiendra dans quelques jours, se déroulent dans le calme, la sérénité et le dialogue démocratique. Ces élections doivent continuer d'être libres, transparentes et inclusives. La poursuite du travail rigoureux mené par le Conseil Electoral Provisoire ainsi que l'engagement responsable de l'ensemble des acteurs politiques, seront décisifs à cet égard.

Monsieur le Président,

Onze ans après sa mise en place et le vote de son premier mandat, force est de constater que la configuration actuelle de la MINUSTAH n'est plus réellement adaptée aux réalités de la situation en Haïti.

De nombreux progrès ont en effet été réalisés depuis 2004, en premier lieu dans le domaine de la sécurité. Haïti et sa population peuvent désormais compter sur une police nationale dont le niveau de professionnalisme et les moyens en pleine croissance devraient lui permettre à brève échéance d'assurer le maintien de l'ordre sur l'ensemble du territoire de manière autonome.

Plusieurs signaux relevés dans le dernier rapport du Secrétaire général sont encourageants et méritent d'être relevés : la situation sécuritaire du pays est restée généralement stable depuis l'adoption du précédent mandat de la force, y compris lors de la tenue du premier tour des élections législatives et sénatoriales ; la police nationale

haïtienne intervient désormais en première ligne de manière efficace dans quasiment toutes les situations ; les départements dont la composante militaire s'est retirée n'ont pas connu d'augmentation du niveau de violence.

Monsieur le Président,

Ce constat nous appelle à engager une réflexion profonde sur l'avenir de la présence et du rôle des Nations unies en Haïti. Nous devons savoir collectivement reconnaître les succès obtenus grâce au soutien de la MINUSTAH en Haïti, tout en veillant bien sûr à préserver les acquis. Un processus de reconfiguration a été initié à cet égard l'année dernière. Il importe de le mener à son terme.

Il est en effet de notre responsabilité de faire évoluer les moyens déployés sur place pour répondre au mieux aux besoins de ce pays et de sa population. Il en va de la crédibilité de l'action de ce Conseil, mais également de son efficacité. La France est convaincue qu'il est désormais temps de passer d'une logique de maintien de la paix à une logique de consolidation de la paix en Haïti. La sécurité et la stabilisation d'Haïti à long terme repose sur la prise de leur responsabilité par les autorités haïtiennes et du développement durable de l'île.

Une présence onusienne reste évidemment hautement nécessaire aujourd'hui. Elle doit toutefois être recalibrée, autour de l'objectif principal que constitue le renforcement des capacités des institutions haïtiennes, notamment dans les domaines de la sécurité, de l'état de droit, de la gouvernance et du respect des droits de l'Homme. La situation des droits des enfants, les dysfonctionnements du système judiciaire et carcéral ainsi que les problèmes d'accès aux droits économiques et sociaux dans le contexte de la reconstruction sont encore source de préoccupation. Il est notamment crucial de répondre aux lacunes significatives qui subsistent dans ces domaines, où l'action des autorités haïtiennes est volontariste mais doit être encore sensiblement renforcée.

Monsieur le Président,

La France accueille donc très favorablement la recommandation du Secrétaire général de conduire une revue stratégique en Haïti.

Nous souhaitons que celle-ci débouche sur la présentation au Conseil de recommandations d'action concrètes sur l'avenir de la présence et du rôle des Nations unies en Haïti, afin d'achever le mouvement de reconfiguration engagé au sein de la MINUSTAH, dans l'intérêt, encore une fois, d'Haïti et de sa population.

Nous sommes attachés à ce que cet exercice soit mené dès le lendemain de la conclusion du cycle électoral en cours et suffisamment en amont de la fin du prochain et possiblement dernier mandat que ce Conseil examinera la semaine prochaine, si les conditions sécuritaires restent inchangées, évidemment.

Monsieur le Président,

La situation en Haïti nous interpelle tous. L'appui de la communauté internationale et l'engagement des Nations unies demeurent plus que jamais nécessaires. Mais notre responsabilité au sein de ce Conseil est de tout faire pour qu'ils soient aussi adaptés et efficaces que possible. Les défis auxquels fait face Haïti et les attentes de sa population ne nous offrent pas le luxe d'attendre pour prendre les décisions qui s'imposent.

Je vous remercie.

ANEXO K

Intervención del representante de España en briefing Siria humanitario

16 DE NOVIEMBRE DE 2015.

UN Web TV

<http://webtv.un.org/meetings-events/security-council/watch/syria-security-council-7560th-meeting/4618147958001>

Meeting record

http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.7560&referer=http://www.un.org/en/sc/meetings/records/2015.shtml&Lang=S

Gracias a la presidencia británica y a la Sra. Secretaria de Desarrollo Internacional del Reino Unido, Sra. Greening, por la organización de este briefing en el que estamos tratando de la situación humanitaria en Siria desde varias perspectivas, todas ellas esenciales.

Gracias también por sus exposiciones al USG para Asuntos Humanitarios, Sr. O'Brian, a la Enviada Especial del SG sobre Niños y Conflictos Armados, la Sra. Leila Zerrougui, y a la Enviada Especial del SG sobre Violencia Sexual en Conflictos, la Sra. Zainab Bangura. Sus presentaciones nos conmueven, pero, sobre todo, nos deben mover a la acción. La situación de las mujeres y de la infancia en el conflicto sirio constituye el círculo más profundo del infierno en que se ha convertido aquel país.

Como la Sra. Zerrougui afirma en un reciente informe, millones de niños han sido afectados por la guerra y cabe esperar, por desgracia, que el resto de sus vidas seguirá marcado por experiencia tan traumática. Es cierto que ahora hemos de centrarnos en lo más perentorio en tiempos de guerra: salvaguardar sus vidas, alimentarles, cuidar de su salud, educarles incluso en zonas de conflicto... Pero hemos de ser muy conscientes que muchos, quizá la mayoría de ellos, van a seguir requiriendo todo tipo de asistencia por mucho tiempo.

En este sentido, seguimos llamando la atención sobre la situación de lo que queda del sistema educativo en Siria, donde 2 millones de niños están sin escuela, a los que hay que añadir unos 700.000 niños en países vecinos de acogida, que merecen todo nuestro apoyo. Desde el inicio del conflicto, más de 5.000 escuelas han sido destruidas o empleadas para otros usos en contravención del derecho internacional humanitario y de las resoluciones de este mismo Consejo.

Es imperativo hacer algo urgente al respecto, comenzando por responder al llamamiento del Plan de Respuesta para Siria, donde se nos recuerda se necesitan al menos 224 millones de dólares para evitar que Siria pierda una entera generación debido a la guerra.

Sin duda, uno de los efectos más perniciosos sobre la infancia siria está siendo el reclutamiento y utilización en combate de niños por parte de los grupos terroristas y por otros actores armados. Con el adoctrinamiento de muchos niños por esos grupos corremos el riesgo de que siga creciendo una semilla de odio que podría reproducirse fácilmente en el futuro.

Devastador es también el empleo de la violencia sexual en el conflicto sirio por todas las partes en el mismo. La utilización de dicha violencia como táctica terrorista está también ampliamente demostrada y debe cesar. Es imperativo que las víctimas de esta violencia sean asistidas mediante la provisión de servicios de atención especializados, por desgracia no siempre disponibles.

El papel de la mujer en Siria ha de considerarse también desde otras perspectivas. Una fundamental es la de su participación plena en el proceso político inclusivo que habrá de conducir a una Siria en paz y, mirando más allá, en todas las esferas de la vida de esa nueva Siria que todos anhelamos. Agradecemos la decisión firme del Enviado Especial Sr. de Mistura de contar con la plena participación de grupos de mujeres en los esfuerzos para lograr el fin del conflicto.

Dejo para el final, sin que ello signifique que sea menos importante, la referencia a la presentación por parte del Sr. O'Brian del Informe del Secretario General sobre la situación humanitaria en Siria. A este respecto, quiero aprovechar para reiterar nuestra condena a los ataques indiscriminados contra la población civil por todas las

partes en el conflicto, incluido en particular el uso de bombas barril e instamos a que el Consejo tome medidas al respecto.

Por otra parte, este Consejo debe concentrarse dentro de poco en la renovación de la Res 2191, centrada en la asistencia humanitaria transfronteriza, cuya eficacia está demostrada desde su entrada en vigor. El proceso de renovación de esta resolución ha de ser, además, una oportunidad que no hemos de desaprovechar para reforzar aspectos esenciales de la protección humanitaria, como la situación en las zonas sitiadas y la neutralidad médica.

Por último, coincido con la mayoría, diría que con la totalidad de los intervinientes en que ninguno de los esfuerzos que realicemos en el ámbito humanitario será suficiente sin la puesta en marcha inmediata de una solución política, que pase por un proceso de transición hacia un gobierno inclusivo, con plenos poderes ejecutivos, en el que la población siria se sienta plenamente representada y con legitimidad suficiente para impulsar un cambio político en el país en línea con el Comunicado de Ginebra.

Muchas gracias.

ANEXO L

La France ne renoncera pas à ce qu'elle est : un pays libre - 16 novembre 2015 [en]

Conseil de sécurité - Crise humanitaire en Syrie - Intervention de M. François Delattre, représentant permanent de la France auprès des Nations unies 16 novembre 2015.

Madame la Présidente,

Permettez-moi d'abord de remercier l'ensemble des intervenants pour leurs exposés, M.O'Brien, Mme Zerrougui, Mme Bangura. Ils nous rappellent par leur action inlassable combien de civils, des femmes et des enfants, souffrent en Syrie dans leur chair.

Je voudrais aussi remercier chaleureusement tous ceux qui ont exprimé à mon pays leur sympathie et leur solidarité après les terribles attentats du 13 novembre dernier. Ce jour-là, la France était frappée en son cœur, à Paris et à Saint-Denis, par des attaques terroristes décidées et planifiées en Syrie. Le bilan, vous le savez, est très lourd : au moins 129 morts, plus de 300 blessés, de nombreuses personnes qui, au moment où nous parlons, sont encore entre la vie et la mort. La France a reçu d'innombrables témoignages de solidarité et d'amitié venus du monde entier. Ces messages nous touchent profondément et illustrent le soutien unanime que la communauté des nations apporte à mon pays.

La France n'a pas été la seule à être attaquée et meurtrie vendredi soir. Au moins 19 nationalités différentes ont été touchées. Nos pensées vont aux familles des victimes, en France et ailleurs dans le monde. Nos pensées vont également à l'ensemble des familles qui ont été touchées ces derniers mois par un terrorisme qui n'a ni couleur ni religion. Le Liban, la Turquie, le Danemark, le Koweït, l'Arabie Saoudite, la Libye, la Tunisie, l'Égypte, d'autres encore.

Madame la Présidente, c'est le représentant d'un pays debout, uni, plus déterminé que jamais qui vous parle aujourd'hui. Déterminé à combattre le terrorisme de manière impitoyable et dans le respect du droit.

Liberté, égalité, fraternité : la devise de la République française n'a jamais été aussi forte de sens. La France est un pays libre et indépendant, pluriel et fort de sa diversité. C'est cette France-là, mes chers amis, qui a été visée ce 13 novembre.

L'ennemi est connu : Daech. Cette organisation s'est nourrie des divisions communautaires et religieuses dans la région, et s'est renforcée par la haine et le rejet de l'autre. Elle opprime et massacre chaque jour des populations entières au Moyen-Orient. Elle y détruit aussi méthodiquement, systématiquement, sa richesse culturelle unique, qui appartient au patrimoine de l'humanité.

Face à cela, nous devons être guidés par deux objectifs complémentaires:

D'abord, une lutte résolue et déterminée contre le terrorisme et contre Daech. L'ensemble de la communauté internationale doit être unie dans cette lutte. Comme le président de la République l'a indiqué ce matin, la France va saisir le Conseil de sécurité pour que soit adoptée une résolution visant à lutter contre le terrorisme. Le Président Hollande a également appelé au rassemblement dans le cadre d'une grande et unique coalition internationale afin d'unir nos forces et nos moyens pour détruire Daech. Daech constitue notre ennemi commun et nous devons le détruire, avec détermination, avec méthode, avec professionnalisme, avec persévérance.

Ensuite, la recherche d'une solution politique en Syrie s'impose plus que jamais. La Syrie est en effet devenue la plus grande fabrique de terroristes que le monde ait connue. Les membres du Conseil de sécurité et les pays de la région doivent s'unir pour mettre d'urgence en oeuvre une transition politique en Syrie, dans laquelle Bachar Al Assad ne peut constituer l'issue. Il est notamment urgent d'obtenir des progrès concrets dans le domaine humanitaire et d'exiger le respect du droit international humanitaire, qu'il s'agisse de l'accès humanitaire ou de la cessation de toutes les attaques indiscriminées contre les civils. La France a fait à Vienne des propositions concrètes sur ce sujet, afin d'atténuer les souffrances des populations civiles, alors que leur situation sur le

terrain, déjà alarmante, se dégrade. Les résolutions adoptées par ce Conseil doivent être mises en oeuvre sans délais.

Il est impératif que nous soyons, encore une fois, unis face à ces deux objectifs. La crise des réfugiés est l'une des conséquences les plus directes de cette catastrophe humanitaire. La situation actuelle ne peut durer sans créer une situation profondément déstabilisatrice. Plus que jamais, il est important de soutenir les pays frontaliers de la Syrie, qui accueillent le plus grand nombre de réfugiés syriens, et à qui je tiens également à rendre hommage.

Après les pays de la région, l'Europe est en première ligne. Les habitants d'Irak et de Syrie, notamment dans les territoires contrôlés par Daech, fuient parce qu'ils sont martyrisés. Les accueillir dans la dignité constitue une obligation morale pour l'Europe, dans le respect des libertés fondamentales et des principes de droit sur lesquelles elle s'est construite.

Malgré ces événements dramatiques et ces tentatives de déstabilisation, la France ne renoncera jamais à ce qu'elle est : un pays libre. Elle ne renoncera jamais à ses valeurs. Nous surmonterons cette épreuve et nous devons, nous, la communauté internationale, être unis et défendre ensemble ces principes universels. La détermination de la France est totale. Merci. /

ANEXO M

Intervención del ERP de España en el debate abierto del Consejo de Seguridad sobre la Protección de Civiles, 30 enero 2015

Agradecimientos a las panelistas, Señoras:

Kyung-wha Kang, Secretaria General Adjunta (OCHA)

Helen Durhan, Directora del Departamento de Derecho Internacional del CICR y LLwad Elman (Somalia) miembro del Grupo de trabajo sobre mujer, paz y seguridad de las ONG's.

Sr. Presidente,

Al repasar la excelente nota de concepto preparada por la presidencia chilena) es casi inevitable pensar en algunas de las noticias que hemos leído en los últimos meses. Por ejemplo, el caso de las niñas yazidíes de 16 o 17 años, víctimas de secuestros, violaciones y torturas por parte de DAESH. Algunas de ellas, después de haber sido liberadas, han optado por quitarse la vida.

Son niñas que nacieron precisamente a finales de los noventa, cuando el Consejo de Seguridad adoptaba las primeras resoluciones sobre protección de civiles; cuando se acordaba el Estatuto de Roma o se autorizaba la primera Misión de Paz dedicada expresamente a la protección de civiles. Se dieron entonces pasos importantes, para permitir una reacción de la comunidad internacional ante las agresiones contra la población civil. Sin embargo, no hemos avanzado lo suficiente; al menos, no sobre el terreno. Los conflictos modernos se caracterizan casi sin excepción por los ataques contra civiles: desde actos terroristas indiscriminados hasta el reclutamiento de niños, pasando por la violencia sexual, la toma de rehenes o el uso de explosivos en zonas urbanas, entre otros.

La protección de civiles será el eje principal de nuestra aportación de hoy al panel de alto nivel para la revisión de OMP que dirige el ex presidente Ramos Horta. Sin embargo, más allá de los mandatos – y los medios – de las operaciones de paz, hay que tener en cuenta, como bien apunta OCHA, el cumplimiento del derecho humanitario (incluidas las normas sobre el uso de armas de destrucción masiva); el acceso humanitario, la rendición de cuentas y el papel de los actores no estatales. Durante nuestro bienio en el Consejo de Seguridad España se ha propuesto impulsar esta agenda, con todas las herramientas de que disponemos, desde la rendición de cuentas hasta el régimen de sanciones.

Sr. Presidente

La Resolución 1325 puso de manifiesto el tremendo impacto que los conflictos armados tienen sobre las mujeres, las amenazas diferenciadas a las que se enfrentan y la necesidad de arbitrar medidas específicas de protección en estos contextos bélicos. Tales contextos exacerban las causas estructurales de discriminación de la mujer en términos de acceso a la sanidad y a la educación, exposición a la violencia sexual, trata, desplazamiento y asilo.

Este año celebramos el XX aniversario de la Conferencia de Pekín, y culminaremos el proceso de elaboración de la nueva agenda de desarrollo. Convergen también en 2015, además de la revisión de las OMP y del régimen de sanciones, los procesos de consolidación de la paz, y la Revisión de la Resolución 1325; todo ello nos brinda una oportunidad única para desarrollar la dimensión de género en la arquitectura de paz y seguridad de las Naciones Unidas. España pondrá todo su empeño en que el Examen de Alto Nivel programado para el próximo mes de octubre incluya entre sus resultados una mejora sustantiva del esquema de protección de los derechos de las mujeres y las niñas en los conflictos armados. Quiero además mostrar el pleno apoyo de mi país al Estudio Global que el Comité de Expertos dirigido por la Sra. Coomaraswamy está elaborando con vistas a dicho Examen.

El CS viene centrando su atención en las mujeres como víctimas de los conflictos, y no como líderes de procesos de paz y agentes de cambio en la consolidación de la paz. Aunque los crímenes de violencia sexual se sitúan necesariamente en el centro de la protección de civiles, este órgano tiene que involucrarse más en la exigencia de rendición de cuentas sobre el papel que juegan las mujeres en las conversaciones de paz, en los procesos de mediación, en los acuerdos de alto al fuego, de paz, y en las situaciones post-conflicto en general. La violencia sexual debe ser abordada también en estos acuerdos y en los arreglos de seguridad que contengan elementos de

justicia de transición. El empoderamiento político y económico de las mujeres es crucial para prevenir conflictos a medio y largo plazo y para evitar nuevas violaciones de derechos. Al mismo tiempo, la recepción de una información de calidad en materia de género y sobre la situación específica de cada país en este campo, puede contribuir sustancialmente a que este CS adopte decisiones eficaces para evitar potenciales conflictos.

Para lograrlo, no cabe duda de que la formación juega un papel primordial. Debemos asegurarnos de que todas las unidades que participan en una OMP hayan seguido una formación adecuada y suficiente sobre derechos humanos y cuestiones de género para identificar y prevenir este tipo de violaciones; y que los componentes de derechos humanos de cada Misión estén reforzados y debidamente integrados en los mandatos. Debemos también vigilar que los contingentes estén correctamente preparados para interactuar sobre el terreno con la población local, con las organizaciones de la sociedad civil en general –aprovecho para congratularme de que la sociedad civil intervenga en este debate-, y con las mujeres y niñas en particular. Mi país tiene mucha experiencia en este terreno.

Sr, Presidente,

Tenemos que superar la retórica tradicional relacionada con el expediente “Mujer, Paz y Seguridad”. Estamos obligados a salvar la brecha existente entre ese marco y la realidad sobre el terreno. Debemos profundizar en el seguimiento y en la rendición de cuentas, como uno de los pilares del Estado de derecho, clave para evitar la impunidad que suele caracterizar a los delitos cometidos en conflicto contra mujeres y niñas. En este marco, quisiera destacar el papel esencial que juega la Corte Penal Internacional en la investigación y persecución de tales crímenes, y por otro lado, el hecho de que el Consejo de Seguridad tenga a su alcance una serie de medidas, incluyendo la remisión de los hechos a la Corte Penal Internacional, para cuyo trabajo mi país expresa todo su apoyo.

Sólo en RDC, 400.000 mujeres reconocen cada año haber sido agredidas. Son alrededor de 1.100 mujeres y niñas las que cada día padecen mutilaciones genitales, golpes y agresiones sexuales. Es el caso de Afua, quien fue violada a los 26 años, mientras sostenía a su bebé en brazos. Fue golpeada, humillada y agredida sexualmente por hombres pertenecientes a la milicia de su país. El órgano que vela por la paz y la seguridad en el mundo no puede quedar impasible ante hechos como éste.

ANEXO N

Protection des civils - Toute protection plus efficace avec participation des femmes (30/01/2015 [en])

Protection des civils : "Les besoins et défis de la protection des femmes et des filles dans les situations de conflit armé et de postconflit" - Intervention de M. Alexis Lamek, représentant permanent adjoint de la France auprès des Nations unies Conseil de sécurité - 30 janvier 2015



Monsieur le Président,

J'aimerais vous remercier d'avoir organisé ce débat à la veille de nombreuses échéances cruciales que nous allons connaître comme la Revue stratégique des opérations de paix, la Revue stratégique de l'agenda « Femmes, paix et sécurité » et celle de l'architecture de la Commission de la consolidation de la paix.

Je souhaite également saluer l'engagement des agences des Nations unies et du Bureau des Affaires humanitaires des Nations Unies, mais aussi le CICR et les ONG qui travaillent dans des conditions souvent difficiles et dont l'expérience de terrain, nous l'avons vu à travers les interventions, est évidemment essentielle.

Monsieur le Président,

La liste est malheureusement trop longue, les chiffres trop nombreux pour que je puisse énumérer tous les pays et toutes les violences commises contre les civils, dont des milliers de femmes et de filles. Mais ces faits ne sont pas des statistiques, mais une réalité. Une réalité que nous devons chercher à éviter, à travers une meilleure protection des civils.

Comment renforcer cette protection? Nous pouvons agir de quatre manières, en particulier là où des opérations de paix sont déployées :

Premièrement, en protégeant les populations à l'intérieur des zones de conflit. Cela paraît une évidence, mais trop souvent, l'attitude des casques bleus manque du dynamisme et de la mobilité nécessaire pour conduire à bien leur mission. Nous attendons de la Revue des opérations de paix qu'elle prenne en compte cette réalité. Au Mali, la MINUSMA dispose d'un mandat robuste de protection des civils, qu'elle remplit dans des conditions difficiles.

En République Centrafricaine, il est essentiel que la MINUSCA atteigne sa pleine capacité opérationnelle d'ici le mois d'avril comme prévu, et qu'elle adopte une posture robuste dans la mise en oeuvre de son mandat.

Ensuite, nous devons garantir cette protection au sein même des opérations de paix. Dix ans après la publication du rapport du Prince Zeid sur les abus et l'exploitation sexuels au sein des opérations de maintien de la paix, malheureusement des crimes continuent d'être commis par ceux qui sont censés assurer la protection des civils, y

compris par des opérations régionales telles que l'AMISOM en Somalie, comme le dénonçait récemment Human Rights Watch. Pour éviter ces abus, nous devons agir à deux niveaux : d'abord, en appliquant de manière stricte les politiques de tolérance zéro et de filtrage qui doivent empêcher les troupes, soldats ou officiers ayant commis ces actes de participer à des opérations de maintien de la paix ; et en aval, en sanctionnant et en poursuivant le personnel responsable. Les Nations Unies ne peuvent pas se permettre ce type de « scandale » ; ses missions et opérations doivent servir de modèle.

Je voudrais insister en troisième point sur l'importance des actions menées en amont et en complément de la protection des civils.

La participation des femmes permet de rendre plus efficace les opérations sur le terrain dans la mesure où l'on les associe à l'élaboration des stratégies de protection des civils, les femmes peuvent par exemple contribuer à la conception des camps ou sites de protection, afin de mieux faire valoir leurs besoins en termes d'accès sécurisé aux services et infrastructures de base. La participation des femmes aux opérations de paix est aussi un moyen pour les casques bleus de se rapprocher des communautés locales, et ainsi gagner leur confiance, ce qui est évidemment indispensable à la protection. En RDC, par exemple, la MONUSCO travaille en étroite collaboration avec les acteurs locaux pour accompagner les victimes de violences sexuelles ou de recrutement par les groupes armés. Ces pratiques doivent être généralisées.

Ensuite, la prévention. Il est essentiel que les équipes des Conseillers droits de l'homme, genre et de protection soient efficaces et bien coordonnées au sein des Sections droits de l'homme, afin d'évaluer les menaces environnantes à travers des analyses précises sur les droits de l'homme, les femmes et les enfants, pour ensuite pouvoir sonner l'alerte et éviter toute dégradation de la situation. Concernant les violences sexuelles, un travail de formation est nécessaire et doit être entrepris au bénéfice des acteurs des opérations de maintien de la paix mais aussi des populations locales pour éviter la stigmatisation sociale des victimes.

Enfin, Monsieur le Président, il ne peut y avoir de protection sans justice. La confirmation, le 1er décembre 2014, de l'accusation par la Cour pénale internationale du chef de guerre Thomas Lubanga Dyilo pour les crimes de guerres ainsi que le transfert le 21 janvier 2015 d'un commandant de la LRA, Dominic Ongwen, à la Cour pénale internationale, constituent des pas importants dans la lutte contre l'impunité des violences commises à l'égard des civils, dont une majorité de femmes et de filles.

Mais la majorité des actes de violences, et en particulier les violences sexuelles, restent impunies. Souvent par ce que les femmes refusent de porter plainte par crainte de répercussion. C'est pourquoi nous devons aussi assurer la protection des victimes dans leurs démarches judiciaires contre les auteurs de crimes. Il faut briser la chaîne du silence par la protection.

Je vous remercie.

ANEXO O

Debate abierto sobre Violencia Sexual en Conflicto en el Consejo de Seguridad 15 de abril de 2015

-Agradecimiento a la Sra. Hamsatu A. Allamin por su conmovedora presentación en nombre de la organización 'NGO Working Group on WPS', y a la RESG para Violencia Sexual en Conflicto, Sra. Bangura, por su exhaustivo trabajo de lucha contra la violencia sexual en conflicto, reflejado en el sólido informe que acaba de presentarnos el SGNU. Agradezco especialmente la vinculación que realiza este documento entre la protección y la participación de las mujeres.

-Quince años después de la resolución 1325 los actos de violencia sexual en conflicto siguen siendo los menos condenados. Pensemos por ejemplo en las mujeres y niñas violadas durante la recolección de leña o de agua, a poca distancia del lugar donde una OMP está desplegada. Ante el peligro de que el hombre sea asesinado si sale del perímetro de seguridad cubierto por NNUU, éste elige entre su mujer, su hija o su madre, a sabiendas de que muy probablemente cualquiera de ellas será agredida.

-Este tipo de violencia pone en tela de juicio las nociones convencionales sobre qué constituye una amenaza a la seguridad. Los procesos de desarme y de cese de las hostilidades están más orientados a que las comunidades se deshagan de las armas convencionales y a garantizar el alto al fuego; pero esto no es suficiente para detener los crímenes sexuales o por motivos de género, lo que a su vez pone en riesgo la duración de la paz.

-La constatación de que la violencia sexual no es sólo una táctica de guerra o conflicto, sino también una táctica de terrorismo debería hacernos reaccionar. Estos crímenes se ubican en el centro de la amenaza a la paz y seguridad que representan los grupos extremistas violentos como Daesh, Boko Haram o Al Shabbat. Estos grupos hacen del sometimiento de la mujer y de la violación de sus derechos, parte central de su ideología, financiación y proselitismo/reclutamiento. Se convierten la violencia sexual y otros actos de violencia basada en género, en una forma de persecución que afecta también a minorías religiosas y étnicas.

-Me gustaría distinguir entre dos situaciones: 1) la de aquellos países en conflicto en los que existe una OMP de NNUU; y 2) la de aquellos territorios en los que no existe ninguna. Las retrato con dos ejemplos recientes: el primero se refiere a mujeres yazedíes de Sinjar, al norte de Irak, que fueron capturadas por Daesh como rehenes durante ocho meses, en los que habían sido violadas y mancilladas en público por numerosos combatientes. UNAMI no tiene acceso a este territorio. El segundo tuvo lugar en Tabit el otoño pasado, cuando miembros del ejército sudanés atacaron presuntamente a los civiles de esta ciudad de Darfur, violando reiterada y masivamente a más de 200 mujeres y niñas.

-España hace las siguientes propuestas relacionadas con conflictos en los que no existe una OMP, algunas de las cuales serán también extensivas a los casos en los que sí existe:

1. El Informe del SGNU proporciona información muy relevante a través de la lista de partes sobre las que existen sospechas fundadas de haber perpetrado actos de violación y otras formas de violencia sexual. Proponemos que se remita a la Fiscalía de la CPI toda la información relevante en este ámbito y que éste investigue a los actores incluidos en esta lista.

2. Hay países en los que este crimen no es perseguido porque se considera un delito menor contra la moral. El cambio de legislación es clave; también su efectiva aplicación por el sistema judicial nacional. Por ello, proponemos que la violencia sexual sea incluida en todos los arreglos de justicia transicional que se logren, sin excepción. Cuanto mayor sea la confianza en el sector de la justicia, más fácil y seguro será denunciar para las víctimas. La participación de la mujer en esta reforma es clave.

3. Tras la rendición de cuentas, viene la **reparación de las víctimas, su acceso a unos servicios de salud adecuados, su integración social y la restauración en sus derechos** son igualmente importantes. Colombia puede ofrecernos prácticas muy positivas en materia de reparación y de participación de víctimas de violencia sexual en las negociaciones de un acuerdo de paz. Proponemos que se **organicen encuentros para intercambiar experiencias** que sean exportables a otros lugares en conflicto. Apoyamos cualquier iniciativa de la RESG para Violencia Sexual en este sentido.

4. Los **actores no estatales** son, junto con los Estados, los grandes responsables de los crímenes de violencia sexual. **Celebramos la iniciativa de la Sra. Bangura** para abordar caso por caso, según el perfil del actor de que se trate, la interlocución con fuerzas de la oposición.

5. En materia de **sanciones**, proponemos trabajar - en particular, en lo que afecta al **Comité de Sanciones Al Qaeda/Talibán**- en la **ampliación de los criterios de designación**, de tal manera que se incluyan en sus listas a individuos pertenecientes a grupos extremistas violentos sobre los que exista información sólida relacionada con crímenes sexuales.

6. Como evidencia el caso de las mujeres yazedíes, las minorías son objeto de persecución específica. Proponemos que en los foros de diálogo entre y con líderes religiosos se aborde también la violencia sexual contra las mujeres y niñas. El próximo viaje de la Sra. Bangura a Oriente Próximo será una buena ocasión para lograr compromisos sobre cómo reinsertar a las víctimas en el tejido social de un país, una vez son liberadas.

7. Propongo también que se explote la posibilidad de lanzar una gran campaña en las redes sociales para contrarrestar los mensajes de sometimiento de la mujer que tanto explotan los grupos extremistas violentos.

-Cuando hay desplegada **una OMP sobre el terreno** la responsabilidad de NNUU es, si cabe, mayor. **La credibilidad de las OMP está en juego** si no son capaces de proteger a la población civil que se encuentra bajo amenaza inminente.

1. España propone que **se generalicen las prácticas consistentes en patrullar a los grupos de mujeres que tengan asignadas las tareas de recolección de leña o agua**, o que deban acudir al mercado. Se podría complementar con la inclusión de presencia de personal de paz femenino en las patrullas, de tal manera que aumente la confianza en el personal de paz y se conozcan mejor sus preocupaciones y experiencias.

2. La **formación previa al despliegue** es crucial para que el personal militar de paz pueda ofrecer una primera respuesta que garantice el respeto de los deseos de la víctima, le brinde información sobre asistencia médica disponible y documente el caso, respetando la privacidad y confidencialidad. Proponemos que se exijan una duración y unos contenidos concretos a la formación previa al despliegue, dependiente hoy exclusivamente de los países contribuyentes de tropas.

3. Otro gran reto consiste en el mayor compromiso de los altos mandos de los ejércitos y otros cuerpos de seguridad con esta agenda. Hay que acabar con la cultura de la negación, -caso de Tabit-. La Cumbre de Londres de junio 2014 sirvió para movilizar a líderes políticos; toca ahora conseguir lo mismo con líderes del estamento militar y policial. Proponemos que cuando el mandato de la OMP incluya una **labor de asesoramiento a los cuerpos de seguridad de un Estado**, la violencia sexual forme parte ineludible de las conversaciones con las autoridades del país. La coordinación con la Oficina de la RESG para Violencia Sexual dará mayor coherencia a la actividad de NNUU.

4. El **Departamento de OMP de NNUU no está priorizando esta agenda**. La unidad de género en el seno de DPKO está infradotada y no tiene la capacidad de interlocución necesaria con el liderazgo de cada misión. Este departamento tiene que incrementar sus recursos humanos en este ámbito y dotarlos con el rango necesario para controlar que esta agenda se aplica en NY sobre terreno. De cara a la revisión de alto nivel de octubre, **proponemos al resto de Estados miembros que consideren la financiación de nuevos puestos de asesores de protección de mujeres y de asesores de género**.

5. El círculo sólo puede cerrarse si **mejora el flujo de información** que llega a NY. Para ello **propongo que cada jefe de Misión de Paz de NNUU informe con carácter obligatorio y de manera analítica y estratégica** (no sólo de forma descriptiva) sobre esta agenda, con ocasión de cada *briefing* a este Consejo. Esto promoverá la comunicación directa de los asesores de protección de mujeres y los asesores de género con el liderazgo y con el resto de unidades de la misión.

Volviendo a los ejemplos expuestos, **estas medidas tendrían un impacto** en las necesidades de protección de las mujeres recolectoras de leña o agua en lugares donde hay desplegada una OMP de NNUU. En los casos de violencia sexual contra mujeres en territorios controlados por grupos extremistas violentos - mujeres yazedíes o asirias en partes de Irak y Siria - habrá que trabajar en los **elementos de denuncia** a través de los Comités de Sanciones, e incluyendo la violencia sexual en las conversaciones de cualquier proceso de paz que se forje.

En próximo mes de **octubre** tendremos una oportunidad histórica para demostrar que estamos comprometidos con una cuestión que define bien la **esencia de las NNUU del s XXI**. Las **dinámicas de género ya son parte de todo conflicto; de ahí que sean cruciales en la resolución inclusiva y duradera de los mismos**. Como dijo en octubre pasado la periodista congoleña, Caddy Adzuba, galardonada con el Premio Príncipe de Asturias de la

Concordia: no es sólo el honor y la dignidad de las mujeres lo que está en juego - que ya lo es todo - , sino el futuro desarrollo de nuestras sociedades.

ANEXO P

Les violences sexuelles dans les conflits : tactique de terreur - 15 avril 2015 [\[en\]](#)

Femmes, Paix et Sécurité : « Les violences sexuelles dans les conflits » - Intervention de M. François Delattre, représentant permanent de la France auprès des Nations unies - Conseil de sécurité - 15 avril 2015

Madame la Présidente,

Je remercie la présidence jordanienne de l'organisation de ce débat important sur les violences sexuelles dans les conflits, qui correspond pour la France à une priorité de longue date et de tout premier plan. Je remercie également Mme Bangura et Mme Allamin pour leurs présentations et leur action exemplaire.

Il y a exactement un an et un jour, le 14 avril 2014, 276 lycéennes étaient enlevées par Boko Haram à Chibok, au Nigéria. Nous sommes toujours sans nouvelles de ces jeunes filles, qui, comme d'autres femmes et filles kidnappées par ce groupe terroriste, sont livrées à des violences sexuelles, au mariage forcé et réduites en esclavage, si elles n'ont pas été « vendues ». Le sort de ces jeunes Nigérianes est malheureusement partagé par des milliers d'autres jeunes filles, femmes et enfants.

Les violences sexuelles perpétrées à grande échelle par les groupes armés non étatiques extrémistes sont une insulte quotidienne à nos valeurs les plus fondamentales. Elles sont devenues, au Moyen-Orient comme en Afrique, une signature des groupes armés extrémistes et terroristes et servent l'objectif de la déshumanisation des communautés ciblées et terrorisées.

Ainsi, Daech cible ses violences sexuelles sur les femmes et les filles sur la base de critères ethniques, de leurs orientations sexuelles ou de leur influence dans les communautés. En août 2014, au moment des attaques dans le Sinjar, des centaines de femmes yézidiennes enlevées au Nord de l'Irak ont été « vendues » en Syrie comme esclaves sexuelles. Je suis heureux de saluer ici madame la Député Vian Dakhil dont chacun a en mémoire le témoignage bouleversant lors du débat public organisé sous la présidence française du Conseil de sécurité le mois dernier sur les minorités persécutées au Moyen Orient. Environ 2500 femmes et enfants issus des minorités yézidiennes, chrétiennes, kurdes et shabak sont aujourd'hui détenus par Daech dans le Nord de l'Irak.

Et ce chiffre ne compte pas toutes les femmes et filles qui n'ont pas pu être identifiées faute de statistiques capables de refléter la réalité. Or, afin de dénoncer et agir contre cette barbarie, il est essentiel d'avoir des données fiables et précises sur le sort de ces femmes et enfants.

Madame la présidente,

Compte tenu de leur ampleur et de leur nature, les violences sexuelles commises par les groupes extrémistes nécessitent des réponses spécifiques.

Premièrement, le Conseil de sécurité doit soutenir la recommandation du Secrétaire général et de sa Représentante spéciale de qualifier les violences sexuelles comme « tactique de terreur », et non seulement comme tactique de guerre comme cela est formulé dans la résolution 1820 (2008).

Deuxièmement, nous devons veiller à ce que l'élargissement de la « liste noire » du rapport du Secrétaire général à treize nouvelles parties aux conflits accusées de violences sexuelles, dont Daech et Boko Haram, soit suivi d'effets. Les Etats doivent tout mettre en œuvre pour faire cesser ces violences et juger les auteurs de ces crimes qui bénéficient d'une impunité quasi totale. La France appelle ainsi tous les Etats concernés à faciliter le travail de la justice, nationale et internationale, et à collaborer avec les mécanismes d'enquête des Nations Unies, afin que les auteurs de crimes répondent de leurs actes.

Ensuite, à partir du moment où les violences sexuelles deviennent une tactique de terreur, il convient de considérer la prise en compte de cette réalité dans le régime de sanctions contre Al Qaida.

Enfin, nous devons, d'une manière générale, prêter une attention particulière, dans le cadre des actions de la Coalition et de la lutte contre le terrorisme, aux risques imminents de violences sexuelles à l'encontre de communautés, de minorités et des enfants.

Madame la Présidente,

Les violences sexuelles commises par les groupes extrémistes violents, aussi barbares soient-elles, ne doivent pas nous faire oublier celles commises par d'autres acteurs.

Je souhaite parler d'abord de la responsabilité des acteurs étatiques.

Certes, des progrès sont notables dans certains pays. La République démocratique du Congo, par exemple, a amélioré l'accès aux réparations pour les victimes de violences sexuelles et permis les poursuites judiciaires à l'encontre des forces de sécurité nationales. Les autorités centrafricaines travaillent à la mise en place d'une unité de réaction rapide et d'une Cour Pénale Spéciale, avec l'aide technique et financière de la France, pour enquêter sur les violations des droits de l'Homme, dont les violences sexuelles. Mais ces efforts restent insuffisants : les violences sexuelles sont encore perpétrées par les forces armées étatiques au Soudan, au Soudan du Sud, en RDC et en Syrie notamment. Elles sont commises à l'égard des femmes syriennes dans les centres de détention ou par des services de renseignement syriens.

Or la responsabilité des Etats est aussi cruciale pour des pays engagés dans des processus de paix : l'intégration de la lutte contre les violences sexuelles dans les accords de paix au Mali et en RCA est un premier pas. Il faut maintenant veiller à ce que ces dispositions soient effectivement mises en place et éviter la libération de personnes impliquées dans les violences sexuelles, afin de ne pas entraver la crédibilité des processus.

Je souhaite ensuite évoquer les acteurs impliqués dans les camps de réfugiés ou de déplacés, où les femmes sont particulièrement exposées. La crainte du viol est aujourd'hui l'une des raisons principales des déplacements des femmes réfugiées syriennes dans les pays voisins. Il est donc d'autant plus nécessaire d'assurer la sécurité et l'accès par les femmes aux services médicaux et de base dans ces camps. La France a apporté un soutien psychologique et médical, via des ONG, aux victimes de violences sexuelles, dans le camp de réfugiés de Za'atari, en Jordanie, et aux femmes syriennes déplacées en Syrie et réfugiées au Liban. Elle appelle d'autres Etats à s'engager dans cette voie pour faciliter l'accès aux services médicaux des victimes de violences sexuelles.

Enfin, je souhaite rappeler ici les violences sexuelles perpétrées par le personnel des Nations Unies ou les casques bleus. Le Secrétaire général a publié à la fin du mois de mars un rapport intitulé « Dispositions spéciales visant à prévenir l'exploitation et les atteintes sexuelles » qui constate que de nombreuses opérations de maintien de la paix emploient du personnel suspecté d'avoir commis des violences ou abus sexuels, y compris à l'égard de mineurs. Je l'ai déjà dit, et je le redis : nous devons être particulièrement vigilants et appliquer la tolérance zéro sur ce point si nous souhaitons que les Nations Unies demeurent crédibles et servent de modèle. Je salue dans ce contexte la recommandation du Secrétaire général de rendre systématiques les actions de formation sur le genre avant le déploiement des casques bleus.

Madame la Présidente,

Face à ces différents acteurs responsables de violences sexuelles, à l'extérieur comme à l'intérieur des Nations Unies, les solutions sont connues. Nous devons ainsi : renforcer la sécurité des camps de réfugiés et de déplacés internes, ainsi que leurs alentours ; accroître la participation des femmes dans les opérations de maintien de la paix, dans les négociations de paix et dans la lutte contre le terrorisme et l'extrémisme violent ; assurer le financement à travers le budget régulier de l'ONU des Conseillers genre ou protection, pour ne citer que quelques pistes.

La Revue de haut niveau de la résolution 1325 au mois d'octobre cette année sera l'occasion pour les Nations Unies et les Etats de concrétiser leurs engagements sur ces différents points. Cette Revue devra être l'occasion pour tous d'une mobilisation maximale de notre volonté, de notre action, de nos moyens.

Ce combat contre les violences sexuelles dans les conflits est un combat de tous les jours qui engage les Nations unies et qui engage aussi chacune et chacun d'entre nous. Soyez assurés de l'engagement résolu de la France dans ce combat.

Je vous remercie.